

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

VIVIAN PRADO PEREIRA

**A PERIFERIA COMO CHAVE DE INTERPRETAÇÃO PARA A QUESTÃO
URBANA:**

os agentes da produção do urbano e o cotidiano de espoliação em uma cidade média

JUIZ DE FORA

2022

VIVIAN PRADO PEREIRA

**A PERIFERIA COMO CHAVE DE INTERPRETAÇÃO PARA A QUESTÃO
URBANA:**

os agentes da produção do urbano e o cotidiano de espoliação em uma cidade média

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Ciências Sociais. Área de concentração: Cultura, democracia e instituições.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Cesar Pontes Fraga

Coorientador: Prof. Dr. Eder Jurandir Carneiro

JUIZ DE FORA

2022

Pereira, Vivian Prado.

A periferia como chave de interpretação para a questão urbana : os agentes da produção do urbano e o cotidiano de espoliação em uma cidade média / Vivian Prado Pereira. -- 2022.

265 p.

Orientador: Paulo Cesar Pontes Fraga

Coorientador: Eder Jurandir Carneiro

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2022.

1. Periferias urbanas. 2. Resistências cotidianas. 3. Espoliação urbana. 4. Cidades médias. 5. Autoconstrução. I. Fraga, Paulo Cesar Pontes, orient. II. Carneiro, Eder Jurandir, coorient. III. Título.

VIVIAN PRADO PEREIRA

A PERIFERIA COMO CHAVE DE INTERPRETAÇÃO PARA A QUESTÃO URBANA: OS AGENTES DA PRODUÇÃO DO URBANO E O COTIDIANO DE ESPOLIAÇÃO EM UMA CIDADE MÉDIA

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais. Área de concentração: Cultura, Poder e Instituições.

Aprovada em 15 de dezembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof(a) Dr(a) Paulo Cesar Pontes Fraga - Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a) Dr(a) Eder Jurandir Carneiro - Coorientador(a)

Universidade Federal de São João del-Rei

Prof(a) Dr(a) Clarice Cassab

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a) Dr(a) Marcelo da Silveira Campos

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a) Dr(a) Luciana Correa do Lago

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof(a) Dr(a) Lucia Helena Pereira da Silva

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Juiz de Fora, 22/11/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Cesar Pontes Fraga, Professor(a)**, em 15/12/2022, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Clarice Cassab Torres, Professor(a)**, em 14/02/2023, às 14:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lúcia Helena Pereira da Silva, Usuário Externo**, em 06/03/2023, às 08:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eder Jurandir Carneiro, Usuário Externo**, em 06/03/2023, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Correa do Lago, Usuário Externo**, em 09/03/2023, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo da Silveira Campos, Usuário Externo**, em 09/03/2023, às 13:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1048924** e o código CRC **846DD09D**.

Para Eder e Ariel, minhas fontes
inesgotáveis de amor e cuidado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, professor Paulo Cesar Pontes Fraga, que aceitou seguir comigo nessa empreitada. Agradeço pela confiança, pela compreensão e respeito à dinâmica particular de desenvolvimento do meu ofício de pesquisadora.

Agradeço ao meu coorientador, professor Eder J. Carneiro, pela generosidade e cuidado. Sua simplicidade e dedicação são exemplos que carrego comigo. Obrigada pelo carinho e me permita tomar-lhe como inspiração.

Agradeço aos membros da banca de defesa da tese pela disponibilidade e atenção, são elas, Profa. Luciana Lago, Profa. Lucia Silva, Profa. Clarice Cassab e Prof. Marcelo Campos.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSO) e à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) pela acolhida. Do mesmo modo, agradeço aos professores e aos colegas de turma pelos momentos instigadores e pelo conhecimento e aprendizado compartilhado. Agradeço, ainda, à Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) pela bolsa de estudos concedida.

Agradeço aos moradores dos bairros São Dimas, Cidade Nova, Vila Brasil e Novo Bonfim, a todas e todos que me receberam em suas casas para narrar sobre suas trajetórias de vida e contar histórias sobre o bairro e a cidade. Sem a receptividade e confiança de meus interlocutores a realização desse trabalho não seria possível.

Agradeço ao Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental (NINJA) e à Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) pelo aprendizado coletivo e pelo cultivo cuidadoso de tantas sementinhas da pesquisa. Agradeço aos meus ex-colegas, dos parceiros antigos aos mais recentes. Faço um agradecimento especial aos amigos Álvaro Péres, Anna Delgado e Raquel Camacho, que compartilharam comigo uma parte da pesquisa de campo e foram companheiros fundamentais para o desenvolvimento desse trabalho.

Agradeço aos meus pais e irmãos por todo amor e torcida. Chegar até aqui é uma vitória de todos nós, pois é também resultado de um projeto familiar construído com base no respeito, afeto e admiração. Agradeço, em especial, à minha irmã Lilian, também pesquisadora e cientista social, minha fiel companheira com quem tenho a sorte de compartilhar desde que nasci as dores e alegrias dessa vida. Obrigada por estar sempre disposta a me ajudar, seja consertando

um notebook, revisando um texto, ou me enviando divulgações de congressos. “Meu amor, você me dá sorte na vida!”.

Costumo dizer que escrever uma tese é não apenas um projeto familiar, mas um trabalho familiar. Minha criança com menos de um ano me acompanhava nas idas ao ICH para assistir às aulas do doutorado. Pequeninho passava as tardes com o pai circulando pelos prédios e fazendo amizades com as funcionárias. Eu o amamentava nos intervalos, ou então saía da sala de aula quando ouvia seu choro vindo do pátio. Hoje com seis anos, meu filho cresceu ouvindo sobre o universo da “tese” e me vendo trabalhar horas a fio em frente a uma tela. Ariel, durante todos esses anos você foi uma criança muito paciente, compreensiva e carinhosa. Um dia você vai crescer, vai poder ler esses agradecimentos e talvez consiga compreender o quão incrível e desafiador foi esse “trecho” das nossas vidas. Você não é a força que me move, porque eu já era movimento antes de você chegar, você é o colorido intenso da caminhada! Muito obrigada por tudo!

Se a vida de mãe cientista pós-graduanda já não era “fácil”, com o isolamento imposto pela pandemia da Covid-19 e a consequente permanência de uma criança em tempo integral dentro de casa, a concorrência das demandas da vida doméstica ao trabalho de escrita da tese se tornou ainda mais intensa. No momento mais difícil da minha vida pessoal e profissional eu tive a sorte de ter ao meu lado um marido amoroso e cuidadoso, um parceiro que nunca me deixou sozinha.

Ele é, sem dúvidas, o meu maior admirador e entusiasta. É ele, também, quem me mantém firme, quem segura todas as pontas soltas para que eu possa continuar perseguindo meus sonhos e abrindo meus caminhos. Ainda que seja clichê, não deixa de ser verdade que o amor é uma construção diária. Eu agradeço imensamente por você continuar querendo viver ao meu lado, fazendo, todos os dias, o ordinário ser extraordinário.

Minha caminhada até aqui não foi solo, ela foi familiar. E isso fez toda a diferença.

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho consiste em estudar processos de construção de periferias urbanas na cidade de São João del-Rei, localizada no estado de Minas Gerais, Brasil. Buscando ter como base uma pesquisa empírica bem fundamentada, realizou-se trabalho de campo em quatro bairros periféricos do município, com aplicação de entrevistas familiares semiestruturadas e implementação de um *survey* residencial por amostragem nas quatro localidades. Associada à pesquisa de campo, realizou-se, também, investigação bibliográfica visando recuperar a trajetória dos estudos acerca da questão urbana no Brasil e possíveis interlocuções com a presente pesquisa. Na busca por empreender uma investigação que permitisse, a partir de estudos de caso, construir interpretações não apenas focalizadas no cenário local, mas que fossem, também, comparativas e abrangentes em relação à realidade urbana brasileira, adotou-se uma perspectiva teórica comprometida com a análise dos aspectos estruturais e históricos da formação urbana nacional. De outro lado, destacaram-se os elementos específicos da realidade empírica, mediante a análise das perspectivas dos moradores em relação à experiência da vida urbana e de suas práticas cotidianas de apropriação e construção do urbano. A pesquisa indicou que os processos de formação de periferias nas cidades brasileiras comportam duas dimensões analíticas que são empiricamente indissociáveis, a saber, de uma parte, as dinâmicas econômicas, políticas, demográficas e socioespaciais que sobredeterminam a formação objetiva dos territórios urbanos e, de outra parte, as percepções, experiências e práticas – individuais, familiares ou coletivas – por meio das quais os moradores das periferias logram apropriar-se de porções do espaço urbano, na medida em que nelas laboriosamente constroem moradias, infraestruturas e condições de vida urbana. Foi possível, a partir da análise, sustentar uma concepção relacional de periferia que permite compreender as diferenças inscritas nas dinâmicas de formação de cada localidade, assim como os processos pelos quais um determinado bairro periférico assume e transforma, ao longo do tempo, as funções que desempenha em relação aos outros espaços da cidade. Por fim, destaca-se que a singularidade das periferias em relação às demais porções do espaço urbano consiste na tensão resultante da incompletude do padrão de urbanização no território, inerentemente vinculada à espoliação urbana.

Palavras-chave: Periferias urbanas. Resistências cotidianas. Espoliação urbana. Cidades médias. Autoconstrução.

ABSTRACT

The general objective of this work is to study construction processes of urban peripheries in the city of São João del-Rei, located in the state of Minas Gerais, Brazil. Seeking to be based on well-founded empirical research, fieldwork was carried out in four peripheral neighborhoods of the city, with the application of semi-structured family interviews and the implementation of a residential survey by sampling in four locations. Associated with the field research, a bibliographic investigation was also carried out to rebuild the trajectory of studies on the urban issue in Brazil and its possible interlocutions with the present research. In the quest to undertake an investigation that would allow, from case studies, to build interpretations not only focused on the local scenario, but that were also comparative and comprehensive in relation to the Brazilian urban reality, a theoretical perspective committed to the analysis of the structural and historical aspects of the national urban formation was adopted. On the other hand, the specific elements of the empirical reality were highlighted, through the analysis of the residents' perspectives in relation to the experience of urban life and their daily practices of appropriation and construction of the urban. The research indicated that the formation processes of peripheries in Brazilian cities comprise two analytical dimensions that are empirically inseparable, namely, on the one hand, the economic, political, demographic and socio-spatial dynamics that overdetermine the objective formation of urban territories and, on the other hand, the perceptions, experiences and practices – individual, family or collective – through which residents of the peripheries manage to appropriate portions of the urban space, as they laboriously build housing, infrastructure and conditions for urban life. It was possible, from the analysis, to sustain a relational conception of periphery that allows understanding the differences subscribed to the dynamics of formation of each locality, as well as the processes by which a certain peripheral neighborhood assumes and transforms, over time, the functions that plays in relation to other spaces in the city. Finally, it is highlighted that the uniqueness of the peripheries in relation to the other portions of the urban space consists of the tension resulting from the incompleteness of the urbanization pattern in the territory, inherently linked to urban spoliation.

Keywords: Urban peripheries. Daily resistances. Urban spoliation. Medium cities. Self-construction.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CIDADE ENQUANTO QUESTÃO NA SOCIOLOGIA BRASILEIRA	24
2.1	REFLEXÕES EPISTEMOLÓGICAS SOBRE O CONCEITO DE PERIFERIA	29
3	SÃO JOÃO DEL-REI: HISTÓRIA ECONÔMICA E FORMAÇÃO DE PERIFERIAS	38
3.1	A FORMAÇÃO HISTÓRICA E ECONÔMICA DE SÃO JOÃO DEL-REI.....	38
3.2	ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E FORMAÇÃO DE PERIFERIAS URBANAS EM SÃO JOÃO DEL-REI.....	46
3.3	PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PERIFERIAS URBANAS EM SÃO JOÃO DEL-REI.....	53
4	SÃO JOÃO DEL-REI: UMA CIDADE MÉDIA EM DEBATE	64
4.1	SÃO JOÃO DEL-REI NA REDE URBANA	72
4.2	BREVE ANÁLISE ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DEL-REI	77
4.3	O ESFORÇO DAS ELITES LOCAIS NA PROMOÇÃO DA CIDADE	82
5	REFLEXÕES SOBRE O MÉTODO E A AMOSTRA	85
6	ESTUDOS DE CASO: IDENTIFICANDO HETEROGENEIDADES DAS PERIFERIAS URBANAS	95
6.1	BAIRRO SÃO DIMAS: UMA PERIFERIA CONSOLIDADA.....	96
6.2	BAIRRO CIDADE NOVA: UMA FRONTEIRA URBANA.....	124
6.3	BAIRROS VILA BRASIL E NOVO BONFIM: A PERIFERIA IMAGINADA	145
7	O COTIDIANO NAS PERIFERIAS: AUTOEXPLORAÇÃO, SOBRETALHADO E ESTRATÉGIAS FAMILIARES	173
7.1	ESTRATÉGIAS FAMILIARES OBSERVADAS NO PERCURSO DA AUTOCONSTRUÇÃO.....	181
7.1.1	Aquisição do lote ou terreno	181
7.1.2	Aproximação e reconhecimento do lugar	182
7.1.3	Sociabilidade de rua: estabelecimento de redes de amizade, diferenças geracionais e transformações ao longo do tempo	184
7.1.4	Autoconstrução: trabalho familiar, solidariedade e autoexploração	194
8	O TRABALHO COMO PILAR DE SUSTENTAÇÃO DA ESPOLIAÇÃO URBANA NAS PERIFERIAS	195

8.1 O TRABALHO FEMININO DE REPRODUÇÃO E CUIDADO COMO UM DOS PILARES DO PROCESSO DE ESPOLIAÇÃO URBANA.....	196
9 MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA: DINÂMICAS DE AUTOINTERESSE E AÇÃO COLETIVA.....	208
9.1 AÇÃO COLETIVA: ENTRE ILEGALIDADES, “PARCERIAS” E SOBRETALHO	210
9.2 O ESTADO E A PERIFERIA URBANA	224
9.3 PERCURSOS DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO NAS PERIFERIAS	231
10 CONCLUSÃO	250
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	254
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO UTILIZADO NA PESQUISA DE <i>SURVEY</i> (2019-2020)	264

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos em que estive dedicada ao trabalho de pesquisa e de escrita da tese, não foram raras as vezes em que investi na leitura e reflexão acerca do ofício de cientista que vinha exercendo, assim como da prática, do estilo particular, que vinha construindo.

Não que eu estivesse, em alguma medida, produzindo algo inovador ou muito distante do que apresenta o restante de meus colegas cientistas. No entanto, o esforço de dedicação que a produção de uma tese implica fez, pelo menos em mim, emergir pensamentos e sentimentos que abarcavam certas dúvidas iniciais latentes. Desde aquelas que surgiram quando - “abandonando” as possibilidades de trabalho não acadêmico que poderia desempenhar me valendo de minha primeira formação como graduada -, resolvi me debruçar sobre as pesquisas em ciências sociais, até os questionamentos mais maduros e mais recentes acerca do próprio ofício do sociólogo. Sem dúvidas, a avidez e a determinação da juventude, associados a um estilo passional de encarar a vida, foram particularidades que contribuíram para uma trajetória, naturalmente, mais marcada pela vontade de continuar caminhando do que pela insegurança.

Lembro-me da primeira vez que tive contato com a percepção da sociologia enquanto artesanato intelectual, durante uma conferência de José de Souza Martins na abertura do XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, no ano de 2013, em Salvador-BA. Tal como quem recebe um abraço reconfortante, senti naquele momento um consentimento afetuoso para continuar no caminho da pesquisa sociológica.

Anos depois, já no doutorado, qual não foi a minha surpresa quando, ao abrir um livro de Martins (2014), encontro o texto da conferência “O artesanato intelectual na sociologia”. Reli com a alegria de quem vive um reencontro; daí, fui buscar também Mills (2009) e passei a cultivar de modo encoberto, quase como se fosse um lado B do meu trabalho, livros e textos sobre o ofício do escritor, tanto de cientistas quanto de romancistas e poetas. Reafirmar para mim mesma que a escrita artística também demanda muito trabalho de dedicação, que não é fruto de algum tipo de talento nato e isento de esforço me acalentava perante as dificuldades do trabalho de cientista.

Não foram poucos os autores, romancistas e poetas, que se dedicaram à reflexão sobre o trabalho árduo da escrita. Contrariando o senso comum - que tende a tratar a escrita literária como resultante de talento natural, ou mesmo como uma dádiva sobrenatural -, o esforço em

transmitir para o leitor os desafios da profissão desmistificam o tratamento da arte como inalcançável. Joao Cabral de Melo Neto foi um deles:

Eu não acredito em inspiração e nem sou um poeta inspirado. O ato de criar para mim é intelectual. Minha poesia trabalha a criação e a construção. Acredito na expiração. Na composição de um poema, primeiro me ocorre um tema e eu tomo nota. Depois vou estudando-o e desenvolvendo-o. Nunca escrevi um poema inspirado, soprado pelo Espírito Santo. Isso eu não sei o que é (NETO, 2015).

Aceitar, por exemplo, que os dramas da vida privada influenciam diretamente no meu trabalho de escritora e cientista funciona como um instrumento de aproximação com a realidade. Menos do que usar os “problemas” como muleta para o afastamento das responsabilidades, reconhecer que o trabalho intelectual não se dissociava da vida ordinária auxiliou-me na organização do tempo e no cumprimento das tarefas.

Mills (2009) argumenta que a vida e a obra devem alimentar-se mutuamente, ou seja, não há separação possível entre o trabalho e a vida pessoal, ainda que grande parte significativa da comunidade acadêmica insista em algum tipo possível de imparcialidade.

O conhecimento é uma escolha tanto de um modo de vida quanto de uma carreira; quer o saiba ou não, o trabalhador intelectual forma-se a si próprio à medida que trabalha para o aperfeiçoamento de seu ofício. (...) Isso significa que deve aprender a usar sua experiência de vida em seu trabalho intelectual: examiná-la, e interpretá-la. Nesse sentido, o artesanato é o centro de você mesmo, e você está pessoalmente envolvido em cada produto intelectual que possa trabalhar. (p. 22)

O autor, naturalmente, não fez essas considerações acreditando que a vida do/da cientista deveria se encerrar em seu trabalho. Mas sim, que as escolhas de pesquisa, os modos de agir e o aperfeiçoamento de suas práticas estão diretamente relacionados aos aspectos materiais e simbólicos do mundo privado.

A minha condição objetiva de mãe de uma criança com menos de seis anos me colocava em uma posição de grande dificuldade para a realização do trabalho intelectual. Para além da privação de tempo e energia, na maior parte do dia estava com o pensamento envolvido nas questões práticas do cuidado com meu filho. Foi lendo outras mulheres e mães que consegui ressignificar minhas expectativas e elaborar um outro modo de vida e trabalho.

Natalia Ginzburg, escritora italiana nascida no início do século XX, descreve com precisão artística o impacto da maternidade na vida de mulheres escritoras:

E depois nasceram meus filhos e, de início, quando eles eram muito pequenos, eu não conseguia entender como era possível escrever tendo filhos. Não entendia como seria possível me separar deles para seguir um fulano em um conto. Comecei a desprezar meu ofício. Às vezes sentia uma desesperada saudade dele, me sentia em exílio, mas me esforçava em desprezá-lo e denegri-lo para cuidar apenas dos meninos. Achava que devia agir assim. Passei a preocupar-me com a papa de arroz e a papa de cevada, se havia sol ou se não havia sol, se ventava ou não quando ia levar os meninos para passear. As crianças me pareciam algo muito importante para que eu me desviasse atrás de estúpidas histórias e de estúpidas personagens embalsamadas. Mas sentia uma feroz nostalgia e às vezes, à noite, quase chorava ao lembrar como meu ofício era belo. Pensava que algum dia mais cedo ou mais tarde o recuperaria, mas não sabia quando: achava que deveria esperar que meus filhos se tornassem adultos e fossem embora de mim. Porque o que eu sentia por meus filhos naquela época era uma coisa que eu ainda não tinha aprendido a dominar. Mas depois, pouco a pouco, eu aprendi. Nem precisei de muito tempo. Ainda preparava o molho de tomate com semolina, mas ao mesmo tempo pensava em coisas pra escrever. Escrevia à tarde, quando meus meninos iam passear com uma garota do povoado, escrevia com avidez e alegria, e era um outono belíssimo e todo dia eu me sentia muito feliz (2020, pp. 76-77).

Toca-me profundamente a escrita de Ginzburg, principalmente por sua sensibilidade ao tratar a sensação de coexistência de uma mãe com relação a seus filhos pequenos, sua posterior libertação do domínio de um devir materno que restringe as possibilidades de ser no mundo e a alegria pela retomada da individualidade.

Algo que me marca no processo de elaboração da tese é a percepção, cada vez mais fortalecida, de que o trabalho intelectual envolve mais do que interesse científico. Demanda desejo e entusiasmo, sentimentos que possam nos mobilizar para além do campo profissional, que trazem o gozo da vida acontecendo e sendo redescoberta a cada instante.

Tal qual um artista que não pode viver em plenitude sem a sua arte, também o cientista, uma vez que se descobre com tal, necessita da ação e vigor investigativo. Martins (2014), em sua releitura sobre o artesanato intelectual na sociologia, inicia apontando o artesanato como algo que envolve engenho e criatividade, que remete à arte existente no trabalho produtivo e criativo.

Mills (2014) aponta que a imaginação sociológica é o que distingue o trabalho do cientista social do trabalho técnico e que nela combinam-se uma espécie de “espírito lúdico” e um esforço verdadeiramente intenso para compreender o mundo real.

É nesse sentido que frequentemente a literatura é uma referência que pode fazer a ponte entre a ciência e o imaginário de determinada população estudada. *A diferença da sociologia em relação à literatura, quanto a certos temas e estilos, é que compreende objetivamente o que na obra literária é compreendido imaginariamente.* A literatura faz mais concessões a esse

imaginário. Uma sociologia refratária a esse diálogo, sociologia de desbastamento e de enquadramento, de imaginação sociológica pobre, mutila o real, porque o despoja da poesia, do drama, da tragédia e, sobretudo, do possível e da esperança que no possível há (MARTINS, 2014, pp. 39-40) [grifo nosso].

Trabalhar a pesquisa sociológica como artesanato intelectual faz transbordar as camadas de sentidos que se sobrepõem na feitura da tese. Por esse método, o sociólogo consegue alcançar, além da memória coletiva, sua própria memória. O que lhe permite realizar um estranhamento em relação a si mesmo que resulta de rupturas e descontinuidades biográficas (MARTINS, 2014).

Do mesmo modo, o trabalho da sociologia como artesanato nunca se inicia de maneira descolada de algo já produzido anteriormente, é sempre fruto de um esforço anterior, quer num caráter pessoal, quer em aplicações coletivas. (MILLS, 2009).

O esforço de empreendimento do artesanato intelectual em uma pesquisa sociológica, envolvendo a elaboração de técnicas de pesquisas e abordagens ajustadas ao objeto de pesquisa, é diretamente proporcional à dimensão da ambição criativa do pesquisador.

Haruki Murakami, reconhecido escritor japonês, relata num prefácio, intitulado *A origem dos romances na mesa da cozinha*, que buscou desenvolver um estilo próprio que o afastasse o máximo possível da “linguagem literária” (2016, p. 14), para que assim pudesse escrever literatura com sua própria voz.

Murakami reconhece que foi necessário se arriscar, que seus dois romances iniciais são frugais, que são resultado de um método e estilo incipiente, desenvolvido durante as madrugadas na mesa da cozinha. No entanto, os guarda com carinho, reconhece sua relevância temporal e circunscrita em determinado período da vida.

Tal como Murakami, encaro o ofício da escrita como *algo* pulsante que existe dentro de mim e que clama por ser atendido. Ademais, sonho com as possibilidades que podem disso brotar.

O trabalho aqui apresentado é resultado de uma experiência em pesquisa urbana que vem sendo construída há 14 anos e apoiada no desenvolvimento de trabalhos de pesquisa e extensão na cidade de São João del-Rei - MG. Membro, desde 2008, do Núcleo de

Investigações em Justiça Ambiental (NINJA), grupo de pesquisa e extensão vinculado ao Departamento de Ciências Sociais (DECIS) da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e ativo entre os anos de 2004 e 2021, pude ao longo dos anos vivenciar diferentes práticas de abordagem metodológica e busca por fontes em pesquisas urbanas.

Durantes meus anos iniciais de pesquisadora estive inserida em projetos de extensão comunitária que tinham como objetivo assessorar movimentos sociais urbanos, principalmente associações de moradores, na busca por melhorias de infraestruturas, serviços e equipamentos urbanos. Nesse período pude conhecer as áreas periféricas mais longínquas da cidade, os diferentes níveis de precariedade urbana que coexistem no território e os personagens que compõem o cenário da cidade, tais como os moradores mais antigos de cada bairro, líderes comunitários, vereadores e gestores municipais.

As primeiras experiências de trabalho de campo nas periferias permitiu um reconhecimento das distintas realidades urbanas e dos processos sociais e políticos que correm na cidade. A relação mais próxima com os moradores, a participação em reuniões comunitárias e a escuta dos relatos possibilitaram a percepção dos sentidos que a materialidade, a precariedade da vida urbana, assumem para os indivíduos e suas famílias, para coletivos de amigos e vizinhos. Foi a partir dessa inserção no terreno e da observação atenta que pude começar a aprender sobre a complexidade da questão urbana e, para além do referencial teórico, constatar a necessidade de aproximação com os interlocutores, agentes do urbano com diferentes motivações, práticas e impressões sobre a realidade.

Na busca por empreender uma pesquisa que permitisse, a partir de estudos de caso, construir interpretações não apenas focalizadas no cenário local, mas que fossem, também, comparativas e abrangentes acerca da realidade urbana brasileira, vimos adotando uma perspectiva teórica comprometida com a análise dos aspectos estruturais e históricos da formação urbana nacional. Desse modo, as formulações que apresentamos acerca da dinâmica de formação das periferias urbanas de São João del-Rei são embasadas na elucidação de aspectos estruturais do modelo de desenvolvimento nacional, em teorias ajustadas, dados e estatísticas.

Para se alcançar esse propósito de pesquisa, se faz necessário romper com os limites da extrema especialização, muitas vezes adotada pela academia, e sem constrangimentos buscar construir um estudo abrangente que visasse dar conta da interrelação entre aspectos estruturais e particulares, da complexidade que envolve os inúmeros processos que ocorrem nas cidades e os diferentes agentes que se somam na construção do espaço urbano.

Esse quadro buscou destacar os elementos específicos da realidade local, associando, ainda, uma análise das perspectivas dos moradores em relação à experiência da vida urbana e suas práticas cotidianas de apropriação e construção do urbano. Nesse sentido, formulamos uma base empírica que pudesse oferecer informações que contemplassem os diferentes objetos de estudo relacionados.

Acredito que o trabalho aqui realizado não se caracteriza como uma etnografia urbana. Digo isso para preservar essa abordagem metodológica que, muitas vezes, é banalizada no uso corrente (FELTRAN, 2005). Ainda que o método empregado tenha se pautado, também, por alguns dos princípios do modo etnográfico de construção de conhecimento, buscando captar os significados das experiências urbanas para os sujeitos estudados, realizando observação em campo e entrevistas em profundidade, não se propôs, aqui, uma “descrição densa”, ou uma perspectiva “de perto e de dentro”, nos termos de Magnani (2009).

Os trabalhos científicos que demandam colaboração popular precisam ser desenvolvidos de maneira cuidadosa e estratégica. Colocar-se presente nos bairros, conversar com os moradores e presenciar o cotidiano e as dificuldades vivenciadas é essencial ao processo. É necessário um esforço genuíno e constante para a construção de uma relação de confiança e, também, possibilitar à população dimensionar os alcances e limites dos respectivos papéis da Universidade Pública e da ciência. O pesquisador precisa buscar promover uma troca de conhecimentos que seja significativa também para os seus interlocutores. Esse diálogo varia, a depender das circunstâncias, podendo ser efetivado, por exemplo, pela assessoria a movimentos sociais, pela facilitação de uma aproximação dos interlocutores em relação aos espaços da Universidade, pela elaboração conjunta de cursos de formação, pela organização de eventos populares etc. Nesse sentido, o NINJA/UFSJ sempre buscou mesclar atividades de pesquisa e extensão no trabalho com as periferias urbanas da cidade e movimentos sociais.

A experiência aponta que o estabelecimento desse diálogo não ocorre de maneira imediata e sem desconfortos. A construção de uma relação de proximidade e confiança com os interlocutores é um trabalho contínuo e não deve ser considerado como um apêndice, mas sim como parte integrante fundamental da abordagem científica.

Ao observar a trajetória de trabalhos do NINJA, na qual aqui me incluo, ficam evidentes duas características essenciais para o êxito da empreitada em pesquisas urbanas: abordagem de longo prazo e construção coletiva. Para conhecer as dinâmicas urbanas de um bairro, seus moradores, personagens populares, movimentos e demandas é necessário tempo, disposição e

constância. Do mesmo modo, uma pesquisa em profundidade, com abordagem metodológica abrangente em diferentes entradas, pode requerer um empenho de grupo.

Para além do tempo contabilizado no processo de elaboração da tese, a pesquisa aqui apresentada é resultado também do tempo de trabalho progressivo desenvolvido pelo Núcleo, se beneficiando do caminho percorrido pelos demais pesquisadores, das pontes construídas, da relação de confiança já estabelecida com os moradores e do conhecimento sistematizado. Também o desenho metodológico aqui implementado se tornou praticável pela articulação de execução conjunta da tese e projetos de Iniciação Científica. O trabalho colaborativo, sem dúvidas, ofereceu facilitadores relevantes – vide, por exemplo, a aplicação do *survey*: se realizada por apenas um aplicador, o tempo de trabalho seria, no mínimo, quintuplicado.

Articular uma pesquisa de campo robusta, como a nossa se pretendeu, certamente demanda muita dedicação e intenso trabalho de organização, acompanhamento e monitoração. O trabalho de campo nas ciências sociais tende, realmente, a ser longo e exaustivo. Ao adentrar por esse caminho o pesquisador está, efetivamente, aceitando um desafio que influenciará todo o restante de sua pesquisa. Mills (2009), ao tratar do artesanato intelectual, não inclui entre suas válidas orientações para o trabalho científico a pesquisa de campo, chegando, pelo contrário, a desmotivar os demais cientistas para a realização do trabalho empírico: “Ora, não gosto de fazer trabalho empírico a menos que isso seja inevitável. Quando não se tem uma equipe de assistentes, é muito trabalhoso; quando se emprega uma equipe, esta muitas vezes dá ainda mais trabalho” (p. 33).

O autor não deixa de ter razão, a pesquisa de campo muitas vezes demanda a empreitada de um trabalho coletivo. No entanto, a opção pelo trabalho coletivo não anula a possibilidade de realização individual de um trabalho de mesma categoria. Havendo tempo e disposição, o pesquisador consegue alcançar bons resultados com o trabalho empírico solo. Entretanto, a experiência de trabalho com periferias urbanas indica o benefício do trabalho em grupo. A busca pela construção de estudos longos e abrangentes, que visem dar conta da complexidade que envolve os inúmeros processos que correm nas cidades e os diferentes agentes que se somam no espaço urbano demanda ânimo e determinação. Nesse sentido, a potência do trabalho., em grupo oferece energia para a caminhada.

O objetivo geral deste trabalho consiste em estudar processos de construção de periferias urbanas na cidade de São João del-Rei, localizada no estado de Minas Gerais, Brasil. Tais processos comportam duas dimensões analíticas que são empiricamente indissociáveis, a saber, de uma parte, as dinâmicas econômicas, políticas, demográficas e socioespaciais que sobredeterminam a formação objetiva dos territórios urbanos e, de outra parte, as percepções, experiências e práticas – individuais, familiares ou coletivas – por meio das quais os moradores das periferias logram apropriar-se de porções do espaço urbano, na medida em que nelas laboriosamente constroem moradias, infraestruturas e condições de vida urbana.

Os processos que se desenrolam nessa dupla dimensão, na condição de pressuposto e resultado da reprodução das cidades capitalistas dos países subalternos, repõem necessariamente a precariedade como signo distintivo das periferias urbanas, como limite estrutural em cujo âmbito se desenvolvem as disputas – abertas ou veladas, manifestas ou latentes, conscientes ou irrefletidas, discretas ou espetaculosas e episódicas ou permanentes, mas sempre assimétricas – entre capitais investidos no espaço urbano, agentes políticos e moradores das periferias. Os dois elementos, acima expostos, sobre os quais se assenta a perspectiva teórica que orienta esse trabalho – ou seja, a dupla dimensão dos processos de formação e desenvolvimento das periferias urbanas e a noção de precariedade estrutural dessas periferias – derivam, principalmente, do conceito de *espoliação urbana*, formulado por Kowarick.

Assim, tanto na construção do problema de pesquisa quanto na produção e análise do material empírico, procuramos identificar, de um lado, as dinâmicas contextuais, de escala mais abrangente, que poderiam condicionar os processos de construção das periferias urbanas examinadas e, de outro lado, as percepções, práticas e ações – individuais, familiares ou coletivas desenvolvidas pelos moradores sob tais condicionamentos. Entretanto, esforçamo-nos para que a análise da empiria não se reduzisse a um exercício de “aplicação e validação” de um determinado “modelo” teórico. Procuramos, ao longo do trabalho, dar a devida atenção às *especificidades* de cada um dos três casos de formação de periferias urbanas examinados, contemplando analiticamente não apenas as diferenças que guardam entre si, como também as particularidades derivadas da posição e das funções desempenhadas por São João del-Rei na mesorregião em que se inscreve, as quais se relacionam com a modalidade de inserção dessa mesorregião na “divisão regional do trabalho” que, ao longo das últimas décadas, se construiu e se consolidou no estado de Minas Gerais.

Além disso, como se verá, as especificidades de cada caso se formam, também, a partir da localização relativa de cada bairro no espaço urbano, num determinado momento de sua história, assim como também resultam dos distintos tipos de sociabilidade criados pelos moradores nos locais que habitam. Dessa forma, pretendemos que a análise empírica tenha contribuído para interpelar e qualificar o “modelo” – e não apenas para “exemplificá-lo”.

Nessa perspectiva, a apresentação segue estruturada da seguinte maneira: iniciamos, no capítulo 1, com uma exposição sobre os lineamentos gerais da formação do debate acerca da cidade enquanto questão para a sociologia brasileira. Neste ponto, enfatizamos os autores que contribuem para a concepção das periferias urbanas como espaços fundamentalmente caracterizados pelos processos de espoliação urbana, concebendo-a como inerente às formas hegemônicas de produção das cidades no capitalismo periférico.

A seguir, o capítulo 2 recupera, brevemente, a história econômica de São João del-Rei e seus aspectos demográficos, fatores considerados significativos para a compreensão dos processos de formação de periferias urbanas na cidade. Nesse capítulo, são apresentados, também, características mais gerais de processos que lançam raízes aos meados do século passado. A consideração dos elementos apresentados nesse capítulo parece-nos essencial para a melhor compreensão das análises dos casos empíricos que serão apresentadas em capítulos posteriores.

O capítulo 3 é dedicado à análise da atual posição relativa de São João del-Rei na “rede de cidades” e à caracterização mais detalhada do município enquanto uma cidade média. Como se verá, a situação de “cidade regional” de prestação de serviços de uma mesorregião economicamente deprimida determina, em grande medida, os ritmos de formação, e as definições/mudanças de funções que as periferias urbanas aqui estudadas apresentam ao longo do tempo.

Nesse ponto cabe destacar que a pesquisa urbana a partir de cidades médias ou pequenas é um trabalho desafiador. Apesar de os municípios com até 100.000 habitantes representarem 94% do total de municípios brasileiros, cerca de 45% da população total e 30% do PIB¹, os estudos urbanos tendem a se concentrar nas metrópoles e regiões metropolitanas. Também os dados oficiais, produzidos pelos municípios ou governos estaduais e federal, são mais escassos para essas cidades.

¹ <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em 02/11/2021

No capítulo 4, apresentamos o contexto institucional em que se desenvolveu a pesquisa e a trajetória de trabalho acadêmico que nos trouxe a esta tese. Também aqui, expomos e justificamos nossas escolhas e definições de métodos e técnicas de investigação, das fontes utilizadas, dos casos de formação de periferias urbanas a serem estudados. Explicitamos os procedimentos empregados na seleção dos casos empíricos a serem estudados e na delimitação das amostras, tanto para a realização das entrevistas semiestruturadas, quanto para a aplicação dos questionários domiciliares. Ainda neste capítulo, descrevemos e refletimos acerca dos instrumentos de pesquisa empírica mobilizados e de sua pertinência tendo em vista as questões analíticas que nos orientam. Por fim, indicamos os procedimentos realizados para armazenamento, sistematização, preparação e análise dos dados e informações produzidos.

No capítulo 5, apoiadas na literatura pertinente e, principalmente, nos dados produzidos pela aplicação dos questionários domiciliares, recuperamos e analisamos as distintas trajetórias de formação de cada um dos bairros estudados, buscando identificar a heterogeneidade das periferias urbanas. Utilizando como referência e contraponto as categorias de *periferia consolidada e fronteira urbana*, apresentadas por Torres (2004), assim como trabalhos cardeais da bibliografia sobre o tema, chegamos, pela análise, a uma concepção relacional de periferia que nos permitiu compreender as diferenças inscritas nas dinâmicas de formação de cada localidade, assim como os processos pelos quais um determinado bairro periférico assume e transforma, ao longo do tempo, as funções que desempenha em relação a outras periferias e a outras regiões urbanas ou rurais do município. Dessa forma, reafirmamos nosso ponto de vista analítico, segundo o qual, o que singulariza a periferia em relação às demais porções do espaço urbano é a tensão resultante da incompletude do padrão de urbanização no território e inerentemente vinculada à espoliação urbana.

Os capítulos 6, 7 e 8 contemplam a análise pormenorizada do material empírico fornecido pelas entrevistas realizadas com moradores dos bairros estudados. Aqui, a atenção se focaliza sobre as percepções e práticas dos agentes em relação à situação de espoliação urbana em que vivem e/ou viveram. O capítulo 6 trata especificamente das variadas formas de sobretrabalho e de autoexploração no percurso da autoconstrução; das estratégias familiares, por meio das quais os moradores das periferias urbanas logram acesso à terra e constroem suas casas e a habitabilidade urbana de seus territórios. Buscamos, também, destacar a sociabilidade de rua que se estabelece nos territórios, refletindo acerca das redes de amizade e de parentela organizadas com fins de ajuda mútua.

O capítulo 7 dedica-se à análise do trabalho dos moradores como sustentáculo da formação de periferias urbanas, entendendo que a transformação dos territórios urbanos periféricos é resultado, principalmente, do trabalho dos moradores cristalizado sob a forma de massa de valor. O trabalho - individual/familiar ou coletivo - que aqui destacamos como um pilar que ampara a dinâmica da espoliação urbana nas periferias consiste, efetivamente, em sobretrabalho. Ainda neste capítulo, destacamos o trabalho de reprodução e cuidado feminino também como um dos pilares da espoliação urbana. Tendo em vista que a divisão sexual do trabalho engendrada pelo capitalismo constitui um componente basilar do modo de reprodução da vida nas cidades, nos parece relevante ponderar sobre como experiência de vida urbana nas periferias se configura espoliativa também com base nas determinações de gênero. A análise põe em relevo as estratégias, individuais e coletivas, engendradas pelas mulheres das periferias para arcar com a sobrecarga de atividades que lhes toca em razão das determinações de gênero e a contribuição desse trabalho não produtivo para a dinâmica urbana capitalista.

No capítulo 8, examinamos as diferentes situações e estratégias em que os moradores das periferias estudadas empreendem ações coletivas com vistas à promoção de melhorias urbanas. Destacam-se, aqui, a mobilização comunitária, os arranjos, “parcerias” e iniciativas que, servindo-se instrumentalmente de diferentes graus de ilicitudes e ilegalidades, compõem um variado e complexo conjunto de meios de obtenção, manutenção e ampliação da urbanização precária típica desses territórios. Arranjos, parcerias e iniciativas que, de forma incontornável, precisam envolver distintos agentes do cenário local, principalmente, tais como representantes dos poderes executivo e legislativo, gestores e funcionários de instituições públicas e membro da Igreja católica.

Por fim, na conclusão deste trabalho, retomamos alguns percursos e destacamos os principais resultados obtidos com a pesquisa. Finalizamos com apontamos sobre o legado de Kowarick para a sociologia urbana, resgatando o convite aberto feito pelo autor aos demais pesquisadores e pesquisadoras do urbano para firmar um compromisso de trabalho com a materialidade e com a construção de uma sociologia urbana autêntica e ajustada à experiência brasileira.

2. CIDADE ENQUANTO QUESTÃO NA SOCIOLOGIA BRASILEIRA

Segundo Valladares e Freire-Medeiros (2002), o surgimento da sociologia urbana brasileira ocorre nos anos 1960 e, em grande medida, acompanhando o debate promovido no mesmo período por neomarxistas franceses, com ênfase nas figuras de Castells e Lefebvre, que questionavam a sociologia urbana de cunho ecológico desenvolvida pela Escola de Chicago. Para esses sociólogos franceses, os fenômenos urbanos não poderiam ser vistos como autônomos e isoladamente explicativos, mas sim como parte de uma estrutura mais ampla, em que convergiam exigências econômicas, arranjos políticos e atores sociais.

Em outras palavras, o urbano deveria ser compreendido como espaço socialmente produzido, fenômeno que assume diferentes configurações de acordo com os vários modos de organização socioeconômica e de controle político em que está inserido. Passa-se a dar relevo à interação entre as relações de produção, consumo, troca e poder que se manifestam no ambiente urbano (VALLADARES e FREIRE-MEDEIROS, 2002, p. 65).

Os sociólogos brasileiros das décadas de 1960 e 1970 fizeram do tema da pobreza e da marginalidade seu foco de atenção. A partir de pesquisas pioneiras, como as de Machado da Silva (1971), Oliveira (1972), e Kowarick (1975), tornou-se possível demonstrar que a reprodução do padrão de desigualdade se tratava menos de um problema de integração social do que de uma questão estrutural. “Estabelecia-se, então, uma ruptura com as concepções anteriores sobre migração e marginalidade, e trazia-se à tona o papel desempenhado por formas não capitalistas de produção na acumulação do capital” (VALLADARES e FREIRE-MEDEIROS, 2002, p. 66).

Francisco de Oliveira, em seu ensaio “Crítica à razão dualista” de 1972, explicitou a articulação entre o “arcaico” e o “moderno” no processo de crescimento das cidades brasileiras a partir da expansão do capitalismo industrial no pós-anos 1930. O autor vai apontar que a forma aparentemente anárquica do crescimento urbano responde, em verdade, aos imperativos da acumulação capitalista. De modo que, práticas supostamente de sobrevivência, ou desarticuladas, serviam ao barateamento da reprodução da força de trabalho, possibilitando o desenvolvimento do modelo de expansão capitalista que tinha em uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração dessa força de trabalho (OLIVEIRA, 2003).

Oliveira contribuiu, assim, para a gênese de uma sociologia urbana de cunho estruturalista e que destacava a dimensão política da urbanização. Buscando compreender,

principalmente, os modos como o capital subjugava a força de trabalho e como a lógica da expansão urbana negava aos cidadãos o acesso aos bens de consumo coletivos, proliferavam estudos que apostariam em um conjunto cruzado de temas, entre os quais, classes e conflito social, contradições urbanas e Estado, exploração e espoliação urbana, autoconstrução e periferização urbana etc. (TELLES 2010).

Nesse momento a noção de periferia ganha força analítica no campo das ciências sociais no Brasil por meio de estudos que enfatizavam as condições de vida da classe trabalhadora nas periferias metropolitanas e a funcionalidade desse modelo de expansão urbana para o desenvolvimento capitalista das cidades. O espaço urbano privilegiado seria, em São Paulo, o da periferia, tendo a autoconstrução como elemento-chave de análise, principalmente a partir de trabalhos como os de Lúcio Kowarick (1979), Ermínia Maricato (1979) e Raquel Rolnick e Nabil Bonduki (1979). Enquanto, no Rio de Janeiro, dava-se ênfase às dinâmicas que culminavam na proliferação de favelas, com trabalhos como os de Machado da Silva (1971), Perlman (1977) e Leeds e Leeds (1978).

De acordo com a pesquisa realizada por Valladares e Freire-Medeiros (2002) sobre a contribuição da sociologia para os estudos urbanos no Brasil, a produção da década de 1980 é marcada pelos efeitos da abertura democrática e da crise econômica na produção. Ainda apresentando um número significativo de trabalhos com as temáticas de habitação e pobreza, a grande novidade desse período será o destaque aos movimentos sociais urbanos:

Como se sabe, as teorizações sobre os movimentos sociais no Brasil estiveram sob forte influência dos paradigmas elaborados pela sociologia urbana dos neomarxistas franceses. A popularidade que o tema veio a alcançar entre nós, contudo, passa pela conjuntura da época, marcada pelos esforços de substituição do regime burocrático-autoritário por um sistema democrático, e pela emergência de novas formas de associativismo (idem, p. 69).

A partir dessas mudanças no cenário político e econômico, tem início a procura por novos paradigmas explicativos para as questões da cidade. Aqui a perspectiva da luta de classes é teoricamente deslocada para o urbano, enquanto “esfera da reprodução”, com a concepção do espaço construído como *locus* privilegiado da ação coletiva. As lutas por acesso à cidadania assumem um sentido mais amplo, de modo que se antes as mobilizações sociais eram usualmente encaradas como respostas à crise econômica, a partir desse momento surge a necessidade de entender os movimentos sociais também em suas dimensões cultural e política.

Desse modo, a ênfase, até então, dada à estrutura nos estudos urbanos, passa a ser substituída por uma abordagem sociocultural (VALLADARES e FREIRE-MEDEIROS, 2002).

Valladares e Freire-Medeiros (2002) indicam que, nesse momento, desponta o debate sobre o papel da democracia na redução das desigualdades e a pobreza urbana passa a ser analisada por diferentes frentes, como gênero, mercado de trabalho, infância, população de rua e violência. Já no fim da década, na esteira da promulgação da Constituição em 1988, a sociedade e a comunidade científica brasileira mobilizavam-se em torno de temas como a universalização dos direitos civis, políticos e sociais dos cidadãos, a descentralização político-administrativa e a reforma urbana. A descentralização veio, desse modo, se tornando uma questão fundamental para a pesquisa sociológica urbana, acompanhada das temáticas de governabilidade, governança, gestão urbana e políticas públicas. As autoras destacam ainda a densidade das pesquisas sobre violência urbana a partir dos anos 1990 e a contribuição do debate para a configuração, na construção social, do tema da violência e para o desenvolvimento de políticas públicas de segurança.

Aproximando-se o final dos anos 1990, observa-se um esforço reflexivo da sociologia urbana em torno de temas como meio ambiente e desenvolvimento sustentável, alinhados com a perspectiva da melhoria da qualidade de vida nas cidades e da gestão urbana. As autoras finalizam o estudo indicando o surgimento, no início dos anos 2000, de trabalhos de caráter eminentemente sociológico sobre o tema da globalização, apontando para a hipótese de que uma nova ordem urbano-espacial estaria emergindo como manifestação da “nova ordem mundial” e questionando os efeitos visíveis da globalização na estrutura interna das cidades brasileiras (VALLADARES e FREIRE-MEDEIROS, 2002).

* * *

Telles (2010) ao buscar compreender as linhas de força que conduziram os caminhos das pesquisas urbanas no Brasil desde seu surgimento até os dias de hoje, enfatiza que a gênese da fundamentação da “cidade enquanto questão” esteve fortemente assentada na conjuntura política e econômica vivenciada no país a partir dos anos 1960. Argumenta que os macroprocessos históricos e estruturais que definiam os rumos e futuros possíveis da sociedade brasileira – e de toda a América Latina - se realizavam nas cidades (que cresciam

vertiginosamente) e fomentaram a construção de um debate teórico-material sobre o urbano que era definido sob a perspectiva do progresso, da mudança social e do desenvolvimento.

Nas cidades, todo esse processo ganhava forma, estava corporificado nos seus espaços, pulsava na nova estrutura de classes que aí se materializava e explodia na pobreza urbana, na massa crescente de trabalhadores pobres que se virava por sua própria conta e risco nas periferias que então se expandiam e nas mil faces do problema urbano (...) (TELLES, 2010, p. 59).

Pesquisas sobre processos de periferação urbana, moradia popular, desigualdades e relações de classe proliferavam nos debates promovidos pela academia, que tinham como pano de fundo as “contradições urbanas” promovidas pelo capitalismo moderno. Em 1979, Lúcio Kowarick “cunhou a expressão ‘espoliação urbana’, que circulou amplamente nesses debates, como referência que dava forma e sentido aos problemas urbanos nas suas relações com a ‘superexploração do trabalho’, própria ao ‘capitalismo periférico’” (TELLES, 2010, p. 62). De acordo com Telles (idem), também o tema da autoconstrução ganhou destaque analítico, nesse momento, por funcionar como uma evidência dos tipos de operações colocadas em curso no desenvolvimento capitalista dos países periféricos. A construção analítica da urbanização por expansão das periferias permitia figurar as relações entre o “arcaico” e o “moderno”, revelando a correspondência entre a permanência de práticas tradicionais e não mercantis e a superexploração da força de trabalho nas cidades (OLIVEIRA, 1972).

Telles (idem) informa que, no correr da década de 1980, a “questão urbana” se redefine, também, em acordo com as perspectivas políticas, pelo viés da construção democrática e de direitos, pensada dentro de um projeto de modernidade. A autora evidencia que a consistência analítica desse nascente campo de debate sobre a cidade se dá, em grande medida, pelo plano no qual se apoia, que faz da cidade um ponto de condensação de um conjunto de questões que “traduziam em seu próprio registro um espaço social construído nas linhas que entrelaçavam trabalho, cidade e política” (TELLES, 2010, p. 80).

A cidade – a cidade como questão - aparecia como uma cifra pela qual o país era tematizado e, em torno dela, organizava-se um jogo de referências que dava sentido às polêmicas, divergências, debates e embates sobre a história, percursos e destinações da sociedade brasileira (TELLES, 2010, p. 63).

Com o assentamento da globalização, da financeirização da economia e da revolução tecnológica, os horizontes de uma modernidade pautada em uma cidadania ampliada se reduziram. Essa questão foi lançada em debate por Schwarz, que questiona, “como pensar o

país se o aspecto da modernização que nos coube, assim como a outros, for o desmanche ora em curso, fora e dentro de nós?” (SCHWARZ, 1993, p.156 *apud* TELLES, 2010, p.63).

Francisco de Oliveira, em seu ensaio “O Ornitorrinco”, de 2003, também manifesta seu desencanto com a perspectiva de superação, noção fundante dos debates que percorreram as décadas anteriores, ao usar a imagem do animal para descrever o país: “um monstrengo feito de pedaços desconjuntados, diferenças, defasagens, descompassos, desigualdades, que, não sendo mais atravessados por uma virtualidade de futuro, não mais articulados internamente por uma ‘dialética dos contrários’, ficam onde estão, um neotraso” (TELLES, 2010, p. 63-63).

Assim, com a transformação do modo de acumulação capitalista e a consequente reestruturação urbana, o espaço referencial sobre o qual se apoiavam os debates sobre a cidade se desfez, deixando ao campo dos estudos urbanos o desafio de projetar sobre novos parâmetros.

O que antes foi dito e escrito sobre a cidade e seus problemas, a “questão urbana”, parece ter sido esvaziado de sua capacidade descritiva e potência crítica em um mundo que fez revirar de alto a baixo o solo social das questões então em debate (TELLES, 2010, p. 65).

Telles (2010) discorre acerca a necessidade de reflexão sobre a diferença dos tempos e quanto ao plano de referência a partir do qual se pode descrever e colocar em perspectiva os processos em andamento. Isso porque relevantes mudanças se processaram e realidades urbanas se modificaram em ritmo também muito acelerado. A autora reforça que a principal dificuldade que tem se colocado aos pesquisadores do urbano tem sido, exatamente, discernir sobre os acontecimentos do tempo presente e as linhas de força que os atravessam. A impetuosidade das transformações dissipa os esforços de trabalho sobre a experiência social do passado, ao mesmo tempo em que a imprevisibilidade e aleatoriedade dos fatos coloca os horizontes de possíveis dentro das circunstâncias imperativas do mercado, de modo que o presente aparece capturado pelas urgências do momento e a gestão do cotidiano se configura como única prática disponível.

Parece que se perderam de vez as conexões que articulam o econômico, o urbano e o social: a economia é coisa que parece transitar definitivamente em outra galáxia de referências, a política passa a se reduzir ao problema da gestão das urgências de um presente imediato e o urbano parece se desconectar de vez com a política, para ser confinado às formas diversas, velhas e novas, de gestão da pobreza (TELLES, 2010, p. 65-66).

Em um cenário em que o campo político encontra-se limitado pelo presente imediato, sem abertura para outros possíveis, também o espaço da crítica se esvaí. Esse deslocamento observado na esfera teórica da construção da cidade, muito pautado pela desarticulação do plano

de referência anterior - que definia a direção das perguntas e entregava intensidade crítica e polêmica aos debates-, ocorre menos porque há um esvaziamento conceitual, e mais pela necessidade pouco nutrida de se buscar novos agenciamentos e polos de gravitação das questões (TELLES, 2010). Concordamos com a autora que as questões e construções teóricas que marcaram o debate sobre o urbano, pautadas por um viés estruturalista e muito alinhadas com a realidade brasileira, ainda podem compor a imaginação sociológica, entendendo que estas se desdobram em tantas outras, se redefinindo em outro tempo e em outras configurações sociais.

2.1 REFLEXÕES EPISTEMOLÓGICAS SOBRE O CONCEITO DE PERIFERIA

Para o intuito da pesquisa que buscamos aqui desenvolver, faz sentido observar a ênfase analítica atribuída ao conceito de “periferia” nos estudos pioneiros de sociologia urbana e as roupagens que a categoria foi assumindo com a emergência de novos temas nos estudos urbanos.

Como já apontado anteriormente, a noção de periferia ganha força analítica no campo das ciências sociais no Brasil a partir dos estudos realizados no final da década de 1970 pela escola marxista de sociologia urbana. Essa primeira mobilização do conceito ocorre muito alinhada com a perspectiva de análise do urbano que se constituía no momento: uma concepção da “cidade enquanto questão” articulada com as condições de vida da classe trabalhadora e a funcionalidade do então modelo de expansão urbana para o desenvolvimento capitalista das cidades.

Inicialmente focados em desvelar os processos que se desencadeavam na cidade de São Paulo e os caminhos que a levavam a se constituir na maior e mais importante metrópole brasileira, esses estudos urbanos se dedicavam à reflexão da condição socioespacial dos trabalhadores das cidades, com foco na segregação urbana e no crescimento da cidade por meio da formação de periferias.

Kowarick (1979) aponta que a intensificação da industrialização brasileira, acompanhada da aceleração do fluxo migratório e do acúmulo de excedente de força de trabalho na cidade passou a tornar “antieconômica”, para as empresas, a política, até então largamente utilizada, de construção de vilas operárias. Estas passam, dessa maneira, a transferir os custos da moradia para o trabalhador e os relacionados à infraestrutura urbana para o Estado. Logo, a

questão da moradia ficou subordinada pelas relações econômicas no mercado imobiliário, de modo que a localização da classe trabalhadora passou a seguir os fluxos da especulação imobiliária.

A partir de então surge no cenário urbano o que passou a ser designado de “periferia”: aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infraestrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão-de-obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica (KOWARICK, 1979, p. 31).

Sem, entretanto, ter incorporado aos salários os custos com a moradia, os trabalhadores foram não apenas compelidos para as periferias, como também impulsionados a autoconstruir suas moradias nas horas de folga e finais de semana e com a ajuda voluntária de parentes, vizinhos e amigos. Aparece aqui o “mutirão”, uma modalidade de construção que também nos dias de hoje segue bastante presente e que continua sendo objeto de debate dos estudos urbanos dada a sua complexidade funcional e analítica.

A principal contribuição de Kowarick (1979) nesse momento será a indicação de que a lógica da acumulação que ordena o desenvolvimento capitalista brasileiro se apoiava na dilapidação da força de trabalho, exatamente pela facilidade de substituição da mão de obra, dada a abundância do exército de reserva. Desse modo, a periferia como fórmula de reprodução da força de trabalho nas cidades “possibilitou, de um lado, altas taxas de exploração do trabalho e, de outro, forjou formas espoliativas que se dão ao nível da própria condição urbana de existência a que foi submetida essa classe trabalhadora” (idem, p. 41).

Nessa primeira construção, o termo “periferia” era acionado para designar, numa visão geográfica, as áreas distantes do centro, pouco ou nada urbanizadas e, numa perspectiva sociológica, local onde a força de trabalho se reproduzia de maneira precária. Para Bonduki e Rolnik (1982), essas duas definições tratavam, aparentemente, dos mesmos processos, entretanto o emprego indiscriminado do termo “periferia” levava a uma série de imprecisões na sua utilização. Buscando dar mais consistência ao conceito, os autores definiram periferia como “as parcelas do território da cidade que têm baixa renda diferencial” (p. 147), entendendo que, assim, vinculava-se de maneira concreta e objetiva a ocupação do solo urbano à estratificação social. A renda diferencial é o componente da renda fundiária que corresponde às diferenças entre as condições físicas e de localização e o montante de investimentos aplicados. Desse modo, uma localidade que apresenta baixa renda diferencial é resultado de uma série de características combinadas, entre elas a distância em relação ao centro e a precariedade dos

equipamentos e serviços urbanos. Seguindo esse parâmetro, um território pode se caracterizar como periferia independente da sua localização no espaço urbano e do seu tempo de existência.

Ao colocar a baixa renda diferencial como fator definidor da periferia, os autores promovem uma abertura para a compreensão da heterogeneidade das periferias e da complexidade de seu estudo:

Nesse sentido, não existe uma única periferia uniforme, mas muitas, com características diferentes, pois mesmo dentre os territórios da cidade mal servidos, há uma graduação e uma hierarquização muito grandes, desde o que não tem ruas até o que tem água e não asfalto, etc., nas mais diversas localizações (BONDUKI e ROLNIK, 1982, p. 148).

A concepção de periferia pela perspectiva clássica da escola marxista tinha como fundamento a segregação e estratificação urbanas, pressupunha a combinação entre o componente social e o fator geográfico. O primeiro, a questão social, sempre esteve mais evidente, os moradores da periferia constituem-se, grosso modo, de mão-de-obra pouco especializada e, por isso, barata, que encontra na periferia um espaço possível para sua reprodução. Nos termos de Bourdieu (2010), trata-se de uma parcela da população urbana com pouco acúmulo de capitais econômico e político. Já o fator geográfico, a distância espacial indicada pelo conceito, geralmente apresenta-se como um elemento controverso. Seja pela crítica aos adeptos de uma sociologia de viés quantitativo, que colocam a questão geográfica no centro da análise, seja pela abordagem cultural, empregada principalmente nos de estudos de etnografia urbana nas periferias, com foco comportamental e superando o sentido espacial fundante.

Cortado (2018) aponta que, a partir dos anos 1990, os estudos clássicos sobre a cidade que envolviam o “tríplice periferia-loteamento-autoconstrução” (p.65) começam a perder espaço na agenda dos estudos urbanos, tanto do lado da sociologia quanto da antropologia. Efetivamente, a periferia como lugar de pesquisa não se desfez, mas os pesquisadores passaram a se dedicar à investigação de outras temáticas urbanas. O foco na correlação entre a distância social e a distância geográfica, com investimento no entendimento dos processos históricos e econômicos que engendraram o movimento da urbanização foi, gradativamente, sendo substituído por uma ampla gama de estudos culturais e comportamentais que envolveu uma forte produção de etnografias urbanas no campo da antropologia.

O autor discorre sobre o modo como a categoria “periferia” foi ganhando uma extensão considerável no discurso dos etnógrafos, “a ponto de subsumir outras categorias que antes eram

pensadas em uma relação de contraste com a periferia, especialmente a de favela” (CORTADO, 2018, p. 67). Informa que o conceito de periferia - não apenas na antropologia, mas no discurso das ciências sociais – teria passado por um verdadeiro “deslizamento semântico”, semelhante àquele descrito por Durham (2004) no uso do conceito de ideologia. A autora chamava atenção para o modo como os antropólogos se equivocavam ao acionar conceitos estranhos à antropologia, principalmente os vinculados à tradição clássica da sociologia marxista: “muitas vezes, tratava-se de um uso extremamente superficial, sendo os conceitos usados de modo completamente *ad hoc*, sem conexão com as problemáticas históricas e políticas que lhes haviam dado luz” (CORTADO, 2018, p. 68). Seria o caso da noção de “ideologia”, que vinha sendo empregada pela antropologia urbana como “simples sinônimo de sistemas de ideias e valores” (DURHAM, 2004, p. 29 *apud* *ibid.*), para aludir a uma problemática que estaria subjacente, mas distanciando o conceito de sua definição original.

Para Cortado (2018), esse “deslizamento semântico” em relação à noção de periferia ocorre, principalmente, pelo abandono da combinação de fatores geográficos e sociais na construção conceitual do termo. Hoje, muitas interpretações têm tratado periferia como sinônimo de margem, de uma marginalidade sociocultural e politicamente construída². Essas abordagens que aproximam o conceito de “periferia” com o de “margem” buscam, exatamente, um afastamento do viés estritamente espacial e uma fluidez na utilização da categoria. Birman (2013) sustenta essa posição na introdução da coletânea “Sobre Periferias”³, indicando que a complexidade do campo analítico reside exatamente no “reconhecimento de que as fronteiras das periferias estão longe de se constituírem por coordenadas somente ou primordialmente espaciais” (*ibid.*, p.7). Para a autora se faz necessário reconhecer que as “margens” se expressam e se materializam em diferentes frentes, podendo ser políticas, religiosas, sociais, culturais etc., e não criam nem expressam espaços fixos, homogêneos ou submetidos às mesmas clivagens.

² De acordo com o autor, há um movimento geral de retorno à temática da marginalidade nos campos da sociologia e antropologia urbanas (DAS & POOLE, 2004; PERLMAN, 2005; WACQUANT, 2006). “Entretanto, é preciso ressaltar que não se trata da mesma marginalidade, não se trata de uma marginalidade conceituada como defeito de integração, dentro de uma perspectiva funcionalista: trata-se de uma marginalidade que se constrói na dinâmica das interações entre camadas pobres da população, vítimas da segregação, e o resto da sociedade – uma dinâmica de natureza eminentemente conflitiva” (CORTADO, 2018, p. 67).

³ Organizada por Neiva Vieira da Cunha e Gabriel de Santis Feltran e publicada em 2013, a coletânea *Sobre periferias: Novos conflitos no Brasil contemporâneo* é resultado da coordenação de um Grupo de Trabalho de mesmo título promovido no encontro anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais) nos anos de 2010 e 2011. O livro marca a o debate brasileiro sobre as margens urbanas, “depois de ler a proposta, fica claro: caminhar da reflexão sobre fronteiras sociogeográficas – das *periferias* – para chegar a uma proposta de “cartografia de perspectivas analíticas” – de *margens*” (DURÃO, 2014, p. 422).

Cortado (2018) pondera que essa busca por maior fluidez, ou “transversalidade”, para o termo “periferia” não surge acompanhada de alguma nova teoria. A partir da narrativa de defesa construída pelos próprios pesquisadores fica perceptível que o acionamento da categoria “periferia” aparece apenas como fruto do caráter polissêmico da palavra “periferia”, seja enquanto conceito analítico, ou como termo corriqueiro, que inclui os usos nativos.

Os empregos da categoria periferia, como das palavras-chaves usualmente utilizadas em sua análise, oscilam entre o estatuto de conceito analítico, quando não teórico, e o de palavra corriqueira, de uso cotidiano, utilizada para fazer menção aos modos de vida de territórios e populações de bairros de moradia autoconstruída, conjuntos e mutirões habitacionais, mas também morros, favelas e subúrbios. (BIRMAN, 2013, p. 9).

Por essa perspectiva, estudar “periferia” pode envolver um loteamento periférico, uma favela, um cortiço, um conjunto habitacional, um subúrbio, uma ocupação etc. Reside aqui o “deslize semântico” indicado por Cortado (2018), afinal,

se a palavra “periferia” pode designar lugares tão diferentes quanto o “loteamento periférico”, o cortiço da região central e o albergue para morador de rua, lugares onde, às vezes, nem os nativos se consideram como pertencendo à “periferia”, por que ainda falar em “periferia” e não preferir o conceito de “margem”, por exemplo? A manutenção da palavra, ao nosso ver, serve para aludir à problemática clássica da periferia, mas a referência aqui não vai muito além da alusão (ibid., p. 69).

Cortado (2018) acredita que houve um deslize semântico também do lado da sociologia quantitativa. Para o autor, os pesquisadores, aos poucos, passaram a adotar uma abordagem na qual a questão das periferias se transformou em um estudo sobre “pobreza” e “segregação” urbana, sem incorporar a reflexão central acerca da exploração capitalista nas cidades e a espoliação urbana.

Ou seja, a “periferia”, para a literatura clássica, funcionava antes como uma categoria dinâmica, indexada em um processo histórico, a exploração do proletariado pelo modo de produção capitalista. Já na nova literatura sociológica, a “periferia” serve como categoria tipológica, indexada na distância geográfica. Só que nunca está muito claro na nova literatura sociológica até que ponto a categoria de periferia continua, ou não, indexada no processo histórico da exploração capitalista (ibid., p. 73).

Não nos estenderemos aqui na elaboração de um debate problematizando as abordagens que vêm sendo tecidas pela antropologia e sociologia brasileiras para explorar analiticamente as “periferias” contemporâneas (e a questão urbana de modo geral), até porque, esse esforço de

pesquisa já foi realizado com êxito por Cortado⁴. Desse debate epistemológico promovido pelo pesquisador nos toca, particularmente, o interesse em resgatar a gênese da construção do urbano enquanto questão pelas ciências sociais brasileira e buscar sua correspondência com os estudos atuais, destacando o mérito da literatura clássica em apresentar a noção de periferia como uma categoria dinâmica e combinada a um processo histórico.

Naturalmente, o estudo das periferias urbanas do nosso tempo envolve um campo de observação e análise diferente e mais complexo do que o cenário a partir do qual os estudos pioneiros foram projetados. Os pilares de organização da vida social nas periferias foram reconfigurados com o passar dos anos, o universo familiar, do trabalho, da mobilização comunitária, da política, da sociabilidade e da violência se transformaram. Se a partir dos anos 1960 se intensifica a formação de periferias urbanas como resultado, principalmente, do êxodo rural e da necessidade da expansão capitalista das cidades para absorver o crescente contingente de trabalhadores pauperizados, na atualidade as periferias já não se consolidam mais pela dinâmica da migração intensa, apesar de continuarem se constituindo como espaço possível de reprodução da população pobre e cumprindo a função de “fronteira de expansão para o capital”, nos termos de Mautner (1999).

Concordamos com Birman (2013) no entendimento de que as “margens”, enquanto manifestação, transcendem a resistência das fronteiras físicas do urbano e que as periferias são, hoje, multifacetadas e heterogêneas em sua composição, tornando difícil a tarefa de unificação e construção de um conceito que busque abranger o todo. Entretanto, entendemos que a combinação entre os fatores geográficos e sociais continua funcionando para a construção das periferias urbanas enquanto objeto analítico. Sem dúvidas, é preciso considerar que a escassez, ou má qualidade de equipamentos e infraestruturas urbanas são fatores que se somam ao componente geográfico e ampliam as distâncias físicas e sociais. A experiência espacial de moradores de um bairro periférico é marcada pela pouca oferta de transporte público, pelo longo tempo dispendido cotidianamente no trajeto casa x trabalho, pela precariedade do serviço de abastecimento de água e esgoto, pelo asfalto esburacado, pela pouca ou má qualidade da oferta

⁴ Independentemente de críticas a produção dos estudos urbanos no Brasil, não podemos deixar de reconhecer a relevância de trabalhos que se debruçaram sobre diferentes temas, entre eles as reflexões sobre sociabilidade, violência e criminalidade - tanto nas favelas cariocas (MACHADO, 2016; LEITE, 2012), como nas periferias (FELTRAN, 2008); sobre marginalidade e ilegalismos urbanos (TELLES, 2010); debates sobre a necessidade de se rever o modelo dual de análise (centro-periferia) como expressão da realidade urbana (LAGO, 2000; RIBEIRO 2000; CALDEIRA, 2003), estudos sobre segregação e pobreza, buscando a construção de novos parâmetros para o entendimento do movimento do crescimento das cidades para as fronteiras e a transformação das periferias (TORRES, 2003; TORRES, BICHER et al, 2006), entre outros.

de equipamentos culturais, de educação e lazer, pela ameaça constante de alagamentos, pela violência, entre outros. Entendemos que a desigualdade promovida pelo espraiamento espacial desigual nas cidades se constitui como uma somatória de diversos fatores, entre eles o estritamente geográfico. Desse modo, superar o componente da distância para a conceituação de periferias urbanas significaria, ao nosso ver, desconhecer a permanência dos processos de periferização como principal motivador do movimento capitalista de expansão das cidades, com o afastamento dos trabalhadores pauperizados para as fronteiras, seja para loteamentos (irregulares ou não), condomínios habitacionais populares, ou para áreas de instabilidade ambiental, como próximas a lixões, indústrias poluentes, ou encostas de morros passíveis de desbarrancamento.

Quando os primeiros estudos sobre as periferias começaram a ser desenvolvidos, buscava-se produzir uma interpretação para um fenômeno de urbanização recém-inaugurado. Aprender os sentidos do movimento capitalista de produção das cidades figurava como uma meta inadiável aos que se esforçavam não apenas para compreender a conjuntura social-político-econômica, mas também projetar um modelo de desenvolvimento para o país. Não obstante essas pesquisas iniciais tratem de um recorte espacial específico, qual seja, a periferização nas duas maiores metrópoles brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro, seus expoentes foram chamados a reconhecer as características próprias de cada localidade, informados sobre um suposto protagonismo de um viés teórico estruturalista e, até mesmo, normativo em seus trabalhos.

Para Kowarick (2000), as investigações nas ciências sociais sobre a questão urbana na América Latina e no Brasil deixaram de avançar nos anos 1980, na medida em que se adotavam modelos interpretativos pouco “calibrados” para compreender os processos urbanos que aqui experimentávamos. Os estudos urbanos apoiados, inicialmente, em uma perspectiva teórica francesa, de cunho macroestrutural e formulada para decifrar o capitalismo monopolista de Estado dos países do centro, na medida em que não realizaram uma renovação conceitual que permitisse uma aproximação com processos e transformações vivenciados nas nossas cidades perderam força de análise, sendo substituídos por um viés interpretativo pautado pelas microdinâmicas da sociedade civil, na fragmentação do poder e na potência revolucionária dos atos cotidianos e parciais. Grosso modo, passamos de uma análise de estruturas sem sujeito, para uma de sujeitos sem estrutura.

Em termos muito abreviados, essa é a trajetória intelectual latino-americana da estrutura sem sujeitos. Seu inverso, ao rechaçar as explicações globalizantes e ao desatar os atores sociais de qualquer constrangimento

estrutural, não pode deixar de cair numa versão que valoriza as pequenas lutas do dia a dia, caracterizada pela pluralidade dos agentes e pela diluição da própria ideia de sujeitos de transformação histórica (KOWARICK, 2000, p. 126).

Diferentemente do paradigma *genético-finalista*, construído pelas abordagens estruturalistas, que atribuía aos movimentos urbanos uma espécie de vocação metafísica, acreditando que pautados pelas *contradições urbanas* esses promoveriam a superação do subdesenvolvimento por meio de uma “revolução urbana” virtuosa, o novo enfoque urbano pautava a mudança social pelas práticas fragmentadas dos atores. Sem dúvidas, não se pode deixar de reconhecer que as ações cotidianas, práticas de ajuda mútua e estratégias de sobrevivência elaboradas e acionadas pelos sujeitos constituem processos importantes para a reprodução da vida e do espaço urbano nas periferias. Não obstante, tais práticas precisam estar referenciadas pelas condições materiais objetivas, sob o risco de reproduzirmos uma análise reducionista ou idealizada.

Se os esquemas macroestruturais não explicam os movimentos da sociedade, pois carecem de sujeitos históricos que impulsionem suas mudanças, a visão basista que dilui os atores numa multiplicidade de cenários e agendas acaba por fazer com que eles conquistem uma liberdade que não os leva a parte alguma (ibid., p. 128).

Desse modo, inspirados pela perspectiva teórica clássica sobre a questão urbana, buscamos trabalhar com uma noção de “periferia” que leve em conta os componentes geográfico e social, um arranjo conceitual que se norteia pelo reconhecimento dos processos de produção e reestruturação capitalista do espaço e das transformações nas dinâmicas que pautam a as bases de organização social da vida popular. Considerando, naturalmente, que o empreendimento de uma análise acerca de periferias urbanas requer um trabalho de especificação do objeto, tratando-se, no nosso caso, da caracterização de processos de reprodução de periferias em uma “cidade média”.

Com a consolidação e avanço do modelo de acumulação capitalista nas cidades, as reconfigurações na divisão social do trabalho e na organização socioespacial do urbano alcançaram todo o território. Preservando características e dinâmicas locais, o crescimento das cidades para as periferias é algo perceptível em todos os municípios brasileiros predominantemente urbanos. Para além das fronteiras dos grandes centros urbanos, a periferização generalizou-se enquanto modelo de urbanização, de modo que pequenas e médias

idades também passaram a vivenciar processos análogos aos ocorridos nas metrópoles, ainda que com anos, ou décadas de atraso e experimentando outros ritmos e especificidades.

Na medida em que as pequenas e médias cidades começaram a se destacar no cenário urbano brasileiro, também pesquisadores de diversas áreas passaram a se debruçar sobre o tema, seja por interesse no seu crescimento acelerado em comparação ao crescimento das metrópoles a partir dos anos 1970, pela abertura econômica trazida pela reestruturação produtiva, com o arranjo espacial se afirmando como uma disposição relevante para o processo de acumulação, ou com ênfase na ação planejadora do Estado - visando maior equilíbrio na hierarquia das cidades, com perspectiva de melhor qualidade de vida e preservação do meio ambiente, mas que não passou, de fato, de uma retórica de intencionalidades.

Acompanhando as frentes de investigação que se constituíram acerca do tema das “cidades médias”, pudemos perceber que a produção analítica sobre a questão pouco se dedicou à construção de um conhecimento que abarcasse, de maneira relacionada, os processos macroeconômicos que envolvem a formação das periferias nesses “tipos” de cidades e a experiência social realizada por seus moradores. O desenvolvimento de pesquisas no campo das “cidades médias” seguiu, aparentemente, as vertentes teórico-metodológicas que influenciaram majoritariamente as interpretações sociológicas e antropológicas sobre o urbano no Brasil.

Como indica Kowarick (2000), vivemos o desafio de arquitetar um empreendimento intelectual sobre a questão urbana que busque superar as “dicotomizações temáticas que passaram a ser recorrentes em nossas análises e que se referem à questão dos fatores externos ou internos a uma sociedade” (p. 128). Esforçarmo-nos na direção de uma produção que englobe os processos de globalização econômica e cultural e a caracterização dos sujeitos enquanto agentes históricos, produtores de práticas e experiências sociais.

3. SÃO JOÃO DEL-REI: HISTÓRIA ECONÔMICA E FORMAÇÃO DE PERIFERIAS

3.1 A FORMAÇÃO HISTÓRICA E ECONÔMICA DE SÃO JOÃO DEL-REI

São João del-Rei é um município cuja ocupação remonta ao final do século XVII, no movimento de busca por ouro nas Minas Gerais. Em 1713, o Arraial de São João del-Rei é alçado à categoria de vila e, em 1838, assume a condição de cidade (GRAÇA FILHO, 2002). De tradição agrícola e pastoril, sua história é marcada por diferentes etapas de desenvolvimento econômico. Ainda no século XVII, constituiu-se como passagem de viajantes, dada sua localização privilegiada, situando-se entre São Paulo, Vila Rica (atual Ouro Preto) e São Sebastião (hoje, Rio de Janeiro). No século XVIII, entrou na rota de busca por ouro e, diferentemente de outras cidades mineiras que experimentaram decadência econômica com a queda gradativa da produção aurífera, a partir da segunda metade do Setecentos, São João Del-Rei mostrava diversificação de suas atividades econômicas, consolidando-se como importante entreposto comercial, tendo a Província do Rio de Janeiro como sua principal consumidora, o que a levou ao posto de cidade mineira mais rica na primeira metade do século XIX (PEREIRA, 2009).

De acordo com Graça Filho

(...) a mineração em São João del-Rei parece ter sido uma contingência. (...) Seu povoamento tivera início com as fazendas de cultura e criação, estabelecidas às margens do rio das Mortes, famoso pelo episódio da “Guerra dos Emboabas”. Até o descobrimento do ouro de aluvião neste rio, por Tomé Portes del Rei, fora uma região agrícola pastoril. Passada a época mineradora, São João del-Rei retornaria às características primárias de sua economia.

(...) raro foi o minerador que não manteve suas roças junto às terras de lavras e a extração aluvial do ouro só veio a diversificar ainda mais a estrutura produtiva da cidade, que viria a ser cognominada “Princesa do Oeste” (2002, p. 36).

Uma variável que indica a importância econômica da região é o intenso tráfico de escravos nela registrado. Entre os anos de 1825 e 1833, Minas Gerais recebeu 48,8% dos escravos desembarcados no Rio de Janeiro para o tráfico interno. Esse fluxo de escravos se relaciona com o crescimento demográfico verificado na comarca do Rio das Mortes, da qual

São João del-Rei era cabeça. Entre os anos de 1776 e 1821, percebe-se uma dispersão populacional na Comarca de Vila Rica, centro administrativo da província mineira, e um crescimento demográfico na Comarca do Rio das Mortes, que passa de abrigar 26% para 42% de toda a população da capitania, se tornando a comarca mais populosa de Minas Gerais. Nesse mesmo íterim, a porcentagem de negros e mulatos sobe de 21% para 35% na população total da Comarca, apresentando, assim, uma concentração de 47% do plantel mineiro (84.995 cativos) (GRAÇA FILHO, 2002).

Nota-se, portanto, que o declínio da exploração aurífera em Minas, ocorrida a partir dos anos 1760, não determinou, ao contrário do que supunham as interpretações da historiografia mais tradicionais, uma letargia econômica na província, com a inauguração de um século de estagnação que se prolongaria até a disparada da produção cafeeira no Sul de Minas, em meados dos Oitocentos. O relativo isolamento geográfico de Minas, reforçado pela precariedade das condições de transporte, permitiu um certo desenvolvimento econômico endógeno, instaurando-se, desse modo, uma “divisão interregional do trabalho” (OLIVEIRA, 1995 *apud* CARNEIRO, 2003) baseada na constituição de manufaturas artesanais de têxteis e de ferro, e numa consistente agropecuária mercantil de subsistência (LIBBY, 1988; CARNEIRO, 2003).

São João del-Rei estabelecia relações de intermediação dentro e fora da província de Minas Gerais, promovendo o fluxo de mercadorias entre produtores da Comarca do Rio das Mortes, e de outras regiões da província, para o mercado do Rio de Janeiro. Conseguiu, desse modo, consolidar uma elite comercial-financeira que, inicialmente ligada à produção de gêneros agropecuários de abastecimento, foi, nas últimas décadas do século XIX, propulsora do processo de industrialização da região (GRAÇA FILHO, 2002).

No final do século XIX, a produção caseira de tecidos na região entra em declínio, atividade economicamente relevante que decai, entre outros fatores, pela expansão da malha ferroviária e pela industrialização da produção têxtil (CARNEIRO, 2003). Verifica-se, na atual mesorregião do Campo das Vertentes, entre as décadas de sessenta e oitenta do século XIX, uma crise econômica, mas não um processo de decadência generalizada, visto que São João del-Rei ainda era o segundo município de maior arrecadação na província, superado apenas pela capital Ouro Preto (GRAÇA FILHO, 2002).

Em busca de dinamizar a economia local, a burguesia sanjoanense - com capital acumulado, principalmente, por meio de intensas atividades de comércio, criação de gado e agricultura - passa a promover uma industrialização assentada em “setores tradicionais”, ligados às atividades de fiação, produção de têxteis, móveis, bebidas, calçados, artefatos de

couro, laticínios, sabão etc.⁵ Na tentativa de acompanhar o processo de industrialização que se expandia pelo país, uma seção ferroviária ligando São João del-Rei à estrada de ferro D. Pedro II é construída. Inaugurada em 1882 e denominada “Estrada de Ferro Oeste de Minas” (EFOM), esse empreendimento teve mais da metade do investimento para sua instalação advindo de recursos locais. Nesse ínterim, alguns representantes da categoria passaram também a atuar como financistas, como fornecedores de crédito na região e aplicando capital nos primeiros núcleos bancários do país, tanto na província de Minas Gerais quanto nas do Rio de Janeiro e São Paulo (GRAÇA FILHO, 2002).

São João del-Rei viveu, na primeira metade do século XX, uma exitosa industrialização, principalmente na área têxtil⁶, mantendo sua tradição de interação comercial com Rio de Janeiro e São Paulo, chegando a ser considerada um polo industrial regional. Entretanto, Minas Gerais apresentava nesse mesmo período um crescimento industrial tímido e abaixo das expectativas (CARNEIRO, 2003). Lentamente, o estado “ampliou sua participação na produção industrial do país, subindo de 4,4% em 1907 para 5,6% em 1919 e 6,5% em 1939” (DINIZ, 2002, p. 38 *apud* CARNEIRO, 2003, p. 112).

o complexo industrial do estado ainda [era] pequeno em 1939 – com 13% das fábricas do país, Minas respondia por apenas 7% de seu produto industrial... os estabelecimentos industriais, geralmente pequenos, voltavam-se para os mercados locais e empregavam poucas pessoas (WIRTH, 1982 p. 95, *apud* CARNEIRO, 2003, p. 112).

Até a década de 1940, predominam em Minas Gerais algumas características da economia desenvolvida durante os séculos XVIII e XIX, ainda que modificadas pela relativa ruptura de seu isolamento geográfico. Identifica-se no estado um modesto crescimento da mineração e das indústrias de setores tradicionais (têxteis e alimentícios), com raízes no século XIX (CARNEIRO, 2003). O crescimento dessas indústrias representou um processo inicial de substituição de importações e, fez-se, em parte, em virtude da estreita conexão de Minas com as economias paulista e fluminense. Entretanto, a expansão das rodovias, que contribuiu para o aprofundamento da conexão Minas-São Paulo, foi também responsável por reduzir a

⁵ São exemplos a fundação, em 1891, da Companhia Industrial Sanjoanense (ainda hoje em atividade), no setor têxtil, e a formação, também em 1891, da Cia. Agrícola Industrial Oeste de Minas. Ainda no final do século, “outras indústrias leves apareceriam, como a Destilaria Castelo, de Zuquim, Silva e Cia. (1890), as fábricas de cervejas Miller (1891) e a Adriática, da Marchetti e Cia (1892)” (GRAÇA FILHO, 2002, 47).

⁶ Indústrias têxteis com atividades em São João del Rei inauguradas entre os séculos XIX e XX: Companhia Industrial São Joanense (1891), Fábrica Brasil Fiação e Tecelagem (1911), Fábrica de Tecidos Matozinhos S/A (1930), Tecelagem Dom Bosco Ltda. (1937) e a Fiação e Tecelagem São João (1947) (SANTOS, 2017, p. 60).

competitividade dos produtos têxteis e alimentícios mineiros nos mercados locais, na medida em que proporcionaram a entrada de gêneros paulistas (WIRTH, 1982 *apud* CARNEIRO, 2003). O setor agropecuário ainda dominava as exportações do estado, tendo o café como produto principal. Contudo, com a crise de superprodução do café iniciada em 1930, a cafeicultura mineira entra num longo período de decadência. De modo que “o capital acumulado com a cafeicultura não pôde, na década de 1940, financiar a industrialização tardia em Minas na mesma magnitude em que o fizera, nas primeiras décadas do século passado, em São Paulo e no Rio de Janeiro” (CARNEIRO, 2003, p.111).

À parte desse processo de industrialização baseado em “setores tradicionais” e insuficiente para garantir o vigor da economia mineira, temos, no final da década de 1930, o ferro e o aço já constituindo a segunda indústria do estado (à frente dos têxteis) e respondendo por 20% da produção industrial de Minas. Começa, assim, a se desenvolver no estado uma nova indústria siderúrgica, impulsionada pelos governos federal e estadual⁷, constituindo o embrião da “vocação m nero-siderúrgica” de Minas Gerais (CARNEIRO, 2003).

Diante desse cenário, fortalece-se entre as elites políticas e financeiras mineiras a convic o de que se fazia necessária uma arrojada mudança no eixo do desenvolvimento do estado na dire o da industrializa o e da diversifica o econômica e que essa empreitada não se faria sem uma a o articulada e de médio prazo, com vistas, principalmente,   atra o do capital industrial estrangeiro (DINIZ, 2002; DULCI, 2002 *apud* CARNEIRO, 2003)

Havia um consenso de que era necessário modificar a rela o de “dependência neocolonial” (OLIVEIRA, 1995; WIRTH, 1982 *apud* CARNEIRO, 2003) estabelecida com Rio de Janeiro e São Paulo, pela qual Minas Gerais seguia “enviando m teria-prima a preços baixos, comprando de volta alimentos processados e bens industriais de alto valor” (WIRTH, 1982, p. 76 *apud* CARNEIRO, 2003).

Com o objetivo de fazer da capital do estado o centro dinâmico de um esforço industrializante centrado na explora o das reservas de minérios de alto teor, principalmente de ferro e manganês, fez-se necessária a atua o do Estado na implementa o de a es de planejamento e implementa o das condi es necessárias   atra o e desenvolvimento do capital, principalmente internacional, com a cria o de um sistema de crédito estatal, adequa o

⁷ Com efeito, já em 1921 instalava-se em Minas Gerais a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira e em 1939 era fundada a S. A. Minera o de Trindade (CARNEIRO, 2003).

das condições de transporte rodoviário e fornecimento eficiente de energia elétrica (CARNEIRO, 2003).

Em 1942 é criada a Companhia Vale do Rio Doce, que passa a operar no estado promovendo a exportação de volumes crescentes de minério de ferro e estimulando a vinda de capitais do setor sidero-metalúrgico para a região central de Minas⁸. Contudo, mesmo com esses esforços, os setores fabris mais tradicionais do estado (o têxtil e o alimentício) permaneciam como protagonistas na economia, contribuindo, em 1949, com aproximadamente de 70% da produção industrial mineira (CARNEIRO, 2003). Será com Juscelino Kubitschek (1951-1955), e seguindo a “onda” progressista articulada em seu governo, que empreendimentos de alto investimento serão implementados, tais como a criação da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), em 1952, e da USIMINAS (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A) e das hidrelétricas de Furnas e Três Marias, em 1956, (OLIVEIRA, 1995 *apud* CARNEIRO, 2003).

Essa nova etapa de promoção da economia mineira alinhava-se diretamente ao modelo de modernização recuperadora e acelerada no qual apostava a ditadura militar. A extração e beneficiamento do minério de ferro constituía a atividade mineradora economicamente mais importante para o estado e se torna mais intensa a partir dos anos 1960, com a abertura do setor ao capital estrangeiro. Desse modo, o ciclo de expansão do complexo industrial “fordista” mundial e nacional impulsiona a extração de montanhas de minério de ferro, em quantidades crescentes até o ano de 1977 (CARNEIRO, 2003). Nesse momento, ocorre uma forte retração das atividades mineradoras, devido a diversos fatores, mas, sendo o principal o fato de que, a partir do final da década de 1970, os países centrais engendram a “terceira revolução industrial”, que levará à “diminuição do uso de matérias-primas tradicionais, típicas do período ‘fordista’ – fundamentalmente, ferros e aços – e o incremento da utilização de novos materiais, tais como polímeros, cerâmicas, fibras de vidro, polivinil etc.” (CARNEIRO, 2003, p. 123).

Desse modo, no final da década de 1970, os países do Terceiro Mundo adentram uma “desindustrialização endividada” (KURZ, 1996 *apud* CARNEIRO, 2003) e a economia mineira, intensamente vinculada ao movimento globalizado do sistema de produção de mercadorias, irá refletir essa realidade.

A especificidade do processo mineiro [de industrialização] está em ser uma espécie de modernização recuperadora dentro da modernização recuperadora brasileira. Nesse sentido, a exemplo do que ocorre no âmbito mundial do

8 A exemplo da Aços Especiais Itabira (ACESITA), que se instala no município de Timóteo, em 1944, formando-se o embrião do que viria a ser conhecido como o “Vale do Aço” (LINS, 1997 *apud* CARNEIRO 2003).

sistema produtor de mercadorias, as regiões brasileiras “retardatárias”, mobilizando, num esforço concentrado, os “recursos” técnicos, naturais, econômicos e políticos disponíveis, têm que realizar sua modernização tardia já expostas à concorrência com as regiões mais industrializadas, pioneiras (como São Paulo e Rio de Janeiro) (CARNEIRO, 2003, p. 120).

Essa estratégia de industrialização, articulada ao programa de modernização recuperadora promovido pela ditadura militar e baseada na “vocação m nero-siderúrgica” de Minas Gerais, acarretou forte concentra o de capital e de indústrias na região central do estado, principalmente no entorno da capital. De modo que houve um “desenvolvimento desigual nas diversas regiões... [com] acentua o das disparidades regionais” (FIGUEIREDO e DINIZ, 2000, p. 39 *apud* CARNEIRO, 2003). De uma maneira geral, as regiões mineiras que, no período pós-1970, experimentaram crescimento negativo ou muito lento são aquelas (como a microrregião em que se situa São João del-Rei) baseadas em indústrias tradicionais e ligadas a mercados locais, regiões essas que encontram dificuldades cada vez maiores para realizar uma arrancada de recupera o (CARNEIRO, 2003).

Esse processo de moderniza o recuperadora em Minas consumiu o declínio econômico da mesorregião Campo das Vertentes. Fora do raio de atua o dos empreendimentos voltados ou ligados   minera o e   siderurgia, essa região não conseguiu se inserir também em outros projetos econômicos promovidos no período, como, por exemplo, aqueles que estimulavam a ocupa o dos cerrados pelas monoculturas de exporta o⁹. As principais áreas que se beneficiaram desses projetos são as regiões do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba. Posteriormente, também a região Noroeste do estado seria incorporada. Contando com investimentos estatais que objetivavam a penetra o da produ o capitalista no campo, “desenvolve-se nessas regiões, ao longo da década de 1970, um forte complexo agroindustrial e extensas monoculturas de exporta o que incorporam altos níveis de tecnologia e demandam grandes inversões de capital” (CARNEIRO, 2003, p. 127).

A partir da década de 1960, temos também a a o mediadora do Estado junto aos empreendimentos de plantio de florestas homogêneas. Implementados, principalmente, na

⁹   provável que o fato de que nas áreas de Minas Gerias situadas mais ao sul do estado, tais como as mesorregiões Campo das Vertentes, Zona da Mata e Sul-Sudoeste não se tenham desenvolvido os programas de expansão das monoculturas de eucalipto (ou outras), que tiveram seu início na vigência da ditadura civil-militar, não se deva apenas   sua localiza o geográfica. A estrutura fundiária relativamente desconcentrada, já ocupada pela pecuária e agricultura, assim como o relevo montanhoso, formam forte contraste com a “disponibilidade” terras nas extensas e planas chapadas do centro-norte e do nordeste de Minas. Em grande parte, essas terras estão ou estiveram de posse de camponeses, indígenas, quilombolas e outras “comunidades tradicionais”. Entretanto, sendo oficialmente consideradas “terras devolutas”, passam a ser oferecidas gratuitamente às empresas plantadoras de eucalipto, para além do oferecimento de isen es e incentivos fiscais (SILVA, 2005).

região Leste do estado, na bacia do médio rio Doce, os programas de reflorestamento com eucaliptos tinham como foco, inicialmente, a instalação de empresas para a produção de papel e celulose. Como resultado, “a partir de 1979, o Brasil deixou de ser importador líquido de papel e celulose, passando a exportador, principalmente de celulose” (REIS e AMARO, 1997, p. 547 *apud* CARNEIRO, p. 130, 2003)

Com o escasseamento da Mata Atlântica e a pressão de conservacionistas contra a utilização de carvão vegetal oriundo de matas nativas, as grandes empresas do setor siderúrgico também se voltaram para o plantio de florestas homogêneas e para a fabricação de seu próprio carvão. Na década de 1970, o governo federal criou programas de estímulo a essas atividades, de forma que, em meados dos anos 1990, o Brasil alcança o título de “o primeiro produtor de carvão vegetal do mundo... [e Minas Gerais] é responsável por 80% da produção de carvão vegetal do país” (GUERRA, 1997, p. 559, *apud* CARNEIRO, p. 133, 2003).

Assim, a partir da década de 1960 vai se territorializando em Minas Gerais, um “complexo mineiro-siderúrgico” e a expansão acelerada de extensas monoculturas de *commodities* agrícolas voltadas à exportação. As dramáticas transformações econômicas, sociais e demográficas que acompanham esses processos determinam uma nova divisão inter-regional do trabalho no estado, no interior da qual algumas regiões, como a mesorregião Campo das Vertentes, passaram a ocupar posição periférica, articuladas apenas de forma débil e subordinada às áreas em que se concentram as atividades centrais de acumulação de capital.

Desse modo, a partir do final dos anos 1960, acompanhando a trajetória de estagnação econômica vivenciada no Campo das Vertentes, São João del-Rei se vê deslocada de seu papel de cidade-polo industrial para o de uma cidade-polo de serviços, atraindo contingentes de emigrantes da zona rural e da área urbana de pequenos municípios próximos, processo intensificado no final dos anos 1970, que, além de caracterizar o município como um centro regional¹⁰, fomentou a consolidação e permanente ampliação de novas periferias na cidade (CARNEIRO, 2007).

Um estudo sobre a desindustrialização brasileira e a perda de complexidade do setor apresenta a mesorregião Campo das Vertentes como desindustrializada e com baixo índice de complexidade econômica (ICE) (ALMEIDA, TOYOSHIMA e TEIXEIRA, 2019, p. 8). Os autores indicam que a desindustrialização brasileira teve início da década de 1980 e a perda de

¹⁰ Buscaremos compreender, no próximo capítulo, o papel do município enquanto “cidade média”, sua relevância na região e função de centro polarizador de atividades e articulador de território.

complexidade na década de 1990. “Isso indica que o país vem perdendo capacidade produtiva em setores mais sofisticados e também perdendo em termos de diversidade produtiva” (p. 17). Entre os anos de 2007 e 2014, 69% das mesorregiões brasileiras se desindustrializaram e os setores tradicionais de baixa intensidade tecnológica foram os que mais cresceram em termos absolutos no país (ALMEIDA, TOYOSHIMA e TEIXEIRA, 2019).

Mapa 3: Mesorregiões brasileiras classificadas por índice de desindustrialização



■ Industrialização
■ Desindustrialização

Fonte: Almeida, Toyoshima e Teixeira (2019, p. 8)

Mapa 4: Perdas e ganhos de ICE por mesorregião



■ Ganho de complexidade
■ Não exportadora
■ Perda de complexidade

Fonte: Almeida, Toyoshima e Teixeira (2019, p. 8)

Essas informações sobre o Campo das Vertentes ratificam a situação do setor industrial em São João del-Rei. Como descrito, a mesorregião não foi inserida no plano econômico empreendido pelos governos federal e estadual, com base na reprimarização da economia e na exportação de *commodities*. Apesar de o município manter ativa a produção industrial de setores tradicionais da economia e de baixa intensidade tecnológica, como alimentos e bebidas para o abastecimento, primordialmente, do mercado interno, o volume da produção não é suficiente para garantir competitividade e representar potencial de crescimento econômico.

O setor de serviços é, assim como na maioria das cidades brasileiras, o “carro-chefe” da economia da mesorregião Campo das Vertentes, representando, aproximadamente, 52% do

valor total do PIB a preços correntes nos três municípios¹¹. Essa porcentagem, muito provavelmente, indica a baixa influência do ramo industrial na região, visto que a “Indústria” se configura como o setor que conseguiria, a partir de seu crescimento, diminuir a margem percentual do setor de serviços na totalidade do PIB¹².

3.2 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E FORMAÇÃO DE PERIFERIAS URBANAS EM SÃO JOÃO DEL-REI

De maneira geral, pode-se dizer que, num primeiro momento, a industrialização precoce de São João del-Rei, iniciada no final do século XIX, veio a reforçar o papel polarizador que a cidade exercia sobre uma área de influência já bastante abrangente. Entretanto, como descrito anteriormente, ao longo da primeira metade do século passado vários fatores foram debilitando esse papel e reduzindo a extensão da função de polarização do município. De forma que, já a partir da década de 1960, São João del-Rei se vê reduzido ao lugar de centro regional cuja área de polarização se restringe aos pequenos municípios de sua microrregião, para o que colabora também a presença próxima e competitiva de dois outros municípios de porte médio, Lavras e Barbacena, na mesma mesorregião do Campo das Vertentes.

Até a década de 1940, a dinâmica das indústrias sanjoanenses ainda preservava forte capacidade de evitar a emigração de trabalhadores locais e, mesmo, de atrair emigrantes de outros municípios. De modo que, em 1940, a população urbana de São João del-Rei era, ainda, a quarta maior de Minas Gerais, com 22.912 habitantes (IBGE, 1950). Já no final desse decênio, a população da cidade chegou a 25.228 (crescimento de cerca de 10%), mas sua posição no *ranking* das cidades mais populosas de Minas Gerais caiu para o 7º lugar, sendo ultrapassada pelas cidades médias do Triângulo Mineiro, Uberaba, Uberlândia e Araguari, e pela vizinha Barbacena (IBGE, 1950).

Seja como for, as informações disponíveis indicam que na década de 1940 já havia significativa concentração de habitantes, notadamente operários, na região de Matozinhos, onde se localizavam as fábricas, tendo início, no mesmo período, o povoamento de algumas zonas

¹¹ <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em 12/10/2020

¹² Com o movimento de reprimarização da economia, não apenas a mesorregião das Vertentes, mas o Brasil, de modo geral, passou, principalmente a partir da metade da década de 1980, a apresentar redução na participação da indústria na economia, o que alguns autores têm indicado como um processo de desindustrialização precoce da economia brasileira (ALMEIDA, TOYOSHIMA e TEIXEIRA, 2019).

semirrurais periféricas a Matozinhos, como a Vila Santa Terezinha. Pelo mesmo tipo de povoamento, vinculado à industrialização da cidade, dava-se início à formação da atual faixa contínua de bairros populares que se estende de norte a oeste da cidade, com a emergência dos bairros Senhor dos Montes, São Geraldo e Bela Vista. Por fim, notava-se, à época, também, certa expansão dos povoados “periféricos” na direção sudoeste, oposta à região das fábricas, nos bairros Tijuco e suas bordas - Gameleiras, Águas Gerais etc. (JOÃO PINHEIRO, p. 59, 1982).

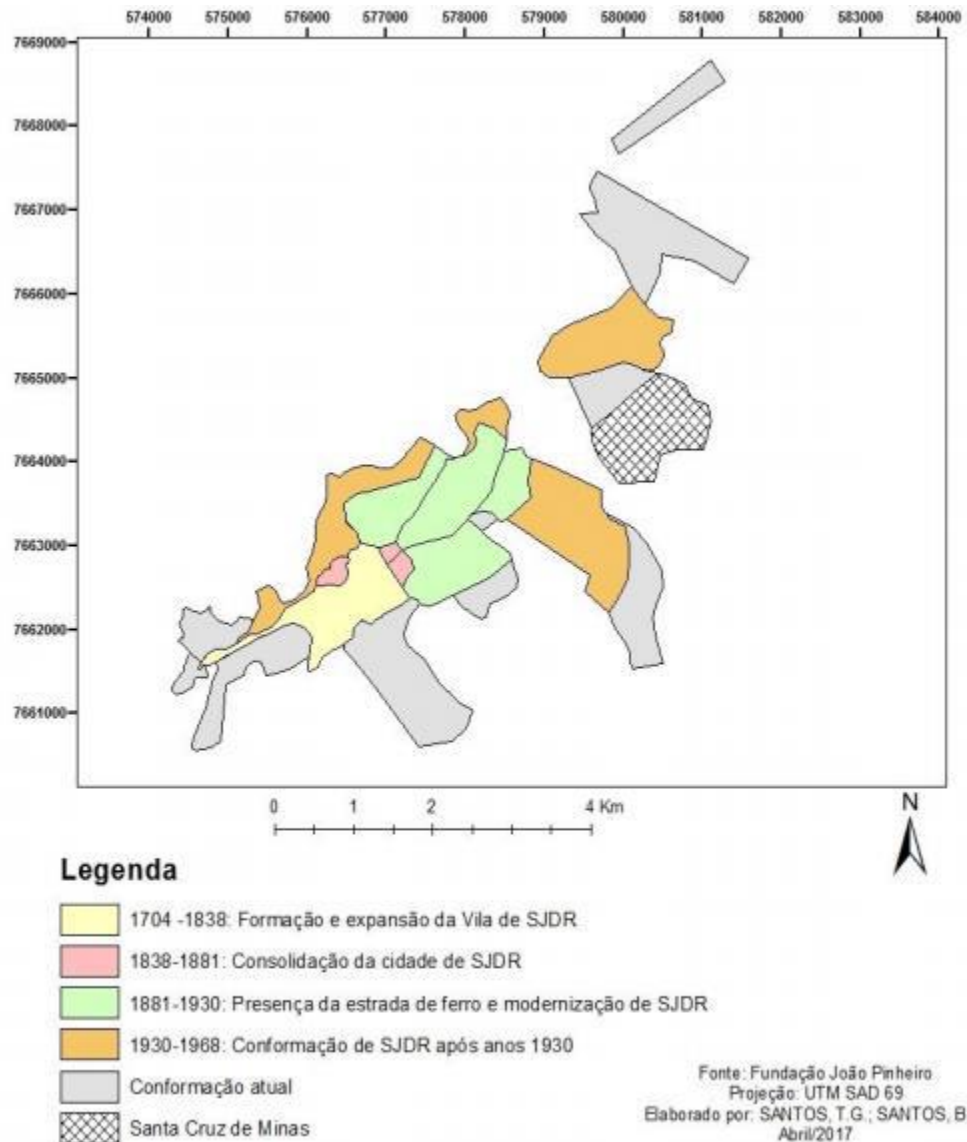
Na década de 1950, a industrialização sanjoanense alcança seu ápice e a população urbana do município experimenta forte crescimento de 41,1%, passando de 34.654 para 44.991 habitantes. No mesmo período, a população rural de São João del-Rei manteve-se praticamente estável, mostrando leve declínio de 13.221 para 13.034. Esses dados indicam que o expressivo crescimento da população urbana no decênio considerado deveu-se, para além de seu crescimento vegetativo, à atração de emigrantes do campo do município e, também, das zonas rural e urbana de municípios do Campo das Vertentes e, provavelmente, da própria Zona da Mata. Dessa forma, a zona urbana de São João del-Rei ganhou, nessa década, cerca de 10 mil habitantes, provavelmente de baixa renda, o que parece ter se constituído em condição fundamental para o forte processo de formação e/ou expansão de bairros de classes populares que, ao longo do tempo, se consolidariam como as periferias urbanas mais antigas da cidade, tais como os bairros Nossa Senhora de Fátima, Jardim América, Vila São Bento, São José, Gameleiras, Senhor dos Montes, Cristo Redentor, Araçá, São Geraldo, Buracão, Lava-pés (atual São Dimas) e Alto do Bonfim (JOÃO PINHEIRO, p. 60, 1982).

Nos anos 1960, a dinâmica industrial sanjoanense já apresenta sinais de declínio. Segundo Diniz, um diagnóstico realizado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, em 1965, concluiu pela decadência do setor têxtil mineiro (carro-chefe da industrialização sanjoanense), que se encontraria “estagnado há dois ou três anos; [com] baixa produtividade e equipamento obsoleto; queda da produção, matéria-prima de baixa qualidade; descuido do reequipamento e da manutenção” (DINIZ, p.143, 1981). Entretanto, a dinâmica da industrialização sanjoanense parece ainda exercer, nos anos 1960, considerável efeito de estagnação sobre a dinâmica migratória regional e sobre o crescimento da malha urbana do município. Assim, a população urbana de São João del-Rei continua a apresentar aumento significativo, conquanto sua taxa de crescimento decaia dos 41,1%, observados na década anterior, para 28,9%, ganhando novamente cerca de 10 mil habitantes. Enquanto isso, a população rural decresce bastante, diminuindo em cerca de 20%, com perda de 2.800 mil habitantes. Uma vez mais, os dados apoiam a hipótese de que a área urbana de São João del-

Rei continuava, embora em ritmo mais lento e com menor intensidade, a atrair emigrantes de sua zona rural, bem como das zonas urbana e rural de municípios próximos.

Também à semelhança do que ocorrera na década de 1950, os anos 1960 testemunham um forte movimento de formação/expansão de áreas habitadas por estratos de baixa renda. Nesse ínterim nascem bairros periféricos cuja urbanização peculiar e precária só se consolidará nas décadas seguintes, tais como a Vila São José, o bairro Pio XII e a Vila Nossa Senhora de Fátima (JOÃO PINHEIRO, p.61, 1982). Os dois últimos gravitam em torno do então bairro operário de Matozinhos (hoje convertido numa “centralidade” urbana importante, que concentra o oferecimento de comércio e serviços em quantidade e qualidade significativas, considerando-se o porte da cidade).

Mapa 1. Expansão da Malha Urbana de São João del Rei



Pesquisas apontam que o município de São João del-Rei apresentou, nas décadas de 1950 e 1960, um pico de crescimento de sua população de 1,42% ao ano, taxa que, nas décadas seguintes, cairia para cerca de 1% ao ano (TÉSSIA e LOBO, 2011). Essas taxas relativamente baixas de crescimento populacional do município resultam, provavelmente, de características anteriormente apontadas, como o fato de ser uma cidade-polo de uma microrregião de fraca dinâmica econômica, geográfica e economicamente distanciada das áreas do estado em que se concentram as principais atividades de acumulação de capital. Dessa forma, a área de influência demográfica de São João del-Rei, já de si pouco povoada, restringe-se aos pequenos municípios de seu entorno, para os quais cede e dos quais captura pequenos contingentes populacionais. Além disso, o balanço de ganho e perda de população entre São João del-Rei e outras mesorregiões mais prósperas de Minas Gerais tem sido negativo (TÉSSIA e LOBO, 2011).

Consequentemente, durante as décadas de 1960 e 1970, a formação de periferias urbanas em São João del-Rei se dava, em certa medida, devido à atração de contingentes de emigrantes de baixa renda da zona rural e da área urbana de pequenos municípios próximos. Entretanto, ao longo do tempo, esse fator vem perdendo importância, em relação ao crescimento vegetativo. Ocorre também o esvaziamento populacional da zona rural do município, que, como se vê na Tabela 1, a seguir, cai de 8.328 habitantes, em 1980, para 4.612 habitantes, em 2010, numa redução de 44,6%. No entanto, as pesquisas devem demonstrar até que ponto esses emigrantes da zona rural se dirigiram para a cidade-polo ou para outros municípios.

Tabela 1 - São João del-Rei – População urbana/rural – 1970-2010

	1970	1980	Δ%	1991	Δ%	2000	Δ%	2010	Δ%
URB	47.138	56.357	+ 19,6	66.700	+ 18,3	73.785	+ 10,0	79.857	+ 8,2
RUR	8.092	8.328	+ 2,9	6.047	- 27,4	4.831	- 20,1	4.612	- 4,5
TOT	55.230	64.685	+ 17,1	72.747	+ 12,5	78.616	+ 8,1	84.469	+ 7,4

Fonte: cidades.ibge.gov.br. Elaboração própria.

Quando observamos os dados de evolução da população e o índice de urbanização do Brasil fica evidente o intenso êxodo rural como contribuição para o processo de urbanização. Entre 1940 e 2010 a taxa de aumento da população urbana foi de 1.049%, enquanto a população rural cresceu apenas 5,2%, refletindo na taxa de urbanização brasileira que passou de 31,24%, em 1940, para 84,36% em 2010 (STAMM et al, 2013).

O início do processo de urbanização brasileira apresenta um movimento de esvaziamento populacional dos municípios com menos de 20 mil habitantes. Essas pequenas cidades que abrigavam quase 50% da população urbana no país em 1940, apresentam, em 2010, uma taxa próxima a 17% (STAMM et al, 2013). Andrade e Serra (2001) apontam as alterações no setor agrícola, com a substituição das atividades de subsistência por atividades de agricultura intensiva para exportação, como um dos fatores que contribuíram para essa desocupação progressiva das pequenas cidades.

A década de 1960 é marcada pela consolidação do avanço da urbanização e o surgimento das metrópoles nacionais, estas, institucionalizadas a partir da década de 1970. Os municípios com mais de 500 mil habitantes apresentaram aumento contínuo na participação da distribuição populacional passando de 19% em 1970 para 29,3% da população brasileira em 2010. Entretanto, as grandes cidades apresentaram crescimento significativo apenas na década de 1970, com taxa de 5,4% e queda e estagnação nas décadas seguinte: 2% nos anos 1980, 1% na década de 1990 e voltando aos 2% nos anos 2000 (STAMM et al, 2013).

Andrade e Serra (2001) apontam que embora extremamente concentrada nos grandes centros urbanos, a partir da década de 1970 a população brasileira passa por um processo de reversão de sua polarização, cidades consideradas médias, com população entre 50 mil e 500 mil habitantes, começam a apresentar taxas de crescimento superiores às grandes cidades.

Entre os fatores que imprimiram dinamismo ao desempenho populacional das cidades médias, podem-se elencar: as mudanças recentes nos padrões locacionais da indústria; as transformações mais visíveis no movimento migratório nacional; o fenômeno da periferização das metrópoles; a política governamental de atração de investimentos para as regiões economicamente defasadas; e a peculiar expansão de nossas fronteiras agrícolas e de extração de recursos minerais. Além destes, é claro, os fatores endógenos ao próprio dinamismo econômico de muitas dessas cidades. (ANDRADE E SERRA, 2001, p. 133).

Não obstante concordemos com autores como Andrade e Serra (2001), que consideram como cidades médias aquelas no espectro entre 50 mil e 500 mil habitantes, indicando que para além do fator demográfico sejam também considerados aspectos relativos às funções urbanas e dinâmicas regionais, nos parece necessário desagregar alguns dados relativos ao crescimento urbano dessa categoria de cidades, para apontar algumas especificidades.

Os números do Censo demográfico do IBGE apontam que cidades com população entre 50 mil e 100 mil habitantes apresentaram taxa de participação percentual na população total de

habitantes do país de 11% em 1970, passando para cerca de 13% entre os anos de 1980 e 1990 e voltando para a casa dos 11% em 2010. Já os municípios com população entre 100 mil e 500 mil habitantes apresentaram taxa de 19% em 1970, com aumento progressivo até 2010, cuja taxa foi de 29,3% (STAMM et al, 2013). Percebe-se, portanto, que o crescimento significativo de cidades médias a partir da década de 1970 ocorre, efetivamente, naquelas com população de mais de 100 mil habitantes.

Observa-se, assim, o crescimento de cidades interioranas de médio porte, que foram beneficiadas com algum tipo de política governamental de atração de investimentos para a região, seja no setor agrícola ou industrial, e de cidades do entorno ou com influência das metrópoles e capitais estaduais, que ensejaram o fenômeno de periferização das metrópoles.

Nesse sentido, longe de estarem inseridas num projeto nacional democrático de planejamento urbano e regional, as cidades que eventualmente irão cumprir as funções convencionadas por seu status de médias, como contribuir para o processo de desconcentração populacional das grandes cidades e metrópoles, servindo de barragens de contenção aos fluxos migratórios em direção aos grandes centros, promovendo a difusão de atividades mais modernas por todo território nacional e, conseqüentemente, a uma maior distribuição da população no sistema urbano brasileiro serão aquelas que, aparentemente, atendem a pré-requisitos requeridos pelo Estado e pelos agentes da acumulação.

Desse modo, o fenômeno de crescimento populacional de cidades médias e a tendência à desmetropolização, apontados como hipóteses por alguns autores, ocorrem localizados, principalmente, nas cidades com mais de 100 mil habitantes e que estiveram inseridas em algum tipo de projeto econômico ou cidades de uma região especializada em determinado produto, como as cidades montadoras de automóveis do ABC paulista ou as cidades mineiras do Quadrilátero Ferrífero, maior região produtora de minério de ferro do país.

Nesse sentido, a difusão espacial das cidades de porte médio foi uma consequência do perfil do desenvolvimento econômico brasileiro e sua urbanização. O resultado final foi o adensamento das cidades de porte médio litorâneas e a percolação das cidades de porte médio localizadas no interior do Brasil, em particular aquelas nas áreas limítrofes à fronteira agrícola (STAMM et al, 2013, p. 263).

STAMM et al (2013) apontam que os fatores responsáveis pelo crescimento das cidades de médio porte, com população entre 100 mil e 500 mil habitantes, e, conseqüentemente, pela dispersão espacial da população, foram a tendência à desconcentração industrial, ocorrida entre

1970 e 1990 e, principalmente, a mobilidade da fronteira agrícola, com a modernização da agricultura, a expansão do agronegócio e a transferência de excedentes populacionais das zonas rurais.

Os autores destacam o quanto a dinâmica populacional brasileira é dependente da dinâmica dos espaços rurais. O processo de modernização da agricultura vivenciado no país a partir das últimas décadas do século XX, criou novos mercados em regiões consideradas de baixa densidade demográfica nos anos 1970, sendo também útil para a liberação de mão de obra para ocupar os *fronts* pioneiros. “Enquanto as metrópoles nacionais e regionais apresentam um continuum urbano-industrial, parte das cidades de porte médio localizadas nas áreas de ocupação recente será marcada por um continuum urbano-rural” (STAMM et al, 2013, p. 264).

As atividades ligadas à produção e exportação de commodities, assim como os investimentos em infraestrutura, que atuam integrando o interior do Brasil à dinâmica da economia nacional, também foram motivadores da performance de desenvolvimento das cidades médias brasileiras. Haja vista os municípios litorâneos produtores de petróleo, ou, por exemplo, as regiões do país com economia voltada para mineração, ou as que sediam usinas de produção de energia, hidroelétricas ou eólicas.

Esse movimento de expansão urbana para as fronteiras - promovido seja pelo fortalecimento do agronegócio, por ocasião de opulentas obras nacionais de infraestrutura, pela instalação de atividades de grande impacto, pelo desenvolvimento industrial etc. - que veio desencadeando um processo de espraiamento e aumento populacional de muitas cidades de médio porte ocorreu envolto de problemáticas típicas da urbanização brasileira, que envolvem desde a formação de periferias autoconstruídas e pouco dotadas de serviços e equipamentos de infraestrutura até a transformação de lógicas espaciais, com a reestruturação urbana dessas cidades.

Cidades pequenas e médias, com reduzida importância populacional e econômica, dificilmente terão sua paisagem urbana intensivamente alterada por processos econômicos de envergadura. A observação *in locu* da cidade de São João del-Rei, um município de quase 100 mil habitantes, que não se comporta como frente de expansão para o agronegócio, não apresenta vantagens locais e cuja elite local, política e econômica, não vem logrando sucesso em suas tentativas de promoção da cidade para a atração de investimentos, tem nos permitido confirmar essa hipótese.

3.3 PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PERIFERIAS URBANAS EM SÃO JOÃO DEL-REI

Pesquisas desenvolvidas no âmbito do Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental (NINJA) da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) indicam que os processos de adensamento ou formação de bairros periféricos em São João del-Rei se acentuam a partir dos anos 1960 e se aceleram fortemente desde os anos 1990¹³. As mesmas fontes também apresentam algumas considerações sobre os processos que estiveram e estão na base da formação desses bairros.

De maneira geral, o movimento de formação de periferias sanjoanenses, que marca os anos 1960, parece associado ao declínio da trajetória de industrialização vivido pelo município desde meados do século passado. As indústrias do período se concentravam na região dos bairros Fábricas e Matozinhos, distantes do chamado Centro Histórico. Para essa área e seu entorno, ocorreu, ao longo da primeira metade do século passado, significativo contingente populacional, atraído pelas possibilidades de trabalho nas fábricas. Esse movimento provocou o adensamento progressivo do núcleo de povoamento dessa região da cidade, cujas origens remontam ao século XVIII (CARNEIRO E SILVA, 2006)¹⁴.

De acordo com os trabalhos realizados pelo NINJA¹⁵, a formação de bairros periféricos habitados por operários e trabalhadores de atividades que, de forma mais ou menos direta, relacionavam-se com o funcionamento de indústrias ligadas aos setores “tradicionais” (fios, tecelagem, couros, móveis, bebidas etc.), típicas da primeira industrialização mineira, se desenvolve intimamente ligada aos interesses e atuação da elite local industrial.

13 Vejam-se, por exemplo, Carneiro (2007) e Carneiro, Leite e Tavares (2010).

14 Foi nessa planície, às margens do rio das Mortes, que nos últimos anos do século XVII se assentaram os primeiros colonizadores da região, membros da expedição bandeirante comandada por Tomé Portes del Rey, oriunda de Taubaté. Esse primeiro núcleo de habitantes viria a se chamar Várzea do Porto Real da Passagem. Entretanto, nos primeiros anos do século XVIII, ocorre a descoberta de jazidas auríferas numa região situada a cerca de quatro quilômetros a sudoeste da Várzea do Porto Real. Cresce, então, nessa nova área, um significativo núcleo urbano, denominado Arraial Novo, a partir do qual se desenvolveria, ao longo dos séculos XVIII e XIX, o centro de São João del-Rei. Dessa forma, o crescimento do primeiro núcleo de povoamento, a Várzea do Porto, foi praticamente abortado e suspenso por muitas décadas. Próximo a esta área desenvolveu-se o pequeno Arraial de Matozinhos. A partir das últimas décadas do século XIX, o declínio das tradicionais fazendas produtoras de gêneros de mantimento se faz acompanhar por um processo de “esfacelamento de grandes propriedades nos arrabaldes da Vila de São João del-Rei” (GRAÇA FILHO, 2002, p.117 *apud* SILVA e CARNEIRO, 2006, p. 10). A região do entorno do Arraial de Matozinhos vai se transformando, então, num mosaico de chácaras pertencentes a famílias tradicionais das elites mercantis sanjoanenses, utilizadas para lazer, banhos de rio, plantio de pomares etc. A partir da década de 1930, o antigo Arraial de Matozinhos e suas cercanias transformam-se, cada vez mais, num território urbano pontuado por indústrias têxteis, curtumes, serrarias etc., de sorte que, em meados do século passado, a região de Matozinhos já se constituía como um bairro operário (SILVA e CARNEIRO, 2006).

15 BARROS e CARNEIRO, 2005; SILVA e CARNEIRO, 2006; SILVA e CARNEIRO, 2007; PEREIRA, 2015; MOREIRA e CARNEIRO, 2016.

Como exemplo, temos a construção, pelo Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), de dois conjuntos habitacionais destinados aos operários fabris de São João del-Rei. O primeiro, finalizado no início da década de 1950, situa-se na região de Matozinhos. O outro, criado no final da mesma década, localiza-se no bairro das Fábricas. Essas áreas tinham, à época dessas construções, características suburbanas, semirrurais, sendo por isso estrategicamente escolhidas para abrigar a região industrial sanjoanense e sua classe operária (SILVA e CARNEIRO, 2007).

Segundo Silva e Carneiro (2007), para a construção do primeiro conjunto habitacional, a prefeitura municipal, inicialmente, doou um terreno público, segundo escritura lavrada em março de 1938, que não se localizava em Matozinhos, e sim onde hoje se situa outro conjunto habitacional, o da praça Pedro Paulo, construído pela Fundação da Casa Popular, ao qual nos reportaremos mais adiante. Entretanto, um laudo técnico de engenharia solicitado pelo IAPI atestou a área como passível de alagamentos e, portanto, inadequada ao empreendimento. Diante do impasse a prefeitura optou, então, por comprar outra área, de propriedade de um destacado industrial da época, o Sr. João Lombardi¹⁶, situada em Matozinhos, e doá-la ao IAPI, recebendo de volta a área alagadiça. Foi somente no ano de 1953 que as primeiras casas ficaram prontas, ou seja, a primeira vila operária de São João del-Rei precisou de exatamente quinze anos para ser implementada.

Foram construídas cerca de 75 moradias, mas, apesar de realizada a entrega das casas, de acordo com Silva e Carneiro (2007) o bairro não contava com condições mínimas de urbanização. As ruas ainda não eram pavimentadas. Nas palavras de um antigo morador, “essas ruas foram todas feitas depois que eu vim pra cá. Isso daqui era uma roça. Da metade era capoeira. Isso daqui tem até nome de Matozinhos, era mato mesmo. Quando eu vim pra cá era mato mesmo (...) depois eles calçaram com as pedras” (Entrevista Sr. Osvaldo, Idem, p. 8).

Além disso, as condições de saneamento básico eram precárias, para o barateamento dos custos de construção, o sistema de captação e transporte subterrâneo do esgotamento sanitário residencial foi instalado nos quintais das casas, e não nas ruas, provocando transtornos e dificuldades para os moradores. Desse modo, para conseguir melhorias nos equipamentos urbanos de saneamento básico, os moradores tiveram que recorrer à ação coletiva, encaminhando reivindicações e, mesmo, arcando com os custos das obras. Segundo depoimentos,

¹⁶ João Lombardi, proprietário da Fiação e tecelagem João Lombardi (SILVA e CARNEIRO, 2007).

“O esgoto era no fundo da horta [quintal] (...) aí nós reunimos, fomos lá no IAPI e falamos ‘não pode ficar desse jeito (...)’. Nós fizemos o esgoto aí na rua... nós fizemos toda a instalação de água, fizemos o esgoto e também fizemos os bueiros. Tudo fomos nós que fizemos... a prefeitura só deu a mão de obra. Os materiais todos fomos nós que pagamos” (Entrevista Sr. Osvaldo, Idem, p. 9).

Um segundo conjunto habitacional foi empreendido pelo IAPI na cidade no final dos anos 1950. Trata-se do Conjunto Habitacional Juscelino Kubitschek (IAPI/JK). A área destinada para a construção das 120 casas era também de propriedade de João Lombardi e fazia divisa com sua fábrica. A localidade situava-se à margem da linha férrea que, com o passar do tempo, transformou-se na atual avenida Leite de Castro, principal via de ligação entre a região de Matozinhos e o Centro Histórico (SILVA e CARNEIRO, 2007).

Assim como o IAPI de Matozinhos, as casas do IAPI/JK também foram construídas com a rede de esgoto passando por dentro dos lotes, o que causava muitos transtornos aos moradores. Localizado numa região de baixada, o IAPI/JK sofre, ainda hoje, com constantes alagamentos e dificuldades para abastecimento de água potável (SILVA e CARNEIRO, 2007).

Um terceiro conjunto habitacional foi construído no início dos anos 1960. Contando com, aproximadamente, 80 moradias, o conjunto habitacional da praça Pedro Paulo foi edificado pela Fundação da Casa Popular (entidade vinculada ao Estado de Minas Gerais) e chama atenção pelo fato de se localizar em uma área anteriormente preterida pelo IAPI, por ser considerada inundável (SILVA e CARNEIRO, 2007).

A exemplo do que ocorreu com os dois outros conjuntos habitacionais aqui mencionados, a área onde se localiza o conjunto habitacional da praça Pedro Paulo constituía, à época de sua construção, uma região periférica, próxima às fábricas e curtumes sanjoanenses, distante do Centro Histórico (que um caminhante levaria cerca de meia hora para alcançar) (SILVA e CARNEIRO, 2007).

Como se viu, os conjuntos habitacionais apresentados foram construídos em áreas que, em meados do século passado, situavam-se na periferia do núcleo urbano, ocupadas, inicialmente, por indústrias poluentes de setores “tradicionais”. Trata-se de áreas sujeitas a inundações, regiões de várzeas de córregos, eles mesmos utilizados como meio de transporte

de esgotos sanitários e dejetos da produção industrial. Em suma, são áreas caracterizadas por condições ambientais bastante adversas¹⁷.

Segundo Silva e Carneiro (2007), no caso específico do conjunto habitacional IAPI de Matozinhos, instalou-se em suas imediações um matadouro municipal (desativado no início dos anos 2000). A situação é avaliada por um depoente: “eu sofri esse tempo todinho aí. Deve ter quanto tempo que esse *matador* acabou? É capaz de ter uns dez anos mesmo. E como é que era? Mau cheiro, mosquito, era fogo! Isso é porque eu estou aqui longe, imagina se está mais perto? Sofre mais.” (Entrevista Sr. Osvaldo, Idem, p. 10).

Cabe ressaltar que, malgrado todos os seus problemas ambientais e de infraestrutura urbana, os conjuntos habitacionais implementados nos fins de 1950 e início de 1960 exibem um patamar de habitabilidade urbana acima do que encontramos nos bairros periféricos sanjoanenses formados a partir dos anos 1970. Os conjuntos habitacionais podem ser vistos como fósseis pertencentes à época dos primeiros ensaios de “fordismo periférico” entre nós, uma época em que o provimento de habitações e territórios urbanizados para a reprodução da força de trabalho era tido como estratégico pelas elites econômicas e políticas, a fim de obter ganhos rentistas, políticos e aqueles derivados do controle e segregação espacial da força de trabalho (HARVEY, 1982).

Outros bairros periféricos da cidade estudados pelo NINJA, com origens que remontam a meados do século XIX, mas que não foram contemplados com empreendimentos habitacionais populares até 1960, vão apresentar crescimento a partir dos anos 1970. São eles: Vila Nossa Senhora de Fátima, Senhor dos Montes e São Dimas.

A ocupação inicial do território hoje conhecido como Vila Nossa Senhora de Fátima inscreve-se no movimento de urbanização da região de Matozinhos. Tal urbanização ocorre, principalmente, mediante o parcelamento e loteamento de chácaras, acompanhando o processo de espacialização da dinâmica econômica centrada, inicialmente, na instalação de “indústrias tradicionais” e, depois, no desenvolvimento dos setores de comércio e serviços dessa região que, dado seu adensamento, passa a constituir uma segunda centralidade do município.

17 Não por acaso, a maior parte das pesquisas desenvolvidas pelo NINJA sobre a construção de periferias urbanas se aproxima do tema da “injustiça ambiental”, segundo qual as classes e grupos sociais subalternos tendem a suportar maior carga de danos ambientais decorrentes das práticas dominantes de apropriação das condições naturais (ACSELRAD, MELLO e BEZERRA, 2009).

Segundo Silva e Carneiro (2006), os primeiros moradores da área onde se localiza atualmente a Vila Nossa Senhora de Fátima viveram por algum tempo apartados do tecido urbano, de modo que o território começou a ser efetivamente ocupado a partir do final da década de 1950. O caráter tardio do processo de construção da Vila Nossa Senhora de Fátima - em relação à urbanização de outras áreas da região de Matozinhos - parece explicável, em parte, pelas suas próprias características geográficas e ambientais. Com efeito, a Vila situa-se um pouco mais distante do antigo setor fabril de Matozinhos e na margem direita do córrego do Lenheiro, oposta àquela onde se localizavam as indústrias do bairro das Fábricas. O local onde se encontra a Vila era, ainda, degradado pelos dejetos de curtumes que existiam às margens dos córregos do Lenheiro e Água Limpa. De modo que a região passa a ser ocupada por famílias de baixa renda atraídas pelas possibilidades de trabalho:

A minha mãe mudou com a gente pra cá. Chegou aqui a gente parou de estudar e foi trabalhar na fábrica... aqui era um terreno imundo porque tinha um curtume, um curtume velho ali em cima. Então fazia um brejo aqui. Aí, portanto, o terreno aqui não é bom. E a gente conforme não tinha situação de comprar num lugar melhor, compramos aqui porque era mais barato... Então depois... A gente tava querendo comprar o lote na parte de cima [onde os terrenos são geotecnicaamente seguros], mas quem tava vendendo era um italiano, e ele, então... não falou que era aqui [na parte baixa, alagadiça] que tinha lugar pra vender”. (Entrevista, Antonieta Braga, 2006)¹⁸.

O processo de transformação do primeiro núcleo de habitações num bairro urbano ocorre ao longo dos anos 1970. Os dados do *survey* domiciliar aplicado pelo NINJA em 2006 demonstram que, das 181 residências entrevistadas, apenas 18 (9,9%) foram construídas nos primeiros 15 anos da vila (entre 1956 e 1970) - perfazendo uma média de 1,2 residência nova por ano. Em contraste, nos próximos 20 anos, de 1971 a 1990, foram edificadas mais 68 (37,6%) das residências pesquisadas – uma média de 3,4 residências por ano. O processo acelerou-se ainda mais a partir dos anos 1990 (de 1991 a 2006), quando foram construídas 95 (52,5%) dos lares pesquisados – uma média de 5,9 casas por ano (SILVA e CARNEIRO, 2006).

Entre os principais problemas enfrentados pelos moradores da Vila Nossa Senhora de Fátima destaca-se o dos alagamentos em épocas de chuvas. É provável que essa área tenha, historicamente, sido sujeita a alagamentos naturais, nos períodos chuvosos. Entretanto, ao longo dos anos, devido a uma série de intervenções ligadas à urbanização e à industrialização da cidade, as faixas de alagamento da região foram se ampliando (SILVA e CARNEIRO, 2006).

¹⁸ SILVA e CARNEIRO, 2006, p. 12.

Já a ocupação do território que hoje denomina-se bairro Senhor dos Montes coincide com as origens do povoado que mais tarde se tornaria a cidade de São João del-Rei, com raízes nos primeiros anos do século XVIII, quando ocorre a descoberta de “jazidas auríferas nos locais atualmente conhecidos como Alto das Mercês e Senhor dos Montes” (GAIO SOBRINHO, 1997, p. 11). Entre esses locais em que inicialmente se estabeleceram as atividades de extração do ouro e as margens do córrego do Lenheiro, desenvolveu-se um núcleo populacional, denominado Arraial Novo, a partir do qual se formaria, ao longo dos séculos XVIII e XIX, o chamado “Centro Histórico” de São João del-Rei.

Situado a menos de um quilômetro ao norte do Centro, o bairro Senhor dos Montes, como o nome sugere, localiza-se no alto de um morro e é atualmente habitado por cerca de 3.000 pessoas. Trata-se de população de baixa renda, constituída por expressivo contingente de pretos e pardos¹⁹. Com uma relação muito próxima à Igreja Católica, será, principalmente, por intermédio da paróquia de Matriz do Pilar, provedora da capela Bom Jesus Senhor dos Montes, localizada no bairro, que os moradores lograrão acesso a serviços e equipamentos urbanos, tais como rede de coleta de esgoto e de abastecimento de água. Nos finais da década de 1970, a paróquia, por meio de contatos institucionais ligados à Igreja na Alemanha, consegue um financiamento para a construção de 28 casas populares no bairro. A partir dessa nova frente de expansão, percebe-se um adensamento populacional que se inicia nesse período e perdura até o início dos anos 2000, quando o bairro aparentemente atinge seu limite ocupacional (RIBEIRO e CARNEIRO, 2008). Dados coletados por pesquisas do NINJA apontam que em 56 anos, entre o final da década de 1930 e meados da década de 1980, foram construídos 23% dos imóveis, enquanto nos trinta anos seguintes, de meados dos anos 1980 até 2013, foram construídos 76% dos imóveis (FERREIRA e CARNEIRO, 2014).

As pesquisas de *survey* realizadas pelo NINJA indicam que o crescimento da população dos bairros periféricos de São João del-Rei estudados ocorre, principalmente, entre o final dos anos 1980 e o ano de 2010. Segundo Ferreira e Carneiro (2014), no processo de adensamento populacional do bairro Senhor dos Montes prevaleceram o próprio crescimento vegetativo das famílias de baixa renda e a migração intraurbana, resultante da valorização de terras e imóveis

19 Resultados obtidos por meio de pesquisas de aplicação de *survey* do NINJA. Mais informações podem ser encontradas em: CARNEIRO, Eder; RIBEIRO, Isaac. *Conflitos ambientais e processos de construção de territórios urbanos: o caso do bairro Senhor dos Montes (São João del-Rei – MG)*. Relatório de Pesquisa. Programa Institucional de Iniciação Científica da Universidade Federal de São João del-Rei (PIIC-UFSJ). São João del-Rei, 2008.

nas áreas urbanas mais centrais. Como veremos adiante, esse quadro se repete nos bairros que aqui tomamos como objeto de estudo e caracteriza uma das especificidades mais marcantes dos processos de produção de periferias urbanas em São João del-Rei, porque parece resultar da debilidade da capacidade de atração de emigrantes que a cidade exerce sobre a região de seu entorno, a qual, por sua vez, se liga à posição de São João del-Rei como cidade-polo de uma mesorregião economicamente debilitada, marginal aos centros mais dinâmicos de acumulação do estado.

A observação da trajetória de construção do bairro Senhor dos Montes aponta para a ausência de ações por parte da prefeitura municipal e notório protagonismo da paróquia como agente promotor de urbanização. A atuação da Igreja católica junto às populações de bairros periféricos sanjoanenses não se restringe ao caso do Senhor dos Montes; também no bairro São Dimas foi muito forte a presença de padres comprometidos com a melhoria da qualidade de vida da população.

O bairro São Dimas, um dos bairros sobre o qual debruçaremos nossas análises nos próximos capítulos, por ser vizinho do bairro Fábricas e, desse modo, localizar-se próximo às tecelagens e à rede ferroviária, tem seu crescimento associado à busca dos trabalhadores por fixarem-se perto do local de trabalho e das ofertas de empregos. No início da década de 1960 os primeiros grupos familiares começam a ocupar a região do bairro e se encarregar de abrir os “trilhos” (ou trilhas) e demarcar os caminhos das ruas. Será, contudo, no final da década de 1980, com a abertura da rua Afonso Santana (na parte superior do bairro) para a construção de 28 casas populares²⁰, que o bairro vivenciará seu período de maior crescimento. Pesquisas vinculadas ao NINJA apontam que grande número de moradores do bairro obteve o lote por meio de aforamento e a casa mediante autoconstrução. O histórico do São Dimas é marcado pela dificuldade no acesso à infraestrutura urbana, pelo trabalho de mobilização comunitária empreendido pela associação de moradores e pelo apoio da Igreja Católica na promoção de equipamentos e serviços urbanos, como abertura de ruas e construção de poço artesiano. (BARROS e CARNEIRO, 2005 e PEREIRA, 2015).

Os trabalhos realizados pelo NINJA sobre a expansão da periferia urbana em São João del-Rei identificaram a intensificação do surgimento de loteamentos habitacionais irregulares

²⁰ Com a oficialização da Associação de Moradores do Bairro São Dimas, em 1986, os moradores conseguiram, por meio de um projeto de parceria dos Governos Federal e Estadual, verba para construção de casas populares. De modo que um terreno pertencente, em parte, à Conferência São João Bosco e, em parte, à Prefeitura Municipal de São João del-Rei foi doado para a construção das casas, que foram edificadas no esquema de mutirão (PEREIRA, 2015).

ou clandestinos, com efetiva ocupação a partir de meados dos anos 1990 (BARROS e CARNEIRO, 2005; TAVARES e CARNEIRO, 2006; BARROS e CARNEIRO, 2007; PEREIRA, 2015). Esses loteamentos são formados, em sua maioria, em áreas rurais, ou áreas urbanas como encostas de morro, ou degradadas por erosões. Para que o valor dos terrenos seja acessível à população de baixa renda, os empreendedores realizam apenas o traçado das ruas e a demarcação dos lotes. Sem prévio provimento de infraestrutura urbana básica, fica a cargo dos moradores autoconstruir os equipamentos urbanos possíveis e pleitear junto ao poder público que se encarregue de garantir a urbanidade do local.

Exemplos de bairros que se iniciaram por meio de loteamentos desse tipo são os bairros Cidade Nova, Vila Brasil, e Novo Bonfim. Esses três bairros serão objeto de estudo detalhado neste trabalho. O Cidade Nova é formado no início dos anos 1990 a partir do loteamento de uma gleba rural adjacente ao bairro São Dimas. A empresa responsável pela iniciativa realizou apenas o arruamento e a demarcação dos lotes, vendendo-os sob a promessa de logo providenciar a implementação da infraestrutura urbana. Entretanto, essa promessa nunca foi cumprida pelos empresários que, segundo relato de um dos moradores do Cidade Nova, venderam todos os lotes e foram embora de São João del-Rei (PEREIRA, 2015). Pesquisas de *survey* atualizadas²¹ indicam que a ocupação e o crescimento do Cidade Nova, que, inicialmente, atraía o excedente populacional do bairro São Dimas e região, não estejam mais tão diretamente relacionados à absorção do crescimento demográfico desses bairros vizinhos. A partir da década de 2010, com o estabelecimento de serviços urbanos, como coleta de lixo e calçamento das ruas, observa-se a ampliação e diversificação das áreas urbanas de onde parte a migração intraurbana para esse bairro. Com a abertura de vias estratégicas e a criação, nos entornos do bairro, de loteamentos habitacionais destinados a estratos de “classe média”, o local passa se constituir como uma nova frente de expansão urbana para as fronteiras da cidade.

Já loteamento que deu origem ao bairro Vila Brasil foi formado a partir de uma área de elevação pertencente ao distrito de Água Limpa, zona rural de São João del-Rei, localizada às margens da rodovia BR-265, que se liga à BR 381, em Lavras, e à BR 040, em Barbacena. Sua ocupação data de meados dos anos 1970, quando o então proprietário começa a vender alguns poucos lotes. Já o loteamento Novo Bonfim, adjacente a leste da Vila Brasil, tem origem na década de 1990, obra de um segundo empreendedor. De acordo com relatos de antigos moradores, colhidos para essa pesquisa, tratava-se de uma localidade rural, de modo que não

²¹ No capítulo 6, adiante, trabalharemos com os resultados atualizados da pesquisa de *survey* realizada em 2019, buscando detalhar os movimentos de migração intraurbana entre os bairros periféricos sanjoanenses.

estava provida de luz elétrica, esgoto e água encanada e até mesmo os parques traçados de ruas abertos eram insistentemente cobertos pela vegetação nativa. Cada um dos dois loteamentos foi planejado para abrigar 200 moradias, mas será, principalmente, a partir da década de 2010 que seus ritmos de povoamento se mostrarão mais expressivos. Efetivamente, esses dois loteamentos irão se constituir como um único bairro e a porção da cidade onde se localizam vivencia um processo gradual de ampliação urbana, com a instalação de empreendimentos imobiliários e ofertas de serviços diversos.

São, aqui, os processos que envolvem a produção e reprodução de periferias na cidade de São João del-Rei que nos mobilizam para pensar as dinâmicas que se somam na construção do urbano. Interessa-nos refletir acerca da formação de bairros periféricos de existência mais remota e de bairros cuja ocupação se intensificou recentemente. Buscaremos alcançar os percursos que percorrem os diferentes atores que agem na cidade e que interesses se agregam, ou competem entre si. Compreender as linhas que perfazem as transformações de função, dinâmica, atratividade etc. pelas quais passam os bairros selecionados para análise constitui uma estratégia de interpretação da lógica que orienta a performance de desenvolvimento urbano nas cidades brasileiras, com um olhar privilegiado para as práticas que conservam e fazem perpetuar as periferias.

Outro fator que promoveu a expansão urbana periférica em São João del-Rei nos últimos anos foi o empreendimento de conjuntos habitacionais financiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) do Governo Federal, destinados à população de baixo poder aquisitivo, com renda familiar mensal de até R\$ 1.600. Foram construídas, no total, 940 unidades habitacionais entre os anos de 2010 a 2012, distribuídas entre três empreendimentos: Residencial Risoleta Neves I, Residencial Risoleta Neves II e Residencial Parque das Cachoeiras (FERREIRA, CRUZ e TORRES, 2016).

Assim como ocorreu na maior parte dos conjuntos habitacionais produzidos para essa faixa de renda em todo o Brasil, também em São João del-Rei as moradias foram planejadas de maneira desarticulada com o restante da cidade, implementadas em áreas longínquas das regiões onde se concentram comércio, serviços e postos de trabalho formal; apresentam oferta muito precária de equipamentos urbanos, como rede de distribuição de água potável, saneamento básico e transporte público. Tais empreendimentos são resultado de projetos inflexíveis, que não conseguem se adaptar aos diferentes perfis familiares contemplados e atuam promovendo segregação socioespacial e fomentando a desigualdade urbana (COTA e SILVA, 2016).

Entendemos que o debate acadêmico acerca da perspectiva do planejamento urbano na qual se insere a implementação do PMCMV é, hoje, desenvolvido de maneira estruturada e sofisticada no campo dos estudos urbanos no Brasil. Desse modo, dados os limites da presente pesquisa e o material empírico que temos disponível, optamos por não abrir uma frente de investigações sobre a expansão urbana periférica iniciada pelos empreendimentos do PMCMV em São João del-Rei.

Almejamos trazer uma contribuição nos debruçando sobre os processos de crescimento de periferias urbanas que apontam para a repetição de um padrão na construção dos territórios urbanos de classes populares na cidade: embora a origem dos bairros varie (construção de conjuntos habitacionais para operários, lotes aforados, loteamentos irregulares etc.), os moradores, para obter os equipamentos urbanos básicos, têm que empreender ações coletivas e individuais/familiares que mesclam estratégias de pressão sobre o poder público e autoconstrução de residências e de equipamentos urbanos. Ainda assim, as soluções construídas são, em geral, provisórias, e mostram-se cada vez mais insuficientes na medida em que a população desses territórios tende a crescer. Naturalmente, a atuação do poder público e do capital imobiliário requer atenção. O provimento de equipamentos e serviços urbanos responde não apenas ao trabalho de mobilização e às repetidas demandas expressas pelos moradores, mas também a interesses diversos que não necessariamente têm como foco a qualidade de vida da população local. Do mesmo modo, o crescimento da especulação imobiliária sobre determinada área pode passar à margem de territórios periféricos próximos. Buscaremos trabalhar a hipótese de que quando se trata da dinâmica de desenvolvimento urbano de uma cidade média, do porte de São João del-Rei, o ritmo das transformações tende a ser lento e pontual.

Mapa 2 – Área urbana de São João del-Rei (2022)



Fonte: elaboração própria (2022)

4. SÃO JOÃO DEL-REI: UMA CIDADE MÉDIA EM DEBATE

A formação de periferias urbanas requer que, para além da consideração dos processos socioespaciais que se desenvolvem na escala da cidade e dos bairros, também se tome em linha de conta a posição relativa e as funções que o município desempenha numa dada rede de cidades. Portanto, parece-nos inquestionável a relevância de estudos de classificação hierárquica das cidades. As possibilidades analíticas contidas em trabalhos desse tipo costumam ser caras aos estudos urbanos-regionais. Entretanto, o propósito de nossa discussão não consiste em apontar fragilidades ou indicar uma categorização que entendemos mais adequada. Nosso intuito, ao apresentar as linhas gerais do debate sobre “cidades médias, faz parte de um esforço de investigação acerca das características “funcionais” de São João del-Rei, buscando tornar mais precisa, em nosso estudo empírico, a identificação e análise dos fatores de formação de periferias urbanas ligados àquelas características.

A concepção de “cidade média” não existia como possibilidade de análise no Brasil até o início do século XX. Isso porque “cidade média”, como noção ou possível conceito, advém de uma construção intelectual concebida a partir da segunda metade do século XIX, com o desenvolvimento da fase industrial do capitalismo, que, nesse período, transformou consideravelmente a paisagem urbana na Europa e dos Estados Unidos (CORRÊA, 2007). Somente a partir da superação do modelo anterior de urbanização - caracterizado por cidades de diversos tamanhos e pouco conectadas entre si - por uma rede urbana articulada e composta de centros funcionalmente diferenciados, será possível tecer a noção ou conceito de cidade média.

É no processo de urbanização diferenciada – isto é, em um cenário de concentração espacial de atividades produtivas e população, de um lado, e na dispersão demográfica e econômica, de outro - que se começa a forjar o desenvolvimento de cidades consideradas promissoras, com condições para o florescimento de novas frentes potencialmente lucrativas. “Nesse contexto, estabelece-se um equilíbrio relativo entre concentração e dispersão máximas, emergindo as cidades médias” (CORRÊA, 2007, p. 28).

O tema das cidades médias ganha destaque e se torna relevante, política e academicamente, a partir de 1950, na Europa Ocidental, principalmente na França. Com

o fim da Segunda Guerra Mundial, a macrocefalia da capital francesa torna-se um problema, de modo que políticas de ordenamento territorial e desconcentração populacional são implementadas, como a “política de ‘aménagement du territoire’, que reforçaria o papel das ‘metropoles d’équilibre’, cidades médias, também pode-se dizer” (CORRÊA, 2007, p. 27).

O desenvolvimento de cidades médias está relacionado ao contexto da moderna rede urbana e, sem dúvida, a aceleração do crescimento urbano mundial contribuiu para aumento do interesse na planificação urbano-regional nesse período. Segundo Filho e Serra (2001), três problemas geográficos e econômicos estiveram no cerne das preocupações acerca do tema das pequenas e médias cidades: o agravamento de problemas e desequilíbrios urbano-regionais; a piora na qualidade de vida e o aumento de problemas sociais; o funcionamento pouco eficiente da hierarquia urbana.

No Brasil, a preocupação com a planificação urbano-regional ganha vigor na década de 1970, com a criação de um sistema de planejamento que buscava incluir a dimensão espacial nas políticas governamentais (CORRÊA, 2007).

A procura de maior equilíbrio interurbano e urbano-regional, a necessidade de se interromper o fluxo migratório na direção das grandes cidades e metrópoles, a busca de maior eficiência para alguns ramos produtivos e a necessidade de multiplicação de postos avançados de expansão do sistema socioeconômico nacional são, a nosso ver, os principais objetivos - explicitados ou não - das políticas urbanas que centralizavam esforços no apoio ao desenvolvimento das cidades médias brasileiras (FILHO E SERRA, 2001, p.9) .

Os autores concordam, entretanto, que evolução da rede de cidades das regiões Sudeste e Sul, a partir da década de 1970, avançando para uma forma hierarquicamente mais equilibrada, isto é, com menor polarização entre metrópoles e pequenas cidades, não é o suficiente para comprovar uma associação direta entre o desenvolvimento econômico e o formato da redes de cidades nacionais, do mesmo modo que não se pode afirmar que o estabelecimento de centros intermediários foi resultado de políticas de Estado específicas, principalmente tendo em vista que “o desenvolvimento das regiões pobres seria baseado não na transferência de capital para lá, mas na exploração de seus recursos abundantes: terra e mão-de-obra barata” (FILHO E SERRA, 2001, p.14).

Para Corrêa (2007), o interesse governamental no desenvolvimento de um planejamento urbano-regional com vistas à diminuição das desigualdades regionais e do crescimento econômico não passou de uma retórica, esvaziada nos anos 1980. Filho e Serra (2001) indicam que,

Já na década de 80, o que se viu, no caso brasileiro, foi um arrefecimento generalizado da política estatal de caráter regional, sobretudo macrorregional, reflexo da priorização governamental de políticas macroeconômicas voltadas para a estabilidade monetária; da crise fiscal que minou a disponibilidade de recursos públicos; e do arrefecimento dos deslocamentos populacionais inter-regionais, que contribuiu para reduzir o caráter emergencial das políticas de desenvolvimento regional, pelo menos quanto aos seus objetivos de contenção dos fluxos migratórios em direção aos grandes centros urbanos nacionais (Idem, p. 21).

Na década de 1990, com a instituição do paradigma da globalização, o tema das cidades médias volta a ocupar a cena político-econômica. No contexto da reestruturação produtiva, realizada em um ambiente econômico de maior abertura comercial, e inserida num cenário político de profundas alterações na função estatal, a organização espacial aparece como uma disposição relevante para o processo de acumulação. As cidades médias aparecem, nesse quadro, vinculadas principalmente ao campo científico e tecnológico, associadas ao conceito de tecnópole (FILHO E SERRA, 2001).

O papel articulador e de intermediação, inerente a qualquer cidade média, tendo em vista suas dimensões, sua posição geográfica sempre estratégica e as funções que lhe são próprias, tem sido encarado como fundamental para a implantação, o desenvolvimento e a expansão de eixos e corredores de transportes e comunicações, de redes de todo tipo que possuam uma base espacial e, por fim, de redes muito especiais, tais como as das tecnópole (FILHO E SERRA, 2001, p. 29).

Algumas circunstâncias dos anos 90 contribuíram para reforçar e ampliar a relevância das cidades médias. Como descrito acima, temos, inicialmente, temas que emergem em função da grande revolução na economia, na geopolítica e nas comunicações mundiais, conhecida de maneira geral como globalização ou mundialização. Filho e Serra (2001) apresentam também o que identificam como uma segunda vertente de motes acerca de cidades médias, que incluem características praticamente não contempladas nos estudos e projetos vislumbrados nos anos 70. Isso porque, tais possíveis particularidades das pequenas e médias cidades só passaram efetivamente a fazer parte dos valores e

paradigmas da sociedade nas duas últimas décadas do século. Seriam elas: as cidades médias possibilitam boa qualidade de vida, são privilegiadas no quesito preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico e urbanístico, o que as qualifica como polos de atração dos crescentes fluxos turísticos (FILHO, RIGOTTI e CAMPOS, 2007).

De acordo com Filho, Rigotti e Campos (2007), desde o final dos anos 1970 pesquisadores mineiros vêm empreendendo esforços analíticos acerca da composição e função das cidades de médio porte do estado. Sob a coordenação de Amorim Filho foi apresentada em 1982 uma primeira classificação das cidades médias mineiras em quatro níveis hierárquicos: *Grande centro Regional (Nível 1)*, *Cidades Médias de Nível Superior (Nível 2)*, *Cidades Médias Propriamente Ditas (Nível 3)*, *Centros Emergentes (Nível 4)*.

A metodologia empregada nesta pesquisa considerou como cidades passíveis de entrar nessa classificação as que contassem com mais de 10.000 habitantes (resultando uma amostra de 102 municípios)²². Apesar da existência de indicadores apontando o limite de 20.000 habitantes como recorte, para os autores parecia evidente que as funções características das cidades médias poderiam também “ser exercidas por cidades com número inferior de habitantes, considerando-se a posição geográfica e as condições socioeconômicas da região em que se situam as referidas cidades” (FILHO, RIGOTTI e CAMPOS, 2007, p. 8).

Além de um conhecimento bem mais detalhado de cada uma das cidades de Minas Gerais, classificadas como médias, esta primeira classificação trouxe uma contribuição fundamental. É que, antes desta pesquisa, as reflexões teóricas e alguns estudos monográficos levavam a crer que o grupo das cidades médias fosse um grupo compacto, formado por cidades muito semelhantes entre si. Os estudos (especialmente os trabalhos de campo), que deram suporte e substância à publicação do texto de 1982, mostraram, de maneira clara, que não é bem assim (FILHO, RIGOTTI e CAMPOS, 2007, p. 9).

Depois dessa categorização pioneira mais duas pesquisas de atualização, utilizando a mesma metodologia, foram coordenadas por Filho, apresentando resultados

²² “Desde o começo das pesquisas, optou-se, por razões teóricas, por não se incluir na pesquisa Belo Horizonte e toda sua região metropolitana. Já se sabia naquela época que, mesmo englobando algumas cidades de porte médio, a atmosfera da RMBH (como de qualquer região metropolitana) modifica o ambiente em que as cidades médias desenvolvem em plenitude as funções e as relações que, teoricamente, se esperam de tais cidades. Em suma, as características mais típicas das cidades médias são modificadas ou mascaradas naquelas cidades, por estarem inseridas em um organismo urbano de dimensão e complexidade bem maiores” (FILHO, RIGOTTI e CAMPOS, 2007, p. 8).

em 1999 e 2006, respectivamente. Os resultados das três pesquisas (1982, 1999 e 2006) apontam São João del-Rei como pertencente ao *Nível 3* de classificação, uma *Cidade Média Propriamente Dita*: seriam aquelas com características intermediárias com relação ao tamanho demográfico, hierarquia e funções econômicas. Já a respeito de suas funções regionais, as cidades médias propriamente ditas apresentam relações consistentes com as cidades menores e com os centros urbanos mais relevantes, constituindo-se como uma referência regional.

Em relação aos municípios da mesorregião Campo das Vertentes, Barbacena é único a aparecer nas três pesquisas inserido no *Nível 2 - Cidade Média de Nível Superior*²³; apenas a cidade de Lavras é classificada, juntamente com São João del-Rei, no *Nível 3* (na pesquisa de 1999 Lavras sobe para o *Nível 2*, mas em 2006 retorna para o *Nível 3*) (FILHO, RIGOTTI e CAMPOS, 2007).

São João del-Rei, de acordo com os levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresenta hoje uma população estimada em 90.497 habitantes²⁴. O município situa-se na mesorregião Campo das Vertentes, que conta com 36 municípios, uma população total de cerca de 550 mil pessoas e é dividida em três microrregiões.

Mapa 3 – Mesorregião Campo das Vertentes e microrregiões



Fonte: portaldemapas.ibge.gov.br

²³ São consideradas *Cidades Média de Nível Superior* aquelas com população entre 70.000 e 200.000 habitantes que, “além de fortalecerem sua posição e suas ligações no domínio regional, começam a estender essas ligações a pontos situados para além desses domínios. São, em síntese, cidades de estruturas já bem consolidadas e cujo crescimento futuro parece, sem dúvida, assegurado. (AMORIM FILHO; TAITSON BUENO; ABREU, 1982, p. 41 *apud* FILHO, RIGOTTI e CAMPOS, 2007, p. 9).

²⁴ Dados extraídos do site do IBGE <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sao-joao-del-rei/panorama>. Acesso em 20/05/2020.

Em outro estudo sobre as cidades médias, Cota e Diório (2012), pautadas pela articulação entre o viés quantitativo e o qualitativo, identificam São João del-Rei como uma cidade “pequeno-média”. Isso porque o tamanho demográfico da cidade não chega ao limite estabelecido por um estudo desenvolvido por pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2001²⁵, que compreende como cidades médias aqueles municípios com população entre 100 e 500 mil habitantes. Desse modo, a cidade enquadra-se na categoria de pequeno porte, pois sua população não chega a 100.000 habitantes. Entretanto, a despeito desse fator, São João del-Rei acumula características de cidades de médio-porte, como crescimento demográfico significativo, atração de novos moradores, apresenta-se como uma cidade polo na região, cumprindo função de centro polarizador de atividades e articulador de território, e vivencia um processo de urbanização extensiva, qual seja, a dispersão urbana por meio da ocupação de antigas áreas rurais.

As autoras apontam, em outro estudo (COTA e DIÓRIO, 2014), que os termos “intermédia/intermediária” também parecem ser adequados para adjetivar a cidade. A noção de cidade “intermédia” apontaria, de maneira mais efetiva, para o caráter transitório de sua função na rede urbana, a depender das dinâmicas que se desenvolvem nas escalas espacial e temporal. Partem de uma concepção que visa à valorização dos aspectos qualitativos e estratégicos do município e de sua capacidade de afirmação e articulação nos níveis regional, nacional e internacional, entendendo que a importância (efetiva e potencial) da cidade está menos associada ao seu tamanho demográfico e mais ao tipo de relações que estabelece na rede urbana.

O adjetivo “intermédia” demonstra-se mais “adequado” à utilização para o debate acerca desta categoria de cidades, na medida em que expressa mais apropriadamente o caráter de transição e mediação do que é intermédio ou intermediário, situado e mediando entre os extremos (próximo e distante, pequeno e grande) através do desenvolvimento de funções que mediam escalas complexas e diversas (OLIVEIRA JÚNIOR, 2012, p. 3 *apud* COTA e DIÓRIO, 2014, p.71).

²⁵ ANDRADE, T.A.; SERRA, R.V. Cidades Médias Brasileiras. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

A inserção conceitual do município dentro das categorias possíveis, seja como “cidade média”, “pequeno-média” ou “intermédia/intermediária” não é, naturalmente, nem unânime, nem estática. Dadas a complexidade das relações econômicas e espaço-temporais que se estabelecem no urbano e a heterogeneidade das cidades, tem sido consenso que a busca pela compreensão dos papéis assumidos pelas cidades na rede urbana demanda a substituição de um sentido estático e rigidamente hierarquizado de sistema urbano por uma abordagem mais dinâmica. Como aponta Spósito (2007), as expressões têm sido usadas mais como noção do que como conceito.

Corrêa (2007), aposta na articulação entre tamanho, funções e dinâmicas do espaço intraurbano para a caracterização das cidades médias, considerando que o objeto de estudo em questão é “complexo e diferenciado, resultado de um processo de urbanização em contextos econômicos, políticos e sociais heterogêneos em um mundo desigualmente fragmentado e articulado” (idem, p. 23). Para o autor, o tamanho demográfico é um aspecto importante a ser considerado na medida em que quanto maior o tamanho demográfico mais complexas são as atividades econômicas, a organização do espaço intraurbano e mais profunda é a divisão social do espaço, com maior fragmentação e provável maior distância entre centro e periferia. Entretanto, Corrêa (2007) ressalta que há que se relativizar o tamanho demográfico absoluto levando em consideração o país, o estado e a região em que a cidade se localiza. Tomemos como termo de comparação a mesorregião mineira *Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba*, que comporta cidades como Uberlândia e Uberaba, que contam, respectivamente, com cerca de 600 mil e 300 mil habitantes. Ambas também foram consideradas “cidades médias”²⁶ e apresentam uma performance intraurbana e uma função de centralidade regional bastante distintas das de São João del-Rei, que tem, aproximadamente, 90 mil habitantes e está localizada em uma mesorregião caracterizada por conter muitos pequenos municípios (de um total de 36 cidades, 25 apresentam menos de 10 mil habitantes).

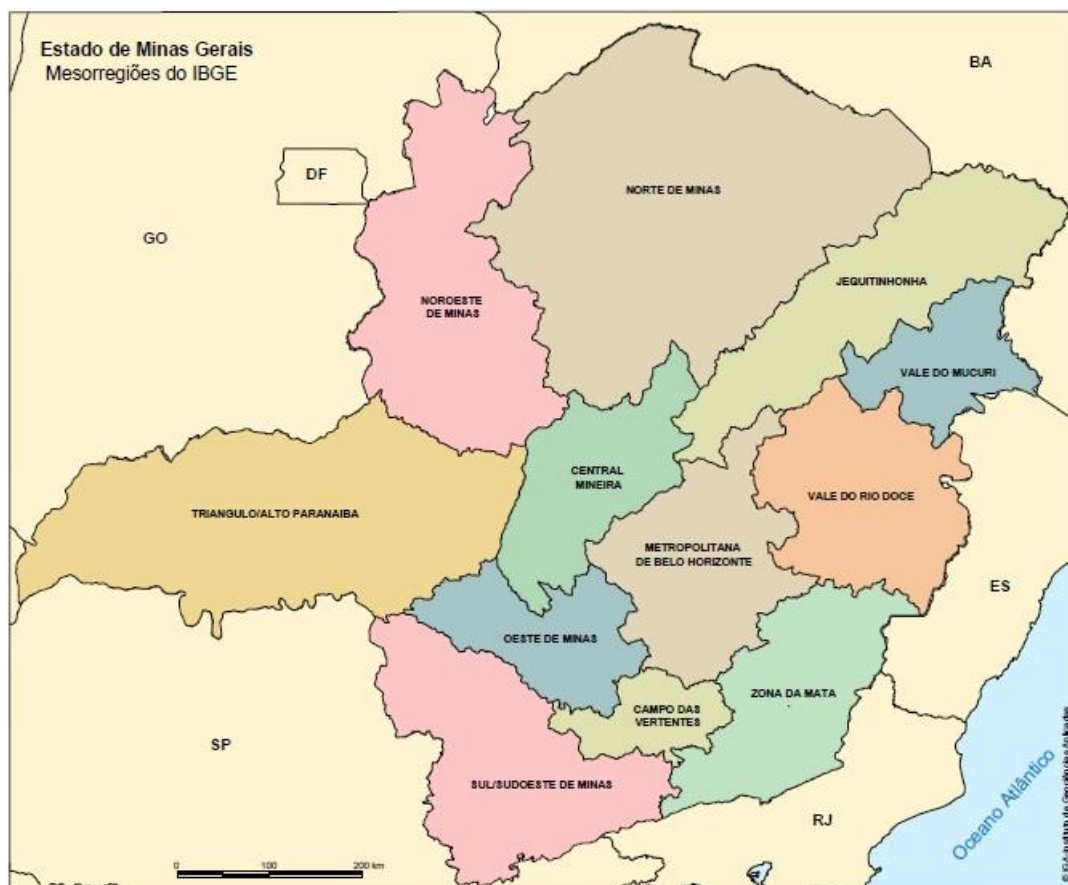
O autor destaca que, “a cidade média deve ser pensada segundo uma dada escala espacial, em relação à qual pode adquirir sentido” (CORRÊA, 2007, p. 26). Assim, se pensada em escala nacional de relevância, São João del-Rei dificilmente será concebida

²⁶ Uberlândia é considerada por Filho um *Grande Centro Regional*, “trata-se do limiar superior, que serve para fazer a transição entre as cidades médias de nível superior e as grandes cidades” (FILHO, RIGOTTI e CAMPOS, 2007, p. 9). Já Uberlândia é classificada como *Cidade Média de Nível Superior*.

como uma “cidade média”, mas numa escala reduzida, no âmbito da mesorregião na qual está inserida, aparece como centralidade e assume características como tal.

Uma característica do Campo das Vertentes, assim como das mesorregiões vizinhas, situadas na porção centro-sul do estado (Sul/Sudoeste, Zona da Mata, Oeste e Metropolitana de Belo Horizonte), é o grande número de pequenas e médias cidades que comportam²⁷. Os municípios dessas cinco mesorregiões correspondem a pouco mais da metade da soma de todos os municípios das 12 mesorregiões de Minas Gerais (473 do total de 853 cidades do estado). Consiste, portanto, numa porção do estado pulverizada por cidades de pequeno e médio portes, municípios que estabelecem entre si uma dinâmica de relações socioeconômicas que nos parece relevante para o objetivo aqui proposto.

Mapa 4 – Mesorregiões do estado de Minas Gerais



Fonte: portaldemapas.ibge.gov.br

²⁷ Exclui-se, aqui, a capital Belo Horizonte e os municípios que compõem a região metropolitana (RMBH), pois entende-se que eles conformam uma situação peculiar de metrópole, não cabendo, portanto, considerá-los no debate que se pretende sobre pequenas e médias cidades.

O desempenho econômico regional do Campo das Vertentes responde, em grande medida, às funções assumidas pelas cidades identificadas como “médias”, seja como centralidade e referência local, pelas relações que estabelecem nacional e internacionalmente e, também, pela concorrência que essas “centralidades”, movidas por interesses político-econômicos, estabelecem entre si mesmas.

Há também que se ter em conta a dimensão temporal na observação das cidades médias. Vejamos, por exemplo, sua relação com o tamanho demográfico. Concordamos que é preciso considerar que 100.000 habitantes têm significados diferentes quando referenciados a diferentes décadas. Para Corrêa (2007, p. 24), “essa observação é válida tanto quando se considera o valor numérico em si, como quando é considerada uma específica cidade e sua dinâmica demográfica”. O autor destaca que a definição de cidade média pode ser, desse modo, considerada como um estado transitório, uma cidade tida hoje como média poderá não mais o ser algumas poucas décadas adiante. No que diz respeito à temporalidade e à mobilidade hierárquica das cidades, é interessante notar que São João del-Rei foi, do século XVIII até meados do século XX, um centro urbano economicamente bem mais relevante do que apresenta ser atualmente, apesar do crescimento populacional do município.

Frente ao debate acima apresentado, São João del-Rei será aqui considerada como uma cidade média, ou de médio porte, tendo em vista que cumpre funções de centralidade e apresenta uma rede de relações significativa com os demais municípios da micro e mesorregião e com a metrópole do estado.

4.1 SÃO JOÃO DEL-REI NA REDE URBANA

O IBGE disponibiliza, a partir de sua base de dados, um quadro de referência da rede urbana brasileira. Trata-se do estudo *Regiões de Influência das Cidades* (REGIC), cuja versão mais recente, denominada “REGIC 2018”, foi publicada em 2020 e “tem o propósito de identificar e analisar a rede urbana brasileira, estabelecendo a hierarquia dos centros urbanos e as regiões de influência das Cidades” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, p. 9, 2020). Essa pesquisa traz importantes contribuições para os estudos urbanos no País, na medida em que “estabelece critérios para a qualificação das Cidades e das relações entre elas, revelando eixos de integração

no território e padrões diferenciados de distribuição de centralidades urbanas” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, p. 9, 2020).

De acordo com a REGIC 2018, a rede urbana brasileira se estrutura em duas dimensões: a hierarquia dos centros urbanos, dividida em cinco níveis, cada um deles com subdivisões internas²⁸; e as regiões de influências, classificadas pela ligação das cidades de menor com as de maior hierarquia urbana. O ponto final de cada rede são as Metrôpoles, para onde dirigem-se as vinculações de todas as cidades presentes no Território Nacional (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020).

Desse modo, as Cidades brasileiras foram classificadas, hierarquicamente, a partir das funções de gestão que exercem sobre outras Cidades, considerando tanto seu papel de comando em atividades empresariais quanto de gestão pública, e, ainda, em função da sua atratividade para suprir bens e serviços para outras Cidades. O alcance desse comando e atratividade no território corresponde à delimitação de sua área de influência, ou seja, quais Cidades estão subordinadas a cada centralidade classificada na pesquisa (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020, p. 11).

São João del-Rei, pela REGIC 2018, se encontra no terceiro nível hierárquico de cidades, sendo classificada como “Centro Sub-regional A”. As cidades inseridas nessa categoria apresentam menor porte populacional, com média nacional de 85 mil habitantes, caracterizam-se por desenvolver atividades de gestão menos complexas (tanto empresariais, quanto públicas), constituindo, portanto, áreas de influência de menor extensão²⁹.

Na pesquisa REGIC de 2007 o município aparecia classificado como Centro Sub-regional B, um nível hierárquico inferior ao que passa a ocupar na pesquisa de 2018 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008). As cidades de Barbacena e Lavras, que concorrem regionalmente com São João del-Rei pela centralidade na mesorregião do Campo das Vertentes, se mantiveram na mesma categoria em ambas pesquisas, qual seja, “Centro Sub-regional A”³⁰.

²⁸ Metrôpoles (Grande Metrôpole Nacional, Metrôpole Nacional e Metrôpole); Capitais Regionais (Capital Regional A e Capital Regional B); Centros Sub-regionais (Centro Sub-Regional A e Centro Sub-Regional B); Centros de Zona (Centro de Zona A e Centro de Zona B) e Centros Locais (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020).

²⁹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020.

³⁰ Idem.

O documento “Nota Metodológica” publicado no âmbito do estudo da REGIC 2018 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020b), informa que, a rede urbana tende a ser uma estrutura estável no tempo, sofrendo pequenas alterações no decorrer dos anos. As causas dessas alterações, quando ocorrem, são as mais diversas possíveis e podem ser da dinâmica econômica regional e nacional, tendências históricas observáveis no decorrer de décadas, eventos singulares como grandes projetos econômicos, alterações de infraestruturas de transporte e mobilidade, questões migratórias, dentre outras (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020b, p. 29).

A rede urbana configura-se como uma estrutura do espaço geográfico formada por posições relativas das cidades num contexto mais amplo, de modo que alterações sofridas por uma ou mais cidades automaticamente produzem efeitos em outras. O estudo REGIC 2018 se baseia em três elementos centrais para o cálculo da hierarquia São eles, a *hierarquia mínima*, alcançada pela cidade através da construção do encadeamento da rede de cidades, a *Centralidade de Gestão do Território (CGT)*, (que leva em conta a Gestão Empresarial e Gestão Pública) e o *Índice de Atração (IA)* da cidade. Os pesquisadores indicam, entretanto, que para a leitura das mudanças ocorridas faz-se necessário ter em conta, para além dos elementos centrais do cálculo da hierarquia, também o cenário geral das possíveis alterações, bem como elementos que estão diretamente relacionados ao perfil das cidades, como Produto Interno Bruto (PIB) e tamanho da população (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020b).

A última versão da REGIC promoveu uma atualização da unidade urbana sobre a qual realiza as análises: além dos municípios, foi incorporada à categoria “Arranjos Populacionais (AP)”, que consiste no agrupamento de dois ou mais municípios. A inserção dessa nova categoria se justifica pelo fato de a unidade funcional, “cidade”, muitas vezes ser composta não apenas por um, mas por vários municípios, que se mostram indissociáveis como unidade urbana. “Trata-se de Municípios conurbados ou que possuem agudo movimento pendular para estudo e trabalho, com tamanha integração que justifica considerá-los como um único nó da rede urbana” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, p. 11, 2020).

A REGIC 2018 identificou três Arranjos Populacionais (AP) na mesorregião Campo das Vertentes: AP Barbacena, comportando 3 municípios; AP Lavras, contendo

4 municípios e AP São João del-Rei, com 4 municípios³¹. A pesquisa de 2018 consolidou São João del-Rei como uma cidade de mesmo nível de influência (local e regional) de Lavras e Barbacena. Parece possível afirmar que São João del-Rei vem conseguindo se consolidar nos últimos dez anos, tanto em seu papel de comando em atividades de gestão, como em função da sua atratividade para suprir bens e serviços para outras cidades.

O município aparece, também, referenciado nos “Resultados intermediários e análises temáticas da rede urbana brasileira” apresentados pela pesquisa REGIC 2018³². Foram analisados nesse tópico diversos temas específicos da rede urbana com o objetivo de identificar cidades de destaque e dinâmicas características para cada temática³³. São João del-Rei desponta com destaque nos temas “Ensino Superior” e “Cultura”.

São João del-Rei ocupa a 21ª posição no *ranking* das 30 cidades com centralidade definida especificamente por deslocamentos para cursar ensino superior. Essa centralidade se sustenta na disposição que determinadas cidades assumem como fornecedoras de serviços na área da educação para a população. “Os resultados qualificam os centros quanto ao grau de atratividade e atendimento no setor, identificando-os como fornecedores de serviços educacionais, classificados pela capacidade de atendimento, pela qualidade e pela diversidade de sua oferta” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020, p. 99).

No Brasil, a distribuição de equipamentos e serviços educacionais possui uma lógica espacial desigual que, na maioria das vezes, privilegia os centros urbanos de maior hierarquia. A despeito das políticas de ampliação do acesso ao ensino superior promovidas pelo Governo Federal em meados dos anos 2000, e que tiveram como um de seus pressupostos atenuar distorções decorrentes dessa concentração espacial, das 27 Unidades da Federação apenas três apresentam mais matrículas no ensino superior em instituições de ensino do interior do que em instituições localizadas nas capitais (Paraná, Minas Gerais e Santa Catarina)³⁴.

³¹ Municípios que compõem os Arranjos Populacionais (AP) mencionados: AP Barbacena (Alfredo Vasconcelos, Antônio Carlos e Barbacena); AP Lavras (Ijaci, Itumirim, Lavras e Ribeirão Vermelho) e AP São João del-Rei (Coronel Xavier Chaves, Tiradentes, São João del-Rei e Santa Cruz de Minas). (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, p. 11, 2020).

³² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020.

³³ Os temas destacados são: “Gestão do território; Comércio e serviços; Instituições financeiras; Ensino superior; Saúde; Informação; Cultura e esporte; Transporte; Atividades agropecuárias; e Ligações internacionais” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020, p. 9).

³⁴ Idem.

De acordo com Cota e Diório (2014) a trajetória de São João del-Rei como referência no ensino superior começa em 2002, quando a então Fundação de Ensino de São João del-Rei (Funrei) é transformada em Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). As autoras apontam que a cidade passa a apresentar um crescimento populacional a partir dos anos 2000 e que, com a expansão da UFSJ e o aumento do número de cursos pela implementação do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) em 2007, o setor de educação passou a contribuir mais significativamente para a atração de pessoas e fluxos para a cidade, reforçando a importância do município na rede urbana.

Apesar de a UFSJ ser a instituição de ensino de maior peso no município, ela não se apresenta como a única responsável pelo destaque de São João del-Rei no campo do ensino superior. A implementação do Programa Universidade para Todos (Prouni), em 2005, promoveu um aumento da relevância do Centro Universitário Presidente Tancredo Neves (UNIPTAN), uma instituição privada de ensino superior sediada na cidade desde 1999 e que em 2017 foi elevada à categoria de Centro Universitário. Também é significativa a criação, em 2010, de um campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IFET), ofertando cursos técnicos, de graduação e pós-graduação. Parece evidente, portanto, que as políticas de reestruturação e expansão das Universidades Federais e de ampliação do acesso ao ensino superior promovidas pelo Governo Federal influenciaram no crescimento urbano de São João del-Rei, gerando um aumento no índice de atratividade da cidade e intensificando as relações com os demais municípios da rede.

Já em relação à análise da influência da temática “Cultura” na estruturação da rede urbana brasileira, a REGIC 2018 aplicou questionário solicitando aos informantes que indicassem até cinco municípios para onde os moradores locais se deslocam para ir a shows, festas, festivais, cinemas, teatros, museus e outras atividades culturais. Os resultados apontaram o Arranjo Populacional (AP) de São João del-Rei ocupando a 12ª colocação no *ranking* das 30 cidades com centralidade definida especificamente por deslocamentos para atividades culturais³⁵.

São João del-Rei vem, desde meados dos anos 2000, se esforçando, sem muito sucesso, para se consolidar nos mercados turísticos nacionais e mundiais de cidades,

³⁵ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020.

tendo por base, principalmente, a valorização de seu “patrimônio histórico e cultural”³⁶. Entretanto, é importante frisar que o AP São João del-Rei é composto por quatro municípios, sendo um deles Tiradentes. Possivelmente, essa colocação no *ranking* se dá pela atuação dominante de Tiradentes no mercado nacional de turismo histórico e cultural³⁷. A cidade se consolida na rede urbana como um centro de atração turística cultural, sediando inúmeros eventos (culturais, gastronômicos, religiosos etc.) nacionais e internacionais, atraindo grande contingente de pessoas³⁸.

Desse modo, ainda que os resultados da REGIC 2018 apontem o AP São João del-Rei como uma centralidade definida por deslocamentos para atividades culturais, essa classificação não deve ser estendida aos municípios pertencentes à AP de modo automático. É preciso considerar as especificidades de cada uma das cidades que compõem a AP, pois o índice de atratividade cultural de cada uma delas depende de suas características históricas e econômicas.

4.2 BREVE ANÁLISE ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DEL-REI

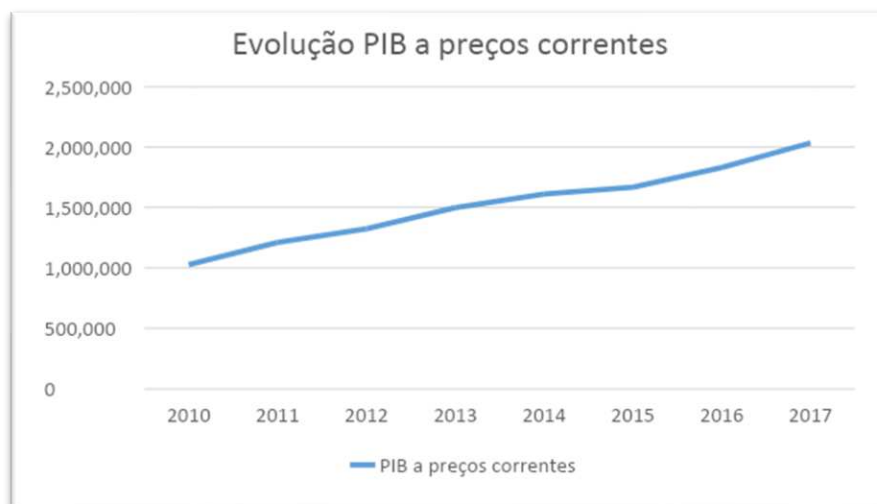
De acordo com os dados do IBGE³⁹, São João del-Rei apresentava em 2017 um Produto Interno Bruto (PIB), a preços correntes, de R\$2.033.658,53. Como podemos observar a partir do Gráfico 1, abaixo, o município apresentou um aumento de 98% do PIB entre os anos de 2010 e 2017.

³⁶ Para uma descrição e análise pormenorizada das ações projetos de “empreendedorismo urbano” intentados pelas elites sanjoanenses, na primeira década deste século, veja-se CARNEIRO, Eder J., LEITE, Dayse S. e TAVARES, Denis, P. Conflitos ambientais, construção de territórios urbanos e estratégias de empresariamento urbano da Capital Brasileira da Cultura. In: ZHOUIR, Andréa e LASCHEFSKI, Klemens (Org). Desenvolvimento e Conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

³⁷ Para uma análise crítica acerca do processo de transformação da cidade de Tiradentes em um produto turístico e mercadológico veja-se NEVES, Rodrigo. História e turismo: a “mercadorização” do “patrimônio histórico” e a elitização da área central de Tiradentes, Minas Gerais (1980-2012). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de São João del-Rei. São João del-Rei, 2013.

³⁸ De acordo com o Calendário Oficial de Eventos divulgado no site da prefeitura municipal de Tiradentes, para o ano de 2019 estavam previstos 17 eventos (culturais, gastronômicos, religiosos etc.) na cidade. (<http://www.tiradentes.mg.gov.br/>. Acesso em 20/07/19).

³⁹ <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em 10/10/2020.

Gráfico 1 – Evolução do PIB (a preços correntes) de São João del-Rei

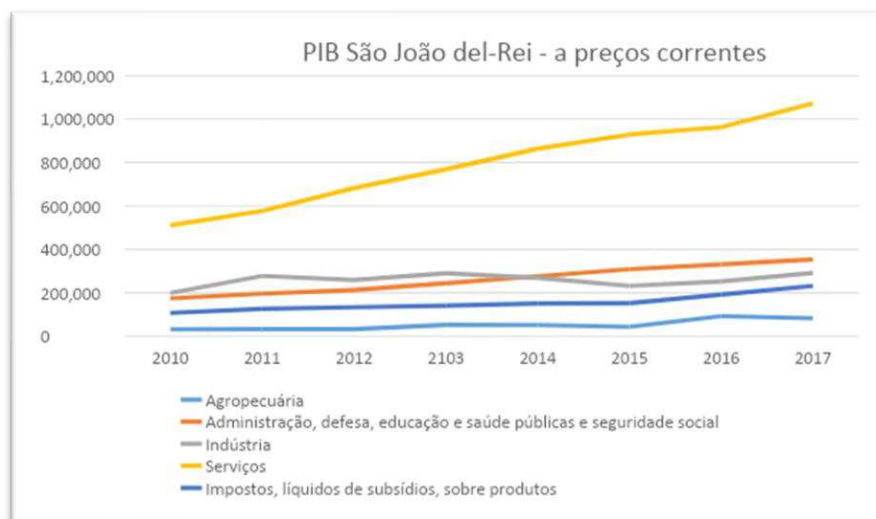
Fonte: cidades.ibge.gov.br. Elaboração própria.

O cálculo do PIB a preços correntes dos municípios baseia-se na distribuição do valor adicionado bruto, a preços correntes, das seguintes atividades econômicas: Agropecuária; Indústria; Serviços; Administração, saúde e educação públicas e seguridade social; Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos⁴⁰.

Apresentando o setor de “Serviços” como principal atividade econômica, nota-se, pela observação do gráfico 2, que este apresentou um crescimento de 110% no valor adicionado bruto a preços correntes entre os anos de 2010 e 2017. Também os setores de “Agropecuária” e “Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social” tiveram aumento significativo nesse período, crescendo, respectivamente, 155% e 102%. O setor “Industrial” foi o que menos cresceu, apresentando aumento de 46%, sendo, a partir de 2014, superado, em volume, pelo setor de “Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social”. Já a arrecadação de impostos no município cresceu 115% entre os anos de 2010 e 2017⁴¹.

⁴⁰ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produto interno bruto dos municípios: ano de referência 2010/IBGE, Coordenação de Contas Nacionais. – 3. ed. - Rio de Janeiro: IBGE, 58p, 2016.

⁴¹ <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em 10/10/2020.

Gráfico 2 - PIB de São João del-Rei - setores de atividade econômica

Fonte: cidades.ibge.gov.br. Elaboração própria.

É possível supor, pelos dados acima expostos, que o crescimento do PIB de São João del-Rei está relacionado às funções que o município vem assumindo na rede urbana, seja como referência entre os municípios menores do entorno para a oferta de serviços, ou como uma centralidade definida por deslocamentos para ingresso no ensino superior.

O crescimento do valor adicionado bruto referente ao setor de “Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social”⁴² é significativo do volume de investimentos que o município recebeu, a partir de 2007, com a expansão da UFSJ e a implementação de um *campus* do IFET na cidade. Nota-se que em 2014 esse setor ultrapassa a “Indústria” e continua em movimento ascendente.

Segundo o IBGE⁴³, o Produto Interno Bruto *per capita* do município correspondia, em 2017, ao valor de R\$22.530,37. Os dados mostram que o PIB *per capita* da cidade cresceu 85,4% entre os anos de 2010 a 2017, enquanto o PIB *per capita* do Brasil cresceu 59,6% no mesmo período. Apesar desse crescimento, o PIB *per capita* de São João del-Rei estava, em 2017, 30% abaixo do PIB *per capita* nacional (R\$31.833,50). Essa informação expõe a fragilidade econômica do município, a dificuldade em promover um

⁴² O valor adicionado bruto desse serviço deve ser repartido proporcionalmente entre as esferas municipal, estadual e federal de governo. Esse valor correspondente é distribuído pela estrutura da soma das seguintes variáveis: salários, pessoal ativo, demais despesas de pessoal, terceirização de mão de obra e outras despesas de pessoal (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016).

⁴³ <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em 10/10/2020.

crescimento significativo dos setores da “Agricultura” e da “Indústria” e a relação de dependência que mantém quanto aos repasses dos governos estadual e federal.

Ainda que com um crescimento do PIB *per capita* muito acima da média (de 85,4% contra os 59,6% no âmbito nacional), o fato de o mesmo se encontrar 30% abaixo da média nacional indica que a cidade está se recuperando economicamente, mas que não apresenta uma trajetória de crescimento estável. Como pôde ser observado, o aumento no PIB *per capita* se deu, majoritariamente, pelo setores de “serviços” e “Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social”, o último ampliado devido aos investimentos feitos pelo Governo Federal no município, especificamente no setor de educação. Como esse investimento por parte do Governo Federal não é permanente e depende de fatores diversos para sua manutenção, isso implica uma situação de dependência e insegurança do município em relação a esses repasses para continuar seu crescimento e conseguir se recuperar economicamente no sentido de, ao menos, igualar seu PIB *per capita* à média nacional.

A despeito de os resultados econômicos do setor não atingirem as expectativas de agentes públicos e privados que atuam na promoção mercadorização do patrimônio histórico-cultural material e imaterial da cidade, é inegável reconhecer as repercussões do turismo na economia. De acordo com Santos e Pereira (2018), os efeitos do turismo na economia de uma região podem ocorrer de maneira direta, indireta ou induzida:

Considerando o que se chama de efeitos diretos, estes decorrem de despesas diretamente realizadas pelos turistas em empreendimentos turísticos e outros serviços específicos. Já os efeitos indiretos, resultam de despesas efetuadas por empresas, na aquisição de bens e serviços variados, a fim de viabilizar o turismo. Por fim, o chamado efeito induzido, caracteriza-se por meio do surgimento da circulação financeira, por despesas que são realizadas por quem recebe o recurso financeiro dos prestadores dos serviços turísticos e seus similares (p. 92).

Parece possível supor, desse modo, que o turismo desenvolve uma influência sobre outros setores da economia no âmbito regional e inter-regional. Em São João del-Rei, particularmente, os efeitos de sua posição como destino de referência no segmento de turismo cultural e de estudos e intercâmbio⁴⁴ são provavelmente percebidos no PIB do

⁴⁴ Instituto Kultur de Fomento à Cultura, Turismo e Desenvolvimento Sustentável. Indicadores para o Monitoramento dos Efeitos das Políticas Públicas de Turismo: o Gasto e o Investimento Público Municipal

setor de “serviços” e no do setor “Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social”.

A sistematização desses dados fornecidos pelo IBGE se apresenta aqui como uma tentativa de introduzir o leitor no espaço e contexto sobre o qual nos debruçamos. Como já apontado anteriormente, São João del-Rei está localizada em uma região pulverizada por pequenas cidades e algumas poucas cidades de médio porte, com as quais disputa centralidade. Essa não é uma característica apenas da mesorregião Campo das Vertentes, mas também de outras mesorregiões localizadas na porção centro-sul-sudeste do estado.

Nesse sentido, compreender as perspectivas econômicas do município, as possibilidades de atratividade que consegue delinear e o tipo de competitividade regional na qual se insere constitui uma tarefa indispensável para pensar acerca das cidades médias e sua posição na rede urbana. Isso porque, cidades de médio porte, com características similares às de São João del-Rei apresentam um cenário de escassas alternativas econômicas viáveis ao grande capital, seja pela baixa demanda populacional ou pela pouca oferta de infraestruturas e redes de transporte (como rodovias e vias expressas, que facilitam o fluxo de pessoas e mercadorias). Essas características, como se verá, estão estreitamente vinculadas aos ritmos e formas dos processos de formação de periferias urbanas em São João del-Rei.

Desse modo, cientes da gama reduzida de atividades econômicas que têm potencial de desenvolver, tais cidades tendem a se especializar em um ramo específico, buscando a construção de uma identidade local, que permita se diferenciar das concorrentes de mesmo porte e, assim, atrair investimentos públicos e privados. São João del-Rei tem se dedicado a atrair recursos públicos de educação e cultura e disputado com Barbacena e Lavras a implementação de capital privado por parte das indústrias, e, nos dias atuais, muito fortemente, por parte de plataformas de consumo, como *shopping centers*, grandes lojas de departamento, redes de supermercados e hipermercados varejistas e atacadistas⁴⁵.

no Setor e os Impactos Econômicos Diretos da Atividade nos Destinos Turísticos Indutores do Estado de Minas Gerais – Volume 1 – Minas Gerais e Municípios Indutores do Turismo, 2011. 223 p.

⁴⁵ Esta se apresenta como uma tendência recente, mas, aparentemente, estável. Nos últimos anos tem sido possível presenciar o aumento da implementação do mercado varejista e atacadista nas cidades médias da mesorregião. Além da ampla instalação de redes de supermercados e hipermercados, foi inaugurado, em 2018, o “Shopping Regional das Vertentes”, localizado na BR 040, em Barbacena.

Estudos realizados sobre o assunto sugerem que a chegada desse tipo de comércio ampliado e diversificado, típico de grandes cidades e metrópoles, às cidades pequenas e médias influi fortemente nas relações intraurbanas, redefinindo padrões de consumo, produção, moradia e serviços, alterando a estrutura interna das cidades e promovendo a formação de novas áreas de centralidade (MATUSHIMA e GOMES, 2018, SPÓSITO, 2007).

Sem dúvidas, a produção e reprodução do espaço intraurbano em São João del-Rei aparece como resultado do movimento mais amplo de reestruturação capitalista do espaço, que se baseia na transformação das cidades pela lógica da acumulação de capital (SOJA, 1993). Os esforços de descrição e análise realizados até aqui sugerem que o entendimento particularizado desses processos mais amplos de reconfiguração espacial no território só se faz possível pelo desvelamento de características da dinâmica urbana local, como as acima apontadas.

É com esse intuito que viemos, até o momento, buscando dar conta da interveniência de fatores vinculados às funções regionais da cidade e sua trajetória econômica. Para compreender os processos de construção dos territórios urbanos periféricos, nosso objeto de estudo, parece preciso, para além de uma consideração sólida acerca dos imperativos da produção capitalista das cidades, apontar os aspectos específicos da dinâmica econômica, política e econômica local.

4.3 O ESFORÇO DAS ELITES LOCAIS NA PROMOÇÃO DA CIDADE

Corrêa (2007) indica que, para a elaboração de um quadro analítico sobre cidades médias, há que se considerar, inicialmente, três elementos tidos por ele como essenciais. São eles: a localização relativa, as interações espaciais e a presença de uma elite empreendedora. Para dar continuidade ao trabalho de construção do cenário urbano-regional no qual está inserida a cidade de São João del-Rei, buscaremos a seguir, descrever e examinar como se constituem e se manifestam as elites políticas e econômicas locais.

Uma elite empreendedora ativa e articulada é o que diferencia determinada cidade de outras de mesma dimensão demográfica, pois é ela que “estabelece uma relativa autonomia econômica e política numa cidade, criando interesses locais e regionais,

competindo em alguns setores de atividades com as grandes cidades e centros metropolitanos” (CORRÊA, 2007, p. 29).

Como descrito anteriormente, São João del-Rei vivenciou ao longo de sua história períodos de êxito e de decadência econômica. Importante centro de produção aurífera no século XVIII, conseguiu consolidar uma elite comercial-financeira que, inicialmente ligada à produção de gêneros agropecuários de abastecimento, foi, nas últimas décadas do século XIX, propulsora do processo de industrialização da região (GRAÇA FILHO, 2002). Com a crise da industrialização e o avanço do projeto mineiro-siderúrgico em Minas Gerais, em fins da década de 1960, São João del-Rei se vê à margem do programa de acumulação recém-instituído e, com dificuldades para impulsionar o desenvolvimento de atividades no que Santos (1979) define como “circuito superior” da economia, irá, a partir dos anos 2000, buscar se destacar no cenário de competição entre cidades.

A ideia central de Santos (1979), ao desenvolver o tema dos dois circuitos da economia urbana, é indicar o fato de que as cidades dos países subdesenvolvidos não funcionam como um bloco, mas, ao contrário, constituem um aglomerado complexo de práticas, envolvido pela existência de dois subsistemas, dois circuitos econômicos, o superior e o inferior:

Um dos dois circuitos é o resultado direto da modernização tecnológica. Consiste nas atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e das pessoas que se beneficiam deles. O outro é igualmente um resultado da mesma modernização, mas um resultado indireto, que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente, ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas (Idem, p. 29).

O “circuito superior” é constituído pelos bancos, comércio e indústrias de exportação moderna; já o “circuito inferior” é constituído por formas de fabricação de material “não-capital intensivo” e pelo comércio não moderno (SANTOS, 1979). De acordo com o autor, a principal diferença entre as atividades dos dois circuitos está na tecnologia e organização que empregam. A tecnologia do “circuito superior” é importada e de alto nível, enquanto a do “circuito inferior” é local, ou localmente adaptada (idem, p.33). As atividades do “circuito superior” contam com amparo do financiamento público e “as atividades realizadas localmente vão se integrar numa outra cidade de nível superior, no país, ou no exterior” (idem, p. 37).

Dada observação empírica, brevemente descrita e analisada acima, é possível afirmar que São João del-Rei apresenta, hoje, a maior parte de suas atividades econômicas no chamado “circuito inferior”. As condições históricas do crescimento urbano e do desenvolvimento econômico urbano-regional conduziram a cidade a esse quadro. Como poderemos observar adiante, a elite empreendedora local, no contexto atual de globalização, vem, desde o início do século corrente, promovendo esforços no sentido de se articular com elites que atuam para além da esfera regional e mobilizar capital, conhecimento e influência, na tentativa de possibilitar o crescimento local de atividades vinculadas ao “circuito superior”.

Apesar do antagonismo aparente entre as situações de desenvolvimento apresentadas pelos dois modelos de circuito, e de o “circuito inferior” estabelecer uma relação de dependência com o superior, não há dualismo entre ambos: “os dois circuitos têm a mesma origem, o mesmo conjunto de causas e estão interligados” (SANTOS, 1979, p.43). Do mesmo modo, a oposição entre tradição e inovação, entre primitivo e moderno parece ter sido superada. “Na realidade, o que se chamava há três décadas o ‘tradicional’, deixou de sê-lo no momento em que toda a vida da sociedade foi subvertida pelos elementos revolucionários, como a revolução do consumo” (LACOSTE, 1966, p. 66 *apud* SANTOS, 1978, p. 41). Aliás, não por acaso, foi por meio da aposta em uma miragem estratégica da junção entre o “arcaico” e o “moderno”, o “barroco” e a “vanguarda”, que, a partir dos anos 2000, as elites econômicas de São João del-Rei procuraram, sem sucesso, se diferenciar, apresentar predicados e convencer investidores de seu potencial econômico, principalmente no âmbito do turismo e da preservação cultural e patrimonial. (CARNEIRO, LEITE E TAVARES, 2010). Contudo, os dados e análises constantes das pesquisas desenvolvidas no âmbito do NINJA atestam, como se viu, o processo de aceleração do ritmo de produção de novas periferias urbanas em São João del-Rei, o que faz pensar que as estratégias de “empreendedorismo urbano” das elites locais não acarretaram mudanças substantivas no mercado de trabalho local.

5. REFLEXÕES SOBRE O MÉTODO E A AMOSTRA

No presente capítulo, apresentaremos o contexto institucional e a trajetória do trabalho acadêmico com que se articula a pesquisa aqui realizada. Também cuidaremos da exposição e discussão das opções metodológicas e da escolha das técnicas de investigação que avaliamos como adequadas ao tratamento empírico das questões centrais da tese. Decerto, o grau de acerto dessas escolhas só pode ser convenientemente aferido pela qualidade dos dados e da análise empírica que será apresentada em capítulos posteriores. Indicamos neste capítulo, igualmente, as fontes de dados e informações, assim como trabalhos científicos, sobre os bairros estudados que já existiam anteriormente à presente pesquisa, para cuja produção colaboramos em parte.

A escolha dos bairros e a opção pela metodologia empregada nessa pesquisa estão vinculadas ao trabalho coletivo desenvolvido, desde o ano de 2004, no âmbito do Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental (NINJA), grupo de pesquisa e extensão registrado no Diretório do Grupo de Pesquisas do CNPq e vinculado ao Departamento de Ciências Sociais (DECIS) da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)⁴⁶. Dado que não seria viável realizar uma pesquisa em profundidade em todos os bairros de periferia de São João del-Rei, optou-se por recorrer ao material produzido e disponibilizado pelo NINJA/UFSJ e escolher, entre as localidades já trabalhadas, as que apresentavam trajetórias que abrangem pontos considerados relevantes e necessários para a construção de uma análise sobre o urbano. Para que os objetivos da pesquisa pudessem ser alcançados - quais sejam, analisar os movimentos que conduzem o processo de formação de bairros periféricos, as funções urbanas que tais bairros assumem e as relações que se estabelecem entre os diferentes agentes nesse percurso - buscou-se assegurar uma amostra que fosse significativa, que representasse as diferentes situações periféricas observadas ao longo dos últimos 16 anos de trabalho do NINJA nos bairros de periferia de São João del-Rei.

⁴⁶ O Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental (NINJA), coordenado pelo Prof. Dr. Eder Jurandir Carneiro, é um grupo de pesquisa e extensão que, realiza, desde 2004, atividades orientadas pelas seguintes diretrizes: 1) Investigar processos de construção e apropriação territorial e ambiental, com ênfase na formação de periferias urbanas e no papel desempenhado pelos conflitos ambientais entre atores situados em posições sociais que determinam assimetrias de poder econômico, político e simbólico; 2) Realizar atividades de extensão universitária, assessoria, educação popular e pesquisa junto a movimentos sociais e classes populares urbanas, notadamente os que tenham como objetivo desenvolver reflexões/transformações sobre os processos e mecanismos de reprodução das desigualdades ambientais e territoriais urbanas.

A escolha dos bairros se deu, portanto, no sentido de contemplar alguns cenários: bairros periféricos de formação mais antiga (no início da década de 1960) e bairros de povoamento mais recente; bairros com diferentes tipos de ocupação (aforamento de terrenos da prefeitura, construção de habitações populares por mutirão e loteamentos irregulares); bairros próximos ao centro da cidade e bairros distantes do centro; bairros que atraem população excedente de outros bairros urbanos e bairros de forte atração de moradores vindos de área rurais; bairros cuja função urbana aparentemente foi se modificando ao longo do tempo; periferias com infraestruturas urbanas mais consolidadas e bairros cujos equipamentos e serviços urbanos ainda estão em processo de implementação; bairros já saturados, sem lotes vagos e bairros ainda em processo de ocupação e que constituem frente de expansão do município; bairros formalizados diante do poder público municipal, cujos moradores têm escritura da casa e bairros não formalizados.

Não obstante a seleção dos bairros tenha partido de uma determinada perspectiva analítica, cabe ressaltar que também a proximidade com os moradores e o histórico de trabalho desenvolvido nos bairros constituíram fatores relevantes para essa escolha. O acúmulo de experiência proporcionado pelo tempo de trabalho com periferias urbanas no terreno permite reconhecer que a possibilidade de construção de uma relação de confiança com os interlocutores, o estabelecimento de um vínculo de troca, age ampliando o acesso às histórias, proporcionando ao pesquisador maior acesso ao latente, ao que se manifesta no decurso do cotidiano.

Desse modo, para a realização do estudo de caso, foram escolhidos dois pares de bairros/loteamentos contíguos. São eles os bairros São Dimas e Cidade Nova e Vila Brasil e Novo Bonfim. No que diz respeito ao par São Dimas/Cidade Nova, trata-se de bairros vizinhos, com trajetórias de formação distintas, cujos moradores, no compartilhamento de situações de vulnerabilidade vieram, ao longo dos anos, estabelecendo uma relação de ajuda mútua em determinadas circunstâncias. O bairro São Dimas é uma periferia tradicional da cidade, com início de povoamento no começo da década de 1960, e é emblemático o trabalho de mobilização comunitária realizado por seus moradores. Já o bairro Cidade Nova se formou, no início dos anos 1990, a partir de um loteamento irregular de uma gleba rural adjacente ao bairro São Dimas. A dupla Vila Brasil e Novo Bonfim consiste em dois loteamentos que, apesar de identificados cada um por um nome, formam na prática um único conglomerado urbano. Possui, também, um histórico de mobilização comunitária e faz limite com a zona rural e com a rodovia BR-365,

localizando-se em uma das fronteiras urbanas da cidade que vem se tornando alvo de interesse de agentes locais de acumulação e especulação imobiliária.

É necessário pensar, aqui, sobre a diferenciação entre loteamento e bairro na situação particular de São João del-Rei. De maneira generalizada, a expansão periférica nas cidades brasileiras se realiza, principalmente, por meio da transformação de espaços remotos em loteamentos habitacionais irregulares. Esses loteamentos, por não atenderem à legislação urbanística municipal de uso e ordenamento do solo e não contarem com infraestrutura urbana adequada, demandam pouco investimento dos empreendedores, o que possibilita apresentarem baixo custo e se tornarem, portanto, acessíveis à população pauperizada.

Nos casos das escolhas feitas para essa pesquisa, os loteamentos em questão foram executados nas fronteiras urbanas da cidade. Com o passar do tempo, com a efetiva ocupação, implementação de equipamentos urbanos e, principalmente, com o acúmulo de trabalho dos moradores na construção dos territórios, esses loteamentos foram adquirindo qualidades de bairros urbanos, o que nos permite identificá-los como tais nessa pesquisa.

Como já apontado anteriormente, os bairros periféricos selecionados para aqui serem analisados são objeto de estudos do NINJA/UFSJ de longa data. Os trabalhos de pesquisa e extensão desenvolvidos pelo Núcleo com as duplas São Dimas e Cidade Nova e Vila Brasil e Novo Bonfim iniciaram-se em 2004 e 2005, respectivamente.

Essas atividades deram origem a uma extensa produção científica, contendo relatórios finais de projetos de pesquisa e extensão, artigos publicados em periódicos, capítulos de livros, trabalhos publicados em anais de eventos científicos e uma dissertação de mestrado⁴⁷. Em geral, esses textos trazem análises parciais dos dados e informações produzidos e versam sobre o processo de formação desses bairros periféricos.

Além do material publicado, os arquivos do NINJA contêm um material empírico “bruto”, um banco de dados e informações que permanece não completamente explorado. São transcrições de entrevistas semiestruturadas realizadas junto a lideranças comunitárias e planilhas com dados referentes a pesquisas de *survey*, questionários domiciliares aplicados nos bairros e que objetivam a caracterização da situação

⁴⁷ PEREIRA, Vivian P. Conflitos urbanos e estratégias cotidianas de resistência: o processo de formação de um bairro periférico. 2015. 114 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

socioeconômica das famílias, sua trajetória de migração e suas avaliações sobre as condições ambientais e de infraestrutura urbana da localidade.

Em relação à dupla São Dimas e Cidade Nova, o banco de dados do NINJA conta com dados relativos a doze entrevistas realizadas nos anos de 2004 e 2005 e 149 questionários aplicados no ano de 2005. Já a para a dupla Vila Brasil e Novo Bonfim, estão disponíveis os resultados de nove entrevistas realizadas em 2005 e 61 questionários aplicados no ano de 2006. Na ocasião da realização dessas pesquisas de *survey* foram aplicados questionários em todos os domicílios habitados dos bairros.

Desse modo, posta a possibilidade de examinar o material já disponível, a metodologia da pesquisa consistiu em atualizar os dados sobre os bairros, com o objetivo de promover uma análise comparativa e diacrônica acerca da formação de cada um deles, das funções urbanas que assumem e, também, refletir sobre de que forma esses aspectos podem estar condicionados por processos de escala municipal ou mais ampla.

A pesquisa foi realizada, então, a partir de duas frentes de trabalho: a primeira consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas, individuais e familiares, com lideranças locais, membros e ex-membros das associações de moradores, e moradores mais antigos, que pudessem relatar sobre o processo de construção dos bairros, as lutas empreendidas e as mudanças ocorridas. O método utilizado para a escolha dos entrevistados partiu do contato com personagens já conhecidos em cada bairro e a construção de uma rede de indicações a partir de cada entrevista. Foram realizadas quatro entrevistas no bairro São Dimas, três no bairro Cidade Nova e cinco nos bairros Vila Brasil e Novo Bonfim.

O propósito de entrevistar não apenas um representante da família, mas de promover, também, encontros familiares para refletir sobre as trajetórias de trabalho e vida de cada membro, sobre o histórico de envolvimento familiar com a mobilização comunitária e sobre as questões urbanas e políticas que os comovem partiu do interesse em montar um quadro analítico acerca dos processos que se somam na construção das periferias urbanas que englobasse, também, o componente da subjetividade.

Quando temos a oportunidade de acompanhar a trajetória de bairros urbanos periféricos, podemos observar que as transformações que se materializam nesses territórios se dão principalmente por *mudanças e adequações empreendidas pelos próprios moradores*. O conhecimento sobre a história de algumas famílias dos bairros, o contato mais frequente e a conseqüente afeição com determinados moradores nos permitem reconhecer as linhas que entrecruzam as trajetórias individuais e familiares, as

permanências e transformações geracionais e os processos locais de continuidades e mudanças urbanas. Como bem ressalta Vera Telles (2006), as dobraduras da vida desses sujeitos se entrelaçam e se confundem com as da vida social, os fios que tecem a trama social também passam pelas histórias familiares e experiências individuais.

A concepção metodológica para essa empreitada envolve, portanto, a construção de parâmetros descritivos a partir das trajetórias de indivíduos e suas famílias, seus deslocamentos espaciais, agenciamentos comunitários, percursos ocupacionais, as configurações familiares, ou seja, as práticas cotidianas adotadas individual e familiarmente que se configuram como condição, contingência e criatividade envolvidas no percurso de vida desses personagens urbanos.

A análise das histórias de vida, das trajetórias individuais e familiares dos moradores das periferias urbanas aparece aqui como uma possibilidade de se examinarem empiricamente os territórios urbanos, buscando as conexões que articulam os campos de práticas, a natureza das vinculações, os atores que assumem as mediações, ou seja, os inúmeros agenciamentos da vida cotidiana que operam no espaço urbano como condensação de atividades diversas.

As formas de moradia e sua localização no tecido urbano, as escolhas e possibilidades ocupacionais, as articulações comunitárias, os arranjos que estabelecem redes de apoio, os tipos de negociações travadas com representantes do Estado etc., para além dos indicadores de maior ou menor precariedade urbana, “traduzem tempos coletivos e trajetórias urbanas, representam a consolidação ou rupturas de redes sociais e teias de solidariedade e interação com dinâmicas familiares e formas de composição da vida doméstica, tudo isso convergindo na construção de uma topografia da cidade que não corresponde ao seu mapa físico” (TELLES, 2006, p. 75).

Apontar para o elemento da subjetividade aparece também como um mecanismo para pensar as práticas de mobilização comunitária, as estratégias coletivas e familiares acionadas pelos moradores no percurso de construção e manutenção de seus espaços de reprodução, sejam eles públicos ou privados.

As condições materiais objetivas a que estão circunscritos os moradores das periferias urbanas, quais sejam, a pauperização, a exploração do trabalho e a espoliação, são, sem dúvida, matérias-primas que alimentam as ações dos grupos sociais. No entanto, é preciso reconhecer que “entre as contradições imperantes e as lutas propriamente ditas

há todo um processo de *produção de experiências* que não está, de antemão, tecido nas teias das determinações estruturais” (KOWARICK, 2000, p. 69).

Buscar nas práticas cotidianas os significados que os imperativos estruturais assumem para os diferentes sujeitos e o quanto de *conflito de classe* existe no sentido das lutas cotidianas, sejam elas coletivas ou familiares, consiste na adoção de um método de apreensão das lutas urbanas que parte do reconhecimento acerca de seu caráter muitas vezes pontual e descontínuo, de seu constante fluxo e refluxo e de sua aparente falta de coerência.

Na medida em que o tecido social é confeccionado ponto a ponto e os percursos cotidianos são marcados pela adversidade e fragmentação, também as lutas que se materializam no urbano precisam ser caracterizadas por seus desvios e caminhos descontínuos, sua constante recomposição de divisões e alianças. “Certamente não é por reconstruções amarradas, temporal e espacialmente, a uma história natural dos acontecimentos que se pode analisar o alcance das múltiplas e aparentemente esfaceladas lutas que se processam no cenário das nossas cidades” (KOWARICK, 2000, p. 71)

A partir das trajetórias de vida dos moradores, da descoberta do singular e do comum no cotidiano das famílias que compartilham a experiência de vida nas periferias urbanas, buscaremos identificar práticas isoladas de resistência que, coletivamente, se transformam em um processo de produção de experiências que alimentam as lutas urbanas.

A segunda frente de pesquisa consistiu na aplicação de um *survey* domiciliar nos bairros selecionados. Essa etapa foi realizada no âmbito do Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental (NINJA/UFSJ), a partir de um esforço combinado que envolveu o desenvolvimento de projetos de Iniciação Científica⁴⁸ e o desdobramento da presente tese. Entre julho de 2019 e dezembro de 2020, o NINJA/UFSJ promoveu reuniões periódicas, de formação e orientação coletiva, voltadas para a construção, aplicação e análise dessa pesquisa de *survey*⁴⁹. Tratou-se de um trabalho intenso, que demandou empenho e

⁴⁸ Como resultado dessa pesquisa de *survey* foram produzidos, pelo Núcleo, três relatórios finais de Iniciação Científica, duas no âmbito do projeto “Construção de periferias urbanas em São João del-Rei – MG: o caso dos bairros São Dimas e Cidade Nova” e uma pelo projeto adaptado “Acesso à terra urbana e à habitação em periferias urbanas de São João del-Rei – MG: o caso dos bairros São Dimas e Cidade Nova”. Devido à pandemia da Covid-19, a aplicação dos questionários nos bairros Vila Brasil e Novo Bonfim foi suspensa e retomada apenas no final do ano de 2020, o que impossibilitou o desenvolvimento da análise para esses bairros dentro dos prazos previstos pelos projetos.

⁴⁹ Também por conta da pandemia da Covid-19, as reuniões ocorridas no ano de 2020 foram todas realizadas de modo remoto.

comprometimento de toda a equipe, contando com a participação de cinco estudantes de graduação dos cursos de psicologia e geografia, membros do Núcleo.

Naturalmente, o Núcleo tem agendas e interesses de pesquisa que não se reduzem ao objetivo circunscrito no desenvolvimento da presente tese, e promover esse trabalho em parceria foi uma estratégia para compartilhar conhecimento e somar ganhos⁵⁰. A experiência acumulada ao longo dos anos como membro do NINJA-UFSJ, atuando desde a graduação em projetos de pesquisa e extensão e também durante o mestrado, traz indicações muito consistentes de que esse formato de trabalho compartilhado, em grupo, é substancial para processo de produção científica. A possibilidade de pensar os processos que envolvem as periferias em diálogo com outros estudantes, o trabalho de campo coletivo, a elaboração conjunta do *survey* e o compartilhamento de análises foram elementos impulsionadores do trabalho científico que é, no doutorado, muitas vezes desafiador e solitário.

O questionário domiciliar aplicado nos bairros contém 41 questões⁵¹, que abordam diversos aspectos, tais como as condições de habitabilidade das casas (revestimento externo da casa, número de moradores por cômodo, número de famílias por casa, número de casas por lote); a identificação do local de origem dos cônjuges; mobilidade espacial das famílias (quando a família se mudou para o bairro; de que bairro proveio, há quanto tempo mora no atual domicílio, os motivos e razões da mudança para o bairro; se a família deseja se mudar do bairro e por quais razões, se a família tinha/tem parentes no bairro e/ou em outros bairros próximos); as formas por meio das quais as famílias lograram acesso à terra e aos imóveis em que residem (se o terreno foi comprado, aforado, tomado emprestado ou ganho; se o imóvel foi erguido por autoconstrução ou por profissionais pagos ou se é alugado, se o lote e o imóvel já estão pagos); a inserção da família no mundo do trabalho (idade, sexo, escolaridade, ocupação, profissão, vínculo empregatício e renda de cada um dos trabalhadores residentes no domicílio); a inserção das famílias em ações

⁵⁰ Os trabalhos científicos que demandam colaboração popular precisam ser desenvolvidos de maneira cuidadosa e estratégica. Colocar-se presente nos bairros, conversar com os moradores e presenciar minimamente o cotidiano e as dificuldades são procedimentos essenciais ao processo. É necessário um esforço genuíno e constante para a construção de uma relação de confiança e, também, possibilitar à população dimensionar os alcances dos papéis da Universidade Pública e da ciência. Nesse sentido, o NINJA/UFSJ sempre buscou mesclar atividades de pesquisa e extensão no trabalho com as periferias urbanas da cidade. Para o ano de 2020, com a finalização da pesquisa de *survey*, o Núcleo aprovou, pelo Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX-UFSJ), o programa de extensão intitulado “Fóruns de Movimentos Sociais em São João del-Rei”, numa tentativa de promover trocas entre os movimentos sociais da cidade. Infelizmente, o programa não pôde ser viabilizado como planejado devido à pandemia da Covid-19.

⁵¹ O questionário elaborado está disponível no Apêndice A.

coletivas, mobilizações comunitárias e movimentos sociais (conhecimento e tipo de participação nas mobilizações e instituições); avaliação da oferta de serviços e equipamentos urbanos.

Uma vez definido o questionário e com a equipe orientada, foi realizada uma aplicação teste em residências de cada um dos bairros. Essa é uma fase essencial à pesquisa de *survey*, é a partir dessa aplicação piloto que as arestas da pesquisa são ajustadas. Com o teste é possível averiguar se o instrumento está adequado para o objetivo da pesquisa, ou seja, se a ordem das perguntas permite fluidez, se todos os pontos de exploração pré-definidos estão contemplados, que questões funcionam melhor e quais geraram dúvidas entre os respondentes, qual a estimativa média de tempo de aplicação do questionário etc. “Essa fase é fundamental não só para dar mais confiança aos aplicadores, mas principalmente para aperfeiçoar o instrumento” (PARANHOS et.al, 2014, p. 14). Após a aplicação teste, algumas questões do questionário foram reformuladas, até que obtivéssemos uma versão final.

Na sequência, definimos as amostras de residências a serem pesquisadas. Para isso, primeiramente contamos *in loco* o número de residências em cada bairro, atentando para as casas em construção e para o fato de haver casos em que existe mais de uma residência por lote. O tamanho de cada amostra levou em consideração a margem de erro e o nível de confiança desejáveis, assim como os recursos de tempo e força de trabalho de que dispúnhamos. No bairro São Dimas, encontramos um universo de 195 residências e definimos a amostra com 88 residências, o que nos deu uma margem de erro amostral de cerca de 5% e um nível de confiança de 90%. Já no Cidade Nova, identificamos 97 residências e estipulamos a amostra com 41 residências, dando uma margem de erro amostral de 8% e um nível de confiança de 90%. Nos bairros Vila Brasil e Novo Bonfim foram contabilizadas 233 residências e aplicados 84 questionários, indicando nível de confiança de 90% e 7% de margem de erro.

Além disso, durante a aplicação dos questionários, cuidamos para que as amostras fossem também espacialmente representativas, isto é, que a aplicação se realizasse da forma mais uniforme possível pelos territórios em estudo e de acordo com a porcentagem de residências incluídas na amostra de cada local.

Os dados dos questionários aplicados foram transcritos para uma planilha do software de análises estatísticas SPSS. Após a transcrição, essa planilha foi

cuidadosamente revisada à procura de inconsistências, erros de digitação, lacunas etc. e foram feitas as correções necessárias.

O objetivo do trabalho consistiu, portanto, em atualizar os dados relativos aos bairros selecionados e promover análises complementares e originais acerca do processo de construção de periferias urbanas em São João del-Rei. Como já indicado anteriormente, a aplicação de *survey* domiciliar em bairros periféricos é uma prática bastante utilizada pelo NINJA/UFSJ em suas pesquisas. Para fins da análise que desenvolveremos aqui, consideraremos, também, os dados de pesquisa de *survey*, semelhante à atual, realizada, no ano de 2005, por pesquisadores do NINJA, nos bairros São Dimas e Cidade Nova e no ano de 2006 nos bairros Vila Brasil e Novo Bonfim.

Cabe informar que os questionários domiciliares aplicados na ocasião da pesquisa realizada nos anos de 2005 e 2006 não contêm exatamente as mesmas questões do *survey* empregado em 2019. O questionário elaborado para a pesquisa mais recente amplia o leque de interesses, incluindo-se, agora, questões relativas à trajetória ocupacional dos moradores em idade produtiva (escolaridade; profissão; vínculo empregatício etc.), além das questões já contempladas no *survey* anterior, tais como as que se referem à caracterização dos imóveis (propriedade; forma de acesso à terra; tipo de construção; revestimento externo; número de cômodos; número de moradores por casa etc.), a mobilidade espacial das famílias (local de origem; bairros nos quais a família já viveu; tempo de moradia no bairro; motivos da escolha pelo bairro; presença de parentes no bairro etc.), as condições de vida no bairro (acesso a infraestruturas e equipamentos urbanos; violência urbana etc.) e a política e mobilização comunitária (inserção em atividades comunitárias; presença e ação de igrejas, associações de moradores e outros movimento sociais; principais demandas do bairro etc.).

O trabalho de análise comparativa entre os dados das diferentes pesquisas de *survey*, que será apresentado adiante, se deu ciente da necessidade de observação atenta, tendo em vista que se trata de amostras distintas. Os *surveys* aplicados em 2005 e 2006 contemplaram o universo total de moradias dos bairros, já as pesquisas realizadas em 2019 ocorreram a partir de uma amostra representativa, alcançada segundo cálculo do nível de confiança e taxa de erro amostral desejáveis. Desse modo, todos os apontamentos e hipóteses foram pensados a partir de parâmetros passíveis de inferência.

Como poderá ser apreciado a seguir, para os bairros Cidade Nova, Vila Brasil e Novo Bonfim houve maior necessidade de cautela em relação aos dados, uma vez que esses três se transformaram significativamente durante os 13 anos que se passaram e o

próprio recorte espacial apresenta diferenças entre uma pesquisa e outra. Já o bairro São Dimas foi identificado como o bairro que menos sofreu alterações populacionais e de paisagem no mesmo intervalo de tempo.

Para fins de organização, para facilitar o entendimento das situações e aspectos quem irão compor o quadro analítico que se pretende construir acerca da formação de periferias em São João del-Rei, a apresentação e exploração dos dados será realizada, no próximo capítulo, a partir de cada um dos bairros e refletindo acerca de seus aspectos de forma relacional.

6. ESTUDOS DE CASO: IDENTIFICANDO HETEROGENEIDADES DAS PERIFERIAS URBANAS

A expressão genérica “construção de periferias” abriga uma enorme diversidade de situações empíricas, bastante distintas quando examinadas em microescala. Cabe à análise identificar e categorizar essa diversidade para comparar os casos, e descobrir os princípios e mecanismos gerais que possibilitem apreender o conjunto dos processos de produção e reprodução de periferias urbanas de forma relacional, isto é, inscrevendo esses processos locais nas dinâmicas socioespaciais de escala mais abrangente.

No presente capítulo, nos concentraremos no exame e caracterização das distintas trajetórias de construção de três territórios urbanos periféricos de São João del-Rei, a saber, os bairros São Dimas, Cidade Nova e Vila Brasil/Novo Bonfim. Nesta análise, a ênfase recai sobre os fatores que explicam, para cada caso, a ocupação residencial e a construção de suas condições de urbanidade: as formas de acesso à terra; as causas, estratégias e objetivos da mobilidade espacial dos moradores; as práticas (familiares ou coletivas) de produção das moradias e de construção das moradias e dos equipamentos de infraestrutura urbanos; o ritmo da ocupação habitacional. Enfim, a análise procura identificar e interpretar as transformações que esses fatores têm experimentado ao longo do tempo, o que explica o estabelecimento e as mudanças das funções urbanas assumidas pelos territórios estudados. Na análise dessas funções, consideram-se não apenas os processos “endógenos” aos bairros, mas, igualmente, as formas pelas quais tais processos se relacionam (como causas ou efeitos) com determinadas transformações ocorridas em outros territórios urbanos, periféricos ou não, de São João del-Rei.

Ao longo dessa análise, como fio condutor, dialogamos com as categorias de *periferia consolidada* e periferia como *fronteira urbana* apresentadas por Torres (2004), utilizando-as como referência e contraponto para a consideração dos processos de construção de periferias urbanas aqui examinados. Interpelamos o binômio periferia consolidada/fronteira urbana por meio da análise empírica ancorada no conceito de “espoliação urbana”, de Kowarick, o que nos levará a postular uma concepção relacional de “periferia urbana”, definindo-a como território cuja dinâmica se estrutura em torno da tensão gerada pela incompletude do padrão de urbanização que nele se estabelece. Isso

quer dizer que a “consolidação” de um bairro como periférico não significa, em absoluto, a superação da precariedade e da espoliação. Significa que o processo de construção e fixação do território como periferia se completou. Contudo, novas incompletudes se apresentam e antigas se renovam ou renascem sob novas formas. Entre nós, a produção capitalista da cidade e a gestão regressiva do urbano repõem, de modo sistêmico e necessário, a “reprodução ampliada” das desigualdades territoriais. Esse processo e sua percepção, isto é, a própria espoliação urbana, são inseparáveis da tensão produzida pela incompletude relacional que caracteriza as periferias em conjunto (a despeito da sua grande diversidade interna) e que atravessa e anima as diversas concepções, estratégias e práticas (individuais, familiares ou coletivas) empreendidas pelos moradores. Passemos, então, à análise.

6.1 BAIRRO SÃO DIMAS: UMA PERIFERIA CONSOLIDADA

O território do bairro São Dimas tem um histórico de ocupação que remonta ao final do Séc. XVIII. De acordo com documentos e relatos, a região do bairro era local de passagem e parada de tropeiros, comerciantes e produtores rurais de São João del-Rei e região. Pelo local onde hoje se localiza o bairro passava uma estrada carroçável que ligava São João del-Rei ao povoado de Ibitutinga e à então Vila de Santa Rita do Rio Abaixo, atual cidade de Ritópolis. Escrituras referentes à compra e venda de imóveis, datadas, respectivamente, de 1912 e 1925, citam a estrada para Ibitutinga e a rua Bárbara Heliadora, provavelmente a única então existente na localidade (BARROS; CARNEIRO, 2004).

A primeira denominação do local foi *Lava Pés*. Relatos indicam que a origem desse nome está ligada à presença de nascentes nas redondezas, que levou a localidade a se tornar parada de viajantes para descanso antes da entrada na cidade, fazendo uso da água para se refrescarem e se limparem. Para outros, o nome se consolidou pelo fato de as ruas do bairro, até o início dos anos 1980, não serem calçadas, o que fazia com que os moradores tivessem que lavar seus pés, ou calçados, quando desciam o morro para “ir à cidade”, principalmente em períodos de chuvas (PEREIRA, 2015).

As pesquisas realizadas pelo NINJA (BARROS e CARNEIRO, 2004; PEREIRA, 2015) indicam a presença de um fazendeiro, o Sr. Francisco Moreira de Carvalho, no

processo de ocupação do bairro. “Chiquito Borracheiro”, como era conhecido e lembrado, possuía também uma borracharia e, apontado como cabo eleitoral de políticos da região, exercia certa influência política local. Ele teria sido o responsável pela construção, em 1970⁵², da capela São Dimas⁵³, localizada na rua hoje denominada Joaquim Eugênio de Mesquita. Apesar da dificuldade em localizar fontes oficiais, pode-se dizer que Chiquito teve influência no processo de planejamento urbano do bairro, nos traçados e aberturas das primeiras ruas e vielas. Entretanto, a atuação de Chiquito não se configura como a de um loteador, mas como de um “padrinho” do bairro.

O bairro, por localizar-se próximo à região em que se instalavam as fábricas de tecidos e à rede ferroviária do município, tem seu adensamento populacional inicial associado à busca dos trabalhadores por fixarem-se perto do local de trabalho e das ofertas de empregos. Seu processo de urbanização se consolida, efetivamente, no início da década de 1960, com a chegada de um número mais significativo de grupos familiares. A partir de finais dos anos 1960, outras duas instituições, vizinhas ao bairro, também se tornam responsáveis por empregar um número considerável de trabalhadores residentes no bairro. São elas o antigo Instituto Salesiano (atual *campus* Dom Bosco da Universidade Federal de São João del-Rei/UFSJ) e o Instituto Auxiliadora (colégio particular também ligado aos Salesianos) (PEREIRA, 2015).

Será, entretanto, de meados para o final da década de 1980, com a abertura da rua Afonso Santana (na parte superior do bairro) para a construção de 28 casas populares⁵⁴, que o bairro vivenciará seu período de mais intenso crescimento. A criação dessa rua constitui-se como o início de uma nova frente de expansão do bairro e que permitirá, inclusive, o desenvolvimento de outros loteamentos habitacionais próximos, como o que deu origem ao bairro Cidade Nova.

O bairro São Dimas, diferentemente dos demais bairros selecionados para essa pesquisa, tem perfil de periferia de formação mais antiga e encontra-se completamente

⁵² Em relação a diversos eventos, encontra-se grande dificuldade em estabelecer com precisão a cronologia dos fatos. À falta de fontes escritas, os depoimentos dos entrevistados mostram, não raro, discordâncias sobre as datas.

⁵³ De acordo com relato dos moradores, o fazendeiro tinha uma filha muito doente e fez uma promessa a São Dimas: caso a filha se curasse, procuraria um local e construiria uma capela para o santo (PEREIRA, 2015).

⁵⁴ Com a oficialização da Associação de Moradores do Bairro São Dimas, em 1986, os moradores conseguiram, por meio de um projeto de parceria entre os governos federal e estadual, verba para construção de casas populares. De modo que um terreno pertencente, em parte, à Conferência São João Bosco e, em parte, à Prefeitura Municipal de São João del-Rei foi doado para a construção das casas, que foram edificadas no esquema de mutirão (PEREIRA, 2015).

ocupado há pelo menos 20 anos. Enquanto os bairros Cidade Nova, Vila Brasil e Novo Bonfim foram habitados e construídos a partir do parcelamento e venda irregular de terras, o São Dimas é resultado de uma ocupação espontânea.

No estudo do processo de ocupação do bairro chama atenção a forma de acesso à terra. O *survey* aplicado em 2019 indicou que 39,8% dos moradores tiveram acesso ao terreno para construção por meio de herança, doação, empréstimo ou aforamento⁵⁵ e apenas 33% relataram a compra do lote. Entretanto, um número significativo, 27%, não soube informar. Apesar dessa taxa elevada de desinformação, respostas não conclusivas são esperadas no formato de pesquisa desenvolvido, de modo que sua ocorrência na situação em questão não surpreende. Isso porque é comum os moradores se confundirem com as datas, ou ficarem inseguros em responder. Muitas vezes, a pessoa entrevistada não é o chefe ou a chefe de família e, portanto, não consegue dispor de todas as informações. É preciso considerar também o conjunto de moradores que mora em imóveis alugados ou cedidos e que, portanto, não têm conhecimento desse dado. No caso específico do São Dimas, por se tratar de um bairro de ocupação antiga, a memória dessa informação acaba, por vezes, se perdendo.

Não obstante essa lacuna nas respostas, a análise dos dados do *survey*, associada ao resgate das pesquisas anteriormente realizadas pelo NINJA no bairro, permitiu elaborar algumas considerações sobre a dinâmica da posse da terra na localidade. Barros e Carneiro (2004) apontam que em meados do século XX a prefeitura de São João del-Rei já realizava o aforamento de terrenos no bairro. Os dados do *survey* (2019) indicam a existência de casas construídas há pelo menos 60 anos em lotes aforados nas ruas Bárbara Heliodora, Joaquim Eugênio de Mesquita e Adão Roberto da Silva. Nesta última, identificou-se uma casa com 70 anos de existência.

Ainda de acordo com a pesquisa de *survey* (2019), 11,4% das moradias do bairro foram construídas em lotes aforados. Entretanto, é razoável supor que esse percentual seja maior, visto que os dados apontam que 25% das casas foram construídas em lotes doados ou adquiridos via herança. Não foi possível, partindo dessa pesquisa, desagregar as

⁵⁵ De acordo com o Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (2014), aforamento, também denominado *enfiteuse* ou emprazamento, é o negócio jurídico pelo qual o proprietário transfere ao adquirente “em caráter perpétuo, o domínio útil, a posse direta, o uso, o gozo e o direito de disposição sobre bem imóvel” (p. 9). No caso aqui apresentado, trata-se de aforamento de espécie pública, chamada também de administrativa ou, especial, caracterizando-se por ser aquela cujo proprietário da terra, nua ou com edificação, é a União ou o município.

informações sobre doação e herança, identificando a porcentagem de cada categoria. Do mesmo modo, não se conseguiu identificar de que tipo de doação se trata, mas podemos vislumbrar alguns cenários, tais como doação de terreno por parte de parentes ou amigos, doação de terras públicas via prefeitura (aforamento), ou lote e casa adquiridos na ocasião da construção das 28 casas populares na rua Afonso Santana.

Os dados sobre aforamento assinalam que, entre as casas construídas em lotes obtidos por esse meio, no bairro São Dimas, 30% datam da década de 1960 e se localizam nas ruas Bárbara Heliodora, Joaquim Eugênio de Mesquita e Adão Roberto da Silva; 50% foram construídas no final da década de 1980 e início dos anos 1990, na rua Afonso Santana e, também na mesma rua, identificam-se 10% de domicílios edificadas no início dos anos 2000.

Essas informações vão de encontro às indicações acumuladas acerca do movimento, espontâneo e auto orientado, de ocupação do bairro. Como já descrito anteriormente, o processo de ocupação do bairro se inicia na década de 1960, a partir do crescimento populacional nas ruas Barbara Heliodora e Joaquim Eugênio de Mesquita, principalmente. Com a abertura da rua Afonso Santana para a construção de casas populares, no ano de 1987, o bairro passa por um novo momento de crescimento demográfico e espacial.

A abertura dessa rua, assim como a maioria das demais ruas do bairro, se deu de maneira autogerida, pela mobilização comunitária, no caso em específico através da associação de moradores e com a articulação de distintos atores: a associação de moradores se regularizou com auxílio e apoio de padres⁵⁶ da paróquia local, a de Dom Bosco; o projeto em questão era desenvolvido no âmbito do governo estadual e previa a destinação de verbas para a compra de materiais de construção, com a intermediação da prefeitura municipal; o terreno, onde hoje se localiza a rua, pertencia à Conferência São João Bosco e à prefeitura municipal e foi doado aos moradores; as casas foram autoconstruídas através de mutirão e a destinação dos imóveis foi deliberada pela associação de moradores (PEREIRA, 2015).

⁵⁶ O bairro São Dimas contou a atuação de padres progressistas que auxiliaram os moradores, em diferentes momentos, na autoconstrução e obtenção junto ao poder público de equipamentos e infraestruturas urbanas e no processo de regulamentação da Associação de Moradores (PEREIRA, 2015). No capítulo 9, adiante, retomaremos o debate acerca da mobilização comunitária, presença da igreja católica e práticas de catolicismo popular no bairro.

É possível observar que não apenas essa expansão, mas todo o curso de crescimento do bairro ocorre de maneira espontânea e fortemente pautada pela ação popular. Esse parece ser um fator interessante de se notar para o estudo da formação e crescimento desta periferia. Apesar de não se configurar como uma “ocupação urbana” (os moradores compraram seus terrenos, ou os receberam por meio de doação e estão regularizados diante do poder público), o processo de desenvolvimento do São Dimas, desde seu princípio até a sua configuração atual, é marcado pelo envolvimento de diferentes agentes, mas muito pouco influenciado pela atuação do capital imobiliário local, diferentemente do que ocorre com os demais bairros que aqui analisaremos.

O *survey* residencial aplicado em 2019 contabilizou 195 residências no bairro São Dimas, já a pesquisa de 2004 apontou a existência de 132 casas no bairro. Entretanto, ainda que a amostra do *survey* realizado em 2004 tenha considerado todas as residências do bairro, o questionário não foi aplicado na totalidade das casas do São Dimas. Isso porque alguns moradores se recusaram a responder e outros não foram encontrados. Desse modo, o número de casas existentes no bairro em 2004 é maior do que o apresentado pelo resultado da pesquisa. O quantitativo total de moradias em 2004 varia de 10% a 15% acima do valor apresentado, podendo-se considerar, assim, um acréscimo de cerca de 30% no número de casas do bairro, no período entre os anos de 2004 a 2019. Pode-se considerar esse aumento de, aproximadamente, 45 residências como bastante expressivo, principalmente se tivermos em conta que em 2004 o bairro já estava quase que plenamente ocupado, com lotes vagos bastante restritos. O número total de moradores do bairro, por sua vez, não contou com um crescimento na mesma proporção: o *survey* de 2004 indicou o total aproximado de 526 moradores, enquanto a pesquisa de 2019 contabilizou 593 habitantes, indicando, portanto, um aumento de 13% no número de moradores.

Essa taxa de maior expansão no número de residências quando comparada à taxa de crescimento do número de moradores está, provavelmente, relacionada a duas hipóteses: decréscimo na taxa crescimento vegetativo da população local e/ou aumento do número de casas por lote. O crescimento vegetativo da população brasileira segue uma linha decrescente nas últimas décadas⁵⁷. Apesar de não termos informações detalhadas

⁵⁷ Segundo dados do IBGE, a taxa de crescimento da população brasileira era, em 2011, de 0,88 e de Minas Gerais de 0,70, já em 2020 essa taxa foi de 0,77 para o Brasil e de 0,59 para Minas Gerais. A Projeção para 2030 é de que a taxa de crescimento seja de 0,47 para o Brasil e 0,29 para o estado de Minas Gerais. Fonte: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>. Acesso em 30/08/21.

para a cidade de São João del-Rei, ou, mais especificamente, para o bairro São Dimas, é razoável supor que essa tendência se reproduza. Há que se considerar, desse modo, que os arranjos familiares estão cada vez menos numerosos. Os dados dos *surveys* indicam que, em 2004, 47,7% das residências contavam com até 3 moradores, já em 2019, 64,8% das moradias tinham três habitantes ou menos. Essa é, portanto, uma possibilidade de justificativa para o aumento no quantitativo total de moradores não seguir a mesma curva de crescimento do número de moradias.

Em relação à segunda hipótese, as informações de que dispomos apontam que, em 2019, 25% dos lotes contavam com mais de uma casa (20,5 % duas e 4,5%, três casas). Apesar de o questionário aplicado para a pesquisa realizada no ano de 2004 não contemplar essa questão e, portanto, não ser possível realizar uma análise comparativa nesse sentido, a inserção no campo e as conversas e entrevistas com os moradores permitem conjecturar essa relação. Promover uma expansão da casa, seja transformando um terraço em um espaço de moradia, fortalecendo a estrutura da casa para suportar um segundo andar, ou construindo nos fundos, no quintal, no que os sanjoanenses costumam denominar de “horta”, tem se caracterizado como uma estratégia mais frequente entre as famílias no bairro São Dimas. A instabilidade no emprego, o peso do valor do aluguel no orçamento e a ajuda no cuidado com as crianças aparecem como fatores que colaboram para a adoção dessa “alternativa” habitacional.

Das quatro famílias entrevistadas no bairro, três relataram viver em situação de coabitação. D. Maria⁵⁸, 66 anos, foi contemplada com uma das casas populares construídas na Rua Afonso Santana e vive no local há mais de 30 anos. Tem dois filhos adultos, ambos trabalhadores industriários; o mais velho comprou uma casa antiga na rua que se localiza abaixo da rua da casa de seus pais, reformou-a e nela vive com a esposa e duas filhas. De acordo com Maria, o filho colocou um portão ligando as duas casas: “como ele é muito agarrado com nós, ele abriu uma porta, só passa por aqui [por dentro da casa dos pais], a porta da sala da casa deles é só pra visita” (ENTREVISTA, 2019). Seu outro filho, com o nascimento da filha mais nova, reformou a área de serviço existente na laje da casa dos pais, onde vive, há cerca de um ano, com a esposa e dois filhos.

Outra moradora, Meire, 55 anos, conta que na ocasião do seu primeiro casamento também morou na casa dos pais; sem condições financeiras para arcar com aluguel, ou

⁵⁸ Para garantir o sigilo das informações e anonimato das entrevistadas e dos entrevistados usaremos nomes fictícios.

adquirir uma casa própria viveu, por alguns anos, com o ex-marido e as duas filhas, em um quarto construído nos fundos do terreno: “A gente morava com eles lá num quartinho no fundo, minha mãe fez um quarto grande lá aí eu morei lá um bom tempo; aí; depois que saiu essas casinhas [casas populares da R. Afonso Santana], eu fui beneficiada com uma delas” (ENTREVISTA, MEIRE, 2019). Hoje, é Meire quem acolhe sua filha mais nova, Larissa, de 23 anos, com o esposo e o filho de quatro anos, em um cômodo que construiu em parte do quintal da casa.

Histórias como as das famílias de Maria e Meire são frequentes no São Dimas. Luzia, 55 anos, vive no bairro há 30 anos. Seu esposo, Antônio, 52 anos, morava no São Dimas quando solteiro. O casal tem três filhos, o mais velho vive em uma casa na mesma rua que eles, com a esposa e três filhas, e os outros dois filhos moram com os pais. Um deles construiu um quarto com banheiro na parte de cima da casa, onde vive com a esposa e dois filhos. Sua caçula, Fernanda, 25 anos, e seu filho de três anos dividem a casa com Luzia e Antônio.

Fernanda descreve com precisão os motivos que se adicionam e a fazem querer continuar morando no bairro e vivendo próximo dos pais:

Eu gosto de morar aqui. Eu sempre fui criada aqui, sempre tive convivência com o povo aqui, apesar que mudou muitas pessoas, mas eu gosto muito daqui. Se Deus quiser ainda vou comprar uma casa aqui em cima, aqui nessa rua mesmo. O que que acontece, eu tenho meu menino, trabalho e querendo ou não eu dependo da minha mãe, porque à tarde ele tá na escola, mas à noite eu trabalho, o pai dele trabalha, eu chego em casa dez horas, aí até dez horas minha mãe cuida dele pra mim. De segunda e terça o pai dele fica com ele, de quarta pra frente é minha mãe que fica com ele pra mim (Entrevista, Fernanda, 2019).

A história da família de Daniela, 39 anos, é emblemática desse tipo de arranjo familiar. A avó mora no bairro há mais de 30 anos e conseguiu adquirir o lote e construir a casa com ajuda de amigos. Daniela narra que veio criança da cidade de São Paulo, com a mãe recém-separada e duas irmãs, para morar na casa dessa avó e que, após um tempo, a mãe foi beneficiada com uma das casas populares construídas na Rua Afonso Santana. Daniela conta que quando se casou viveu com o marido por cerca de dois anos na casa da mãe. Depois o casal conseguiu aforar um lote, no final da Rua Afonso Santana, e pôde, então, iniciar o projeto de construção da casa própria.

São três gerações que, com dificuldades para arcar com os custos de aluguel, vivenciaram a necessidade de apoio das redes de amizade e parentesco e do

compartilhamento de moradia. Famílias que puderam ter acesso à casa própria através de ações ou da interlocução com poder público, mas não necessariamente por meio de políticas públicas de habitação.

Essa configuração do São Dimas, seu movimento de formação e sua composição populacional levaram o bairro a assumir o que entendemos como um “aspecto familiar”. A ocupação espontânea, a parentalidade existente entre os moradores, o histórico de mobilização comunitária e a quase ausência de constrangimentos por parte de agentes da especulação imobiliária são traços que, em conjunto, conformam a especificidade da localidade. Sem dúvidas, a dimensão familiar constituiu um dos fatores que possibilitou o sucesso da ação popular na localidade e a consequente obtenção de serviços e infraestruturas urbanas. Não apenas foi empreendido um trabalho coletivo para a realização de mutirões para abertura de ruas e autoconstrução de moradias e equipamentos urbanos, mas foi também realizado um esforço de mobilização comunitária, seja para a efetivação da associação dos moradores, seja para a realização de atividades culturais e reivindicativas ocorridas no âmbito da aliança dos moradores com a Igreja Católica.

Mutirão, autoconstrução, ajuda mútua são termos que descrevem uma prática de trabalho coletivo com base nas relações de parentesco e amizade. O mutirão, como tradição do meio rural, envolvia a realização de festas e o estabelecimento de um compromisso de troca de favores, que, apesar de espontâneo, era ditado pela necessidade (MARICATO, 1982). Os trabalhos de pesquisa realizados pelo NINJA no bairro São Dimas permitiram reconhecer que a ampla presença de vínculos consanguíneos e de parentesco entre os moradores e o compartilhamento de histórias de vida e do cotidiano contribuíram para fortalecer os laços de amizade e companheirismo entre familiares e vizinhos e, conseqüentemente, nutrir o ânimo para a luta reivindicatória por melhorias urbanas. Trataremos com maior dedicação no capítulo 9, adiante, do processo de mobilização comunitária, associativismo e presença do catolicismo popular no São Dimas.

Quando analisamos os dados do *survey* (2019) relativos à forma de construção dos imóveis, aparece, por parte significativa das famílias, o recurso à prática da autoconstrução. Considerando a amostra total, cerca de 40% dos moradores indicaram esse método. Entendemos a atividade de autoconstrução de moradias no São Dimas como emblemática, não apenas por se constituir no projeto de vida, muitas vezes interminável,

de grande parte dos moradores, mas também porque, juntamente com a prática de mutirão, foi a alternativa que permitiu sua expansão urbana.

Imagem 1 – Rua Afonso Santana, Bairro São Dimas - 2014



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 2 – Rua Afonso Santana, Bairro São Dimas - 2019



Fonte: Arquivo pessoal

A trajetória de mais de 30 anos de autoconstrução coletiva e mobilização popular rendeu ao São Dimas o estabelecimento de infraestruturas, equipamentos e serviços urbanos. Hoje o bairro conta com abastecimento de água e coleta de esgoto, vias calçadas, iluminação pública, coleta de lixo, transporte coletivo e quadra de esportes e salão comunitário. Apresentando uma taxa média de crescimento anual do número de domicílios abaixo de 2% nas duas últimas décadas (0,83% na década de 2000 e 1,63% na década de 2010), pode-se dizer que o bairro se insere na categoria de “periferia consolidada”, dentro dos moldes possíveis para uma cidade do porte de São João del-Rei.

Torres (2004), em seu estudo sobre o processo de crescimento e ocupação da Região Metropolitana de São Paulo utilizou-se de dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 para analisar comparativamente as taxas de crescimento anual de diferentes regiões da cidade. Considerando a média de crescimento populacional da mancha urbana, que na década de 1990 era de 1,4%, o autor estabeleceu o corte de 3% de crescimento demográfico como indicativo de forte expansão populacional, definindo uma categorização na qual identificava como *fronteira urbana* as áreas cuja taxa de crescimento demográfico anual era superior a 3%, como *periferia consolidada* as regiões com crescimento populacional urbano entre 0 e 3% ao ano e como *cidade consolidada* toda área com crescimento populacional negativo. Entendendo que o crescimento demográfico é de grande interesse, porque aponta para a dinâmica de transformação dos espaços da cidade ao longo do tempo, o objetivo do autor com esse estudo consistiu em desvelar a heterogeneidade das periferias urbanas, a partir principalmente das diferenças entre a periferia consolidada e a fronteira urbana, e a relevância analítica da relação entre periferia e pobreza para a interpretação do desenvolvimento urbano no Brasil.

Não é o objetivo desse trabalho replicar análises nos mesmos moldes da pesquisa original realizada por Torres na metrópole paulista. Naturalmente, é necessário reconhecer as singularidades de cada configuração urbana e a impraticabilidade em adotar categorizações pautadas em padrões distintos da realidade do objeto de estudo. Há que se considerar, por exemplo, que na cidade de São Paulo muitos bairros apresentam dimensão espacial e populacional, funções e grau de complexidade que se equiparam a todo o conjunto urbano de um município de médio porte como São João del-Rei. Ressaltam-se, ainda, as diferenças existentes no acesso às informações relativas a cada localidade.

Devido à diversidade de pesquisas e políticas públicas, as metrópoles tendem a possuir uma sistematização mais elaborada de informações acerca dos bairros, porções da cidade e entornos; em contrapartida, o município de São João del-Rei possui pouco conhecimento específico referente a cada bairro, o material que temos disponível é resultado, principalmente, de trabalho de campo próprio, com suas limitações de execução e apropriação.

Desse modo, será a partir do o material empírico e dos dados primários e secundários disponíveis que buscaremos sustentar as hipóteses e análises. A partir de informações disponibilizadas pelo IBGE, foi possível dispor das médias de crescimento populacional anual da cidade de São João del-Rei.

Tabela 2 - São João del-Rei – Crescimento da população urbana, população rural e população total, por década e por ano – 1950 a 2021

ANO	POP. URB.	POP. RUR.	POP. TOTAL	CRESC URB %	
				DÉC	A.A.
1950	24.560	13.221	37.781	---	---
1960	34.654	13.034	47.688	41,1	3,6
1970	44.991	10.239	55.230	28,9	2,6
1980	53.401	11.356	64.757	18,7	1,7
1991	66.700	6.047	72.747	24,9	2,2
2000	73.785	4.831	78.616	10,6	1,5
2010	79.857	4.612	84.469	8,2	0,8
2021*	86.470	4.427	90.897	8,6	0,7

Fonte: Elaboração própria a partir de informações do IBGE⁵⁹ (2021).

(*) Cálculo realizado a partir da população estimada para o município para o ano de 2021. (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sao-joao-del-rei/panorama>).

Ao observar a tabela 2 acima é possível inferir que o corte de 3% de crescimento populacional proposto por Torres (2004) como indicativo de forte expansão demográfica é válido também para a realidade urbana de São João del-Rei. Os dados obtidos informam que a média de crescimento demográfico urbano anual esteve, na década de 1990, em 2,2%, em 1,5% nos anos 2000, decaindo para abaixo de 1% nas décadas seguintes, de modo que um aumento populacional anual acima de 3% parece significativo de crescimento.

⁵⁹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2011). *Sinopse do Censo Demográfico 2010* (PDF). Rio de Janeiro: IBGE. p. 67-68. <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>.

Os dados discriminados que produzimos para cada bairro, entretanto, dizem respeito ao crescimento do número de domicílios e não ao quantitativo de moradores. Como não temos disponível o número de moradores por bairro ou região, somente o número total de habitantes do município nas últimas décadas, podemos apenas deduzir que o aumento do número de domicílios habitados nos bairros está diretamente relacionado ao aumento do número de moradores. Todavia, essa diferença na espécie do dado disponível não significa, ao nosso ver, impossibilidade na execução das análises. As informações acerca dos domicílios dizem não unicamente do crescimento populacional, mas informam também sobre a transformação da paisagem dos bairros e o progresso no acesso a equipamentos, serviços e infraestruturas urbanas, permitindo a construção de um quadro mais completo sobre a configuração urbana do objeto em questão. Mais do que nos atentarmos aos aspectos quantitativos do desenvolvimento urbano dos bairros, promoveremos um estudo considerando também dados qualitativos, colhidos durante pesquisa de campo, e que nos parecem substanciais para compreender a dinâmica urbana local.

A periferia consolidada, assim como as demais áreas periféricas, abriga porções pobres da cidade. Ela se diferencia, porém, pelo ritmo mais lento de crescimento demográfico (taxa de crescimento anual entre 0 e 3%) e pela presença regular de bens de consumo coletivo, equipamentos, serviços e infraestruturas urbanas, tais como abastecimento de água, rede de tratamento de esgoto, ruas calçadas, coleta de lixo, iluminação pública, oferta de transporte público, presença de creches, escolas e espaços de lazer etc. (TORRES, 2004).

Torres (2004) aponta que o processo de consolidação das periferias estaria relacionado, ainda, ao tempo de ocupação, de modo que periferias mais antigas seriam as áreas mais consolidadas da metrópole paulista. Pela perspectiva de Villaça (2001), as periferias mais antigas tendem a ter mais trabalho social acumulado, tanto pelo trabalho coletivo de autoconstrução e mobilização comunitária empreendido pelos moradores, quanto pela oferta e manutenção de serviços e infraestruturas urbanas por parte do poder público.

Telles (2006) entende as periferias consolidadas da cidade de São Paulo como resultado de um ciclo de integração urbana, que ocorreu principalmente no correr das décadas de 1970 e 1980. Entre as circunstâncias do desemprego, a fragilidade da vida urbana e o sonho da casa própria foram se construindo esses “territórios da precariedade”

(p.2). As considerações feitas pela autora apontam para o aspecto lento e processual da consolidação, traços que são encontrados também na história e nas falas dos moradores do bairro São Dimas. Para a autora,

Vistas de hoje, com suas ruas pavimentadas, razoável cobertura de serviços e equipamentos urbanos, mal deixam imaginar o “fim de mundo” que eram no início dos anos 70 - “aqui era só mato”, é a expressão corrente dos moradores quando narram seus percursos, epopeias urbanas contadas e lembradas como evidências de uma vida que, mal ou bem, foi construída, e assim narrada, sob o signo do “progresso” (TELLES, 2006, p. 10).

Kowarick ressalta que uma característica elementar das periferias consolidadas é a precariedade, tanto das casas como dos equipamentos, serviços e infraestruturas urbanas. Desse modo, o que se entende por “consolidado” é bastante frágil (SARAIVA, 2008). A qualidade da vida urbana nas periferias é, de maneira geral, insatisfatória. Devido ao baixo orçamento das famílias, as moradias tendem a ser construídas com materiais de menor qualidade e durabilidade e a demorar mais de vinte anos para serem finalizadas, na maioria das vezes não há projeto arquitetônico, de modo que os cômodos são erguidos de maneira lenta e progressiva. Também os materiais utilizados nos equipamentos e infraestruturas públicas são ordinários, o asfalto é de baixa qualidade, o que faz com que se deteriore com facilidade; as obras realizadas ocorrem, na maior parte das vezes, em caráter de emergência, quando não de clientelismo. A oferta de serviços também é precária, o transporte público é sempre de péssima qualidade, as linhas de ônibus são escassas e os veículos velhos e deteriorados; a coleta de lixo costuma não ser eficiente e/ou suficiente, assim como o abastecimento de água potável, a coleta de esgoto e a iluminação pública.

Na periferia consolidada, a ocorrência e a velocidade de execução das obras públicas e privadas e a oferta de serviços diferem significativamente do que se observa nas áreas centrais ou mais valorizadas da cidade. Não apenas o ritmo e a qualidade dos investimentos em equipamentos e serviços urbanos são inferiores, como a lógica sistêmica da infraestrutura tende a não ser respeitada nas periferias (TORRES et al, 2003). Não é raro encontrar sinais de incompletude, como ruas sem asfalto, ou com o calçamento muito deteriorado pela ação do tempo, vazamentos de água e esgoto, oferta irregular de coleta de lixo e de transporte público, completa ausência de redes de captação de água de chuva, terrenos baldios que contribuem para proliferação de animais peçonhentos, córregos poluídos não canalizados etc.

Saraiva (2008) desenvolve uma análise crítica muito bem fundamentada acerca da categoria de *periferia consolidada*. A partir de relatos de pesquisadores do urbano no Brasil e de uma revisão bibliográfica sistemática em obras que são referência no debate sobre a questão urbana e, principalmente, sobre o desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo (Bonduki e Rolnik, 1979; Kowarick, 2000; Oliveira, 2003; Santos, 2005; Telles, 2006; Torres, 2004; Villaça, 2001), busca a gênese do conceito e discute sua aplicabilidade.

A autora afirma que, diferentemente da noção de *periferia*, que foi amplamente conceituada e debatida, as referências encontradas para *periferia consolidada* pouco discorrem sobre a sua definição. O termo não chega, assim, a se estabelecer como um conceito, mas sim como uma categoria mediadora; em geral, observa-se seu uso associado a uma necessidade de diferenciação hierárquica (espacial e social) da cidade.

Para Saraiva (2008), a compreensão das periferias consolidadas enquanto lugar deve abranger, ao menos, duas perspectivas, quais sejam, “a transformação do ambiente construído e o aumento do consumo das classes de baixa renda, refletido na instalação de novos empreendimentos imobiliários e equipamentos de consumo coletivo” (p. 90). Entretanto, a autora ressalta que embora a consolidação da *periferia* resulte em uma melhora direta das condições de vida da população local, o progresso ou desenvolvimento alcançados são relativos, visto que a persistente incompletude urbana leva os moradores a vivenciarem uma experiência continuada de carências e indica a presença de uma tensão que é constitutiva do processo de consolidação das periferias. Essa tensão não se dissolve após a consolidação. Pelo contrário, ela é continuamente refeita pela incompletude sistêmica da urbanização periférica (quando comparada à das regiões urbanas não periféricas), que é a matriz em referência à qual se constroem as concepções, práticas e estratégias (individuais, familiares e coletivas) dos moradores que, assim, estão fadados a uma “luta” infundável (por vezes explícita, pública e notável, mas quase sempre cotidiana, surda e não percebida ou qualificada como tal. Assim, reencontramos aqui, nas evidências empíricas, o sentido do conceito de “espoliação” de Kowarick como uma “construção histórica” em que se articulam e se tencionam mutuamente, nas práticas e lutas dos moradores, processos objetivos sistêmicos (que repõem continuamente a precariedade dos territórios urbanos periféricos) e subjetivos (a percepção dessa precariedade como “falta” de algo socialmente necessário). Voltaremos mais detidamente

a esse ponto mais à frente. Por ora, cumpre assinalar que, como decorrência do acima exposto

Dessa forma, do o nosso ponto de vista analítico, o que singulariza a periferia em relação às demais porções do espaço urbano é precisamente essa tensão inerentemente vinculada à espoliação urbana. Portanto, os estudos de construção de periferias aqui apresentados evidenciam que a formação desses territórios é processual, e não um acontecimento pontual, um evento que se fixa no tempo e no espaço. Na verdade, como se viu, concebemos como é inerente aos territórios periféricos o atributo de ser uma (re)construção contínua, sempre inacabada, não apenas em sua construção espacial objetiva, mas também nas relações e práticas de sociabilidade que neles se desenvolvem, nas funções que cumprem para distintos atores urbanos etc.

Nesse sentido, o objeto deste trabalho é precisamente a análise empírica de situações em que a tensão constitutiva da espoliação urbana se apresenta em situações concretas, identificando as similitudes e diferenças entre os casos estudados, assim como as peculiaridades derivadas da especificidade do contexto empírico em que se inscrevem, a saber, uma cidade “média” regional e localizada numa região economicamente periférica aos principais centros de acumulação de capital do estado e do país.

Nas periferias, o desprezo do poder público pelo caráter sistêmico, processual e cumulativo das infraestruturas urbanas é a força motriz que anima e sustenta os conflitos que emergem nesses territórios. Obras, reparos e ajustes em equipamentos e serviços, que são recorrentes, quase que realizados “automaticamente” nas áreas centrais, para serem realizados nas periferias demandam, grande parte das vezes, trabalho de mobilização dos moradores, seja ele individual/familiar ou coletivo. Esse é um ponto fundamental de diferenciação entre os espaços das cidades: os moradores de áreas não periféricas tendem a não precisar autoconstruir ou reparar infraestruturas, ou mesmo recorrer à associação de moradores e se organizar em conjunto com vizinhos para demandar ações de manutenção urbana por parte do poder público, tais como troca de poste de iluminação pública, conserto de asfalto, limpeza e sinalização de vias, abastecimento regular de água, dentre outros.

O trabalho de mobilização comunitária e a autoconstrução não são, sobretudo, reconhecidos como trabalho não pago. A sobreposição de precariedades e a exploração do trabalho são características marcantes das periferias, sejam elas consolidadas ou não.

Abordaremos com maior atenção os temas dos conflitos urbanos e da mobilização comunitária nas periferias no capítulo 9, adiante.

Para Rolnik, a consolidação das periferias ocorre acompanhando o ciclo da vida: os primeiros a se instalarem em uma favela, ocupação ou novo loteamento clandestino ou irregular nas franjas da cidade costumam ser casais jovens com filhos não adultos. É no percurso do crescimento dos filhos que a localidade vai se consolidando. Na medida em que esses filhos se casam o bairro vai se adensando, seja porque eles procuram construir ou alugar um imóvel no próprio bairro, seja porque, ao não conseguirem arcar com os custos de aluguel ou de uma casa própria, vão coabitar com os pais, construindo no mesmo terreno (SARAIVA, 2008).

Saraiva (2008), na medida em que percebe uma naturalização do processo de urbanização nas periferias consolidadas, apreende a consolidação dessas periferias também a partir de um *viés intergeracional*. As gerações mais jovens costumam ter uma percepção residual do movimento de construção do território em que vivem. Apesar da história contada e da memória de luta dos tempos mais difíceis seguir sendo lembrada, a materialidade da vida urbana do presente tende a suprimir a experiência de extrema precariedade do passado.

Esse é um aspecto muito presente nos relatos colhidos entre moradores e moradoras do bairro São Dimas.

Aqui, podia dar um *chega* nessa Associação [de moradores], né? Porque esse pessoal aí... porque aqui falta pouco. Aqui era terra, quando adoecia as pessoas tinha que levar na cadeira lá na quadra do Dom Bosco [*campus* da UFSJ] pra pegar carro pra ir embora. Hoje tá asfaltado, tem água, tem luz, tem tudo! Falta pouco... Tem até o salão comunitário” (Entrevista Tadeu, 2019).

Eu falo por meus filho, que agora eles pode falar que eles vive no céu, porque, nossa, a gente buscava água e lenha muito longe (Entrevista Meire, 2019).

Apesar de a consolidação significar uma transformação significativa na qualidade da vida urbana pela oferta, principalmente, de itens básicos de infraestrutura urbana - como energia elétrica e iluminação pública, água encanada, rede de coleta de esgoto, transporte coletivo, calçamento das ruas e coleta de lixo - as novas gerações vivenciam, ainda, processos de precariedade tais quais vivenciaram as gerações passadas.

As gerações de filhos e netos dos moradores do São Dimas que construíram o bairro - ou seja, daqueles que despenderam muita mão-de-obra para a abertura de ruas e para autoconstrução de casas e infraestruturas e que organizaram ações coletivas para obtenção e melhoria de equipamentos e serviços urbanos - enfrentam dificuldades para ter acesso à moradia, tal qual seus pais e avós. Como descrito anteriormente, uma parcela significativa não consegue arcar com os custos de aluguel ou de uma casa própria e coabita com suas famílias a casa dos pais, muitas vezes lançando mão da estratégia de construção de um ou dois cômodos no quintal ou sobre a laje.

A consolidação trouxe para os moradores do bairro São Dimas dignidade e relativa tranquilidade quanto ao processo de urbanização do bairro. Hoje todas as casas contam com abastecimento regular de água (foram poucos os relatos de falta de água), energia elétrica, iluminação pública, rede de coleta e tratamento de esgoto, transporte público (ainda que precário e com poucos horários), coleta de lixo, ruas asfaltadas, quadra de esportes e salão comunitário e atendimento de serviços de entregas (Correios, farmácias, supermercados, lojas de materiais de construção etc.).

Entretanto, a despeito da consolidação, o bairro ainda carece de espaços e equipamentos culturais e lazer⁶⁰, creches, rede de captação de água de chuva e manutenção dos equipamentos e infraestruturas. A consolidação da periferia, exatamente porque é incompleta, dificilmente promove entre os moradores uma ascensão na hierarquia social ou faz elevar consideravelmente a renda diferencial⁶¹ do território. Isso porque a precariedade urbana permanece *espoliando*, nos termos de Kowarick (2000), a população. Os equipamentos urbanos de cultura e lazer se localizam, na maioria das vezes, distantes das áreas periféricas, restringindo o alcance dos habitantes da periferia; o transporte público, além de inseguro e escasso, representa um custo que compromete parte significativa dos salários já comprimidos; a dificuldade no acesso a escolas e creches públicas de qualidade delimita as oportunidades futuras das crianças e adolescentes; a precariedade dos serviços de saúde e seguridade social diminui de maneira expressiva a qualidade de vida da população pauperizada e moradora da periferia. Sem contar o

⁶⁰ Apesar de contar com a quadra de esportes e um salão comunitário (ambos construídos dentro do *campus* Dom Bosco da UFSJ), as dificuldades surgidas pela gestão coletiva dos espaços, a carência material e a ausência de um acordo preciso com a gestão da universidade dificultam seu pleno uso e acesso pelos moradores.

⁶¹ De acordo com Bonduki e Rolnik (1982), a renda diferencial é o componente da renda fundiária que corresponde às diferenças entre as condições físicas e de localização e o montante de investimentos aplicados. É resultado, portanto, de uma série de características conjugadas, entre elas a distância em relação ao centro e a presença e qualidade das infraestruturas e serviços urbanos.

trabalho de mobilização popular necessário para a manutenção do urbano e que suga tempo e energia da parcela da população já tão explorada. Todos esses pontos são aspectos que se somam entre os equipamentos, serviços e infraestruturas urbanas presentes em determinada localidade e informam sobre a integralidade no acesso à experiência urbana. Certamente as periferias consolidadas, a despeito de somarem uma pontuação importante e que garante uma qualidade de vida urbana mínima, ainda agrupam muitos aspectos que indicam precariedade.

Parece consenso a consideração de que a periferização e o processo de consolidação das periferias constituem modos específicos da estruturação do espaço no Brasil. Para Mautner (1999), as periferias constituem a forma predominante de produção do espaço urbano no Brasil. Embora sigam um padrão fragmentado e descontínuo no tempo e no espaço, na medida em que acumulam trabalho elas se constituem como uma fronteira de expansão para o capital. Como resultado desse processo, temos um espaço construído que, apesar das irregularidades e da precariedade subjacentes, reproduz um espaço urbano pronto para ser incorporado à cidade e necessário para o êxito do projeto capitalista de uso e apropriação do espaço.

Diferentes autores (Bonduki e Rolnik, 1979; Kowarick, 2000, Mautner, 1999; Barbon, 2004) concordam também que a valorização das áreas periféricas, a partir principalmente da instalação de infraestruturas urbanas e do aumento da oferta de bens de consumo coletivo, levaria à substituição dos antigos moradores, tanto por não conseguirem muitas vezes arcar com os custos trazidos pelo aumento da renda diferencial (aumento de aluguel e tarifas de água e luz) quanto devido a processos de expulsão mais severos conduzidos pela especulação imobiliária.

A elevação da renda diferencial de um terreno torna-o cada vez mais inacessível às parcelas menos remuneradas da força de trabalho, cujos rendimentos são insuficientes para pagar seu preço. Assim as camadas de menor renda são "expulsas" para periferias cada vez mais carentes, o território que lhes cabe para habitar na metrópole será sempre sua parcela menos urbanizada e mais carente (BONDUKI; ROLNIK, 1979a, p.80).

Entre as periferias consolidadas, entretanto, esse ciclo de urbanização que acabaria levando à substituição de antigos moradores não parece se concretizar exatamente dessa maneira. Pesquisas (Saraiva, 2008; Barbon, 2007 e Pereira, 2015) mostram uma maior permanência dos moradores nessas localidades. A chamada

“expulsão branca” (SARAIVA 2008, p. 18) não se revelou como um evento significativo e a alternância de moradores, quando constatada, mostrou-se mais lenta e associada a diferentes motivações.

Portanto, é necessário relativizar a "expulsão" dos antigos moradores como uma consequência direta e contínua do processo de consolidação. Rolnik acredita, nesta direção, que a consolidação promove uma mudança no perfil social do bairro, isto é, "a renda do bairro sobe". Neste processo, os moradores antigos, que construíram sua própria casa, dificilmente a deixam, a não ser por uma tragédia familiar. Entretanto, quando as famílias não ascendem socialmente, acompanhando a consolidação do bairro, os filhos não conseguem se manter na área, deslocando-se para novas periferias (SARAIVA 2008, p. 80).

Para Saraiva (2008), a permanência de uma fatia significativa dos moradores mais antigos constitui um dos sentidos sociais da consolidação das periferias, o estabelecimento de vínculos de amizade e parentesco contribui para o desenvolvimento de uma afetividade pelo lugar e certa acomodação a um modo de vida. Como apontamos anteriormente para o bairro São Dimas, para além da materialidade das carências compartilhadas, são também os laços construídos no cotidiano e a comunhão de histórias de vida que dão significado para a autoconstrução, para o trabalho de mobilização comunitária e para a ação coletiva, elementos indispensáveis ao processo de consolidação das periferias.

Os dados do *survey* 2019 apontam que 43,2% dos entrevistados no bairro São Dimas são os primeiros moradores do domicílio, contra 56,8% que não são. Entretanto, esses números sozinhos não são suficientes para atestar uma substituição significativa do perfil de moradores do bairro. Calcula-se que ocorra uma alternância orgânica entre os moradores: naturalmente há que se considerar, ainda, a perda da população mais envelhecida com consequente ocupação do imóvel por filhos, parentes ou por algum outro comprador/locatário. Contudo, a hipótese de que ao se consolidar enquanto periferia os moradores mais antigos ou mais pobres do bairro seriam expulsos, devido à dinâmica da especulação imobiliária, não parece se confirmar.

O *survey* 2019 indicou que 76,2% dos imóveis do bairro São Dimas são próprios ou herdados, enquanto 17% são alugados e 6,8% emprestados. Já a pesquisa realizada em 2004 aponta que, na ocasião, 75,8% dos domicílios eram próprios/herdados, 17,4%

alugados e 6,8% emprestados. Fica, então, bastante claro que a disposição e a função urbana do bairro praticamente não se modificaram ao longo dos últimos 15 anos.

Quando analisamos comparativamente o tempo de moradia no bairro é possível reconhecer certa continuidade. A tabela 3, abaixo, indica que, em 2004, 43,4% dos moradores afirmavam viver no bairro há pelo menos 15 anos. Já em 2019, 15 anos depois, 36,4% dos moradores relataram morar no São Dimas há 30 anos ou mais. Os dados das pesquisas apontam, ainda, que a média do tempo de moradia no bairro, em 2004, era de 14,4 anos e, em 2019, de 25,7 anos. Parece possível, a partir dessa caracterização, indicar que uma parcela significativa dos moradores que, em 2004, viviam no bairro há mais de 15 anos estaria ainda vivendo lá em 2019.

Tabela 3 – Tempo de moradia no bairro – Bairro São Dimas (2004 e 2019)

TEMPO DE MORADIA NO BAIRRO	A N O	
	2004 (%)	2019 (%)
Menor ou igual a 2 anos	16,8	9,1
Menor ou igual a 5 anos	28,1	15,9
Menor ou igual a 10 anos	40,1	26,1
Maior ou igual a 15 anos	43,4	68,2
Maior ou igual a 30 anos	14,3	36,4
Sem informação	13,6	---

Fonte: elaboração própria (2021).

Como se vê na tabela 3 acima, o percentual das famílias que moravam no bairro há menos de 10 anos era, em 2004, bem maior (40,1%) do que o percentual encontrado entre as famílias que lá existiam em 2019 (26,1%). De outro lado, o percentual das famílias que vivem no bairro há mais de 15 anos, que já era alto em 2004 (43,4%), subiu ainda mais em 2019, chegando a quase 70%. No mesmo sentido, as famílias que em 2004 residiam no bairro há mais de três décadas mais que duplicaram no período, passando de 14,3%, naquele ano, para 36,4%, em 2019. Esses dados parecem atestar, de forma eloquente, a tendência de estabilização dos moradores do São Dimas no bairro ao longo do tempo.

Ao afirmarmos que é pouco provável que tenha havido uma mudança intensa e rápida na orientação do movimento de ocupação do bairro, algum processo pautado pela ação voraz da especulação imobiliária e que descaracterize o bairro de seu aspecto familiar, não significa que desconhecemos a dimensão da mobilidade urbana, dinâmica

elementar das cidades, ou que interpretamos o bairro como um local acabado, ou mesmo, limitado em sua funcionalidade urbana. Com efeito, se, como se disse, o tempo de moradia das famílias no bairro tende a crescer ao longo do tempo, encontramos ainda, mesmo em 2019, cerca de um quarto das famílias morando no bairro há menos de dez anos. Isso corresponderia, hoje, a cerca de 50 famílias. Entretanto, quando examinamos o crescimento do número de domicílios no bairro ao longo do tempo, vemos que, no período de 2009 a 2019, foram construídos cerca de 20 novos domicílios. Portanto, podemos inferir que cerca de 30 famílias se mudaram para casas já existentes. Logicamente, esse é também o provável número de famílias que se mudaram do bairro nos últimos dez anos, o que perfaz cerca de 15% das atuais 195 famílias lá existentes. Também pela tabela 3, acima, é possível notar que há um decréscimo na taxa de moradores que vivem no domicílio há menos de dois anos (de 16,8% para 9,1%), o que aponta para uma desaceleração da rotatividade entre os moradores da localidade. Desse modo, quando se analisa o passado recente do bairro, tanto os baixos valores das taxas de crescimento do número de domicílios quanto o baixo índice de rotatividade de moradores parecem corroborar a hipótese de que estamos diante de um caso de “periferia consolidada”.

Já, ao observarmos os dados sobre tempo de existência dos domicílios, a partir da taxa média de crescimento anual em cada década (Tabela 4 abaixo), é possível confirmar o cenário de adensamento populacional do bairro: durante os anos 1970, a taxa média anual de crescimento do número de domicílios foi de 5,7%; durante os anos 1980 e 1990, essa taxa esteve em torno de 4%. Entretanto, a partir de 1999 a taxa cai fortemente para 0,7% e permanece em torno desse valor até os dias de hoje. Essas informações evidenciam a trajetória do movimento da ocupação residencial do bairro que, como apontado anteriormente, se inicia na década de 1960, se mantém intenso até meados da década de 1990⁶² e diminui a partir dos anos 2000, exatamente na medida em que o bairro São Dimas passa a não apresentar mais espaço para “crescer”.

⁶² A análise dos dados produzidos pelo *survey* (2019) mostra que, entre os anos de 1989 e 1996, há um aumento populacional expressivo no bairro, quando nele se estabelecem cerca de 24% dos atuais moradores. Esse crescimento está relacionado, justamente, à abertura da rua Afonso Santana.

Tabela 4 – Taxa média de crescimento anual do número de domicílios - bairro São Dimas (1933 – 2019)

Tempo de existência do atual domicílio	Número absoluto (estimado para o universo total de domicílios)	Percentual sobre total da amostra (%)	Taxa média de crescimento anual (A.A%)
Zero a 5 anos (2014 – 2019)	11	5,7	0,7
6 a 10 anos (2009 – 2013)	9	4,5	0,6
11 a 20 anos (1999 – 2008)	9	4,5	0,7
21 a 30 anos (1989 a 1998)	40	20,5	4,1
31 a 40 anos (1979 a 1988)	24	12,5	3,9
41 a 50 anos (1969 a 1978)	20	10,2	5,7
51 a 86 anos (1933 – 1968)	21	11,4	---
S/ Info	60	30,7	---
Totais	195	100,0	---

Fonte: elaboração própria (2021)

Quando associamos esse dado à informação de que 37,4% dos moradores afirmam morar no atual domicílio há dez anos ou menos é possível inferir que houve, realmente, um crescimento no número de moradias e um movimento de chegada, ou retorno, de moradores ao bairro nesse período.

O bairro São Dimas, como já indicado, cresceu de maneira espontânea e teve grande parte de suas ruas, infraestruturas urbanas autoconstruídas por seus moradores. A partir das pesquisas e projetos anteriores promovidos pelo NINJA, da observação por meio da pesquisa de campo, das idas ao bairro e das conversas informais e entrevistas com moradores, foi se apresentando um traço marcante do local, qual seja, a forte presença de relações de parentescos entre os moradores. Ao buscarmos analisar a dinâmica de ocupação do bairro e os motivos que levaram e levam as famílias a escolher o São Dimas para morar, encontramos entre os dados colhidos pelos *surveys* (2019) informações que atestam o já indicado caráter “familiar” da localidade.

Aos analisarmos os dados relativos ao conjunto da amostra de 2019, em relação ao questionamento “tinha parentes no bairro quando para lá se mudou?”, identificamos

uma porcentagem significativa de respostas positivas: **72,7%** dos entrevistados responderam que sim. Essa afirmativa também permanece quando questionamos os entrevistados se têm parentes na atualidade: **77,3%** dos moradores responderam “sim” à pergunta “tem parentes no bairro hoje?”.

Quando questionados acerca do local de nascimento, **45,5%** do total de moradores afirma ter origem no próprio bairro. Já em relação aos motivos que pesaram na escolha do bairro como local de moradia, **70,45%** do total de moradores indicou razões ligadas a questões familiares, tais como, ficar próximo de pais e outros parentes, bairro como local de nascimento ou local de origem do cônjuge, casou-se e foi morar na casa dos sogros, construiu na casa/terreno dos pais ou sogros, mora em casa herdada ou emprestada pela família etc. Apenas **13,6%** dos entrevistados indicaram a conquista da casa própria como motivação para escolha do bairro, enquanto **5,6%** apontaram o aluguel mais barato como causa.

Uma análise exploratória a partir das respostas dos moradores que, na pesquisa de *survey* de 2019, disseram morar no domicílio há dez anos ou menos mostrou que entre as razões que abarcam a escolha do bairro para moradia destacam-se as relacionadas a motivações familiares: **57,6%** dos entrevistados indicaram o peso de questões associadas à rede de parentela para a escolha do local de moradia, tais como ficar próximo de parentes, casamento com alguém do bairro, bairro como local de origem etc.; enquanto **24,3%** apontaram a conquista da casa própria como razão e **15%** a busca pelo aluguel mais barato como incentivo. É comum, entretanto, que essas motivações se sobreponham, como, por exemplo, na resposta “casou-se e construiu na casa dos sogros para não pagar aluguel”.

Como é possível notar, os percentuais relativos ao *conjunto da amostra* são maiores que aqueles referentes ao subconjunto dos moradores que vivem no atual domicílio **há 10 anos ou menos**: **70,45%** do total de moradores indicou razões familiares para a escolha do bairro como moradia, enquanto **57,6%** da população residente há 10 anos ou menos apresentou a mesma justificativa. Já as respostas “conquista da casa própria” e “busca por aluguel mais barato” aumentaram cerca de 10 pontos cada uma quando comparados a totalidade dos moradores e os que vivem no domicílio há dez anos ou menos. Essas informações apontam que as redes de parentela são relativamente mais presentes para os moradores antigos, mas ainda são significativas para os recentes

moradores do São Dimas e que a função que o bairro assume na rede urbana não se modificou substancialmente ao longo das últimas décadas.

Outra informação que ressalta o aspecto “familiar” do bairro ocorre a partir da associação entre os dados do *survey* (2019) relativos à idade da chefe ou do chefe da família e o tempo de moradia na atual residência. Como é possível notar a partir da tabela 5 abaixo, as porcentagens de tempo de moradia no domicílio, para cada uma das faixas temporais selecionadas, comparativamente à idade do “morador(a) 1”⁶³, aparecem quase de maneira inversamente proporcional.

Tabela 5 - Idade do “morador(a) 1” e tempo de moradia no domicílio - bairro São Dimas (2019)

IDADE “MORADOR(A) 1”	Tempo de moradia no domicílio	
	≤ 10 anos	> 10 anos
16 - 30 anos	39,4%	1,8%
31 – 40 anos	27,3%	9%
41 – 50 anos	9,1%	18%
51 a 60 anos	18,2%	32,5%
Mais de 60 anos	6%	38,7%

Fonte: elaboração própria (2021).

Se agregarmos algumas faixas de idade, essa indicação se revela mais evidente: entre as chefes ou os chefes de família que moram no domicílio há 10 anos ou menos, **75,8%** têm até 50 anos de idade, enquanto **24,2%** indicaram ter 50 anos ou mais. Já entre os “moradores 1” que residem na atual casa há mais de 10 anos, **28,8%** afirmaram ter até 50 anos e **71,2%** mais de 50 anos.

Quando avaliamos a idade de todos os “moradores (as) 1”, independentemente do tempo de moradia no bairro, a pesquisa realizada em 2004 indica que 40,3% das chefes ou dos chefes de família do São Dimas afirmavam ter 49 anos ou mais e 9,2% deles informaram ter até 29 anos. O *survey* de 2019 aponta números semelhantes, com 15,9% dos “moradores (as) 1” com até 29 anos de idade e 43,2% deles com 49 anos ou mais. Parece plausível conceber, portanto, que a composição populacional do bairro se manteve linear nos últimos 15 anos.

⁶³ “Morador(a) 1” é uma categoria presente no questionário aplicado no *survey* de 2019. Consiste na chefe ou no chefe da família, a pessoa que durante a aplicação do questionário foi indicada como principal responsável e/ou provedor(a) da casa.

Os dados do *survey* 2019 assinalam, ainda, que entre os moradores que vivem no domicílio há dez anos ou menos, 45,45% declararam viver no bairro há mais tempo do que o tempo em que residem no atual domicílio, de modo que não se configuram, portanto, como novos moradores, no sentido de incomuns ou desconhecidos. Essa informação fortalece a hipótese indicada anteriormente de que esse adensamento no número de casas identificado na última década é, também, resultado de um movimento de retorno de moradores ao bairro e do crescimento do número de casas por lote. Esses elementos em conjunto permitem avaliar que a chegada, ou retorno, de jovens moradores à localidade nos últimos dez anos não parece ser fruto de uma mudança no quadro populacional e/ou na função urbana do bairro, mas, muito provavelmente, resultado da necessidade de rede de apoio familiar e da dificuldade em manter os custos com aluguel entre as famílias recém-formadas.

A análise dos dados relativos ao bairro São Dimas aponta para a baixa renda familiar *per capita* (RFPC) da maioria das famílias. Tanto a pesquisa de 2004, quanto a realizada em 2019, indicam que mais de 70% das famílias apresentam RFPC de até um salário-mínimo (72,3%, em 2004, e 70,4%, em 2019), como se vê na Tabela 6, a seguir.

Tabela 6 - Renda familiar per capita (RFPC) - Bairro São Dimas (2004 e 2019)

RFPC	2004 (%)	2019 (%)
0,00 A 0,25	13,3	10,2
0,26 A 0,50	29,5	22,7
0,51 A 1,00	29,5	37,5
1,01 A 2,00	16,3	10,2
MAIS DE 2	1,8	1,1
S/ INFORM.	9,6	18,2

Fonte: elaboração própria

A insegurança financeira e a precariedade da oferta de serviços de assistência e seguridade social são aspectos que, no bairro São Dimas, parecem contribuir para a disposição de seu caráter familiar. Naturalmente, não estamos aqui buscando uma explicação “genético-finalista” (KOWARICK, 2000) para o desenvolvimento do bairro enquanto fenômeno urbano, mas apenas elencando as características que, em alguma medida, sugerem participação no processo de construção e consolidação urbana do local.

A observação e análise do processo de formação, crescimento e consolidação do bairro São Dimas viabilizou reconhecer o caráter autônomo, dinâmico e processual que seguiu sua marcha de desenvolvimento. Ao anunciá-lo como uma periferia consolidada,

apresentando e debatendo as características que, a nosso ver, permitem essa categorização, buscamos, a partir de uma abordagem que viabilize identificar especificidades e similitudes do estudo de caso em relação aos demais bairros pesquisados, descrever e refletir sobre o desenvolvimento urbano no Brasil.

O desenvolvimento do bairro São Dimas, apesar de atender aos pré-requisitos estabelecidos para se justapor à categoria de periferia consolidada, sem dúvidas ocorreu em moldes distintos do que se observa para periferias consolidadas das metrópoles e grandes cidades brasileiras. Conforme apontam algumas pesquisas que abordam esses processos na metrópole paulista (Marques e Bichir, 2001; Saraiva, 2008 e Torres, 2004), a dinâmica de consolidação ocorre acompanhada, principalmente, da intensificação da especulação imobiliária, do estabelecimento de redes mais amplas e consistentes de transporte público e da chegada de equipamentos de consumo (hipermercados, *shopping centers* e cadeias de lojas de departamento e *fast-food*).

Saraiva (2008) em seu estudo sobre o distrito de Itaquera, situado na zona leste da cidade de São Paulo, descreve o movimento de consolidação da localidade e destaca os principais agentes e mudanças. Itaquera, na ocasião da pesquisa, contava com cerca de 205.000 habitantes. De acordo com a autora, já no início da década de 1980 Itaquera apresentava um quadro habitacional heterogêneo, de modo que favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais se misturavam e disputavam o espaço. Com o processo de consolidação e inauguração de uma linha de metrô, houve uma valorização dos terrenos e intensificação do lançamento de empreendimentos imobiliários e estabelecimentos comerciais, tais como hipermercados e *shopping centers*.

Fica bastante evidente a complexa diferenciação e hierarquização dentro da periferia consolidada de Itaquera, um quadro substancialmente distinto do que se encontra em nosso estudo de caso. O distrito de Itaquera soma mais que dobro do número de habitantes de todo o município de São João del-Rei, uma situação, evidentemente, incomparável com o processo de formação e consolidação do bairro São Dimas.

Ao acionar a categoria de análise “periferia consolidada” - formulada inicialmente para a interpretação de processos urbanos que ocorrem nas metrópoles e grandes cidades brasileiras - visando construir significados para uma situação específica de formação de bairros periféricos em uma cidade média do interior do estado de Minas Gerais, não temos como propósito promover comparações de base linear, mesmo porque seria um objetivo irrealizável. Buscamos aqui, principalmente, resgatar uma matriz de compreensão da

dinâmica do desenvolvimento urbano que parte de um viés estrutural e sistêmico e segue a trilha da periferação e expansão urbana para as fronteiras como indicativa da direção do processo de urbanização brasileiro.

Na medida em que as principais referências teóricas em estudos urbanos no Brasil se pautam em processos que correm nos grandes centros, para se construir um estudo de realidades não metropolitanas é necessário, muitas vezes, fazer uso de instrumentos analíticos não apurados para configuração urbana em questão. Desse modo, calibrar o uso das noções e categorias, reconhecendo as inconsistências que a tentativa de transposição mecânica de conceitos pode produzir, é fundamental. Sem dúvidas, o volume populacional e a complexidade dos processos que se somam nas grandes cidades justifica o investimento das pesquisas. Entretanto, entendemos que a diversidade urbana brasileira demanda a também a construção de instrumentos de interpretação que busquem considerar as realidades múltiplas, estudos que abordem outras experiências e realizações do urbano para além dos parâmetros definidos para as metrópoles.

Como descrito anteriormente no capítulo 4, o município de São João del-Rei goza de uma influência sub-regional e disputa com outros municípios de mesmo tamanho e perfil a atração de indústrias e empreendimentos comerciais, apostando no mercado de turismo como diferencial. Com uma economia pouco dinâmica, São João del-Rei cresce, demográfica e espacialmente, de maneira lenta e sem sobressaltos. De maneira divergente do que se passa nas metrópoles, grandes cidades ou municípios receptores de grandes projetos de “desenvolvimento”, a ausência de eventos propulsores da acumulação de capital colabora para a baixa frequência da imigração interurbana e para o ritmo vagaroso da especulação imobiliária. Num contexto em que, dentre outros fatores, há sobra de espaços físicos passíveis de loteamento e o perímetro urbano é reduzido (de modo que os trajetos diários não comportam longos quilômetros a serem percorridos), os agentes do capital imobiliário operam buscando reduzir riscos e contando com suporte e recursos do poder público e do trabalho coletivo empreendido por moradores.

A observação *in loco* e o estudo dos processos de acumulação que correm nos distintos espaços urbanos têm nos permitido perceber que nas cidades pequenas e médias a performance da especulação imobiliária tende, em boa medida, a passar à margem dos territórios periféricos. Diferentemente do que ocorre nas grandes cidades, cuja dinâmica de atuação da especulação imobiliária responde de maneira mais rápida e intensa às

necessidades de reestruturação demandadas pelo imperativo de acumulação do capitalismo.

De acordo com Soja (1993), a espacialidade concreta do capitalismo, na qual se inserem as diferentes modalidades de elaboração do urbano, consiste num processo contínuo, que requer continuamente o estabelecimento de práticas sociais que visem tanto a manutenção e reforço da espacialidade existente, quanto uma reestruturação ou revolução da mesma. “A matriz espacial precisa ser constantemente reforçada e, quando necessário, reestruturada – ou seja, a espacialidade precisa ser socialmente reproduzida, e esse processo de reprodução é uma fonte permanente de conflito e crise” (SOJA, 1993, p. 157).

Esse esforço de reestruturação dos espaços urbanos aparece de maneira mais evidente nas metrópoles ou cidades que vivenciam mudanças drásticas nos rumos das práticas econômicas e espaciais por elas desenvolvidas. As últimas duas décadas foram bastante significativas da lógica de acumulação de capital que impera nas cidades brasileiras e orienta processos profundos de reestruturação urbana no Brasil. A execução de obras urbanas, remoções e acordos em função dos megaeventos ocorridos no país, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, e suas consequências são exemplos das transformações urbanas radicais que as principais metrópoles do país têm vivenciado.

Investigadores urbanos têm se dedicado ao desenvolvimento de pesquisas investigativas e críticas sobre os impactos dos megaeventos no Brasil e a reestruturação do espaço urbano nas metrópoles. Destacamos aqui o trabalho realizado pelo *Observatório das Metrópoles*.⁶⁴ A partir do estabelecimento de uma rede entre centenas de pesquisadores vinculados a instituições de ensino superior e aos campos governamental e não governamental, vem sendo elaboradas reflexões amplas e comparativas acerca dos processos e inúmeros conflitos que permeiam a construção e reconstrução do território nas grandes aglomerações urbanas brasileiras.

Já um exemplo singular de cidade de médio porte que vem vivenciando os efeitos da instauração de um grande projeto econômico de desenvolvimento e se caracteriza como um caso emblemático de reestruturação urbana é Altamira, no estado do Pará. Com

⁶⁴ Para mais informações consultar “Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas” (2016) e “Dossiê Megaeventos e violações dos direitos humanos no Brasil” (2014). <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/>. Acesso em 20/11/2021.

a instalação da UHE Belo Monte, a partir do ano de 2011, o município passou a experimentar um forte processo de transformação urbana, com redefinições espaciais, remoções e reassentamentos e intensa migração urbana e crescimento populacional. Miranda Neto (2016) faz apontamentos sobre as mudanças na dinâmica urbana de Altamira e os impactos da chegada do megaempreendimento na vida da população local.

Tal qual observado para as metrópoles, também nas cidades médias os empreendedores imobiliários confiam no processo de consolidação das periferias para a viabilização de seus projetos. Se em Itaquera, periferia de São Paulo, o processo de consolidação motivou a forte atuação de cooperativas e construtoras para a execução de loteamentos e imóveis voltados para famílias de baixa e média baixa renda (SARAIVA, 2008), em São João del-Rei a consolidação do São Dimas também provocou e facilitou a expansão urbana e a instalação de produtos imobiliários nos arredores do bairro, como os vizinhos Cidade Nova e Cidade Verde, esse último consiste em um loteamento de classe média que integra a expansão mais recente para a porção noroeste da cidade.

6.2 BAIRRO CIDADE NOVA: UMA FRONTEIRA URBANA

O bairro Cidade Nova é fruto de um loteamento irregular de mesmo nome, aberto em meados da década de 1990 em uma gleba rural limítrofe à rua Afonso Santana, na parte superior do bairro São Dimas. O local era uma área conhecida e frequentada pelos habitantes da região. Moradores mais antigos do bairro São Dimas relatam que faziam uso comum de determinados trechos da área para retirada de lenha e, principalmente, para lavar roupas e buscar água potável em um ponto denominado “Chacrinha” (PEREIRA, 2015).

De acordo com relatos de moradores do Cidade Nova, membros e ex-membros da associação de moradores do bairro, a empresa responsável pela iniciativa realizou apenas o arruamento e a demarcação dos lotes, vendendo-os sob a promessa de logo providenciar a implementação de infraestrutura urbana. Entretanto, essa promessa nunca foi cumprida e os empresários, após venderem todos os lotes, foram embora de São João del-Rei (PEREIRA, 2015).

Mariana e Gilson contam que compraram um lote no Cidade Nova em 1994 e ficaram por quatro anos aguardando a instalação de infraestruturas, tais como água encanada, rede de esgoto, luz elétrica, pavimentação das vias etc. Entretanto, o sumiço dos empreendedores, somado à demissão de Mariana, esposa de Gilson, impulsionaram a família a investir o valor recebido pelo Fundo de Garantia de Mariana na construção da casa e a se mudarem para o local mesmo sem as condições de habitação adequadas. De acordo com o casal, quando se mudaram havia por volta de oito famílias residentes no bairro; hoje já existem cerca de 100 casas e ainda há muitos lotes vazios. Segundo Gilson, todos os lotes foram vendidos pelos empreendedores e, posteriormente, foram sendo revendidos pelos compradores iniciais (PEREIRA, 2015).

Rose, atual presidente da associação de moradores, apresentou-nos uma pasta com toda a documentação da associação; são plantas do projeto inicial do loteamento com a marcação das ruas e dos lotes (cerca de 300) e inúmeros ofícios encaminhados à prefeitura municipal solicitando calçamento de ruas, limpeza de lotes vagos, instalação de quebra-molas e postes de iluminação pública, adequação da coleta de lixo e oferta de transporte público, entre outras reivindicações.

O bairro fica em uma região elevada, propiciando uma vista adorável das montanhas que separam os municípios de São João del-Rei e Ritópolis. A paisagem verde e o silêncio predominante da maioria das casas fechadas (com seus moradores trabalhando fora, em horário comercial) são elementos que caracterizam o ritmo mais lento do local, com a presença de muitos lotes vagos, terrenos baldios - alguns com cerca e outros sem - e casas em construção. Logo na chegada, fica perceptível a precariedade das infraestruturas e equipamentos urbanos, com duas vias principais (rua 1 e rua 2) com maior presença de casas já habitadas, e as ruas irregulares e de asfalto deteriorado dão cor ao aspecto periférico do local.

No ano de 2015 as principais ruas do bairro foram asfaltadas e apenas em 2021 foi realizada uma obra de conclusão da pavimentação do bairro, com instalação de meios-fios e quebra-molas. Em 2019 começou a ser implementada, pela prefeitura municipal, uma rede de coleta e tratamento de esgoto no bairro. Apesar de concluída toda a etapa de instalação da rede de tubulação, as obras para a Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) não foram iniciadas, de modo que as residências continuam se utilizando de fossa sanitária.

Em julho de 2018, a Prefeitura Municipal de São João del-Rei teve aprovada pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Ministério do Planejamento do Governo Federal, uma verba no valor de R\$43.194.061,09 para a realização de um projeto de ampliação do sistema de esgotamento sanitário na cidade⁶⁵. Essa obra contemplou diferentes localidades no município que não contavam com rede de coleta e tratamento de esgoto em todas as casas, entre eles os três bairros que aqui analisamos. Em cada um dos bairros foi executada uma obra específica, de acordo com as necessidades locais. Adiante abordaremos a efetividade dessas obras em cada um dos bairros aqui estudados.

A água que abastece as residências do Cidade Nova é proveniente de um poço artesiano localizado nas mediações do bairro e perfurado no ano de 1996, por ocasião do *Projeto Lava Pés*⁶⁶, uma parceria realizada entre a Associação de Moradores do Bairro São Dimas e a então Fundação Universitária de São João del-Rei, hoje Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Hoje, o bairro conta com coleta de lixo e ruas asfaltadas, mas ainda demanda por transporte público (o itinerário do ônibus só vai até o bairro São Dimas), creche, áreas de lazer e constante manutenção do calçamento das ruas e limpeza de lotes vagos.

O empreendimento do loteamento Cidade Nova exemplifica o tipo de desenvolvimento urbano que ocorre a partir da consolidação das periferias: a viabilidade do loteamento se deu pelo acúmulo de trabalho incorporado ao território do São Dimas e estendido ao espaço do bairro Cidade Nova. A partir do processo de expansão e consolidação do bairro São Dimas, abriu-se a possibilidade de criação de uma nova frente urbana avançando sobre a fronteira rural. Pesquisas apontam que o início da ocupação do loteamento se deu principalmente por moradores provenientes de bairros próximos ou com parentes e amigos na região (especialmente no bairro São Dimas), indicando que o processo de habitação do Cidade Nova seria também resultante do crescimento vegetativo

⁶⁵ Ampliação do sistema de esgotamento sanitário da sede municipal de São João del-Rei – MG. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/obra/76353>. Acesso em: 14/09/2021.

Vereadores participam do lançamento das obras de esgotamento sanitário do Córrego do Lenheiro. Disponível em <http://www.camarasaojoadelrei.mg.gov.br/noticia/14024>. Acesso em: 14/09/2021.

São João del-Rei: Prefeitura pode terminar o ano com 36 obras inacabadas e orçadas em mais de R\$ 56 milhões. Disponível em <https://www.maisvertentes.com.br/noticia/1526/sao-joao-del-rei-prefeitura-pode-terminar-o-ano-com-36-obras-inacabadas-e-orçadas-em-mais-de-r-56-milhoes>. Acesso em 14/09/2021.

⁶⁶ Após anos sofrendo com a ausência de água, a Associação de Moradores do Bairro São Dimas, num diálogo com a então Fundação Universitária de São João del-Rei, hoje Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), firmou parceria com a ONG alemã *Studienförderung Passo Fundo e.V.*, que financiou o *Projeto Lava Pés*, possibilitando a perfuração de um poço artesiano grande o suficiente para abastecer de água a população do bairro (PEREIRA, 2015).

fizemos um depósito ali e pusemos umas *caixa* (d'água) aqui, aí foi levando... (Entrevista, Gilson, 2019).

Nós ficamos aqui cinco anos, sem água, sem luz, sem nada. Só que um dia, nós conversando com o pessoal lá de cima, daqui não, da rua de lá, ali na Afonso Santana, aí nós conversamos com o senhor lá ele foi e cedeu a água pra nós. Ai, que luta! Aí juntou eu e meu ex-marido, nós furou uma vala lá de cima até aqui embaixo (Entrevista, Sueli, 2019).

A população do Cidade Nova enfrentou, no processo de ocupação do espaço e luta pelo estabelecimento de infraestruturas urbanas, desafios semelhantes aos vivenciados pelos vizinhos do bairro São Dimas e em algumas ocasiões empreenderam ajuda mútua e foram parceiros de reivindicações. Os primeiros moradores do loteamento, principalmente, assim como os moradores mais antigos do bairro São Dimas, experienciaram uma vida de trabalho árduo para a autoconstrução das casas e dos equipamentos básicos de urbanidade, como água encanada e coleta de esgoto. Há de se considerar ainda o trabalho de mobilização comunitária, com a criação da associação de moradores e a constituição de uma rede de distintos atores, oficiais e extraoficiais, que é demandada em tempos e espaços distintos, de acordo com as necessidades e circunstâncias locais.

Todavia, a despeito do compartilhamento de experiências e afetos entre os dois bairros, a observação da história e da dinâmica de construção do Cidade Nova aponta para a singularidade de seu processo de ocupação e para as mudanças em sua função urbana e no perfil de moradores atraídos para a localidade na última década.

De acordo com o *survey* aplicado em 2019, estima-se para o bairro Cidade Nova uma população de cerca de 293 habitantes e 97 moradias. Diferentemente do ocorrido para os bairros São Dimas, Vila Brasil e Novo Bonfim, a pesquisa de *survey* realizada em 2004 no bairro Cidade Nova apresenta diferenças em relação à amostra delimitada para o *survey* aplicado em 2019. Desse modo, buscando diminuir os vieses e construir um estudo o mais fielmente estruturado na veracidade das informações, privilegiaremos para a análise desse bairro os dados obtidos pela pesquisa de *survey* desenvolvida em 2019. Como já destacado anteriormente, o tipo de metodologia empregada para essa pesquisa não garante uma completa fidedignidade aos fatos. Na medida em que partimos, principalmente, de relatos informais de moradores, há que se considerar os limites da memória e da percepção individual dos acontecimentos. Entretanto, a leitura criteriosa dos dados obtidos pelo *survey*, somada às outras etapas do trabalho de campo (entrevistas

familiares e observação em campo), nos parecem ser suficientes para refutar ou confirmar as hipóteses que aqui levantaremos.

Por tratar-se de um loteamento irregular, o acesso à terra no Cidade Nova ocorre predominantemente por meio da compra de lotes. Diferentemente do que se identificou para o bairro São Dimas, que tem uma porcentagem significativa de respostas indicando o acesso à terra por outros meios que não a compra do terreno (40% dos entrevistados pelo *survey* 2019 indicaram que obtiveram acesso à terra por meio de doação, herança, empréstimo ou aforamento), 70,7% dos entrevistados no bairro Cidade Nova afirmaram ter comprado o lote, enquanto 12,2% indicaram acesso à terra através de doação ou herança. De acordo com o *survey* (2019), 83% das moradias são próprias e 15% alugadas, herdadas ou emprestadas.

Esses dados informam sobre uma característica distintiva do Cidade Nova, qual seja, a de ser um bairro procurado por famílias, ou indivíduos, que buscam acesso à casa própria. Enquanto o bairro São Dimas é fruto de uma ocupação que aqui estamos chamando de espontânea e seu crescimento respondeu a um ritmo próprio, associado ao desenvolvimento e necessidade das famílias, o Cidade Nova é efetivamente um projeto imobiliário voltado para população pobre.

Como aponta Kowarick (2000), a expansão das cidades brasileiras se realiza, principalmente, por meio do movimento de periferização, ou seja, pela transformação de espaços remotos em loteamentos habitacionais irregulares ou clandestinos. O que o autor denomina de *padrão periférico de ocupação* se caracteriza pelo estabelecimento de loteamentos irregulares, ou clandestinos, nas zonas periféricas da cidade e pela retenção das áreas centrais para fins especulativos.

Esses loteamentos, por não contarem com infraestrutura urbana adequada e não atenderem à legislação urbanística, demandam pouco investimento dos empreendedores, o que possibilita apresentarem baixo custo e se tornarem, portanto, acessíveis à população pauperizada. A aquisição de um lote pelas classes populares nesses locais se viabiliza pela combinação de dois fatores: 1) seu baixo custo econômico é ajustável ao orçamento familiar; 2) essas populações, cientes da oferta limitada de alternativas e do pouco acúmulo de capitais que possuem, aceitam arcar com o ônus social extremamente alto que acompanha essa estratégia (PEREIRA, 2015).

Os loteamentos irregulares ou clandestinos, na medida em que cristalizam trabalho no território sob a forma de valor, e, por meio da pressão dos moradores, são

abastecidos de serviços e equipamentos urbanos, têm seu preço aumentado e seu ônus social reduzido. Esse processo de valorização faz com que uma área antes acessível a faixas de remuneração mais baixa se transforme em uma zona para as camadas melhor remuneradas, Segundo Kowarick:

Reproduz-se, assim, um padrão de periferização que aumenta enormemente os assim denominados custos de urbanização, pois sempre são geradas novas áreas longínquas e rarefeitas de população que deverão ser – algum dia – providas com um mínimo de serviço público. Reproduz-se também uma forma de expansão urbana extremamente dilapidadora para aqueles que não têm recursos econômicos e políticos para pagar um preço de um progresso altamente espoliativo (KOWARICK, 2000, p. 28).

Há que se considerar, ainda, que a valorização da terra e a especulação imobiliária não são os únicos fatores que agem na condução de moradores para periferias mais baratas e, na maioria das vezes, mais distantes, menos abastecidas de equipamentos e infraestruturas urbanas e mais suscetíveis às adversidades da pobreza urbana (violência, criminalidade, tráfico de drogas, milícias etc). Dada a fragilidade das condições de vida da população, várias intercorrências podem contribuir para a migração intraperiférica. Esse deslocamento pode ocorrer por conta da perda de um emprego ou redução do salário, pela morte de um/uma arrimo de família; pelo surgimento ou agravamento de uma doença; ou pela chegada de novos moradores (parentes, casamento, nascimento de filhos/netos etc.).

Comprar um lote em um loteamento irregular apostando no desenvolvimento progressivo das infraestruturas urbanas e fazendo da autoconstrução da casa própria o principal investimento familiar faz parte do que entendemos como “estratégias cotidianas e familiares de resistência”⁶⁷. Muitas vezes o pagamento do lote é feito em prestações, de modo que famílias que contam com um orçamento familiar muito pouco flexível podem ficar em situação difícil com o surgimento de imprevistos financeiros. Não cumprir com o pagamento das prestações do lote, ou até mesmo não ser capaz de dar continuidade na construção da casa são, também, motivos que levam moradores de periferias a migrar para locais mais acessíveis.

A precariedade das políticas públicas brasileiras de assistência e seguridade social, associada às altas taxas de desemprego promove entre os moradores das periferias uma experiência urbana que transita, não raro, entre práticas de legalidade e ilegalidade

⁶⁷ Esse conceito será apresentado e desenvolvido no Capítulo 7 adiante.

(TELLES, 2006), colocando-os sob condições de extrema vulnerabilidade. A violência e a criminalidade urbanas, o tráfico de drogas, as milícias e relações conturbadas na vizinhança são fatores que provocam deslocamentos intraperiféricos. Ainda que efetivamente mais presentes e com grau de complexidade mais elevado nas metrópoles e grandes cidades, são aspectos que também se apresentam como incentivadores de deslocamentos em municípios de menor porte. Entre os bairros aqui pesquisados, moradores do São Dimas e da Vila Brasil relataram a presença do tráfico de drogas e conflitos com vizinhos como razões que os motivam a querer mudar para outro bairro⁶⁸.

O que caracteriza e diferencia a migração intraperiférica da migração que ocorre entre os bairros não periféricos das cidades é o fator coação. Naturalmente a população urbana se desloca, todavia, o deslocamento que ocorre entre os moradores de periferias é, não raro, marcado por constrangimentos desencadeados pela vulnerabilidade social, pela instabilidade financeira e pela violência.

Desse modo, a expansão das cidades pela produção de periferias é extremamente dilapidadora para a população periférica, não apenas porque esta precisa, cotidianamente, autoconstruir suas casas e empregar energia e recursos próprios na construção e manutenção de espaços comuns, mas também, porque, à despeito de todo trabalho, essa população não tem salvaguardada a permanência em seu local de moradia, estando rendida aos interesses da especulação imobiliária e ao fator coação.

Ao observarmos o curso de desenvolvimento do bairro Cidade Nova fica visível o processo de transformação dos territórios periféricos pela diminuição do ônus social através de um modelo de progresso que se realiza, principalmente, pela espoliação urbana dos moradores.

Associando elementos como o pressionamento dos salários, a facilidade de substituição da mão de obra, o afastamento dos trabalhadores para as fronteiras urbanas e a autoconstrução de moradias, Kowarick cunha, em 1979, o conceito de *espoliação urbana*. Esse processo se realizaria pela somatória de extorsões às quais estão submetidos os trabalhadores urbanos: para além da exploração vivenciada na venda força de trabalho,

⁶⁸ Entre os moradores do São Dimas foi identificada uma porcentagem 26% de interessados em se mudar do bairro, a maior quando comparada com os outros bairros (14,6% no Cidade Nova e 17% na Vila Brasil e Novo Bonfim). As justificativas englobam “vizinhança barulhenta”; “problemas com vizinhos”; “drogas” etc. Já os moradores dos bairros Vila Brasil e Novo Bonfim, quando questionados sobre criminalidade e violência na localidade, foram mais enfáticos em apontar o perceptível aumento do tráfico de drogas e de usuários andando pelo bairro nos últimos anos. Os moradores reclamam, principalmente, das ruas muito escuras (falta de manutenção na iluminação pública) e dos lotes vagos abandonados e casas em construção, ou com a obra paralisada.

a periferia como fórmula de reprodução nas cidades engendraria formas espoliativas que se dão ao nível da própria condição urbana de existência a que é submetida essa classe trabalhadora.

A ausência e/ou precariedade de infraestrutura e serviços de consumo coletivo - associadas ao fato de os salários não incorporarem, entre outros itens, os custos com moradia, lazer e saúde - expõem os trabalhadores a múltiplas situações de espoliação, tendo em vista que precisam, por exemplo, recorrer a práticas de mutirão e autoconstrução para ter acesso à moradia, despender horas nos tortuosos e longos trajetos entre casa e trabalho, em transportes públicos de péssima qualidade, e habitar espaços da cidade que não oferecem estruturas básicas que assegurem qualidade de vida, como redes de distribuição de água tratada e de coleta de esgotos.

Em seus *Escritos Urbanos* (2000), Kowarick expõe que a *espoliação urbana* está intimamente ligada ao processo de acumulação de capital e ao grau de pauperismo dele decorrente. A dinâmica de criação e apropriação de excedente econômico produz essas duas facetas interligadas da reprodução dos trabalhadores e mediadas pela ação do Estado, seja através da regulação do salário-mínimo e das condições de trabalho, seja pelo estabelecimento e manutenção dos bens de consumo coletivo essenciais à reprodução urbana dos trabalhadores. Desse modo, independentemente do nível de pauperização dos cidadãos, “os padrões de reprodução urbana poderão melhorar em razão do que os moradores consigam obter do poder público em termos de serviços e equipamentos coletivos, subsídios à habitação ou facilidades de acesso à terra provida de infraestrutura” (KOWARICK, 2000, p. 23).

Dessa forma, a espoliação urbana não se configuraria, apenas, como outra face do trabalhador pauperizado. Ela é resultado não só do processo de acumulação de capital, mas também da dinâmica das lutas protagonizadas pelos trabalhadores e de seu êxito em pressionar o Estado e dele obter os meios básicos de sobrevivência nas cidades. Para o autor, a noção de espoliação extrapola a ideia de que existe a necessidade de acesso à moradia e aos serviços de consumos coletivos (como água encanada, rede de esgoto, transporte público, instituições de saúde e educação etc.). Trata-se de *uma construção histórica que advém das lutas sociais, de uma percepção coletiva que considera que existe legitimidade nas reivindicações por acesso aos bens comuns e transcende, portanto, à lógica inerente à expansão do capitalismo* (KOWARICK, 2000).

Nesse sentido, a *espoliação urbana* só pode ser entendida como produção histórica que, ao se alimentar de um sentimento coletivo de exclusão, produz uma percepção de que algo – um bem material ou cultural – está faltando e é socialmente necessário. Dessa forma, a noção contém a ideia de que o processo espoliativo resulta de uma somatória de extorsões, isto é, retirar ou deixar de fornecer a um grupo, categoria ou classe o que estes consideram como direitos seus (KOWARICK, 2000, p. 107).

Os moradores do Cidade Nova vêm há pelo menos 20 anos se mobilizando por melhorias nas condições de urbanidade no bairro. Mesmo com associação de moradores ativa e os moradores buscando diálogo em diferentes frentes (prefeitura, outras associações de moradores e movimentos comunitários, vereadores e outros órgãos e instituições públicas)⁶⁹, as infraestruturas e serviços urbanos no bairro são ainda bastante precários.

Como já indicado anteriormente, no Cidade Nova não há serviço de coleta e tratamento de esgoto, todas as casas fazem uso de fossa sanitária. Com ruas irregulares e asfalto de má qualidade, apenas no ano de 2021 a prefeitura concluiu a pavimentação de todas as ruas do bairro, instalou meios-fios e quebra-molas. O bairro não é abastecido por transporte coletivo e não usufrui de equipamentos de lazer, o espaço reservado para a construção de uma praça segue há anos abandonado e sem perspectivas de que alguma obra seja, de fato, ali executada.

O ritmo lento de desenvolvimento urbano, de efetivação das infraestruturas e serviços, é acompanhado de um crescimento populacional também vagaroso. Com um pouco mais de um terço dos lotes ocupados, os dados colhidos pelo *survey* (2019) acerca do tempo de existência dos domicílios do bairro Cidade Nova indicam que 41,5% das casas habitadas foram construídas nos últimos 10 anos.

⁶⁹ Abordaremos com mais atenção acerca do movimento comunitário e as estratégias acionadas pelos moradores do bairro Cidade Nova no capítulo 9 adiante.

Imagem 3 – Rua 02, Bairro Cidade Nova (2014)



Fonte: Arquivo pessoal (2014).

Imagem 4 – Rua 02, Bairro Cidade Nova (2019)



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

A partir da tabela 7 abaixo, é possível notar que o povoamento do bairro não segue necessariamente um padrão contínuo de crescimento populacional. Os dados indicam que a primeira década de ocupação, até a primeira metade dos anos 2000, foi pouco significativa; já entre os anos de 1999 e 2003 houve um pico no ritmo de povoamento, seguido de forte refluxo no quinquênio seguinte. A partir de 2010 o bairro vem apresentando uma marcha mais constante no aumento do número de novos domicílios.

Tabela 7 – Taxa média de crescimento anual do número de domicílios - bairro Cidade Nova (2019 - 1978)

Tempo de existência do atual domicílio	Número absoluto (estimado para o universo total de domicílios)	Percentual sobre total da amostra (%)	Taxa média de crescimento anual (A.A%)
Zero a 5 anos (2019 – 2014)	21	22,0	5,6
6 a 10 anos (2013 – 2009)	19	19,5	6,9
11 a 15 anos (2008 – 2004)	7	7,3	3,2
16 a 20 anos (2003 – 1999)	24	24,4	19,3
21 a 25 anos (1998 – 1994)	10	9,8	19,4
26 a 41 anos (1993 – 1978)	7	7,3	---
S/ Info	9	9,8	---
Totais	97	100	---

Fonte: elaboração própria (2021).

Com efeito, pode-se observar na tabela 7 acima que é somente a partir de meados da década de 2000 que as taxas médias de crescimento anual do número de domicílios decaem, passando de cerca de 19% para algo em torno de 5%. Embora esse último valor ainda seja alto, em relação ao que tende a ocorrer em periferias consolidadas (no bairro São Dimas, por exemplo, essa taxa é atualmente de 0,7%), a queda brusca da taxa no bairro Cidade Nova parece indicar que o local vai deixando de ser uma área quase despovoada, com aspecto de “bairro rural”, e passa a apresentar o aspecto de uma periferia razoavelmente ocupada e urbanizada.

Contudo, ainda que quantitativamente o número de novos domicílios apareça expressivo na última década, em termos qualitativos, tendo em conta a dimensão do espaço físico e o tempo de existência do bairro, o processo de povoamento e suas implicações seguem em ritmo lento. Essa é também a percepção dos moradores:

Porque o bairro ainda não cresceu ainda, cresceu, mas em vistas de outro bairro esse aqui tá demorando, porque esse loteamento [Cidade Verde], vizinho aqui, é novo, você vê como que tá, né? Aquele cresceu muito rápido! Nosso bairro... Tem quanto tempo que a gente tá aqui? Minha filha tinha 6 anos... Tem 21 anos! (Entrevista Mariana, 2019).

Assim, considerando os aspectos urbanos do bairro Cidade Nova e a evolução, por quinquênios, da taxa média anual de crescimento do número de domicílios, é possível identificá-lo como uma área de *fronteira urbana*, tal como descrito por Torres (2004). Isso porque o autor diferencia essa categoria pela alta taxa de crescimento demográfico e precariedade no acesso a serviços públicos, particularmente saneamento básico.

Torres (2004) em sua pesquisa sobre as periferias da metrópole paulista, considerando a média de crescimento populacional da mancha urbana (que na década de 1990 era de 1,4%), estabelece o corte de 3% de crescimento demográfico como indicativo de forte expansão populacional. Para o autor o crescimento demográfico é uma variável relevante, pois é um indicativo da dinâmica de transformação do espaço urbano ao longo do tempo. Como dissemos, ao analisarmos a tabela 7, verificamos que a taxa média de crescimento anual do número de domicílios no bairro Cidade Nova fica em torno de 5%.

Para Torres, a persistente expansão urbana para as franjas da cidade parece ser um fenômeno de longa duração e que continua a condicionar a forma urbana e os modos de organização da vida social. A soma de fatores como o baixo valor da terra, a diversidade de práticas de ilegalidade e a precariedade no acesso a serviços públicos e infraestruturas urbanas faz com que a periferia continue sendo lugar de pobreza e vulnerabilidade, de recém-imigrantes, de problemas fundiários e conflitos ambientais, “e continua a ser uma ‘válvula de escape’, o lugar de concentração daqueles que não têm lugar” (TORRES, 2004, p. 3). Essa é proposição a que o autor busca dar substância em seu trabalho e que parece fazer sentido também para a análise que buscamos aqui empreender.

Na medida em que áreas centrais se mantêm preservadas para os interesses da especulação imobiliária, com perene manutenção de infraestrutura e equipamentos urbanos e perdas populacionais significativas (principalmente nas grandes cidades e metrópoles, cujo processo de gentrificação e especulação imobiliária é mais intenso e vertiginoso, apresentando, inclusive, inúmeros imóveis desabitados e reservados aos interesses do capital), a necessidade de reiterada criação de novas fronteiras urbanas para absorção da população pobre gera custos altos para o Estado e para a sociedade. Esses custos, entretanto, “sequer são percebidos, pois estão distribuídos por dezenas de instâncias estaduais, várias prefeituras, bem como por milhões de cidadãos residentes da fronteira” (TORRES, 2004, p. 18).

A partir da observação em campo foi possível identificar diferenciações entre a periferia consolidada e a fronteira urbana de São João del-Rei. Assim como as periferias consolidadas, as fronteiras experienciam um processo fluido e irregular de crescimento, são espaços em movimento cuja função urbana se modifica na medida que o território se transforma, seja pela chegada de novos migrantes, pela conquista de infraestruturas urbanas, pela valorização da terra ou, ainda, pela transformação de outras áreas da cidade, como o calçamento ou abertura de novas vias, instalação de equipamentos urbanos coletivos ou empreendimentos comerciais etc.

Entretanto, diferentemente da periferia consolidada, a fronteira urbana apresenta maior disposição para vivenciar mudanças. Essa característica se deve exatamente à sua não consolidação. Para as cidades médias ou pequenas, a periferia consolidada apresenta uma performance mais dinâmica durante seu processo de consolidação, com maior atração de imigrantes e transformação da paisagem urbana. Essa periferia, na medida em que constitui uma população robusta e mais fixada ao território e que, com o passar dos anos, consegue estabelecer oferta e instalação de equipamentos e infraestruturas urbanas, tende a se tornar cada vez menos mutável, no sentido de sua função urbana e composição populacional. Devido à tendência à maior lentidão dos processos econômicos, de especulação imobiliária e de transformação urbana, a consolidação das periferias é também acompanhada da consolidação da identidade e do modo como se estruturam os usos do espaço, com possibilidades mais limitadas de mudança.

Essa maior predisposição à estabilidade nas periferias consolidadas das cidades de pequeno e médio porte ocorre exatamente pela baixa ocorrência de fatores ativos de mudança, diferentemente das periferias das metrópoles, cidades grandes ou cidades que suportam megaprojetos econômicos e que experienciam uma dinâmica de mudanças mais movimentada.

Já nas cidades médias e pequenas, as periferias consideradas fronteiras urbanas apresentam maior plasticidade no desempenho das funções urbanas. Por funções urbanas compreendemos o conjunto que se forma pela morfologia, seja do bairro, espaços da cidade, regiões, porções, condomínios etc., as características de oferta de comércio e serviços e os distintos papéis que esses locais assumem para os diferentes agentes que operam no urbano, sejam eles o capital imobiliário ou especulativo; os próprios moradores; o poder público e demais atores, como comerciantes, igrejas etc.

Campos Filho (2006) parte do ambiente de moradia para explorar os modos como os bairros se estruturam dentro da cidade. Compreende esse ambiente para além do espaço privado da casa, buscando identificar o estilo de vida urbano corrente, apreendendo, por exemplo, como a ausência de quintais e espaços internos de lazer é suprida pelo espaço coletivo da rua, da praça, ou por espaços semiprivados de vizinhos; ou se as atividades de cuidado, como a produção de comida, lavagem de roupas, cuidado com as crianças etc. é realizada majoritariamente no espaço público ou doméstico, se há ou não oferta desses serviços nas proximidades, entre outros aspectos.

O autor parte de um ideal de bairro residencial como um espaço planejado, cuja presença de comércio e serviços deve atender à demanda populacional, entendendo que quanto maior a frequência de consumo de um serviço pelos moradores, maior deve ser o acesso a ele. Coloca, desse modo, a questão da mobilidade urbana em foco, visto que o grau de deslocamento necessário em cada bairro para o acesso a serviços e equipamentos urbanos afetaria o custo material (tempo) e econômico dos moradores (CAMPOS FILHO, 2006).

A partir do conceito de *unidade ambiental de moradia*, encara o espaço territorial do bairro como ilhas de tranquilidade, cujas ruas internas comportam apenas tráfego local, com pouco ou nenhum tráfego de passagem. O bairro residencial consistiria, assim, em um lugar a partir do qual “as energias físicas e emocionais gastas na luta pela vida durante o trabalho pudessem ser recompostas através da tranquilidade propiciada pelo local onde se mora” (CAMPOS FILHO, 2006, p. 23).

Nas cidades brasileiras, entretanto, o padrão de urbanização não consiste em bairros domiciliares planejados a partir desse modelo, no qual a parcela da cidade voltada para a construção de residências comporta apenas serviços e comércio essenciais e pouco tráfego, um espaço entendido como um lugar de tranquilidade e reservado para a reprodução da vida familiar. É possível observar tal fórmula de planejamento nos condomínios particulares, locais que, como aponta Caldeira (2003), se comportam como “enclaves fortificados”, ilhas de segurança e estilos de vida, muitas vezes apartadas da realidade urbana que as cerca.

Nosso principal modelo de crescimento urbano - pela expansão de periferias e sem planejamento - produz cidades cujos bairros são, na maioria das vezes, multifuncionais, ou seja, são bairros residenciais que ao longo do tempo e na medida de seu desenvolvimento vão assumindo funções urbanas diversas, podem se tornar bairros

residenciais e comerciais a partir da consolidação de alguma rua como via de passagem e ligação com outros bairros, bairros residenciais que se especializam em determinado tipo de oferta de serviço, como automotores, educacionais, de saúde etc.

O que aqui entendemos como função urbana de um bairro está para além da morfologia e especificação dos lugares. Parece necessário considerar, também, os diferentes usos empregados pelos agentes que coexistem no tecido urbano e as expectativas que os mesmos depositam sobre os lugares.

A cidade, sem dúvidas, é um território em movimento. Os espaços se reestruturam de acordo com os interesses da acumulação de capital e da dinâmica da especulação imobiliária; se transformam, também, a partir dos fluxos migratórios, das mudanças estruturais, pela criação de novas frentes de expansão urbana, através da abertura de vias ou construção de viadutos, pela instalação de infraestruturas e equipamentos urbanos, como novas linhas de ônibus, trens e metrô; criação de centros educacionais, hospitalares ou de lazer etc. Ou seja, a cidade é um ambiente vivo, cuja dinâmica de criação e reorganização do território ocorre tanto por meio de grandes empreendimentos voltados para a acumulação de capital, quanto pela prática cotidiana da vida urbana, pela instalação, manutenção e rearranjo das infraestruturas e pela mobilidade espacial de seus moradores.

As dinâmicas internas dos bairros se consolidam e se transformam acompanhando os processos que correm nas cidades. As regiões da cidade, tal como uma rede interligada, relacionam-se entre si, de modo que modificações em uma determinada área podem influenciar nas funções que um bairro localizado em outra porção assume. Inúmeros fatores podem alterar os padrões de atratividade de um bairro, os papéis que desempenha e os usos para ele almejados pelos diferentes atores urbanos.

A partir de uma análise comparativa entre os achados da presente pesquisa e os levantamentos feitos em pesquisas anteriores do NINJA é possível avaliar que o bairro Cidade Nova teve, com o passar dos anos, sua função urbana modificada. Entre os anos de 2019 e 2020, concomitantemente ao trabalho de aplicação do *survey* nos bairros selecionados, o Núcleo desenvolveu pesquisas de Iniciação Científica. Dentre elas, uma se dedicou a observar com maior atenção as origens e a composição social dos moradores do bairro Cidade Nova, examinando suas transformações ao longo do tempo (SOUZA e CARNEIRO, 2021). As reflexões apresentadas a seguir foram construídas coletivamente

durante as reuniões do Núcleo e desenvolvidas de acordo com as atribuições e possibilidades de cada pesquisador.

Pesquisas realizadas pelo NINJA apontam que, inicialmente, o bairro Cidade Nova atraía famílias formadas por jovens casais, com baixa renda familiar *per capita* e provenientes, principalmente, do São Dimas e bairros adjacentes. Segundo Carneiro e Barros (2006), cerca de 60% dos chefes de família que moravam no bairro em 2005 possuíam parentes no São Dimas, geralmente pais. O bairro Cidade Nova se caracterizaria, portanto, como um espaço destinado a moradores da região, em especial do bairro São Dimas, que, por diferentes razões, não conseguiam se fixar nos bairros já consolidados.

A hipótese construída por Souza e Carneiro (2021) sustenta que, ao longo dos anos, o bairro Cidade Nova passou a atrair famílias com outro perfil, com renda *per capita* mais alta e chefes de família mais velhos. A análise dos dados do *survey* 2019, considerando a amostra a total das famílias entrevistadas, aponta 49% das famílias do bairro como provenientes de bairros periféricos próximos; destas, 50% oriundas do bairro São Dimas. Quando selecionadas as respostas dos casos de famílias que se mudaram para o bairro nos últimos 15 anos, as ocorrências de bairros periféricos próximos caem para 46,9%, das quais apenas 20% se referem ao bairro São Dimas. Feito o mesmo para o grupo de famílias que se mudaram para o bairro nos últimos 5 anos as ocorrências para bairros periféricos próximos decrescem para 42,9%, com 16,7% indicando o bairro São Dimas como local de origem. É possível perceber aqui que, com o passar do tempo, ocorre um decréscimo significativo no número de famílias moradoras do Cidade Nova e originárias do bairro São Dimas, embora outros bairros periféricos próximos continuem sendo um local de origem relevante. No tratamento das informações do *survey* 2109 chama atenção, ainda, o aumento no percentual de famílias oriundas de bairros não periféricos de São João del-Rei. Entre as famílias que residem no bairro há pelo menos quinze anos, 15% fizeram essa indicação, enquanto dentre as famílias que se mudaram para o Cidade Nova nos últimos cinco anos esse percentual foi de 28,6%.

Souza e Carneiro (2021) sustentam então que, em seus primeiros anos, o bairro Cidade Nova se formou como expansão da área periférica sanjoanense cuja função era a de absorver o crescimento orgânico do bairro São Dimas, bairro periférico consolidado e pouco acessível, tanto pela escassez de espaço quanto pelo aumento da especulação imobiliária no local, para as novas famílias que se formavam no próprio bairro (ou que

tinham pelo menos um dos cônjuges como morador do bairro). No entanto, o crescimento, ao longo do tempo, do número de famílias advindas de outros bairros, periféricos e não periféricos, sugere uma alteração na função urbana do bairro.

Outro aspecto que ajuda a qualificar as novas funções que o Cidade Nova foi assumindo ao longo do tempo, no cenário da expansão periférica sanjoanense, consiste no aumento da idade do “morador(a) 1” (a chefe ou o chefe de família), ao se mudar para o bairro.

Tabela 8 - Idade do “morador(a) 1” ao se mudar para o bairro, de acordo com o tempo de moradia no domicílio - Cidade Nova (2019)

TEMPO DE MORADIA NO DOMICÍLIO	IDADE DO “MORADOR(A) 1” AO SE MUDAR PARA O BAIRRO				
	16 A 30 ANOS	31 A 40 ANOS	41 a 50 ANOS	50 A 59 ANOS	60 ANOS OU MAIS
0 A 14	22,6	33,0	3,7	25,9	14,8
15 OU MAIS	71,4	28,6	-	-	-

Fonte: SOUZA e CARNEIRO (2021)

A partir da tabela 8, acima, é possível perceber que, entre as famílias que se mudaram para o Cidade Nova nos últimos 14 anos, o número de “moradores(as) 1” que tinham mais de 40 anos ao se mudar para o bairro soma 44,4% dos casos, em contraposição ao percentual nulo para essa faixa etária entre aqueles que se instalaram no bairro há 15 anos ou mais.

De outra parte, quando observamos a renda familiar *per capita*, o perfil das famílias também apresenta mudança. A tabela 9 (a seguir) demonstra que o percentual de famílias da amostra total com renda *per capita* maior que um salário mínimo é de 12,7%. Esse percentual sobe para 20% quando analisamos apenas a parcela de famílias que se mudaram para o bairro nos últimos 15 anos, e para 27,3% ao considerar os casos das famílias que residem no bairro há cinco anos ou menos. Assim, é possível atestar que, mais recentemente, as famílias que buscam o bairro para moradia apresentam renda familiar *per capita* relativamente mais elevada do que as famílias já residentes (SOUZA e CARNEIRO, 2021).

Tabela 9 - Renda familiar *per capita* (RFPC), conforme tempo de moradia - bairro Cidade Nova (2019)

RFPC (em salários mínimos)	Amostratotal (%)	Tempo de moradia no bairro	
		< 15 anos (%)	< 5 anos (%)
0-0,25	4,9	0	0
0,26-0,50	24,4	28	18,2
0,51-1,00	43,9	40	45,5
1,01-2,00	9,8	12	18,2
> 2,00	2,9	8	9,1
Inválidos	12,2	12	9,1
Total	100	100	100

Fonte: SOUZA e CARNEIRO (2021).

É possível conjecturar acerca da alternância na função urbana do Cidade Nova examinando, também, as razões mencionadas pelos entrevistados para a escolha do bairro como local de moradia. Considerando a amostra total, o motivo mais indicado é o desejo de sair do aluguel, isto é, de comprar um lote e construir um imóvel próprio. Contabilizando 54,2% de respostas, esse fator de escolha está diretamente relacionado ao preço mais acessível dos terrenos, que possibilitaria a realização do sonho da “casa própria”. Entretanto, a menção a esse fator cai para 35,7%, se consideramos apenas a parcela de famílias que para lá se mudaram nos últimos cinco anos. Esse decréscimo é um indicativo do aumento do valor dos lotes no bairro e, conseqüentemente, da mudança no perfil dos futuros moradores.

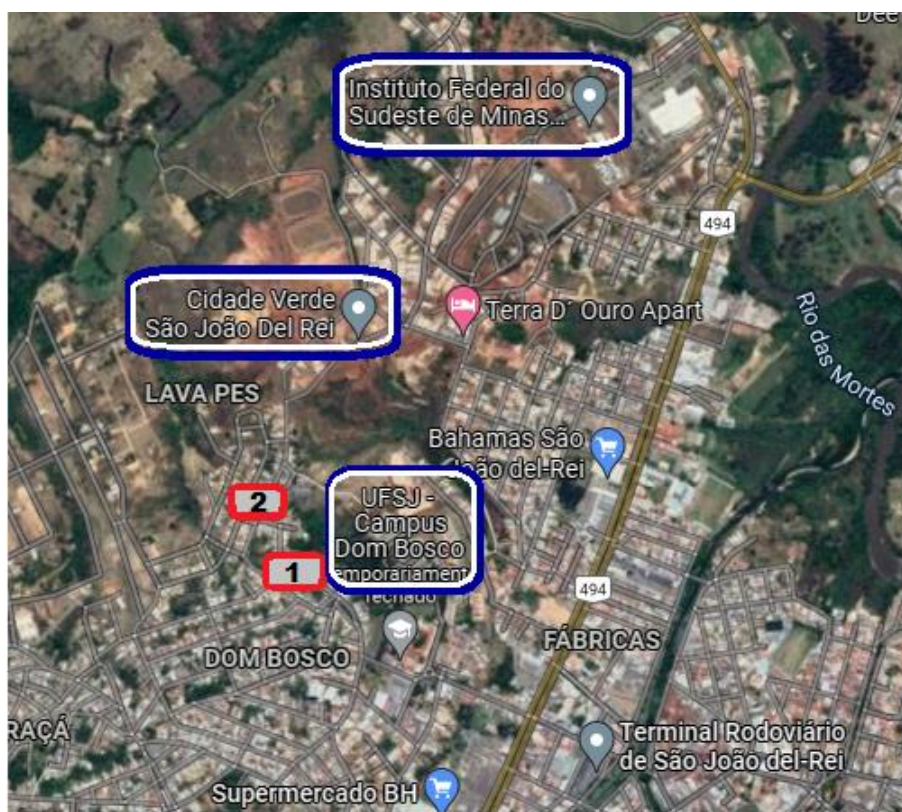
Observa-se que a menção às características do bairro como razão de escolha sobe de 6,25% (para o total da amostra) para 14,3% (no grupo das famílias que se mudaram para o bairro nos últimos cinco anos). O fator “localização” também cresce percentualmente, passando de 10,4% (amostra total) para 21,4% (famílias que se mudaram nos últimos cinco anos). Aparecem aqui referências à tranquilidade do local, apreciação da paisagem e proximidade com comércios e serviços. Diferentemente do que foi observado para o bairro São Dimas, a alusão a motivos relacionados à família soma apenas 14,6% entre o total da amostra do Cidade Nova, indicando que o apelo da proximidade com a família não é tão significativo para esses moradores.

A dinâmica observada para o bairro Cidade Nova indica que a *migração intraperiférica urbana* permanece, nos dias atuais, atuando como fator importante para a compreensão dos processos de expansão e/ou de construção de periferias em São João del-Rei. Nesse tipo de migração, as famílias de baixa renda se deslocam entre bairros

periféricos, orientando-se, entre outras coisas, pela procura de aluguéis ou terrenos mais baratos. O movimento em direção a bairros não periféricos parece impedido justamente pelo encarecimento dos imóveis e aluguéis nessas áreas, que podem estar ligados às pressões exercida pela especulação imobiliária.

O Cidade Nova, para além da conquista de infraestruturas ocorrida nos últimos dez anos, como asfaltamento das ruas e instalação de redes de captação de esgoto doméstico (apesar de ainda não estar conectada à rede de coleta e tratamento municipal), vem sofrendo, devido à sua localização, influência do processo de crescimento urbano mais recente que se desenvolve na porção noroeste do município de São João del-Rei. A partir do estabelecimento do *campus* do Instituto Federal em 2010, da reforma do Parque de Exposições da cidade, “Expominas”, e da abertura de loteamentos habitacionais regulares, como o “Loteamento Cidade Verde”, vizinho aos bairros Cidade Nova e São Dimas, percebe-se maior adensamento populacional nessa região do município que, até então, crescia em ritmo lento. O asfaltamento da rua Imigrante Pedro Antônio Bergo, que dá continuidade à rua Afonso Santana no bairro São Dimas e segue, por cerca de 3km, até as proximidades do *Campus Tancredo Neves* (CTAN), da UFSJ, atravessando loteamentos de classes médias, aparece como um dos fatores que, conjuntamente aos acima citados, influenciaram na mudança de função urbana do bairro Cidade Nova, que passa a atrair famílias com renda per capita mais elevada e moradores mais velhos.

Mapa 6 – Localização Bairros São Dimas e Cidade Nova (2021)



Legenda:

- 1 - Bairro São Dimas
- 2 - Bairro Cidade Nova
- - Pontos de localização

Fonte: elaboração própria (2021).

As informações relativas às formas de construção do imóvel empregadas pelos moradores, considerando o tempo de moradia no bairro, retiradas da pesquisa de *survey* (2019), corroboram a análise de que a população atraída mais recentemente para a localidade apresenta aumento relativo da renda *per capita* familiar. Na medida em que se percebe o aumento da renda *per capita* familiar, nota-se, também, um crescimento da parcela de moradores que se utilizam de mão de obra paga na construção do imóvel.

Entre aqueles que vivem no bairro há cinco anos ou menos, os valores para ambas as práticas aparecem praticamente iguais: 27,5% afirmam terem aderido ao recurso

da autoconstrução (ainda que em alguns momentos tenham também contratado mão de obra paga)⁷⁰, enquanto 27% indicam ter pagado profissionais para construir o imóvel.

Já entre os moradores que apresentam tempo de residência no Cidade Nova entre seis e dez anos, percebe-se, em relação às famílias que vivem no bairro a cinco anos ou menos, aumento de 12,5%, para a parcela dos que autoconstruíram, e diminuição de 17,3%, entre os que pagaram para construir (40% empregaram autoconstrução e 10% pagaram para construir). Seguindo em direção aos que se mudaram para o bairro há mais de dez anos, a taxa média de autoconstrução continua aumentando e a de construção por mão de obra paga, decrescendo.

Os primeiros moradores do Cidade Nova constituíam, em sua maioria, famílias recém-formadas, jovens com saúde e disposição para autoconstruir não apenas suas casas, mas também abrir ruas, construir coletivamente redes de coleta de água e esgoto (clandestinas ou não) e organizar o movimento comunitário de reivindicação por infraestruturas urbanas; pobres, e com possibilidades muito restritas de escolha, a aquisição de um lote em um bairro praticamente não urbanizado figurava na viabilização do acesso a um pedaço de terra urbana e na edificação da casa própria, entendida como investimento familiar e segurança para a velhice.

Já o morador de novo perfil, atraído para o bairro nos últimos anos, busca, diferentemente dos pioneiros, um local tranquilo para residência. Consiste ainda em uma população pobre, que está disposta a arcar com os custos de viver em uma periferia considerada fronteira urbana, mas que possui alguma reserva ou possibilidade de obtenção empréstimo imobiliário.

6.3 BAIRROS VILA BRASIL E NOVO BONFIM: A PERIFERIA IMAGINADA

A dupla Vila Brasil e Novo Bonfim consiste em dois loteamentos que, apesar de identificados cada um por um nome e empreendidos em períodos diferentes, formam na prática um único conglomerado urbano. A pesquisa de campo permitiu constatar que a

⁷⁰ Optamos por agregar duas categorias de respostas, “autoconstrução” e “autoconstrução e pagou para construir recurso da autoconstrução” Pôde-se perceber que, quando os respondentes falavam em pagamento de mão de obra para a construção dos imóveis, não raro a família também estava implicada no trabalho, enquanto ajudante ou servente.

indistinção entre as duas localidades atravessa diferentes escalas. Nas conversas realizadas com moradores ficou evidente que não há uma separação espacial definida para os dois loteamentos, há hesitação ao apontar os limites espaciais de cada um deles e muitos relataram que correspondências chegam, pelos correios, para a mesma residência com as duas nomeações, Vila Brasil e Novo Bonfim.

Para os órgãos oficiais (prefeitura municipal e DAMAE, por exemplo), a separação também é flexível, embora a nomeação Vila Brasil seja mais usual, dado seu maior tempo de existência. Os loteamentos que deram origem aos bairros foram formados a partir de uma área de elevação pertencente ao distrito de Água Limpa, zona rural de São João del-Rei, localizada às margens da estrada BR 265 (que faz a ligação entre a BR 381, em Lavras, e a BR 040, em Barbacena).

De acordo com pesquisas anteriores desenvolvidas no âmbito do NINJA (TAVARES e CARNEIRO, 2006; BARROS e CARNEIRO, 2007), Randolfo Lima Brasil era o proprietário da porção de terra que foi loteada e denominada Vila Brasil. A área consistia em um terreno rural e era destinada à criação de gado. Sua ocupação data de meados dos anos 1990, quando os lotes passaram efetivamente a ser vendidos. Já o Novo Bonfim, bairro adjacente, a leste, à Vila Brasil, é fruto de um loteamento empreendido em meados dos anos 2000 por um segundo agente, conhecido como Sr. Nonô. Ambos loteamentos foram executados de maneira clandestina, os lotes foram parcelados e vendidos alheios à anuência da prefeitura municipal e sem infraestruturas urbanas básicas, como energia elétrica, calçamento de ruas, água encanada e coleta de esgoto.

Ainda que a venda de lotes na Vila Brasil tenha se iniciado cerca de 10 anos antes da criação do Novo Bonfim, o processo de ocupação dos dois loteamentos ocorre praticamente de maneira simultânea. Moradores começaram a chegar mais regularmente na localidade a partir da movimentação promovida pela construção do Novo Bonfim.

De acordo com relatos de moradores mais antigos, no início de sua ocupação a situação da Vila Brasil, principalmente, era muito precária, até mesmo os parques traçados de ruas abertos eram insistentemente cobertos pela vegetação nativa, de modo que carros comuns não conseguiam ter acesso ao local, apenas caminhonetes com tração nas quatro rodas e carroças.

É o que narra Jorge, que se mudou para a Vila Brasil em 1998:

“Aqui não tinha acesso nenhum não, não tinha nada, você imagina que não tinha aquele trevo, nem de terra, não tinha nada. Você vinha em linha reta, pegava um caminhozinho, subia numa trilha. Carro que subia era o dele [ex-proprietário do lote], que era uma caminhonete antiga, que tinha tração nas quatro rodas, porque senão não subia, não. Não tinha estrada, é onde que passava carroça, os cara aqui no início tinha carroça, puxava água na carroça, puxava o material de construção tudo na carroça”.

Maurício, que se mudou para o bairro na mesma época, em 1996, conta que:

“não [não tinha rua], era barranco, eu carregava as coisas lá de cima, aí as vezes vinha uma máquina ou outra puxar cascalho pra esses lotes, particular, aí a gente chamava o cara, pedia o cara, dava uma gorjeta, o cara passava a máquina, uma passadinha, foi baixando, pedindo as pessoas. Muitas vezes eu paguei pra abrir essa rua aqui, porque não abria toda, né, porque era muito barranco alto, então pagava o cara pra dar uma arrumadinha levezinha pra ir chegando... Aí já vinha a chuva também, já esburacava aquele meio ali, já ficava sem rua de novo, a gente tampava os buraco com enxada e tudo pra gente ter acesso à rua”.

Ainda de acordo com os moradores, até o final dos anos 1990 havia apenas seis casas no Vila Brasil. O processo de ocupação dos bairros seguiu de modo lento, durante sua primeira década de existência. Na pesquisa de *survey* realizada em 2006 foram contabilizadas 31 casas habitadas no Vila Brasil e no Novo Bonfim, juntos. Como pode-se observar na tabela 10 abaixo, havia ainda 30 casas em construção, ou prontas, mas ainda desabitadas.

Tabela 10 – Casas habitadas e desabitadas – Vila Brasil e Novo Bonfim (2006)

Bairro	Casas habitadas	Casas desabitadas		TOTAL
		Em constr.	Prontas	
Vila Brasil	25	4	2	31
Novo Bonfim	6	12	12	30
TOTAL	31	16	14	61

Fonte: elaboração própria (2021).

Outra informação para se atentar é que, enquanto, no período considerado, a Vila Brasil soma 25 moradias habitadas, o Novo Bonfim contabiliza apenas seis. No entanto, também a essa altura, é o Novo Bonfim que se destaca em relação ao número de casas desabitadas, em construção ou já prontas, apresentando 24 moradias nessa condição,

contra 6 existentes na Vila Brasil. É possível, desse modo, fortalecer a hipótese de que ambos os loteamentos se desenvolveram de maneira similar a partir dos anos 2000, ainda que a Vila Brasil apresente uma ocupação mais remota. Será a partir desse período, através de um processo de urbanização combinada entre os dois loteamentos e que envolveu a mobilização de diferentes agentes, entre eles a Associação de Moradores e Amigos da Vila Brasil (AMAVIBRA), o loteador do Novo Bonfim, a Prefeitura Municipal, funcionários públicos e vereadores de São João del-Rei, que a localidade passará a apresentar um ritmo mais regular e efetivo de construção de novas casas e chegada de recém-moradores.

Pela tabela 11 abaixo, que contém a análise descritiva do tempo de moradia no atual domicílio, feita a partir dos dados colhidos pela pesquisa de *survey* 2020, nota-se que o movimento de ocupação residencial se desenvolveu lentamente até o início da década de 2010. Estima-se que até esse momento havia cerca de 56 residências habitadas nos bairros (24% das residências atuais). Em contraste, nos onze anos imediatamente anteriores à realização da pesquisa (2009 a 2020), surgiram cerca de 115 novos lares nos bairros estudados, ou seja, em torno de 50% das atuais 235 residências. Vê-se que, nesse período, construíram-se, em média, cerca de 11 novas casas a cada ano, já na década anterior, entre os anos de 1999 e 2008, a média de novas residências por ano fica em torno de quatro.

Tabela 11 – Crescimento do número de domicílios – bairros Vila Brasil e Novo Bonfim (1979 a 2020)

Tempo de existência do atual domicílio	Número de domicílios na amostra	Número absoluto (estimado para o universo total de domicílios)	Percentual sobre total da amostra (%)	Taxa média de crescimento anual (A.A%)	Taxa de crescimento no período (cinco anos)
Zero a 5 anos (2016-2020)	19	53	22,6	7,7	44,9
6 a 10 anos (2011-2015)	22	62	26,2	16,1	110,7
11 a 15 anos (2006 -2010)	4	11	4,8	4,5	24,4
16 a 20 anos (2001 - 2005)	11	32	13,1	28,2	146,2

21 a 25 anos (1996 - 2000)	3	8	3,6	9,9	6,0
26 a 41 anos (1980 a 1995)	2	5	2,4	---	---
S/ Info	23	64	27,4	---	---
Totais	84	232	100,0	---	---

Fonte: elaboração própria (2021).

Como pode-se notar a partir dos dados trazidos pelo *survey* 2020, há casas que datam sua construção do final dos anos 1970, de quando a localidade integrava a zona rural do município. Ainda que a ocupação do bairro Vila Brasil tenha se iniciado na segunda metade dos anos 1990, faz sentido para a pesquisa aqui desenvolvida analisar as informações referentes ao processo de crescimento e urbanização combinada dos bairros ocorrido nos últimos vinte anos (2000-2020), principalmente. Exatamente porque é nesse ínterim que a ocorre a chegada mais efetiva de moradores e, em contrapartida, infraestruturas e equipamentos urbanos passam a ser mais frequentemente autoconstruídos e reivindicados perante o poder público municipal.

Seguramente, os cálculos que aqui expomos são aproximados. Como se vê na tabela 11, 27,4% dos(as) entrevistados(as) não informaram o tempo de existência de seus respectivos domicílios. Como já indicado, também para os dados relativos aos outros bairros, por se tratar de uma pesquisa que depende da disponibilidade e do recurso à memória dos moradores, não é possível recolher todas as informações com completa fidedignidade. Entretanto, a leitura criteriosa dos dados obtidos pelo *survey*, somada às outras etapas do trabalho de campo (entrevistas individuais e familiares e observação em campo), nos parecem ser suficientes para oferecer suporte à interpretação de que houve efetivamente, nos últimos dez anos, uma forte aceleração no ritmo de ocupação residencial dos bairros Vila Brasil e Novo Bonfim.

Nos últimos dez anos, os bairros funcionaram como uma *fronteira urbana* em rápida expansão. Considerando a alta taxa de crescimento demográfico (acima de 3% ao ano) e a precariedade no acesso a serviços públicos, particularmente saneamento básico, os bairros Vila Brasil e Novo Bonfim apresentam características que possibilitam incluí-los nessa categoria de periferia proposta por Torres (2004).

Ao observarmos na tabela 11, a taxa média de crescimento do número de domicílios por ano, nota-se que ocorreu um aumento significativo no quantitativo de casas nos bairros entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000. Com uma taxa média

de crescimento anual em torno de 28%, esse período compreende justamente o começo da venda dos lotes do Novo Bonfim. A partir das informações obtidas pelo *survey*, estimou-se que nesse período ocorreu um aumento de 146% no número de domicílios, passando de 13 para 32. Esse ritmo, entretanto, não se sustenta nos anos seguintes: entre os anos de 2004 a 2008, a taxa média de crescimento anual ficou em 4,4%, com aumento de 24,4% no número de moradias. Essa descontinuidade da marcha de ocupação se dá, entre outros fatores, pela manutenção da precariedade das condições de infraestrutura urbana local, como ausência de rede de coleta de esgoto, calçamento de ruas, serviço de transporte público etc.

Através da sistematização dos dados do *survey* fica perceptível que os bairros viveram um *boom* de crescimento a partir da segunda década dos anos 2000, exatamente a partir do momento em que passam a ser mais efetivamente implementados alguns serviços e infraestruturas urbanas, como calçamento das ruas, coleta de lixo e oferta de linhas de ônibus. Entre os anos de 2009 e 2013, a taxa média de crescimento anual foi de 16,1%, seguida por uma taxa de 7,7 nos cinco anos seguintes. A pesquisa de campo permitiu verificar, ainda, que há muitas casas em construção e lotes vagos na localidade, de modo que esse processo de adensamento tende a seguir em ritmo regular, principalmente agora que os bairros vêm adquirindo melhorias significativas de infraestrutura urbana (instalação de rede de coleta de esgoto, calçamento de todas as vias, construção de duas rotatórias rodoviárias para acesso aos bairros e maior oferta de transporte público)⁷¹ e que a porção da cidade na qual se localizam está inserida em uma dinâmica de crescimento e atração de novos empreendimentos de serviços e imobiliários.

⁷¹ Apesar de melhorias expressivas os bairros ainda convivem com problemas típicos de periferias urbanas: a rede de esgotamento construída apresenta problemas de vazamento, mau cheiro e proliferação de insetos desde sua instalação; do mesmo modo, há vazamentos de água constante em algumas ruas; o serviço de coleta de lixo é irregular e não serve todas as vias; a oferta de transporte público também é insuficiente, com horários muito espaçados. Essas questões serão descritas e analisadas adiante.

Imagem 5 – Rua Cabo Reginaldo Fernandes de Oliveira: processo de asfaltamento bairro Vila Brasil (2011)



Fonte: arquivos NINJA

Imagem 6 – Rua Cabo Reginaldo Fernandes de Oliveira - bairro Vila Brasil (2019)



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

A inserção dos bairros na categoria de *fronteira urbana*, tal qual fizemos para o bairro Cidade Nova, ocorre a partir da identificação dos parâmetros informados por Torres (2004), da observação em campo e da sistematização dos resultados da pesquisa de *survey*. Ainda que reunidas em uma mesma categoria, cabe ressaltar que as periferias aqui analisadas são heterogêneas, não apenas pelas circunstâncias que dizem respeito à sua formação, mas também em relação ao perfil de seus moradores e às funções urbanas

que assumem. Apesar de algumas semelhanças com o bairro Cidade Nova, as dinâmicas de formação dos bairros Vila Brasil e Novo Bonfim guardam singularidades específicas. Ainda que tenham quantitativos populacionais semelhantes⁷² e paisagens de aspecto rural - devido à tranquilidade das ruas, presença significativa de lotes vagos, animais nas ruas e proximidade com sítios e chácaras -, os bairros Vila Brasil e Novo Bonfim se diferenciam do Cidade Nova, entre outros aspectos, pela origem de seus moradores. Dados do *survey* (2020) indicam que cerca de 18,5% dos moradores da localidade são provenientes da zona rural (de São João del-Rei ou de municípios próximos). Em comparação com os outros bairros aqui pesquisados, esse traço se apresenta como ainda mais marcante do perfil dos moradores. No bairro São Dimas apenas 2,3% dos moradores indicaram a zona rural como local de origem da família e, entre os residentes do Cidade Nova, esse percentual ficou em 7,3%.

Aqui nos chama a atenção, ainda, o fato de que houve um crescimento contínuo, ao longo do tempo, dos percentuais de famílias advindas da zona rural na localidade. Entre os moradores que moram no bairro há mais de 10 anos, 8,3% afirmaram provir da zona rural; entre os que residem na localidade há pelo menos 5 anos, essa taxa é de 13%; já entre aqueles que se mudaram para um dos dois bairros há menos de cinco anos esse percentual é de **23%**.

Essa ligação dos moradores da Vila Brasil e do Novo Bonfim com a zona rural ficou evidente durante a pesquisa de campo. Não raro os interlocutores indicaram ser trabalhadores dos sítios e chácaras próximas, já ter possuído ou possuir propriedade rural ou frequentar regularmente a casa de familiares nos bairros rurais da região.

Entre as razões que levaram os moradores advindos da zona rural a escolher o bairro como local de moradia, encontram-se: questões relacionadas ao trabalho (ficar próximo ao trabalho ou porque perdeu o emprego na zona rural); questões relacionadas ao acesso à saúde, educação e serviços (ficar próximo a hospitais e atendimentos em saúde, à escola ou universidade dos filhos etc.); proximidade com a zona rural e características do local (“tranquilidade” e “sossego”, “parecido com o sítio em que morava”).

⁷² A partir das pesquisas de *survey* realizadas em 2019 e 2020, foram contabilizados 293 moradores para o bairro Cidade Nova e 235 para os bairros Vila Brasil e Novo Bonfim, juntos.

Não podemos, aqui, deixar de problematizar a categoria “tranquilidade”, pois essa é uma justificativa que apareceu com frequência nas respostas dos moradores de todos os bairros aqui pesquisados, quando questionados sobre os motivos que levaram à escolha do local de moradia e por que gostam do bairro. Naturalmente, o significado de tranquilidade urbana para um morador do bairro São Dimas é diferente do significado atribuído ao termo por um residente do Cidade Nova, ou da Vila Brasil e do Novo Bonfim.

Os moradores do São Dimas relacionam “tranquilidade” e “sossego” ao fato de o bairro não apresentar problemas sérios de violência e criminalidade e por ser um local cujas pessoas são conhecidas umas das outras; a “tranquilidade”, aqui, está muito ligada ao aspecto familiar do bairro. Já para os habitantes do Cidade Nova a “tranquilidade” está relacionada ao silêncio, à baixa densidade populacional, ao trânsito insignificante de veículos e à sensação de vazio que as ruas, com muitos lotes vagos e casas fechadas, despertam. Essa percepção é bastante destoante da primeira: o bairro São Dimas tem alta densidade populacional e a apropriação do espaço da rua pelos moradores é efetiva (as ruas do bairro são lugar de mães e crianças brincando, jovens andando de bicicleta, desempregados e aposentados), são constantes os sons de conversas, de crianças chorando e brincando e de músicas vindas de casas e de carros.

Para os moradores da Vila Brasil e do Novo Bonfim, a “tranquilidade” é uma combinação de alguns fatores, tais como a reduzida densidade populacional; pouco tráfego de automóveis, motos, ônibus e caminhões; casas que ficam o dia todo fechadas com os moradores trabalhando fora; quase inexistência de eventos violentos e paisagem que lembra o mundo rural, devido aos vários lotes vagos e animais nas ruas.

Desse modo, parece que o relativo afastamento espacial dos bairros Vila Brasil e Novo Bonfim, em relação às regiões urbanas periféricas de povoamento mais adensado, marcados pela poluição sonora, onde os níveis de circulação de automóveis e de violência e criminalidade são maiores, faz com que esses bairros adquiram, aos olhos dos emigrantes do campo, ares de um enclave urbano “ruralizado”.

Entretanto, essa “tranquilidade”, ao mesmo tempo em que se converte em objeto de desejo e consumo para alguns, é, também, desprezada por aqueles que almejam transformar o bairro em um espaço urbano plenamente ocupado e integrado à cidade, sem lotes vazios, com maior adensamento populacional e valorização da terra, além de ampla oferta de serviços e comércio (como farmácias e supermercados e tráfego constante de ônibus). Entre os que sonham com um bairro “mais movimentado”, o avanço da

urbanização para as áreas ao redor, com instalação de hipermercados, novos loteamentos habitacionais e um *campus* universitário, é um fenômeno irreversível e que promoverá desenvolvimento e qualidade de vida para os moradores da Vila Brasil e do Novo Bonfim.

Realmente, a expansão urbana para a porção sudeste da cidade é um processo em andamento que, possivelmente, provocará transformações nos bairros já existentes. Com a instalação do hipermercado e do *campus* da Universidade Presidente Tancredo Neves (Uniptan) nas imediações, os bairros Vila Brasil e Novo Bonfim se tornam opção privilegiada para os funcionários que buscam morar próximo ao local de trabalho. Também, a construção e pavimentação do trevo da BR-265, na entrada para a Vila Brasil, a abertura, na mesma rodovia, de uma segunda entrada, que leva ao Novo Bonfim, o asfaltamento das ruas do bairro e a instalação de rede de esgoto são fatores que se somam e colaboram para as mudanças que se avizinham.

Mapa 7 – Localização bairros Vila Brasil e Novo Bonfim



Fonte: elaboração própria (2019).

Ainda buscando compreender a composição populacional dos bairros e as transformações ocorridas na localidade ao longo dos últimos anos, investigamos sobre os demais locais que são mencionados em resposta à pergunta sobre o “local de origem da família”. Contabilizando 28,4% das respostas, a categoria “outros bairros periféricos sanjoanenses” aparece de forma bastante significativa. Esse dado é consistente com os resultados que encontramos para os outros bairros aqui pesquisados e aponta para a forte ocorrência das migrações intraperiféricas na cidade e a relevância em estudá-las para se apreender os processos que se somam na formação das periferias e os diferentes sentidos das mobilidades urbanas.

No que se refere à categoria “outros bairros não periféricos”, percebe-se que há uma diminuição na frequência de respostas à medida em que aumenta o tempo de moradia do respondente no bairro. Entre as famílias que se mudaram para os bairros no período anterior ao ano 2000, 28,6% fizeram essa indicação. Entretanto, esse valor decresce continuamente ao longo dos anos até atingir a marca de 9,1% das respostas entre as famílias que se instalam no local entre 2016 e 2020. Sem outras informações e respaldo do material coletado durante o trabalho de campo é difícil, aqui, conjecturar a respeito do movimento desacelerado de migração de moradores de bairros não periféricos⁷³. O que nos parece pertinente informar é que a categoria “outros bairros não periféricos” remete a regiões da cidade que são muito heterogêneas, do ponto de vista de sua composição social. Em São João del-Rei, a exemplo do que tende a ocorrer em cidades médias, e ao contrário do que se costuma observar nas metrópoles, a segregação espacial dos grupos e classe sociais progride mais lentamente. De modo que, sob a denominação genérica usualmente dada a certas regiões, como, por exemplo, a grande região chamada Matozinhos, coexistem, de maneira bastante próxima, áreas habitadas por estratos de renda muito baixa (como a porção mais a sudeste da avenida Santos Dumont, algo semelhante a uma favela) e espaços de setores populares de renda relativamente mais elevada (como a área do entorno imediato da avenida Sete de Setembro). Assim, é possível que, entre os moradores dos bairros Vila Brasil e Novo Bonfim que apontam como local de origem da família “bairros não periféricos”, parte significativa tenha vindo de áreas de “bairros não periféricos” habitadas por estratos de mais baixa renda, ou seja, porções periféricas de regiões que não podem ser consideradas periféricas em seu conjunto. Desse modo, se o raciocínio acima exposto é correto, poderíamos adicionar pelo menos parte da parcela que respondeu “bairros não periféricos” ao conjunto dos que responderam “outros bairros periféricos”, o que tornaria

⁷³ Dada a extensão do questionário aplicado na pesquisa, não foi possível inquirir detalhes sobre a localização exata da região dos “bairros não periféricos” de onde vieram os moradores dos bairros estudados.

ainda mais relevante o papel das migrações intraperiféricas para a dinâmica de construção de bairros periféricos e de expansão das cidades brasileiras através das periferias.

Outro dado que chama a atenção é o significativo percentual de famílias que, principalmente no período mais recente, se mudam para os bairros estudados a partir de bairros periféricos adjacentes ou muito próximos (Bonfim, Várzea do Faria e Trevo do Elói). Entre os moradores que se mudaram para os bairros Vila Brasil e Novo Bonfim entre os anos de 2016 e 2020, 22,7% indicaram essa origem, enquanto nos cinco anos imediatamente anteriores (2010 a 2014) esse valor esteve em 13%. É possível que esse aumento se deva ao fato de os bairros Vila Brasil e Novo Bonfim terem atingido, nos últimos anos, condições de infraestrutura urbana bem melhores do que as que tinham em décadas anteriores e tenham, portanto, se tornado uma alternativa mais conveniente. Além disso, o recente e próspero processo de expansão urbana para a área mais extensa do entorno dos bairros, já mencionado anteriormente, constitui, também, um fator de atração.

Ao analisarmos outros aspectos dos bairros, tais como “meio de construção” das casas e “condição de posse do imóvel”, observam-se, também, mudanças processadas ao longo dos anos. Com base na amostra total de respostas apresentadas pelo *survey* (2020), temos 73,8% dos moradores afirmando ser proprietários do imóvel em que residem, enquanto 25% aparecem como locatários⁷⁴. No entanto, ao segregarmos as respostas por tempo de moradia no bairro, aparece bastante evidente que o número de imóveis alugados nos bairros aumentou de maneira substancial entre os moradores que para lá se mudaram nos últimos cinco anos (a partir de 2016), chegando a 44%.

Tabela 12 - Condição de posse do imóvel, conforme tempo de moradia - Vila Brasil e Novo Bonfim (2020)

TEMPO DE MORADIA NO BAIRO	CONDIÇÃO DE POSSE DO IMÓVEL	
	PRÓPRIO	ALUGADO
zero - 5 anos	55,6	44,4
6 - 10 anos	86,4	9,1
11 - 15 anos	90,0	10,0
16 - 20 anos	80,0	20,0
acima de 20 anos	100,0	---

Fonte: elaboração própria

⁷⁴ 1,2% dos moradores afirmaram residir em imóvel cedido/emprestado (Pesquisa de *survey*, 2020).

Já em relação ao modo de construção da casa, os dados do *survey* (2020) também fornecem informações que instigam reflexões. No total da amostra, a porcentagem de moradores que indicaram ter autoconstruído ou estar autoconstruindo sua casa fica em torno de 40%, enquanto 32% afirmaram ter comprado o imóvel pronto ou pago para construir. Contudo, ao analisar os dados por tempo de moradia no bairro, nota-se que o número de casas autoconstruídas diminui com o passar dos anos: entre os moradores que vivem nos bairros há mais de cinco anos, o valor fica em torno dos 40%, chegando a 60% para aqueles que ali residem há mais de 15 anos; entretanto, tendo em conta somente as famílias que se mudaram para o bairro há cinco anos ou menos, a taxa de autoconstrução cai para 19,5%.

Com efeito, essas informações nos indicam que os bairros se aproximam de uma situação de *consolidação periférica*. Isso porque, na medida em que são dotados de infraestruturas e serviços urbanos e, uma vez que se percebe também um avanço da urbanização para áreas de seu entorno, têm sua renda diferencial diminuída (BONDUKI e ROLNIK, 1982), esses bairros passam a se tornar objeto de interesse, também, de agentes locais da especulação imobiliária e de investidores em imóveis para locação, adentrando, assim, o circuito do mercado de produção e oferta de imóveis do município.

Imagem 7 – Bairro Novo Bonfim (2019)



Fonte: arquivo pessoal (2019).

A dinâmica de produção de imóveis para locação nas periferias, assim como o aumento do número de imóveis alugados nos bairros Vila Brasil e Novo Bonfim, podem ser resultado da soma de diferentes fatores, como o aumento do preço dos lotes, o que afasta as possibilidades de compra pelos setores de menor renda que, usualmente, recorrem à autoconstrução; pessoas que adquiriram lotes há tempos e aguardavam, exatamente, a melhoria das condições de infraestrutura urbana para investir na construção de imóveis para locação; também a demanda por casas de aluguel deve constituir uma razão para o desenvolvimento desse mercado em determinado local.

Pensar, conjuntamente, sobre os motivos que moveram os moradores a escolher os bairros para moradia nos ajuda a desvendar a respeito do aumento do número de não proprietários vivendo na localidade. A partir do questionamento “Por que veio morar no bairro?”, realizado durante a pesquisa de *survey* (2020), pôde-se perceber que a menção à resposta “Aluguel mais barato” praticamente dobrou no último quinquênio, quando comparada ao quinquênio anterior (4,5%, entre os moradores que se mudaram para os bairros no período dos últimos dez a seis anos, e 8,3%, considerando aqueles que se mudaram nos últimos cinco anos); também as referências à “Proximidade do local de trabalho ou de serviços públicos” e “Sair do aluguel” aumentaram quando diminui o tempo de moradia no bairro⁷⁵. Desse modo, nos parece conveniente pensar em um cenário para os bairros indicando que se trata de um local de procura privilegiada de famílias que buscam construir a casa própria e que, nos últimos anos, apesar de não parecer oferecer forte atrativo de menor preço (em relação aos outros bairros periféricos da cidade), têm despertado interesse, também, entre pessoas que buscam imóveis para locação, provavelmente pelas possibilidades de acesso a serviços públicos e privados que a localidade passou a sustentar.

Seguindo na trilha de analisar as mudanças no perfil de moradores da Vila Brasil e do Novo Bonfim, a partir da categoria “Tempo de moradia nos bairros”, observa-se que, apenas após 2010, mudam-se para os bairros famílias com renda *per capita* superior a dois salários-mínimos, perfazendo cerca de 9% da totalidade dos atuais moradores. Em todos os períodos de tempo considerados, nota-se maior concentração de famílias na faixa de renda *per capita* de 0,5 a 1,0 salário-mínimo, com aproximadamente 50% do montante total. Também parece

⁷⁵ A referência à categoria de respostas “Proximidade com o local de trabalho ou a serviços públicos” passou de nula para 13,6%, entre os moradores que se mudaram para os bairros no período de dez a seis anos atrás, e 11% entre os que se mudaram nos últimos cinco anos. Já a resposta “Sair do aluguel” manteve-se na média de 25% entre as pessoas que se mudaram para o bairro nos últimos dez anos.

significativa a parcela de famílias com renda *per capita* entre 0,26 e 0,50 salários mínimos, somando cerca de 30% entre os moradores que vivem nos bairros há menos de dez anos.

As faixas de renda identificadas apontam para a condição de baixa renda dos moradores, com uma parcela residual de famílias que apresentam renda *per capita* acima de dois salários-mínimos. Essa é uma característica também dos demais bairros aqui estudados, São Dimas e Cidade Nova.

Notadamente, a baixa renda familiar é uma característica básica das periferias urbanas, se configurando como um de seus elementos definidores, ao lado de outros aspectos como má qualidade da oferta e manutenção de equipamentos, serviços e infraestruturas urbanas: são regulares as dificuldades com a oferta e qualidade de serviços públicos de educação e lazer; com a distribuição de água potável; com a coleta tratamento de esgoto doméstico; com o serviço de recolhimento e disposição de resíduos sólidos; com a pavimentação das ruas e monitoramento das redes de água pluvial; além de questões socioambientais correlacionadas, tais como entupimento de bueiros e alagamento das ruas, poluição e extravasamento das águas de córregos e rios, desbarrancamento de morros, falta de fiscalização para com os espaços “vazios”, como lotes vagos ou terrenos “baldios”, vazamento de esgoto, proliferação de insetos e animais peçonhentos etc.

Outro aspecto basilar das periferias é a espoliação urbana (KOWARICK, 2000) vivenciada por seus moradores. Essa espoliação se realiza através do afastamento dos trabalhadores para as fronteiras urbanas, por meio do desgaste causado pelo transporte público de péssima qualidade, pela habitação de espaços da cidade que não oferecem estruturas básicas que assegurem qualidade de vida e pela necessidade de autoconstrução de moradias ou infraestruturas urbanas e de mobilização comunitária para reivindicar a oferta e manutenção de serviços infraestruturas urbanas.

Mais um ponto que nos parece também fundamental para a descrição das periferias urbanas é a distância em relação às possibilidades de realização plena da vida urbana. Esse afastamento pode se conformar de diferentes maneiras, seja pela distância física do bairro periférico em relação às centralidades urbanas, ou pela construção de barreiras ao acesso, como a limitação da oferta de serviços de transporte públicos, por exemplo.

A experiência dos moradores dos bairros que aqui estudamos é emblemática, quando se trata da construção desse distanciamento. Em uma cidade de médio porte com São João del-Rei, as barreiras postas pela distância física são menos indestrutíveis do que as encontradas nas

grandes cidades e metrópoles. Na medida que o perímetro urbano não se estende por muitos quilômetros, os percursos podem, muitas vezes, ser realizados a pé, ou de bicicleta. No entanto, a dificuldade no acesso ao transporte público é um fator limitador relevante, principalmente para mães, crianças, idosos e enfermos, que são os mais penalizados pela restrição das possibilidades de locomoção. Nos quatro bairros aqui analisados, a insatisfação com a oferta e regularidade do serviço de ônibus foi consensual: no bairro São Dimas há pouca oferta e os horários são falhos e não regulares; no bairro Cidade Nova não há oferta, de modo que os moradores precisam caminhar até o ponto de ônibus mais próximo, que se localiza no São Dimas; já nos bairros Vila Brasil e Novo Bonfim há oferta, mas também com poucos horários disponíveis. Uma insatisfação dos moradores, por exemplo, é a ausência do serviço no período da noite, visto que os ônibus só circulam no bairro até às 19h.

No caso de equipamentos de educação, cultura e lazer, percebe-se que esse distanciamento em relação às periferias se materializa, muitas vezes, através da rigidez de horários (funcionamento apenas em horário comercial, por exemplo), pela burocracia que se estabelece para o acesso⁷⁶ e pelo deslocamento regulado pelo *habitus*. Um exemplo que podemos aqui assinalar é o apartamento do bairro São Dimas em relação ao *campus* Dom Bosco da UFSJ, espaços vizinhos que praticamente não estabelecem relações entre si, ou que quando concebem possibilidades de comunicação, essas são fortemente marcadas por um viés de “distinção”. Como assevera Bourdieu (2013, p. 139), “(...) nada é mais distante e intolerável do que pessoas socialmente distantes que se encontram próximas no espaço físico”. Para o sociólogo francês, a distribuição relacional e a configuração dos lugares ou regiões de “espaço apropriado” (como, por exemplo, os bairros urbanos) materializa e naturaliza, em grande medida, a distribuição relacional e desigual de poder entre os agentes no espaço social e, inclusive, da possibilidade de significar e controlar os lugares do espaço físico. E o efeito de mútuo reforço exercido entre as estruturas do espaço físico apropriado e as estruturas do espaço social se realiza por meio do “ajustamento” entre tais estruturas objetivas as estruturas subjetivas que orientam a formação de concepções, avaliações e práticas pelos agentes.

Dessa forma, ainda que indivíduos localizados em *habitats* sociais distintos possam estar, eventualmente, de forma mais ou menos estável e continuada, próximos no espaço físico apropriado, tenderão a manter, cada qual, pela força do *habitus*, as formas de pensar, sentir e

⁷⁶ Um fato muito comumente observado entre os moradores de periferias é que parte significativa deles desconhece, ou nunca frequentou, espaços de lazer e cultura de seus municípios, como parques, museus, bibliotecas e pontos turísticos.

agir típicas das posições relacionais que respectivamente ocupam no campo social. Assim, por exemplos, pessoas que vivem e sempre viveram em bairros periféricos são propensos a sentirem-se “*deslocadas* no espaço que lhes é concedido”, quando entram “em um espaço sem preencher [e sabendo que não preenchem] *todas* as condições que ele exige tacitamente de seus ocupantes” (BORUDIEU, 2013, p. 140). Da mesma forma, pessoas que vivem e sempre viveram em regiões mais abastadas da cidade sentem-se *deslocadas* quando vão aos bairros periféricos, ainda que imbuídas das melhores intenções, como soe acontecer em certos projetos de extensão universitária. Entende-se, pois, como a esperança, por vezes expressa por moradores de um bairro periférico, que ele deixe de sê-lo à medida que a eles se estendam as melhorias urbanas de seu entorno está objetivamente fadada a permanecer no âmbito da imaginação, isto é, como *periferia imaginada*

Dessa perspectiva, pode-se compreender como, a despeito da grande proximidade física e, mesmo, da presença cotidiana de moradores do bairro São Dimas no *campus* Dom Bosco, assim como de estudantes universitários no bairro São Dimas (já que muitos lá residem), permanecem irreduzíveis as distâncias sociais. Assim, não raro surgem questionamentos, feitos por membros da comunidade universitária, ao trânsito de moradores do bairro São Dimas (notadamente adolescentes e jovens) pelo *campus* (inclusive com indicações de aumento de violência e criminalidade). Também é recorrente a demanda pelo fechamento permanente do portão do *campus* que dá acesso ao bairro São Dimas. A própria construção de uma quadra e de um salão comunitário dentro do espaço do *campus* universitário e a “concessão”⁷⁷ de seu uso para os moradores do São Dimas se materializam, de fato, como mais um prática de distinção, na medida em que privilegia oferecer um espaço específico para os moradores, ao invés de buscar promover uma integração dos mesmos ao ambiente e à comunidade universitária como um todo.

Tendo em conta as variadas camadas que se somam na caracterização das periferias urbanas, pode-se afirmar que, mesmo com melhorias significativas de infraestrutura e transformação das áreas ao redor, a transição de um bairro periférico considerado uma *fronteira urbana* para a categoria de *periferia consolidada* não é capaz de promover uma alteração em todos os níveis. Isso porque, não apenas os espaços das periferias são marcados pela objetivação da precariedade, como também seus moradores corporificam estigmas.

⁷⁷ Os termos dessa concessão são inexatos, não está claro quais são as atribuições de manutenção e responsabilidade da UFSJ em relação ao local e aos moradores. De outra parte, um dos moradores do bairro São Dimas tem posse da chave do local e decide voluntariamente sobre seu uso, ficando restrito o acesso a membros das comunidades interna e externa, como alunos e professores da universidade e moradores de outros bairros.

Essa transição, com aumento do preço da terra e diminuição da renda diferencial, parece estar acontecendo nos bairros Vila Brasil e Novo Bonfim. Um fenômeno que, naturalmente, é vivenciado com entusiasmo pelos moradores, principalmente por aqueles mais antigos, que experienciaram todo o processo de construção e manutenção das infraestruturas - muitas, inclusive, autoconstruídas - e que, por diversas vezes, se mobilizaram coletivamente para reivindicar melhorias em serviços urbanos.

Jorge, 62 anos, um dos mais antigos moradores da Vila Brasil, liderança do bairro e fundador da AMAVIBRA (da qual foi por diversas gestões presidente), em entrevista realizada durante pesquisa de campo, fez as seguintes considerações:

“... asfaltou tudo, tão pondo meio-fio, quer dizer, vai supervalorizar isso aqui. Aí é aquela ideia, né, a gente já começa uma certa maldade... Porque que de repente acelerou e a gente nem tá brigando com a Associação, já tem quase um ano que a gente tá praticamente parado, a briga nem tá tendo e tá surgindo os efeitos. Mas, eu já fico imaginando essa superarrumada do trevo, essa arrumada aqui dentro, a situação da universidade lá, do Uniptan. Ele vai tá aqui no nosso quintal, no próximo trevo ali, muito próximo! Aí eu fico imaginando que vai ter uma evolução ali, saindo aqui do trevo do Bonfim, indo pro trevo da Oito [av. 8 de Dezembro]... De repente um calçadão, uma ciclovia, ou qualquer coisa... Porque a universidade é particular, então vai ter os bolsistas, vai ter gente que vai de repente a pé, ou vai de ônibus, então vai melhorar essa circulação de ônibus e vai supervalorizar essa situação toda. Você já viu o Loteamento Novo Horizonte, aí na frente? É enorme, tem uns mil lotes lá!” (Entrevista, Jorge, 2019).

Essa fala de Jorge traz elementos que instigam reflexão e nos parece emblemática, quando se trata das elaborações do imaginário popular acerca das possibilidades de desenvolvimento urbano e valorização do espaço dos territórios das periferias.

A dinâmica mais recente de expansão urbana local - que abarca o aumento do número de casas dos bairros, assim como a implementação de infraestruturas, construção de equipamentos de consumo coletivo, ampliação da oferta de serviços urbanos, instalação de empreendimentos comerciais (universidade particular e hipermercado) e imobiliários (loteamento Novo Horizonte) - coincide com um período de desarticulação comunitária e paralisação das atividades da AMAVIBRA⁷⁸.

Através da pesquisa de campo, por meio das entrevistas semiestruturadas e das conversas informais, transpareceu de maneira patente o fato de que os moradores são capazes de identificar e avaliar os limites da mobilização e pressão popular, assim como as escalas de

⁷⁸ O processo inconstante de articulação e desarticulação das Associações de Moradores de bairro e outras atividades de mobilização comunitária será objeto de estudo no capítulo 9, adiante.

interesses que envolvem as diferentes práticas de especulação imobiliária e transformação de espaço. No entanto, a fala de Jorge não deixa de indicar o desgosto com o poder público local, que apenas em circunstâncias pontuais foi capaz de atender às demandas da Associação de Moradores.

As insatisfações advindas do descaso do poder público local, dos conflitos na vizinhança, da chegada de moradores desconhecidos e da dificuldade de gerir o cotidiano de espoliação das vidas pública e privada são aspectos que contribuem para a decepção generalizada com o trabalho associativo e à desobrigação da luta pela mobilização comunitária.

É sabido que, em alguma medida, os ocupantes do poder local precisam gerir as precariedades das periferias. A força da mobilização popular e o inchamento das áreas periféricas são fatores de propulsão, ao passo que é incontestável a necessidade do Estado de preservar de controle social e de legitimar-se (WEBER, 1999). Outra situação de potencial investimento reside na circunstância de que as periferias se localizam em um setor de expansão urbana, ou de se tornam próximas de algum empreendimento que demanda, em algum grau, a promoção de infraestruturas, equipamentos e serviços urbanos.

Ao se observar o processo de construção e expansão do bairro São Dimas, assim como de suas infraestruturas, equipamentos e serviços, é notória a contribuição da mobilização comunitária para sua consolidação. Como já abordado anteriormente, o estabelecimento do bairro enquanto uma periferia consolidada aparece como um dos elementos impulsionadores da expansão urbana para a porção noroeste do município, inclusive, da formação de loteamentos habitacionais como o Cidade Nova e o Cidade Verde.

Já a dinâmica assistida nos bairros Vila Brasil e Novo Bonfim difere em sua forma. Aqui é possível presenciar uma periferia identificada como fronteira urbana, mas bastante próxima do ciclo de consolidação. Há que se reconhecer o trabalho de reivindicação e mobilização empreendido pelos moradores do bairro, realizado principalmente por meio da AMAVIBRA, que foi capaz de alçar à categoria de bairro urbano uma parcela de solo rural, através da permanente reabertura das ruas (cuja vegetação insistia em cobrir), instalação de energia elétrica, rede de abastecimento de água etc. Ações que ocorreram tanto por meio autoconstrução, quanto pelo estabelecimento de “parcerias”⁷⁹ com diferentes agentes, inclusive o poder público local. No entanto, parece inegável que a dinâmica de expansão urbana a sudeste

⁷⁹ Termo utilizado por Jorge, morador do bairro Vila Brasil, para se referir ao modo como foi sendo levado a cabo o processo de urbanização do bairro. Essa temática será abordada no capítulo 9, adiante.

da cidade, que se realiza de maneira não vinculada aos bairros Vila Brasil e Novo Bonfim, constitui um fator relevante no movimento de consolidação dos mesmos.

Mapa 8 – Localização dos bairros na cidade de São João del-Rei (2021)



Fonte: elaboração própria, 2021.

Voltando à fala de Jorge, chama atenção o uso de alguns termos, tais como “supervalorizar”, “arrumar”, “evoluir” e “melhorar”, que apontam para certo entusiasmo com a iminente transformação urbana da região. Nosso interlocutor vislumbra um futuro de consolidação da urbanização, com melhorias na mobilidade a supervalorização da terra que, lamentavelmente, tende a se manter circunscrito ao âmbito da *periferia imaginada*.

Por mais que os moradores se beneficiem do movimento de transformação do espaço – que vem promovendo o aumento de oportunidades de emprego nas proximidades, o crescimento do número de moradores, a produção de infraestruturas (construção de duas rotatórias rodoviárias para acesso aos bairros e pavimentação das vias de chegada), e a possibilidade de maior oferta de mobilidade urbana, com a ampliação da frequência de transporte público -, é sabido que tais ganhos dificilmente serão suficientes para modificar o *status* de periférico do bairro, já que a periferia se caracteriza pela soma de diferentes fatores que se ligam à tensão constitutiva do processo de espoliação a que já nos referimos, neste capítulo, em páginas anteriores.

Na medida que o local está propenso a continuar comportando população de maioria trabalhadora e de baixa renda⁸⁰, determinadas características de bairros periféricos insistem em permanecer, como a má qualidade das infraestruturas, baixa oferta de serviços e necessidade de mobilização popular para garantia de manutenção dos equipamentos urbanos e para suprir as carências de lazer, educação e cultura etc. Parece, portanto, importante atentar para o fato de que a valorização das áreas do entorno não é transferida automaticamente para os espaços das periferias. Na fotografia abaixo observa-se uma rua do bairro Vila Brasil.

Imagem 8 - Bairro Vila Brasil (2019)



Fonte: arquivo pessoal (2019).

Entende-se, pois, como a esperança, por vezes expressa por moradores de um bairro periférico, de que ele deixe de sê-lo, à medida que a ele se estendam as melhorias urbanas de seu entorno, está objetivamente fadada a permanecer no âmbito da imaginação.

A modificação das funções urbanas de um bairro, com a conversão de um bairro periférico em não periférico, não é impossível, mas configura um processo que demanda destinação massiva de recursos, tais como a construção de um empreendimento de grande porte

⁸⁰ Ainda que a área perceba forte valorização do preço da terra, com intensificação da especulação imobiliária, a maioria dos moradores locais não dispõe de outros recursos que não a casa de moradia. Arriscar a venda da casa própria, a possibilidade de segurança assegurada em tempos mais difíceis ou na velhice, é improvável a partir do cálculo feito pelas famílias. Como já apontado anteriormente, a expulsão de moradores a partir do processo de consolidação das periferias tendem a derivar de casos residuais.

(estação de metrô, *shopping center*, grande condomínio habitacional etc.). Outro exemplo recente são as obras realizadas em função dos megaeventos ocorridos na última década (Copa do Mundo e Olimpíadas). Como já apontado, na maior parte das vezes, megaempreendimentos se realizam em grandes cidades e metrópoles, locais que suportam intensa circulação de capital. Para o caso de uma cidade média como São João del-Rei, a transformação das funções urbanas de um bairro, com a alternância significativa do perfil dos moradores e elevação das rendas familiares, é menos plausível, mesmo se considerarmos a ação do tempo. É pouco provável que a população residente no Vila Brasil e no Novo Bonfim, por exemplo, acumule “capitais” (no sentido bourdieusiano) suficientes para ascender social e economicamente. É mais razoável supor que a região caminhe na direção de se configurar como um território de composição social híbrida, tais quais outros bairros do município, que mesclam espaços periféricos com não periféricos, com perfil populacional bastante heterogêneo.

A construção de periferias produz uma riqueza urbana coletiva que tende a ser espoliada (PEREIRA, 2015), mas dificilmente a periferia conseguirá realizar transferência de valor no sentido oposto, seja através de acúmulo de bens produzidos pelo Estado ou por agentes imobiliários e do capital. O desenvolvimento capitalista passa, nas cidades, pela reconfiguração permanente dos territórios que, entretanto, reproduz continuamente desigualdades, de forma que seus benefícios (reais ou supostos) passam quase sempre ao largo dos bairros periféricos. Assim, entre os moradores desses bairros, o acesso a tais benefícios permanece restrito ao campo onírico. Contudo, isso não quer dizer que a *periferia imaginada* pelos moradores seja destituída de qualquer pertinência empírica e prática.

No imaginário sobre a cidade elaborado por alguns moradores das periferias aqui estudadas, a capacidade de transformação espaço urbano está posta. De acordo com Ferrara (2008), a imagem é um dado e corresponde a uma concreta intervenção materializada na cidade; já o imaginário é um processo que acumula imagens e é fomentado ou desencadeado por um elemento, construído ou não, porém nitidamente identificado com o meio e o cotidiano urbanos. Nessa ação, a cidade é um pano de fundo, um recorte que sustenta uma corrente de sentimentos e reflexões. Assim, percebe-se a cidade ao se refletir, elaborar, imaginar sobre e a partir dela. Diz a autora:

O imaginário sobre uma cidade não a reproduz, mas, estimulado pelos seus fragmentos/índices, produz discursos que com ela interagem. Uma espécie de diálogo insólito porque, no primeiro momento, o usuário é emissor e receptor ao mesmo tempo e, apenas com o registro da memória, esses discursos se

transformam em arquétipos culturais. Assim sendo, o imaginário dialoga, em última instância, com a história urbana (FERRARA, 2008, p. 198)

Trata-se, aqui, do imaginário da periferia viva, de personagens reais, criativos e marcados pela espoliação urbana em suas diferentes faces. A periferia imaginada é esse território em movimento, e repleto de possibilidades. É o lugar de reprodução de sujeitos que participam da formação da cidade e que apesar dos desafios, percalços e exploração da vida cotidiana, guardam forças para a nutrir a construção da utopia urbana, “o imaginário ainda é a válvula capaz de transformar a mercadoria e o consumo em conhecimento que se amplia e se torna mais complexo” (FERRARA, 2008, p. 201).

O grau de acerto da escolha dos recortes empíricos, das opções metodológicas e dos quadros conceituais de uma pesquisa só se revela ao cabo da análise, quando se pode efetivamente avaliar em que medida a empresa conseguiu abordar com pertinência as questões de investigação tomadas como objeto. No presente capítulo, parece que a diversidade dos casos escolhidos, assim como a produção de um volume extenso de dados bastante detalhados sobre eles, permitiram-nos discutir os processos de construção de três bairros periféricos de modo a empreender diálogo frutífero com a literatura pertinente, principalmente no que tange aos alcances heurísticos das categorias de “periferia consolidada” e “periferia como fronteira urbana” para o estudo da construção de territórios periféricos em cidades médias regionais.

Já no primeiro caso analisado, o da construção do bairro São Dimas, encontramos a notável peculiaridade de tratar-se de um processo de mais longa duração e que não se deu a partir do clássico modelo de loteamento de glebas rurais. Como se viu, o início do processo de ocupação residencial e de construção de seus elementos de urbanidade remonta a princípios dos anos 1960 (realizando-se, entretanto, já a partir da presença de habitações e vias de trânsito cujas origens se estendem ao final do século XVIII). De forma que, se hoje o bairro se enquadra na categoria de “periferia consolidada”, a trajetória histórica que o trouxe a essa situação se desenvolveu ao longo de nada menos que 60 anos.

Mas não são apenas o caráter “espontâneo” (ou seja, não induzido pelo parcelamento e venda da terra pelo capital imobiliário) e o ritmo lento do processo de ocupação residencial que

conferem singularidade ao caso do São Dimas. Há que se destacar, também, tanto a construção das residências, quanto a instalação dos equipamentos e serviços de infraestrutura urbana básica, se fizeram por meio do trabalho familiar ou coletivo dos moradores, mediante a auto-organização de mutirões de construção de casas e de movimentações reivindicativas para obtenção (sempre parcial, não completa) da intervenção ou do “apoio” do poder público. Essa “gestação” lenta e coletiva de uma periferia consolidada teve como uma de suas condições de êxito a espacialização estratégica de redes de parentelas e de amizade e, como um de seus efeitos, a formação de relações de solidariedade e de identidade com o território.

Em razão desses fatores e, também, da fragilidade relativa do poder de atração de São João del-Rei sobre populações da zona rural e de áreas urbanas da região, a consolidação do bairro como periferia caracteriza-se, em grande medida, como obra intergeracional iniciada pelos primeiros moradores. Tampouco, ao longo de seis décadas, o território sofreu, fortes abalos ou rupturas em seu perfil “familiar” e de relativa fixidez espacial das famílias que pudessem ser produzidos por pressões do capital imobiliário ou por drásticas mudanças trazidas por grandes projetos urbanos ou econômicos.

Como se viu, isso não significa, contudo, que o atingimento do estado de “periferia consolidada” tenha convertido o bairro São Dimas num território cristalizado, imóvel. Pelo contrário, ficou demonstrado que, apesar da saturação do espaço pela ocupação residencial e do provimento de infraestrutura urbana (ainda que incompleta e precária), ocorrem, em grau considerável, certa rotatividade entre os moradores (embora não se verifique o fenômeno da “expulsão branca”), o adensamento populacional realizado mediante a construção de mais de uma residência em um só lote, a formação de um mercado de aluguéis de imóveis etc. Sobretudo, o caso do bairro São Dimas é analiticamente pertinente para se demonstrar o argumento de que a “consolidação” de um bairro como território periférico não significa, em absoluto, que o provimento dos serviços e equipamentos de infraestrutura urbana esteja completo e satisfatório para os moradores. Pelo contrário, o que se vê é a continuidade ou reposição da precariedade, da falta, e da percepção dos moradores, como elementos estruturantes de uma tensão constitutiva da condição de periferia. Tensão irreduzível que compele os moradores a empreenderem práticas, familiares e coletivas, para lidar com a precariedade, combatê-la e mitigá-la (assim, por exemplo, a segurança do acesso à água potável, que demandou décadas de luta dos moradores mais antigos, se encontra atualmente ameaçada e tem que ser enfrentada também pelos moradores mais recentes (PEREIRA, 2015, p.19-20)). Esses seriam os elementos essenciais de um modelo-padrão abstrato que contemplasse o

conjunto das dinâmicas que conduzem os processos concretos, específicos e singularidades de construção de periferias urbanas. Portanto, esse modelo se aplica também aos casos dos bairros Cidade Nova e Vila Brasil/Novo Bonfim.

Vimos que uma das particularidades do bairro Cidade Nova foi o fato de que a origem de sua ocupação residencial – e, talvez, da própria iniciativa tomada pelos empreendedores de criar o loteamento – foi o “transbordamento” do bairro periférico adjacente de São Dimas. Com efeito, a pesquisa demonstra que foi, sem dúvida, a consolidação do bairro São Dimas como periferia que induziu a formação do bairro Cidade Nova: a pavimentação das ruas, o provimento (ainda que precário) de rede de distribuição de água potável e do serviço de transporte coletivo no bairro São Dimas (produtos, como se viu, de décadas de práticas familiares e coletivas dos moradores) possibilitaram o acesso ao novo loteamento sem qualquer infraestrutura urbana que era o bairro Cidade Nova quando foi criado como verdadeira “fronteira urbana”. As próprias famílias que compraram os primeiros lotes e deram início à ocupação residencial do bairro Cidade Nova eram constituídas, muitas delas, por casais de jovens de forma que pelo um dos cônjuges era filho de moradores do bairro São Dimas. Demais, nos primeiros anos da formação do Cidade Nova, moradores do bairro São Dimas, prestavam ajuda às famílias pioneiras do novo loteamento, cedendo-lhes água pela extensão de mangueiras, auxiliando nos mutirões de autoconstrução de moradias etc.

Os casos dos bairros Cidade Nova e Vila Brasil/Novo Bonfim exemplificam o fenômeno da expansão urbana via abertura de loteamentos irregulares ou clandestinos, mediante o parcelamento de glebas rurais, em cidades regionais médias, como São João del-Rei. Neles, também se repetem as práticas de autoconstrução de casas e de emergência de organizações e ações de reivindicação de elementos de infraestrutura urbana, não faltando a interação com diferentes agentes, tais como a Universidade Pública, parlamentares, agências públicas, ocupantes de cargos no governo municipal etc. Aqui, o que se observa enquanto especificidade do processo de expansão urbana por meio de periferias nas cidades médias é o ritmo, em geral, mais lento do que aquele que comanda a trajetória e dinâmica de formação de periferias nas metrópoles e grandes cidades. No caso do bairro Cidade Nova, esse ritmo tem sido especialmente moroso: o processo de expansão urbana que ora se desenvolve na porção nordeste da malha urbana se faz por meio da criação de novos loteamentos voltados para as classes médias que se conectam à BR-494 (que liga São João del-Rei a Ritópolis e, de lá, à BR-381), nas proximidades do *campus* Tancredo Neves (CTAN) da UFSJ. O processo de expansão propiciado pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades

Federais (REUNI) trouxe, para o CTAN um expressivo contingente de novos professores e funcionários da UFSJ, assim como de trabalhadores terceirizados. Contudo, os dados da pesquisa revelam que a relativa proximidade do bairro Cidade Nova em relação ao CTAN não afetou o ritmo de crescimento do número de domicílios no bairro.

Como se viu, a análise do caso do bairro Cidade Nova evidenciou a importância de se considerar - a par dos ritmos e modalidades do processo de passagem de um bairro periférico da situação de “fronteira urbana” para a de “periferia consolidada” – as prováveis alterações das “funções” urbanas desempenhadas pelos territórios periféricos. A ideia geral de que as periferias “servem para” acolher famílias de baixa renda que, dada a hegemonia dos capitais sobre a produção da cidade, não têm outras opções viáveis de acesso à moradia urbana pode obscurecer certas especificidades de cada caso. Com efeito, a análise demonstrou para o bairro Cidade Nova, que, em seus primeiros anos, cumpriu fundamentalmente a função de absorver o “transbordamento” do bairro São Dimas, a ele adjacente, tem se tornado, na última década, destino de famílias oriundas de outros bairros periféricos da cidade, formadas por cônjuges relativamente mais velhos e que possuem renda familiar *per capita* mais elevada, em relação às famílias pioneiras do bairro. Parte significativa desses novos moradores vêm se instalar no bairro em razão daquilo que chamam de “tranquilidade do local”.

A busca por um “local tranquilo” também surge, com justificativa para a mobilidade espacial, entre chefes de família dos bairros Vila Brasil e Novo Bonfim. Viu-se que para eles a termo “local tranquilo” aparece evocando o aspecto rural que a localidade sustentou por vários anos. O caso desses bairros evidencia a necessidade de um olhar atento para a heterogeneidade das periferias e, para a construção de análises acerca da formação de bairros periféricos que nunca percam de vista a natureza essencialmente relacional dos processos. Ao contrário do que sucedeu no bairro São Dimas, onde o processo de passagem do estado de fronteira ao de periferia consolidada se estendeu por cerca de seis décadas, nos bairros Vila Brasil e Novo Bonfim o ritmo tem sido muito intenso, experimentando notável aceleração a partir dos anos 2010 (embora tenha sido lento nos primeiros 15 anos de sua existência). Esses bairros constituem uma fronteira urbana em rápido processo de consolidação. Isso mostra que esses processos não são necessariamente contínuos, lineares e constantes ao longo do tempo. Talvez não se possa nem mesmo excluir de antemão a hipótese de que determinadas trajetórias de consolidação de periferias sejam congeladas ou mesmo regridam.

Chama a atenção, ainda, em relação à etapa mais recente de ocupação residencial dos bairros Vila Brasil e Novo Bonfim, a concomitância entre as funções desempenhadas por esses

territórios: de uma lado, constituem-se em locais de atração de emigrantes ou trabalhadores da zona rural – que buscam morar num “lugar tranquilo” ou próximo aos sítios e fazendas em que ainda trabalham; de outro lado, o rápido avanço da implantação, ainda que como sempre precária e incompleta, de elementos de infraestrutura e serviços urbanos nos bairros tem atraído para o lugar migrantes de bairros periféricos próximos e de regiões não periféricas mais distantes, que buscam proximidade em relação ao local de trabalho e a serviços urbanos.

Por fim, viu-se que esse conjunto de mudanças rápidas e repentinas tem fomentado, entre moradores dos bairros Cidade Nova e Vila Brasil, expectativas de que o local atinja melhores patamares de urbanização e de condições de vida para seus moradores. Em alguns discursos, chega-se a vislumbrar quase que um salto da condição de periferia consolidada para a de não-periferia, à revelia dos mecanismos objetivos que, de forma contínua, refazem e fortalecem a segregação socioespacial objetiva e simbólica das periferias.

7. O COTIDIANO NAS PERIFERIAS: AUTOEXPLORAÇÃO, SOBRETALHO E ESTRATÉGIAS FAMILIARES

Até o momento, nos esforçamos em apresentar as características do nosso objeto de estudo, dando ênfase aos aspectos materiais e estruturais que conformam a realidade da formação de periferias em cidades médias. Tendo como propósito construir reflexões embasadas nas especificidades da realidade local e referenciadas em estudos e análises sobre a questão urbana e a formação de periferias no Brasil, passamos pela observação da composição socioeconômica do município de São João del-Rei, por sua atual posição na rede de cidades enquanto centro sub-regional, por sua dinâmica demográfica e, por fim, pelo estudo dos bairros selecionados, indicando a heterogeneidade dos processos de formação e manutenção das periferias urbanas.

Partiremos agora para o desenvolvimento de um ensaio que visa a levar em conta a experiência, no sentido Thompsoniano (1978 e 1987), dos sujeitos construtores e moradores das periferias urbanas aqui estudadas. Por meio da recomposição de trajetórias de vida, pela observação de aspectos familiares, ocupacionais, cotidianos e comunitários, buscaremos descrever e refletir sobre o modo como encaram a precariedade e vulnerabilidades materiais presentes nas periferias, ou seja, o modo como as percebem e atuam para a elas se adaptar. Interessa-nos atentar para sociabilidade que se estabelece nas periferias e para as maneiras pelas quais seus moradores se organizam e interagem com outros agentes, identificando, ainda, as diferenças que se consolidam a partir das variadas dinâmicas de reprodução urbana no Brasil e, em específico, na cidade de São João del-Rei.

Para realizar essa empreitada, estabelecemos a seguinte hipótese: os moradores de bairros periféricos, a partir da espoliação urbana que os constrange, criam meios e estabelecem esquemas para promover soluções cotidianas e imperiosas de habitabilidade urbana, como, por exemplo, a autoconstrução de equipamentos básicos de moradia (casas, ruas, redes de água e energia elétrica etc.). Visando à melhoria da qualidade de vida, principalmente pela obtenção e manutenção de infraestruturas e serviços urbanos, eles se organizam familiar e coletivamente, criando redes de ajuda e solidariedade, trabalhando na mobilização comunitária e política e desenvolvendo habilidades para conseguir transitar em diferentes espaços e dialogar com atores diversos, tais como representantes do poder público (prefeito, vereadores e deputados estaduais), agentes de órgãos públicos e privados, instituições (Igrejas, Universidades) etc. No caso particular de São João del-Rei, observam-se, também, possibilidades de gerenciamento

das atividades ocupacionais e da conformação de relações mais estreitas entre patrões e empregados com fins de melhora nas condições de vida urbana.

Fazemos uso da palavra “estratégia” para designar as práticas adotadas pelas famílias no processo de autoconstrução de moradias e de obtenção e manutenção de infraestruturas urbanas. Essa escolha se faz orientada por uma perspectiva analítica que favorece a percepção do papel ativo dos moradores, de suas agências no processo de produção do território. Parte-se de uma observação que busca perceber as ações empreendidas pelas famílias como planejadas e resultantes de um conjunto de conhecimentos e experiências. Não se confundem, entretanto, com operações táticas, baseadas em algum manual pré-estabelecido. Conformam-se como práticas refletidas, imaginadas e elaboradas a partir da memória familiar e coletiva e da vivência da vida cotidiana, calculadas a partir das possibilidades materiais, financeiras e da disponibilidade de tempo.

Apoiamo-nos, também, nas construções elaboradas por Scott (2002) acerca das formas cotidianas da resistência camponesa por ele identificadas a partir de pesquisas de campo realizadas no meio rural do sudeste asiático. O autor analisa práticas historicamente adotadas por camponeses que, se observadas por um olhar que privilegia o desvelar do papel ativo desses camponeses na trama cotidiana de luta pela manutenção de seus modos de vida, podem ser consideradas como estratégias cotidianas de resistências.

Scott (2002) identificou algumas práticas cotidianas de resistência passiva dos camponeses, tais como furtos, sabotagens sutis, evasão, boicotes etc. O autor se esforçou, também, em demonstrar como ações observadas em distintas circunstâncias podem ser consideradas estratégias de resistência camponesa, tais como as deserções e evasões do recrutamento militar (principalmente por meio da automutilação) e da corveia na França pós-revolucionária e sob o Primeiro Império, entre os séculos V e VII.

Para além de refletir acerca da pertinência da recomposição dessas construções analíticas para realidade contemporânea urbana e periférica, sobre os elementos de autointeresse que compõem tais práticas de resistência ou ponderar a respeito da relevância das ações mais ordinárias e silenciosas para a manutenção das formas de reprodução das classes historicamente subordinadas⁸¹, nos parece substancial, aqui, incorporar o viés interpretativo que toma como objeto primordial práticas banais e cotidianas e as lê como estratégias

⁸¹ Uma discussão nesse sentido é apresentada em minha dissertação de mestrado intitulada “Conflitos urbanos e estratégias cotidianas de resistência: o processo de formação de um bairro periférico” (PEREIRA, 2015).

historicamente elaboradas, resultantes, principalmente, do agrupamento de experiências e memórias coletivas e familiares.

Scott (2002) argumenta que a História e as Ciências Sociais, uma vez que busquem suas fontes apenas em registros escritos, produzidos em grande medida por autores oficiais, dificilmente poderão desvelar as formas silenciosas e anônimas de atuação popular. De fato, os órgãos oficiais (e também determinadas escolhas e análises acadêmicas), detentores legítimos da produção e disseminação de informações, têm contribuído para estereotipar as classes populares, pintando-as como ignorantes, apáticas e interesseiras.

Das e Poole (2004) salientam, ainda, que o trabalho de historiadores comprometidos em apresentar a história dos subalternos tende a enfatizar a agência planejada dos grupos. Citam como exemplo o trabalho de Scott acerca das resistências camponesas, no qual, segundo elas, o autor privilegia os atos que entende como resistências e não as práticas comuns do cotidiano camponês.

Mientras que el trabajo de los historiadores subalternos ha hecho mucho para enfatizar la agencia de los grupos subalternos en importantes coyunturas históricas, el status canónico de la resistencia en estos estudios oscurece la relación entre esos momentos críticos y la vida diaria (Das, 1989). Incluso cuando la vida diaria se convierte en el foco de análisis, como en el trabajo de James Scott (1985) sobre las formas diarias de resistencia campesina, pareciera que la agencia es vista fundamentalmente en los actos de resistencia. (DAS e POOLE, 2004, p.35)

Não nos interessa aqui, enquanto desafio epistemológico e científico, elaborar uma teoria de resistência cotidiana e apanhar exemplos no material coletado em campo. A nós nos parece fazer mais sentido buscar identificar categorias de agência a partir do que é costumeiro entre os moradores das periferias e qualificar seus modos corriqueiros de agir e de se relacionar, descrevendo e refletindo acerca das diferentes práticas populares cotidianas e elementares por eles desenvolvidas, percebendo as nuances que envolvem suas escolhas e os modos como interagem, dialogam e negociam com os demais agentes que atuam no território.

São muitos os fatores que condicionam a localização das famílias nas periferias urbanas. Segundo Bourdieu (2012), a distribuição de bens e agentes no espaço define o valor das

diferentes localidades e os capitais necessários para delas se apropriar. Quanto maior o acúmulo de “capitais”, maiores as possibilidades de ocupar e ressignificar o espaço, ao mesmo tempo em que se aumenta a distância simbólica e espacial em relação às pessoas e bens indesejáveis e menos raros, ou seja, que acumulam menor quantidade de capitais. Para o autor, o lugar de um agente no espaço físico é resultado da posição que ocupa no espaço social e numa sociedade hierarquizada, como a capitalista, todos os espaços são hierarquizados:

Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada pelo efeito de naturalização que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta (BOURDIEU, 2012, p. 160).

Devido à sua inscrição durável, a territorialidade reafirma a dominação, naturalizando a realidade de desigualdades sociais; do mesmo modo, os lugares decorrentes do espaço social reificado (ou seja, do espaço fisicamente realizado) e os benefícios a eles acoplados expressam as desigualdades sociais e são resultado de tensões nos diferentes campos. Conforme indica Bourdieu (2012) “é na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado” (p. 161).

Assim, aos que controlam capitais em menor quantidade - e/ou cuja qualidade os fazem menos eficientes nas disputas espaciais - mesmo cientes de que o campo de possibilidades é posto pela estrutura de dominação e que a inércia física tende a garantir a reprodução da dominação, cabe disputar a apropriação e a significação do espaço, de modo a diminuir as distâncias físicas e sociais e reivindicar o acesso aos bens coletivos (BOURDIEU, 2012).

A demanda popular por uma parcela de solo urbano e pelo alcance de serviços e equipamentos coletivos se materializa de diferentes maneiras no espaço. Do mesmo modo, os interesses dos distintos agentes, situados no limiar entre o espaço físico e social, se entrecruzam por frentes diversas, conformando um território periférico heterogêneo. Essa é uma característica peculiar do processo de formação de periferias no Brasil. Apesar das precariedades comuns, a diversidade de conjunturas familiares produz dinâmicas específicas de apropriação e transformação do espaço.

Como apresentado no capítulo anterior, a partir da pesquisa de *survey* foi possível verificar as distintas motivações familiares para a instalação em periferias urbanas. Agora, uma análise focada nos relatos dos moradores acerca de suas trajetórias de vida nos permitirá identificar as nuances que envolvem as escolhas e os arranjos familiares subscritos.

A dinâmica de ocupação do bairro São Dimas, fortemente marcada pelo viés familiar, faz emergir como objeto de investigação, por exemplo, a continuidade da precariedade e espoliação urbana entre gerações de uma mesma família. É o caso da família de Daniela (39 anos). Ela relata que a avó mora no bairro há mais de 30 anos e conseguiu adquirir o lote e construir uma casa com a ajuda de amigos. Daniela narra que veio criança da cidade de São Paulo, com a mãe recém-separada e duas irmãs, para morar na casa dessa avó e que após um tempo a mãe foi beneficiada com uma das casas populares construídas na rua Afonso Santana. Daniela conta que quando se casou e viveu com o marido, por cerca de dois anos, na casa da mãe. Depois, o casal conseguiu aforar um lote no final da rua Afonso Santana e pôde, então, iniciar o projeto de construção da casa própria.

São três gerações que, com dificuldades para arcar com os custos de aluguel, vivenciaram a necessidade de apoio das redes de amizade e parentesco e do compartilhamento de moradia. Famílias que puderam ter acesso à casa própria por meio de ações ou da interlocução com poder público, mas não necessariamente por meio de políticas públicas de habitação.

Também a história da família de Meire (55 anos) é emblemática da precariedade urbana intergeracional. Seu pai se mudou muito jovem para o bairro São Dimas, na década de 1960, e acompanhou todo o processo de urbanização local. Meire conta que na ocasião do seu primeiro casamento morou por alguns anos em um quarto construído nos fundos da casa dos pais, depois foi uma das contempladas pelas casas populares construídas na Rua Afonso Santana. Hoje, é Meire quem acolhe sua filha mais nova, Larissa, de 23 anos, com o esposo e o filho de quatro anos, em um cômodo que construiu no quintal de sua casa.

A coleta de relatos de trajetórias de vida aponta, ainda, para diferentes movimentos de migração entre as famílias acompanhadas. Jorge (62 anos), morador do bairro Vila Brasil há 21 anos, conta que comprou o lote de um amigo que insistiu muito na venda:

Eu falei com ele “fazer o que lá? Não tem como...”, mas aí ele ficou “eu te facilito... e isso e aquilo, financio pra você...”, ele insistiu tanto que eu comprei, mais de insistência dele. (...) Eu tentei vender depois, mas não consegui. Plano de comprar casa a gente não tinha não. Eu tinha gráfica (na Av. Leite de Castro), a gráfica *tava* tranquilo lá embaixo. Eu tinha a gráfica embaixo e morava em cima, mas eu pagava aluguel da gráfica e da casa, aí eu fui tocando, fui tocando. Aí até que eu vi que o negócio começou a querer ficar meio danado, aí nós falamos assim “vamos arrumar a casa pra lá e vamos pra lá que vai ficar até complicado pro aluguel e tudo”. Aí nós demos uma arrumadinha e viemos. Depois que a gente comprou, passou uns três anos a gente veio pra cá, eu lembro que eu já tinha liquidado o pagamento daqui. A gente precisou fazer a garagem e a cozinha, porque só tinha o esqueleto da

cozinha, e o banheiro também, porque era muito pequenininho.” (Entrevista, Jorge, 2019).

Nota-se que Jorge tinha resistência em mudar-se para o bairro, de início não demonstrou entusiasmo pela possibilidade de acesso à casa própria, diferentemente de outros interlocutores que encaram a construção da moradia como um projeto de vida. A percepção de Jorge em relação à mudança da família para a fronteira urbana da cidade é, provavelmente, resultado de sua experiência urbana precedente. Vivendo, desde criança, no bairro Fábricas (região da cidade cuja urbanização se consolidou na década de 1960), Jorge aparenta ter visualizado as dificuldades a serem enfrentadas em uma periferia distante do centro e não suprida de equipamentos e infraestruturas urbanas.

Gilson (61 anos), morador do bairro Cidade Nova há 21 anos, também contou que não estava em seus planos adquirir um lote na periferia da cidade, foi a esposa, Mariana (53 anos), que ficou sabendo do loteamento e insistiu na compra. A família vivia, há dez anos, morando de aluguel no bairro Matozinhos (considerado uma centralidade dentro do município de São João del-Rei).

Percebe-se que Jorge e Gilson tinham laços significativos estabelecidos com o bairro em que moravam. Para além da qualidade de vida urbana proporcionada pela presença de infraestruturas e equipamentos urbanos (já que se tratava de bairros consolidados), em seus bairros de origem ambos usufruíam, ainda, das possibilidades de encontros e da sociabilidade construída. João era proprietário de uma gráfica, de modo que trabalhava em contato direto com o público; já Gilson é sindicalista e durante muitos anos compôs a diretoria do Sindicato dos Serralheiros de São João del-Rei. Observa-se, portanto, que a transição para a fronteira da cidade significava, para os dois, um custo social alto, qual seja, a renúncia a uma dinâmica de vida urbana mais movimentada, e muito referenciada por interações interpessoais, em benefício de um projeto familiar que exigia a mudança para um local desconhecido e pouco habitado. Não inesperadamente, ambos se tornam agentes mobilizadores, atores políticos centrais das periferias que passam a habitar e autoconstruir.

Os relatos recolhidos por ocasião da pesquisa de campo apontam para a diversidade de experiências, circunstâncias materiais, motivações, sonhos e projetos que compõem o imaginário das famílias moradoras de periferias e para a moralidade que orienta suas ações. Maurício (50 anos), morador do bairro Vila Brasil há 23 anos, explica que a compra do lote se

deu, em parte, por influências familiares, principalmente pelo aconselhamento e ajuda de seu pai:

Minha criação... o meu pai, a cabeça do meu pai, era só falar “*cê tem que ter um lote, cê tem que ter casa*”. Meu irmão tinha comprado um lote ali, ele ficou sabendo que *tava* vendendo esse lote aqui... *nóis* foi atrás da mulher, eu tinha férias, décimo terceiro, juntando assim consegui comprar esse lote, daí eu fui construindo aos pouquinhos. (Entrevista, Maurício, 2019).

A casa autoconstruída pode ser a melhor possibilidade, muitas vezes a única, de investimento que as famílias de classes populares dispõem, isso porque a mercadoria habitação, mesmo que edificada pelo sacrificante processo de autoconstrução, é o único bem material cujo preço aumenta ao mesmo tempo em que é consumido (KOWARICK, 2000). Morar de aluguel demanda gastos que não proporcionam qualquer tipo de poupança, além de se constituir como um fator instabilidade. O acesso à casa própria, nessas circunstâncias, garante segurança contra as dificuldades materiais da vida cotidiana, os frequentes momentos de crise, doenças, acidentes e desemprego, problemas que constantemente afetam os moradores das periferias.

Kowarick destaca a conquista da casa própria (ainda que não seja uma casa, mas apenas um quarto, ou um “barraco”) como um símbolo de sucesso, “é a vitória de uma moralidade que valoriza a família unida, pobre, porém honesta, o trabalho disciplinado, enfim, a vitória da perseverança que leva à conquista da propriedade” (2000, p. 90). Caracterizada como um passaporte de boa conduta, contrapõe aqueles que sustentam uma condição de proprietários - os sujeitos que venceram na vida, que conseguiram estabelecer laços de confiança e de pertencimento a uma determinada localidade - aos indivíduos que não são/foram capazes de se esforçar suficientemente, que não possuem uma moradia fixa, não constroem identidade de lugar e estão, constantemente, sujeitos a situações de despejo e vulnerabilidade.

Tudo isso faz com que a moradia de aluguel constitua um modo de viver pouco valorizado, no qual as frequentes mudanças tendem a desenraizar as pessoas e, talvez mesmo, a dificultar uma consolidação mais efetiva e afetiva dos laços familiares, elemento básico para enfrentar o cotidiano espoliativo das nossas cidades (KOWARICK, 2000, p. 90)

O alcance da moradia própria carrega os significados simbólicos da privacidade e do lar seguro, da proteção contra os perigos e violências da rua. As narrativas e os símbolos que envolvem a aquisição da casa própria são embebidos de um conteúdo moral subjacente que se referênciam em uma ordem legítima da vida que se constrói inteiramente pela perspectiva da vida privada (KOWARICK, 2000).

Percebe-se nas falas de nossos interlocutores a manifestação dessa moral que valoriza a família unida, o trabalho disciplinado, a renúncia aos excessos e a perseverança. Maurício, morador do bairro Vila Brasil, destaca as orientações de seu pai sobre a importância da casa própria perante as dificuldades da vida. Já Mariana e Gilson, moradores do bairro Cidade Nova, apresentam a conquista da moradia como resultado de uma vida marcada pelo trabalho árduo e pela honestidade. Contam, com orgulho, que moraram por dez anos de aluguel em uma mesma casa, sem jamais ter pago um mês com atraso: “A dona da casa [em que a família morou de aluguel], encontrei o filho dela esses dias, ele falou comigo: ‘ó, seu Gilson, inquilino igual ao senhor minha mãe fala que nunca [mais] teve!’” (Entrevista, Gilson, 2019).

Para Gilson, trabalhar visando à conquista de uma moradia própria é ter prudência e vislumbrar um futuro de maior segurança na velhice e de proteção para a filha e o neto.

Mas é porque a gente pensa no futuro, não é só no futuro meu e da Mariana, não, mas pra minha filha não ter que passar aperto com meu neto de morar de aluguel, porque nós moramos dez anos de aluguel e aluguel é ali ó, todo mês chegou tem que pagar (Entrevista, Gilson, 2019).

A casa própria autoconstruída assume no processo de expansão periférica das cidades brasileiras dois papéis que são divergentes e complementares. Na medida em que permite, efetivamente, maior segurança material e o estabelecimento de redes de ajuda e amizade, constitui, certamente, em um elemento básico para o enfrentamento do cotidiano espoliativo entre os moradores das periferias. Em contrapartida, a habitação resultante da operação de autoconstrução se produz por meio de trabalho não pago, ou seja, sobretrabalho, e a generalização dessas práticas contribui para a institucionalização da baixa de salários e do afastamento da classe trabalhadora para as fronteiras urbanas, isto é, permite a não inclusão, nos salários, dos custos com moradia e negam o acesso à cidade (OLIVEIRA, 2003 e BONDUKI e ROLNIK, 1982). Fica evidente, aqui, que entre os trabalhadores das periferias urbanas se sobrepõem e se combinam a espoliação advinda do mundo do trabalho e a espoliação que deriva das condições de vida urbana e periférica.

7.1 ESTRATÉGIAS FAMILIARES OBSERVADAS NO PERCURSO DA AUTOCONSTRUÇÃO

O conhecimento acerca das experiências familiares elaboradas na busca pela moradia nos permitiu reconhecer determinadas estratégias familiares - práticas comumente adotadas pelos atores de acordo com suas diferentes realidades - desenvolvidas no percurso da autoconstrução. Buscaremos, assim, descrevê-las e refletir sobre elas a partir do desdobramento das ações, da ponderação acerca dos interesses justapostos, do resgate das memórias populares e familiares e da esperança que se alimenta.

7.1.1 Aquisição do lote ou terreno

A aquisição de um lote em um loteamento informal/irregular é permeada por trocas e financiamentos informais. Uma vez que a situação de vulnerabilidade econômica entre os possíveis/futuros moradores das periferias de fronteira urbana não possibilita um financiamento habitacional regular em bancos, a não ser em circunstâncias específicas de políticas públicas de habitação popular para baixa renda, resta, então, a essa parcela da população recorrer a outros mecanismos que viabilizem a obtenção de uma porção de terra urbana nas cidades. O conhecimento das distintas trajetórias familiares de nossos interlocutores nos proporcionou identificar as maneiras pelas quais as famílias lograram acesso aos lotes, quais foram as estratégias, como estamos aqui designando, por elas mobilizadas nessa empreitada em busca da aquisição de um terreno para a construção da casa própria.

Jorge, morador do bairro Vila Brasil, por exemplo, conta que o acerto para a compra do lote envolveu o repasse de um videogame e uma televisão, como parte do pagamento, e o parcelamento do restante do valor em três anos e diretamente com o ex-proprietário.

Já Gilson e Mariana, moradores do bairro Cidade Nova, narram que adquiriram o lote diretamente com os empreendedores responsáveis pelo loteamento e que o pagamento foi realizado em parcelas e concluído em, aproximadamente, dois anos. Apesar de não se lembrar do valor exato do lote, Gilson afirmou que a quantia paga mensalmente significava, na época, 40% de seu salário.

Percebe-se, aqui, que o baixo valor dos lotes é o que permite que as famílias assumam uma dívida, certamente significativa no contexto do orçamento familiar, mas que tende a se findar em poucos anos, diferentemente dos financiamentos imobiliários oferecidos por bancos públicos e privados que podem chegar a uma parcela que corresponda a 30% da renda familiar e se estender por até 30 anos. Naturalmente, a precariedade da vida urbana, os baixos salários, a instabilidade do emprego e a insegurança em relação a possíveis momentos de crise familiar (a partir de episódios de morte, invalidez, doenças e outros imprevistos), são fatores que interferem nos cálculos de possibilidades de comprometimento da renda feitos pelas famílias.

7.1.2 Aproximação e reconhecimento do lugar

Uma segunda estratégia identificada entre as famílias das periferias estudadas, consiste em conhecer o local no qual pretendem morar. Essa aproximação é importante para que a família possa fazer seus cálculos de riscos e possibilidades com a escolha. A interação prévia pode ocorrer por conta de parentes ou amigos que já viviam no bairro, ou por já se ter habitado o lugar em períodos anteriores, seja porque se nasceu no bairro ou porque nele se alugou uma residência.

Uma de nossas interlocutoras, moradora do bairro São Dimas, conta que muitos de seus parentes moram no bairro ou nas proximidades:

Todo mundo, praticamente [risos]. Só as minhas irmãs que foram embora. Eu tenho duas tias minhas que moram aqui, a minha tia do Rio [de Janeiro] já comprou uma casa no Cidade Nova, já construiu, porque ela pensa em aposentar e vir pra cá. As minhas primas, a maioria mora aqui, tem umas quatro, pelo menos (Entrevista, Daniela, 2019).

Luzia, também moradora do bairro, é um exemplo de família tradicional do bairro, seu esposo é nascido e criado no São Dimas e seus filhos também optaram por firmar residência nas proximidades.

Já a família de Meire é uma das mais antigas no local. Seu pai, que na ocasião da entrevista, tinha 90 anos, mudou-se para o bairro ainda solteiro, há mais de 60 anos. Meire conta que “meus *irmão* todos moram aqui no bairro, nós somos em quatro”. Além da família estendida, também seus três filhos residem no São Dimas.

A busca por estabelecer moradia próximo aos parentes é uma das estratégias mais comuns observadas: a ajuda compartilhada entre familiares se conforma, para a população pobre, em um mecanismo de proteção contra as vulnerabilidades, precariedade de políticas públicas e adversidades da vida urbana. É por meio dessas redes de amparo e cooperação que os moradores enfrentam as espoliações urbanas cotidianas.

No Cidade Nova também é possível reconhecer exemplos de adoção da estratégia de aproximação e reconhecimento do bairro. Sueli conta que o filho reside na rua acima da sua e que tem outros parentes morando no bairro São Dimas (bairro vizinho). Já Rose, moradora do bairro há 13 anos, diz que morou por cinco anos no São Dimas, até adquirir o lote no bairro Cidade Nova e iniciar a autoconstrução de sua casa.

Outra estratégia identificada consiste em ir morar de aluguel no bairro em que se comprou o lote, durante a etapa inicial de edificação da moradia. Para os moradores, esse é um recurso que faz muito sentido, pois permite que o tempo gasto com deslocamento, por exemplo, seja redirecionado para o trabalho de autoconstrução. Do mesmo modo, a família estando fisicamente próxima ao lote consegue manter, com mais frequência, os cuidados de limpeza e proteção do espaço. Com diz o ditado popular “É o olho do dono que engorda o gado!”, ou seja, a presença constante dos proprietários e o trabalho praticamente diário de autoconstrução viabiliza que a tarefa seja concluída mais rapidamente.

Maurício conta que, após comprarem o lote na Vila Brasil, alugaram uma casa no mesmo bairro e foram construindo a casa aos poucos: “*Pagamo* aluguel um ano e três meses na rua de lá, era quatro, cinco casa aqui [no bairro], né? *Pagamo* aluguel e fui construindo aqui aos poucos” (Entrevista, 2019).

Já José (66 anos), também morador do bairro Vila Brasil, narra que primeiro mudou-se para o bairro e depois comprou o lote:

“Eu aluguei [uma casa no bairro] porque eu tinha ideia de comprar um lote aqui. Aí eu aluguei lá [na rua de baixo] e comprei o lote logo em seguida, aí eu chegava do serviço e vinha direto pra cá” (Entrevista, José, 2019).

É interessante notar que José primeiro mudou-se para o bairro onde pretendia adquirir um lote e posteriormente realizou a compra e autoconstruiu sua casa. Por esse meio ele pôde se inteirar do bairro, mensurar o preço do lote, comparando-o com a oferta local de infraestruturas e serviços urbanos, e conhecer a vizinhança.

Percebe-se que, para as classes populares, mudar-se para uma periferia longínqua tem um custo alto, com o qual nem todas as famílias conseguem arcar. Para além dos gastos inerentes ao processo de autoconstrução, há também que se considerar outras despesas, como as relacionadas à mobilidade urbana e aos cuidados. A precariedade do transporte público, da oferta de creches, de escolas em período integral, de transporte escolar e o acesso restrito ao comércio, como supermercados e farmácias, são demandas que, em parte significativa das vezes, conseguem ser supridos, ou amenizados, pela aproximação prévia com o local de moradia e pelo estabelecimento de redes de ajudas familiares e não familiares. Esse quadro tão característico das periferias urbanas é delineado pela conformação de uma sociabilidade de rua regida por laços de parentesco e amizade, por afetos, pelo compartilhamento das histórias de vida e das experiências espoliativas do cotidiano das periferias, por solidariedade e, também, por conveniências.

7.1.3 Sociabilidade de rua: estabelecimento de redes de amizade, diferenças geracionais e transformações ao longo do tempo

Relacionar-se com os vizinhos, construir redes de amizades, frequentar atividades religiosas e comunitárias etc. são expressões de sociabilidade muito valorizadas nas periferias. Como demonstrado anteriormente, a precariedade e a espoliação da vida urbana periférica são, muitas vezes, amenizadas pelas redes de ajuda e amizade que se formam. São os vizinhos já estabelecidos que fornecem água e energia através de ligações informais, os chamados “gatos”, ou, ainda, que indicam os meios mais acessíveis de obtê-los. A vizinhança ajuda a cuidar, a manter o lote e a construção sob vigilância. São também os vizinhos, os amigos que se conquistam, que cuidam das crianças durante o trabalho de autoconstrução. A conformação de redes de amizade e ajuda é identificada, aqui, como uma estratégia familiar.

O estabelecimento de redes de amizade e ajuda na vizinhança é um fenômeno amplamente observado nas periferias (KOWARICK, 1979, 2000 e 2009; LAGO, 2009; TELLES, 2010), favelas (SILVA, 2016 e 2018) e demais habitações populares pelo país (CABANES e TELLES, 2006; CUNHA e FELTRAN, 2013), a cumplicidade e solidariedade se comportam, muitas vezes, como mecanismos de proteção à espoliação urbana recorrente. Observamos, para o nosso estudo de caso, que a dimensão populacional aparece como um fator facilitador de construção dessas redes. Em uma cidade de médio porte como São João del-Rei,

é possível notar, com certa frequência, que as pessoas apresentam algum tipo de conhecimento prévio umas das outras, seja porque têm parentes ou amigos em comum, porque já compartilharam as mesmas experiências de trabalho ou estudo, ou porque conhecem o local de origem umas das outras etc. Também os baixos índices de violência e criminalidade e o ritmo mais vagaroso da dinâmica urbana de consolidação das periferias forjam maior segurança e tranquilidade relativas ao espaço urbano e os sujeitos que o ocupam.

Naturalmente, essas relações, ainda que abriguem o componente da espontaneidade, não podem ser interpretadas como orgânicas ou mesmo serem idealizadas. Como poderemos examinar mais adiante, os relacionamentos familiares, de amizade, de vizinhança e comunitários são complexos, são vínculos marcados por parentesco, afeto, afinidade, intimidade, convivência, compartilhamento do cotidiano (público ou privado, ou seja, da rua ou da casa), necessidade, dependência etc. São, desse modo, conexões por vezes difíceis, que não raro resultam em conflitos, fofocas, rancor e inimizade.

A partir da pesquisa de campo, notamos que as redes e relações que se constroem são mais fortemente sustentadas no período inicial de ocupação do bairro e de autoconstrução das moradias e infraestruturas urbanas básicas. As narrativas apontam a “correria” do dia a dia, as transformações nos modos de vida e o crescimento do bairro como impulsionadores de uma menor aproximação entre os vizinhos.

Os relatos colhidos são característicos de cada bairro. Para o bairro São Dimas, no qual o histórico de formação é bastante marcado pela mobilização comunitária e cuja composição populacional se destaca pelo aspecto fortemente familiar, observam-se, ainda bastante presentes, densos vínculos de amizade e convivência entre a vizinhança.

Daniela (39 anos), testemunha a vivência de boas relações e proximidade com a vizinhança:

Sim! A gente conversa, bate papo, senta na porta, às vezes sente falta... Esses dias a Vera falou assim: “Daniela, vamos conversar um pouquinho! Faz um tempão que eu não te vejo!” (Entrevista, 2019).

Luzia (55 anos), também moradora do São Dimas, valoriza o bom convívio entre os vizinhos e considera importante a manutenção de uma relação respeitosa e cuidadosa na vizinhança.

Eu acho assim, as pessoas mais próximas da gente são os vizinhos, então a gente tem que fazer tudo pra ficar bem com eles. Se você cria uma inimizade no bairro fica até difícil de você chegar a cara na janela. Eu não sou aquela

vizinha de tá ali, sentar ali, toda hora nas casas, não. Mas, eu tô aqui! Precizou, eu tô aqui, se eu precisar também eu chamo. (...) A gente tem uma união, “Ah não vi fulana hoje...”, então a gente sente falta, procura saber o que aconteceu, é assim que a gente vive aqui. Nós somos bairristas, precisou tá lá, busca. (Entrevista, 2019).

Luzia e sua família vivem no São Dimas há mais de 30 anos, foram contempladas com uma das casas populares construídas na rua Afonso Santana. Antônio (52 anos), seu marido, é um morador ativo no bairro, foi membro da Associação de Moradores em algumas gestões, mas é no âmbito da religiosidade, no papel de responsável pela capela de São Dimas e pela organização das atividades católicas no bairro, que se situam suas principais atividades comunitárias. Luzia e Antônio compõem a segunda geração de moradores do São Dimas, aquela composta por jovens casais com filhos pequenos, a maioria com um dos cônjuges nascido no bairro, que, no final da década de 1980, envolvidos pelo clima de abertura democrática e apoiados por uma parcela progressista da Igreja Católica, passam a se organizar coletivamente por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)⁸² e da fundação de Associação de Moradores, buscando conquistar um espaço na cidade para o desenvolvimento de suas famílias.

A fala de Luzia certamente é marcada por sua experiência de autoconstrução da casa e da luta empreendida em conjunto com os demais moradores do São Dimas. A valorização da relação construída ao longo de anos com os vizinhos, o compartilhamento de experiências de precariedade e a proximidade decorrente da intensidade da mobilização comunitária e das práticas religiosas populares manifestam em Luzia um sentido de “bairro”, de coletividade, que não é encontrado nas falas de sua filha Fernanda (25 anos), também moradora do bairro.

Para Fernanda, a valoração do bairro está relacionada ao fato de lá estar sua família; em seus relatos pouco aparecem apontamentos de vínculos fortes com a vizinhança. Para ela; os significados envolvidos no “gostar do bairro” contêm afetividade, mas não parecem demonstrar intenção de manutenção de laços pré-estabelecidos, aparentando estar associados a um caráter utilitário do local, pois trata-se de um lugar familiar, seguro e conhecido.

⁸² As CEBs foram um modelo de organização eclesial que tinha como referência pastoral uma rede articulada de comunidades. Passam a surgir no Brasil a partir da década de 1960, seguindo a proposta de Igreja Católica latino-americana de promover maior movimentação para o sentido social da evangelização. Tratavam-se de pequenos grupos de pessoas organizadas em torno de uma paróquia ou de uma capela, motivadas pela fé e que, comumente, compartilhavam experiências de precariedade e pobreza e buscavam alternativas para melhores condições de vida (BETTO, 1981).

As CEBs em São João del-Rei e em outras cidades do interior do sul de Minas Gerais surgem tardiamente, no final da década de 1980, se comparadas ao âmbito nacional (FERRIERA, 2021). Tal qual têm demonstrado nossos estudos, esse desenvolvimento tardio é característico do ritmo mais lento dos processos que correm nas cidades pequenas e médias.

Eu gosto de morar aqui. Eu sempre fui criada aqui, sempre tive convivência com o povo aqui, apesar que mudou muitas pessoas, mas eu gosto muito daqui. Mas aqui eu não tenho amigos, aqui no bairro eu tenho colegas, colegas de cumprimentar (Entrevista, 2019).

As experiências de Luzia e Fernanda, respectivamente mãe e filha, apontam para o fato de que a natureza e os significados dos relacionamentos e afetos envolvidos no cotidiano da vida no bairro são atravessados, também, por um viés geracional. Fernanda - apesar de morar e de ter crescido em uma casa cuja autoconstrução é um processo permanente e de conhecer a precariedade urbana presente nas periferias -, não vivenciou a experiência de autoconstrução coletiva de um bairro, tal qual experimentaram seus pais. Portanto, é razoável que sua relação com o bairro seja mais fluida. Como ela própria narra, o bairro e a rua onde mora cresceram, novos moradores chegaram e seus vizinhos, amigos e amigos de infância e adolescência, se mudaram para outros locais. Ao tornarem-se adultos, tomaram rumos diferentes, enfim, distanciaram-se, o que certamente é “natural”. Diferentemente de seus pais, que tinham entre os amigos na vizinhança famílias que praticamente buscavam o mesmo objetivo, ou seja, queriam conquistar a casa própria.

Maria (66 anos) e Tadeu (66 anos), também residem na rua Afonso Santana, em frente à casa da família de Luzia. Maria conta que cresceu no bairro São Dimas, para o qual mudou-se com a família aos 12 anos. O casal, igualmente, foi um dos contemplados com as casas populares construídas na rua Afonso Santana. Maria é uma senhora muito solícita e próxima dos vizinhos, Tadeu foi presidente da Associação de Moradores nos primeiros anos, logo após sua fundação. Maria trabalhou durante quase 20 anos em um supermercado popular na região e aposentou-se há cerca de um ano. Já Tadeu é aposentado por invalidez, vive há mais de vinte anos com depressão e síndrome do pânico e, por conta da doença, não consegue sair de casa. A casa da família está sempre com a porta aberta. Maria conta que os parentes chegam para almoçar ou para ficar por alguns dias. Maria cuida do marido, dos netos e agregados. Nas idas ao bairro, facilmente se encontra Maria circulando pelas ruas, seja conversando com a vizinhança, passeando com a neta ou voltando das compras ou das idas ao posto de saúde.

Maria relembra com saudosismo o tempo de sua infância e juventude no bairro, do tempo em que ajudava a mãe que era lavadeira, que iam no ribeirão da Chacrinha buscar água, lenha e levar as trouxas de roupa dos clientes. Tadeu diz que manteve laços de amizade com os moradores “das antigas”, aqueles com os quais se envolveu na época em que atuava na Associação de Moradores e que trabalharam juntos na construção das casas populares, mas que,

hoje, alguns foram embora e outros morreram. Todavia, ainda mantém amizade com os que ficaram “Cada um nas suas *casa*, mas quando precisa a gente ajuda” (Entrevista, 2019).

Meire (55 anos), amiga de Maria e outra moradora que cresceu no bairro São Dimas, também ressalta as relações de amizades que perduram desde a infância:

Esse povo tudo de idade aqui, a Maria e eu, *nóis* foi tudo criado junto, lavando roupa, por isso que *nóis* é unido, porque as *mãe* levava *nóis* tudo, levava as criança, uns catava lenha, *nóis* até vinha de banho tomado, era engraçado [risos]. Lá em casa era uma renca, então era assim, eu trazia um feixinho de lenha, minha irmã trazia um trouxa, meu irmão trazia a bacia, *nóis* tudo foi criado no ribeirão, porque não tinha água da rua, então era assim, *nóis* tinha que buscar roupa, *nóis* tinha que buscar lenha. Então, *nóis* foi criado tudo junto, por isso que eu *tô* te falando que ainda tem união das *pessoa* assim, por causa disso, muito coleguismo (Entrevista, Meire, 2019).

Ela traz lembranças de uma época em que o cotidiano e as relações que se estabeleciam entre a vizinhança tinham outros significados. A afetividade era construída com base nos momentos compartilhados de trabalho para a melhoria urbana do bairro (principalmente por meio da Associação de Moradores) e de lazer. De fato, existia uma vida coletiva no bairro, uma sociabilidade envolta por amizade e consideração.

Meu pai gostava muito era de futebol, aí tinha uns *time* aqui que ele mexia, mas depois foi acabando. Até os times de futebol daqui acabou! Tinha uns times *bom*! Nós *ia pras* roça, eles arrumavam um ônibus pro time, ia um ônibus pra torcedor, *nóis* ia muito! Até isso acabou, não tem mais! Nós *tinha* um campinho ali, depois *foi feita* as casas no campinho. Aí eles começou lá na universidade, pedia lá, eles deixavam os meninos jogar lá. Agora acabou foi tudo! Deve ter um ano já que eles parou. O time daqui mesmo acabou. Era tão bom quando tinha o time de futebol aqui! Juntava aquela rapaziada, *nóis* ia tudo, *nóis* saía cedo e voltava só de noite, a gente ia muito em Lagoa Dourada, Goiabeira. A gente fazia até panela de comida, levava macarronada, arroz, frango, depois juntava, fazia uma mesa assim, dava comida às crianças. Agora acabou tudo, tá acabando tudo, aqui não tá tendo mais nada (Entrevista, Meire, 2019).

Nos bairros, loteamentos e conjuntos habitacionais periféricos, em oposição aos bairros e condomínios de classes média e alta (que tendem a possuir lotes maiores, murados e com índice de morador por cômodo mais baixo), muitas vezes o espaço privado do lar se mescla com o espaço público, principalmente em locais com maior densidade demográfica, como é o caso do bairro São Dimas. Características como lotes e casas menores, famílias mais populosas, coabitação de mais de uma família na mesma casa ou lote e inexistência e precariedade de áreas de lazer no bairro são fatores que colaboram para o movimento de ocupação da rua como extensão da casa e de aproximação entre os vizinhos nas periferias.

No São Dimas, a arquitetura das casas, por exemplo, também aparece como um elemento que agrega força à construção dessa sociabilidade da rua. Os lotes não seguem um padrão de tamanho e grande parte das moradias possui janelas e portas sem um recuo, ou seja, diretamente voltadas para a rua. Essa é uma diferença bastante perceptível do bairro São Dimas, uma periferia consolidada e mais antiga, em relação às outras duas periferias aqui analisadas. Os bairros Cidade Nova e Vila Brasil, por serem resultantes de loteamentos irregulares, comportam lotes com medição padrão e as moradias seguem um modelo arquitetônico mais contemporâneo, que visa a marcar uma separação física entre o público e o privado, valorizando a privacidade da família, com muros e portões de garagem na frente das casas.

As constantes idas ao bairro São Dimas permitiram a observação de alguns aspectos do cotidiano do bairro: na maioria das moradias encontram-se donas de casa, crianças, adolescentes, desempregados, enfermos e idosos que passam a maior parte do dia em casa; as ruas estão sempre movimentadas por moradores: são donas de casa que circulam pelos pequenos estabelecimentos comerciais locais, que passeiam com bebês e interagem com as demais vizinhas, crianças brincando, idosos sentados na calçada e desempregados nas esquinas e botecos. Do mesmo modo, observam-se animais domésticos soltos nas ruas, cães caminhando sozinhos ou acompanhando seus donos e, às vezes, cavalos que escapam de pastos e outras propriedades próximas. Os sons das crianças nas ruas, das risadas altas, dos latidos, dos aparelhos de televisão e de músicas no interior das casas se somam aos ruídos provocados por carros, motos e caminhões que, com frequência, circulam no bairro de poucas ruas. O São Dimas é sinônimo de movimento, seja de pessoas, de animais, de veículos ou de sons.

Já os bairros Cidade Nova e Vila Brasil oferecem outra experiência de cotidiano de periferia. Durante as idas aos bairros, pouco se presenciava movimentação nas ruas, a maioria das casas se mantém fechada durante o dia, com os moradores trabalhando fora, em horário comercial. Ambos apresentam menor densidade demográfica, se comparados ao São Dimas, e não possuem opções urbanas de sociabilidade, como praças, supermercados, posto de saúde e farmácias. Pudemos presenciar a abertura de um mercado local no bairro Vila Brasil, no final do ano de 2019. Até então os moradores precisavam atravessar a rodovia BR 265 e ir ao bairro Bonfim para comprar itens básicos de subsistência. Também o Cidade Nova não conta com nenhuma dessas opções, todas as necessidades urbanas precisam ser buscadas nos bairros vizinhos, como São Dimas e Dom Bosco (neste último localizam o posto de saúde e escola mais próximos).

A ausência de serviços urbanos, somada à dinâmica de vida de parte significativa dos moradores, fazem dos bairros Cidade Nova e Novo Bonfim locais silenciosos. Observa-se de modo residual famílias mais populosas, com crianças brincando e animais soltos nas ruas. Os bairros assumem características similares à de “dormitório” (LAGO, 2007), o que torna mais distante a possibilidade de desenvolvimento de uma sociabilidade de rua tal qual ocorre no bairro São Dimas.

Mariana e Gilson são moradores do Cidade Nova há 21 anos. Gilson foi presidente e vice-presidente em algumas gestões da Associação de Moradores do bairro. No entanto, relata que não construiu uma relação de amizade mais presente com os vizinhos. Contam que, por conta do ritmo puxado de trabalho, têm pouco tempo para sociabilizar com a vizinhança, mas que estão sempre à disposição para ajudar, caso necessário, “é o jeito da gente mesmo, a gente é mais na nossa” (Entrevista, Gilson, 2019).

Rose, moradora do bairro há cerca de 13 anos e última presidente da Associação de Moradores, traz um relato parecido com o do casal Mariana e Gilson:

Aqui todo mundo se conhece, todo mundo conversa, mas é assim cada um na sua casa, é “bom dia”, “boa tarde”, se vizinho precisar vem na sua porta... Porque todo mundo sai cedo pra trabalhar, então a gente quase que não vê vizinho, muito difícil (Entrevista, 2019).

Sueli, mudou-se para o Cidade Nova há 27 anos. Depois que os filhos se casaram, passou a morar sozinha. Com 60 anos recém completos, trabalhava, na ocasião da pesquisa, como cuidadora em um abrigo municipal para crianças e esperava em breve conseguir se aposentar. Ela reafirma o relato de seus vizinhos, conta que conhece todo o pessoal do bairro, que tem boa relação com a vizinhança, mas que não tem muito tempo para socializar, pois trabalha o dia todo, assim como a maioria dos vizinhos. A partir de nossas conversas, pude perceber que, para Sueli, a afetividade direcionada ao bairro está relacionada ao local - ao espaço físico - e ao ambiente de tranquilidade e segurança que este proporciona. Sem dúvidas, a vizinhança é um fator que influi diretamente nessa configuração, mas, diferentemente do que se observa no bairro São Dimas, o vínculo afetivo que Sueli estabelece não se liga à criação de redes de amizade e ajuda, ou ao compartilhamento de experiências, mas sim ao conjunto de elementos lá presente e que promove um dia a dia de sossego e privacidade.

Eu adoro esse lugarzinho aqui! Pra dizer a verdade, aqui eu gosto é de tudo. Porque é um lugar que não me amola em nada, você vê, moro sozinha e Deus, chego qualquer hora, minhas *roupa* fica aí, ninguém incomoda com nada, agora então com esse negócio de asfalto aí, com a luz (Entrevista, Sueli, 2019).

Jorge, morador do bairro Vila Brasil, relembra as relações de amizades mais antigas, que se firmaram no período em que compartilhavam um cotidiano de forte precariedade urbana no bairro, em que realizavam autoconstrução coletiva das infraestruturas e, também, trabalhavam mais constantemente na Associação de Moradores.

A gente têm, assim, os conhecidos, que a gente brigou muito [juntos, por melhorias urbanas] na época da Associação [de Moradores]; então, tem essa turminha. Mas, assim, a Heloísa ainda gosta de parar e conversar, de vez enquanto eu paro, mas, assim, pra reunir, pra contar caso, tomar cerveja, isso aí a gente não faz mais, não (entrevista, 2019).

Jorge faz, ainda, um apontamento acertado de um tempo em que a comunicação era restringida pela distância física, de modo que a sociabilidade se fazia pela presença, pela conversa no portão de casa, pela participação regular no dia a dia do bairro e da vida das pessoas mais próximas: “A gente conversava muito um com o outro, porque não tinha celular naquele tempo [risos], então conversava-se bastante” (Entrevista, 2019).

Iara, vizinha de frente de Jorge, rememora a época de ocupação inicial do bairro, a presença de poucos moradores e a proximidade com a vizinhança. Conta que hoje a configuração do local é totalmente outra, o bairro cresceu muito e ela e sua família preferem dar prioridade à vida particular.

A gente fazia baile na casa do Jorge, dançava, era muito legal! Só que o bairro foi crescendo, crescendo... hoje eu não conheço quase ninguém, eu conheço só os antigos. Porque, assim, eu saio pra trabalhar de manhã, chego em casa à noite; aí, chego, vou cuidar das minhas coisas, aí não dá. Às vezes, final de semana, eu fico assim “mãe, é tanta gente diferente que não conheço, não sei nem onde mora...”. O Jorge ainda sabe, porque ele trabalha com mototáxi, carrega o pessoal, ainda conhece (Entrevista, 2019).

Sua mãe, dona Fátima, enfatiza a transformação do bairro a partir de seu crescimento, com a construção de novas casas e chegada de moradores desconhecidos.

Porque agora tem umas pessoas aí diferente, passa, nem cumprimenta, passa e olha pra gente com a cara feia. São novato, nunca viu a gente, nunca conversou, aí a gente já fica preocupada. Tanto é que agora há necessidade de deixar o portão trancado; antes, não, deixava tudo aberto. Agora a gente não sabe quem mora aqui mais (Entrevista, D. Fátima, 2019).

Essa é também a percepção de Maurício, que descreve como o crescimento do bairro modificou a estrutura das relações possíveis. A pesquisa de *survey* realizada estimou a

existência de cerca de 650 habitantes no bairro, no ano de 2020. O tipo de sociabilidade de rua que se estabelecia há 20 anos torna-se inviável a partir da intensificação do movimento de ocupação do local.

Minha relação é só com as pessoas antigas. Mais do que dobrou, triplicou isso aqui! Já veio muita gente que a gente não conhece, não tem mais o controle. *Nóis*, até 200 pessoas, *nóis* tinha controle, sabia quem era quem, qual família que era, depois... não tem nem como saber, né? A parte de lá *era* poucas casas, aquela parte de lá cresceu mais do que aqui. Aí, a gente têm amizade mesmo é com as pessoas da época da Associação [de Moradores], que *ia* nas *reunião*, só os antigo mesmo, do começo, os de agora mesmo não têm (Entrevista, Maurício, 2109).

Um ponto bastante ressaltado pelos moradores do bairro Vila Brasil é seu aspecto rural. É significativo pensar, aqui, na localização do bairro. O loteamento foi empreendido em uma área cujo limite com a zona rural é, inclusive, motivo de entrave por parte Prefeitura Municipal nos trâmites de regularização fundiária das casas. Até dez anos atrás, tratava-se de um local pouco habitado, as ruas eram de terra, e havia muitos lotes vagos, por vezes utilizados como local de pastagem de animais. Não raro, nossos interlocutores indicaram ser trabalhadores dos sítios e chácaras próximas, já ter possuído ou possuir propriedade rural ou dispor de familiares nos bairros rurais da região. Uma das funções que o território do Vila Brasil assumia era a de ser um espaço de transição entre a zona urbana e a zona rural de São João del-Rei. As ruas sem calçamento, silenciosas e pouco habitadas, e a postura mais pacata dos moradores, transmitiam exatamente esse perfil. De modo que as mudanças ocorridas a partir do crescimento do número de casas no bairro e da chegada de novos moradores, inclusive de inquilinos muitas vezes passageiros, modificaram o cotidiano do bairro e a sociabilidade até então estabelecida entre seus moradores.

Aqui em casa mesmo, o pessoal da zona rural vinha de moto, eles não *podia* chegar lá embaixo [na BR 265], porque não *tinha* habilitação. Então, tinha dia que tinha oito *moto* aqui [na frente de casa], ficava cheio de moto. O pessoal de Emboabas, Morro Grande... muitas pessoas *conhece* a gente lá, nesses *lugar*... (Entrevista, D. Fátima, 2019).

É certo que as transformações pelas quais passou o bairro Vila Brasil nos últimos dez anos modificaram o caráter da sociabilidade de rua até então estabelecida entre os moradores e a dinâmica urbana do bairro. Nas conversas estabelecidas com os moradores, a avaliação indicando um aumento de situações de insegurança foi recorrente.

“Eu falei com o Maurício, ‘ô, Maurício, *vamo* organizar uma festa pras crianças esse ano?’ Ele falou ‘ô, Iara, não *vamo* mexer com isso, não, sabe por

quê? Hoje em dia não é igual antigamente, antigamente o pessoal era de paz, era todo mundo do bem...’(...) na igreja mesmo fizeram uma festa junina, aí teve que contratar segurança, porque aí o pessoal briga, sabe? É arriscado sair tiro, vem pessoas de outros lugares, aí não dá. Porque se for fazer uma coisa, tem que fazer pra todo mundo, não tem como separar. Mas eu queria retomar isso...” (Entrevista, Iara, 2022).

Maurício, que é morador do bairro há mais de 20 anos, faz apontamentos acerca das mudanças ocorridas. Em seu relato sobressai o desagrado com as circunstâncias atuais e o findar de uma relação de *continuum*, entre a casa e a rua, que se mantinha até, aproximadamente, cinco anos atrás.

Já foi bem mais tranquilo, começou a ficar meio encrecadinho aos poucos, a criminalidade, assim, a droga, tá chegando um pouco aí. A gente vê as coisas aí, né, a malandragem passando pra cima e pra baixo o dia inteiro... não era assim... É preocupante, eles tão recolhendo criança que passou na Pastoral [da Criança] comigo, vai vindo as pessoas de outros lugares. (...) Eu tô doido pra pôr grade na cozinha ali, porque [o pessoal] tá ficando sentado em volta... aqui não tá podendo deixar aberto, não. Eu plantei as frutas na frente da minha casa, não é pra mim só, só que aí eu me arrependi, porque as pessoas que eu vejo que é malandro estão sentando no meu barranco pra pegar as coisas e ficando ali sentado. Aí eu falei assim “é, eu fiz isso aqui, mas eu já me arrependi, se começar a sentar ali essas pessoas que eu tô falando, eu vou ter que cortar”.

O desgosto de Maurício com a ressignificação, por parte de outros moradores, dos usos atribuídos à rua e às árvores frutíferas que plantou na calçada em frente à sua casa reflete uma divergência de sociabilidade urbana e de usos da rua convenientes ou esperados. Se, para Maurício, a rua era compreendida como um local de tranquilidade e segurança, visto quase como uma extensão da casa, ao qual dedica cuidados, para os “malandros”, como nomeia nosso interlocutor, a rua e a calçada da casa de Maurício configuram um local de descanso, de encontro ou de realização de atividades ilícitas. Para esses jovens, a valoração do espaço da rua está associada aos benefícios a ele acoplado, como pouco trânsito e iluminação, frescor proporcionado pela sombra das árvores etc. Os sentidos por eles conferidos passam por um crivo utilitário. Para Maurício, no entanto, a rua nunca foi estimada por suas benesses, até porque essa foi por muitos anos apenas um barranco de difícil acesso. Os significados por ele elaborados para o espaço da rua estão associados aos vínculos de pertencimento e cuidado construídos a partir da autoconstrução de sua moradia.

Conflitos como o acima descrito tendem a tornarem-se mais frequentes na medida em que as periferias acumulam infraestruturas e serviços urbanos e se expandem populacional e fisicamente. Somam-se interesses e significações diversos que, associados à precariedade da

vida urbana periférica, podem promover modificações significativas nas formas de sociabilidade e na dinâmica urbana. O ritmo mais lento observado para o processo de urbanização das periferias de cidades médias, como São João del-Rei, é também observado nas alterações do cotidiano da vida urbana; são performances que caminham juntas e respondem a um mesmo fluxo, seguem uma marcha que, ainda que vagarosa, não deixa de ser progressiva.

7.1.4 Autoconstrução: trabalho familiar, solidariedade e autoexploração

O processo de mudança para uma periferia não consolidada e localizada nas fronteiras da cidade, que, grande parte das vezes, inclui a autoconstrução da moradia e um esforço de dedicação e renúncia familiar, é percebido pelas famílias como árduo e cotidiano. Os moradores dos bairros aqui estudados contaram episódios emblemáticos da vivência de trabalho e entrega durante o lento e custoso processo de construção da casa própria.

O casal Gilson e Mariana, morador do bairro Cidade Nova há mais de 20 anos, narra o desgaste experienciado pela família nesse processo:

Então, nós passamos um aperto danado pra construir [a casa], vinha eu e Mariana pra cá ajudar, trabalhar de servente, aí trazia as marmitas, trazia aqueles fogareiro, punha a Jéssica ali, brincando com a menina ali (vizinha), e nós *ficava* trabalhando aqui final de semana, nós *almoçava* por aqui mesmo e depois ia embora. Final de semana, porque a Mariana trabalhava na fábrica e eu na Serraria Agostini, então tinha que cumprir horário, entendeu? Teve uma vez que a gente foi guardar os *tijolo*, 10 mil *tijolo*, tirar do tempo, o que tinha de escorpião aqui, nossa! (entrevista, Gilson, 2019).

E tinha a Jéssica, tinha que pagar gente pra olhar ela, então não foi fácil construir não, nós demoramos a construir bem mesmo. Porque a gente fazia um pouquinho quando o dinheiro dava e parava, foi assim que a gente foi construindo (Entrevista, Mariana, 2019).

Sueli (60 anos) e Rose (52 anos), também moradoras do bairro Cidade Nova, narram a autoconstrução da casa enquanto um projeto de trabalho familiar:

Aqui não tinha nada, nada, nada, nada! Não tinha água, não tinha luz... pra gente construir aqui, vinha eu e meu [filho] mais velho, *nóis vinha* cedo, enchia os *tambor*, nós ia buscar água lá embaixo na Chacrinha, aí na hora que meu ex-marido vinha da [fábrica] Bozel, ele parava ali na rua da fábrica [Av. Leite de Castro] e subia, *nóis dois construiu* aí, *nóis não teve* pedreiro, não (Entrevista, Sueli, 2019).

Carreguei pedra, enchi caminhão de pedra pra trazer pra cá e meu marido que foi construindo, porque ele é pedreiro, pedreiro eu não paguei, não. (...) A

gente construiu e já veio pra cá, sem janela, sem porta, sem nada, só no chão grosso (Entrevista, Rose, 2019).

8. O TRABALHO COMO PILAR DE SUSTENTAÇÃO DA ESPOLIAÇÃO URBANA NAS PERIFERIAS

A transformação de loteamentos periféricos em territórios urbanos é resultado, principalmente, do trabalho dos moradores cristalizado sob a forma de massa de valor. Com efeito, a formação de periferias pelas classes populares caracteriza-se como um processo cumulativo de humanização e inscrição de signos de valor no espaço, resultado de embates conflituosos envolvidos na espacialização da acumulação de capital.

A produção de valor na periferia, ou melhor dizendo, a valorização do território, ocorre, principalmente, pelo acúmulo de trabalho produzido por seus moradores a partir de dois eixos. O primeiro comporta o trabalho individual e familiar que envolve, principalmente, a autoexploração; já o segundo compreende a mobilização comunitária, ou seja, o trabalho coletivo empregado por diferentes meios para garantir um mínimo de dignidade urbana frente aos avanços da espoliação corrente.

O trabalho - individual/familiar ou coletivo - que aqui destacamos como um pilar que ampara a dinâmica da espoliação urbana nas periferias consiste, efetivamente, em sobretrabalho. Com efeito, os exemplos que temos discutido expõem a necessidade cotidiana de um esforço de criatividade, “jogo de cintura” e disposição por parte dos moradores. Essa energia de trabalho dispensada é considerada sobretrabalho, pois, em uma conjuntura de espoliação urbana, trata-se de um excedente de trabalho indispensável à reprodução. O traço cotidiano desse sobretrabalho resulta do caráter de sua assiduidade, que pode ser permanente ou intermitente, mas frequentemente necessário.

Em um contexto como o apresentado, as lutas coletivas são consideradas resistências cotidianas menos porque os moradores vivenciam diariamente ações organizadas, mas sim porque, analisando suas trajetórias de vida, percebemos que reiteradamente práticas coletivas precisam ser planejadas. De tempos em tempos, a Associação de Moradores do bairro São Dimas precisa elaborar ofícios e articular abaixo-assinados reivindicando a manutenção do calçamento das ruas ou a normalização da oferta de transporte público e do serviço de coleta de lixo. Mesmo a realização de obras mais duradouras, como a construção do poço artesiano, não garante tranquilidade aos moradores. A preocupação com uma possível falta de água em longo prazo está sempre

presente, pois é sabido por todos que o recurso é finito e que o Departamento Autônomo Municipal de Água e Esgoto (DAMAE) repassa a água do poço artesiano para outros bairros da cidade (PERIERA, 2015, p. 96).

O sobretabalho é considerado um acréscimo de valor à mais-valia descrita por Marx (2013). Isso porque esse trabalho não pago - empregado na autoconstrução de moradias, equipamentos e infraestruturas urbanas, na mobilização comunitária, na elaboração de estratégias familiares e coletivas, na construção de redes de interlocução etc. - é, com o passar do tempo, convertido em valorização não apenas do território da periferia em si, mas de todo o espaço urbano.

Como temos podido observar, o trabalho empreendido pelas populações periféricas é essencial não apenas para sua reprodução material, como também para a o desenrolar do modo capitalista de acumulação nas cidades. Essa riqueza, produzida por um sem-número de ações, coletivas e familiares ou individuais, é condição *sine qua non* para o barateamento dos custos da reprodução da força de trabalho em que se baseia o processo de acumulação de capital. De outra parte, vê-se, ainda, que parcela dessa riqueza é apropriada pelo processo de valorização de capitais investidos na produção da cidade, utilizada para o rebaixamento dos custos dos insumos e para possibilitar a abertura de novos espaços ao capital. Em termos analíticos, poder-se-ia argumentar que os processos em tela constituem mecanismos de operação daquilo que Harvey (2014) chama de acumulação por desapossamento, ou seja, a acumulação e centralização de capital realizada por meio da apropriação privada de riquezas ou bens coletivos/públicos, mediante o apoio e promoção do Estado.

O desapossamento (HARVEY, 2014) do trabalho - individual/familiar ou coletivo - dos moradores se conforma como um pilar que sustenta e permite a continuidade da dinâmica de espoliação urbana nas periferias. A apresentação das trajetórias de vida das famílias e o reconhecimento das linhas que se entrecruzam fazem transparecer a centralidade do trabalho (ANTUNES, 2003) e da espoliação no cotidiano dos moradores.

8.1 O TRABALHO FEMININO DE REPRODUÇÃO E CUIDADO COMO UM DOS PILARES DO PROCESSO DE ESPOLIAÇÃO URBANA

O trabalho individual e familiar que vimos descrevendo se caracteriza pela adoção de práticas de autointeresse que promovam melhorias (a curto ou longo prazo) na qualidade da

vida familiar e urbana, a exemplo da autoconstrução de moradias. Entra também nesse conjunto de ações a divisão e organização familiar do trabalho remunerado e do trabalho não remunerado doméstico (de manutenção e limpeza da casa e de cuidado com crianças, idosos e enfermos). A precariedade das condições de trabalho nas cidades e a deficiência no alcance das políticas públicas de previdência e de assistência social, de compartilhamento do cuidado com as famílias (creches, escolas em período integral, espaços de atenção especializada para idosos e enfermos etc.), entre outras condições, consistem no fermento que impulsiona as famílias a desenvolverem estratégias diversas de sobrevivência urbana.

Para além dos exemplos já apontados, nos parecem expressivas, também, as estratégias elaboradas e as redes de ajudas que se tecem entre as mulheres periféricas, principalmente mães, no desenvolvimento do trabalho de reprodução e cuidado. Tendo em vista que a divisão sexual do trabalho engendrada pelo capitalismo constitui um componente basilar do modo de reprodução da vida nas cidades, nos parece relevante ponderar sobre como a experiência de vida urbana nas periferias se configura espoliativa também com base nas determinações de gênero.

É certo que as desigualdades sociais que afetam a capacidade de que dispõem os grupos sociais de se apropriarem do espaço não se reduzem às disparidades econômicas e políticas, mas incluem, também, desigualdades de raça, gênero etc. Do mesmo modo, é razoável supor que a espoliação urbana não atinge de forma idêntica ou proporcional todos os grupos sociais que compõem os estratos das classes trabalhadoras que habitam as periferias e as constroem.

Hirata e Kergoat (2007) definem a divisão sexual do trabalho como “a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos” (p. 599). A divisão sexual do trabalho acionada pelo capitalismo patriarcal divide o trabalho social em dois tipos: o produtivo, aquele que produz valor de troca, e o não produtivo, que gera apenas valor de uso. Essa ordenação seguiu acompanhada da imposição do modelo de família burguesa, na qual os homens são considerados provedores, com a atribuição de garantir o sustento da família por meio da venda de sua força de trabalho, enquanto as mulheres são qualificadas como cuidadoras e responsáveis pela manutenção do lar.

De acordo com Federici (2019), a incorporação das mulheres de forma marginal à produção capitalista não ocorre de maneira desprezível; a nova organização da família a partir da divisão sexual do trabalho e do patriarcado do salário permitiu ao capitalismo um grau de desenvolvimento até então impossível. A destinação das mulheres ao trabalho doméstico contemplou duas necessidades do capital, quais sejam, a pacificação da mão de obra masculina,

com a conquista de uma paz social relativa, e um trabalhador que entrega maior produtividade. Isso porque, com a mulher completamente dedicada ao lar e aos cuidados com a reprodução e bem-estar da família, os homens ficam desobrigados de assumir qualquer responsabilidade doméstica, podendo empregar toda sua energia no trabalho assalariado.

Federici (2019), a partir do conceito de “patriarcado do salário”, desenvolve uma análise que objetiva desvelar o processo de invisibilização que os trabalhos de reprodução e cuidado das mulheres sofreu, por conta de sua condição não remunerada, e mostrar que, historicamente, a questão da “produtividade” sempre esteve ligada à luta por poder social. Para isso, descreve o modo como o salário, nesse contexto, não só organiza as relações sociais entre os trabalhadores que o recebem ou estão aptos para tal, como, também, entre aqueles que estão marginalizados e não contam com essa possibilidade.

A autora busca expor as causas intrínsecas à opressão das mulheres na sociedade capitalista, assim como os mecanismos elaborados para manter as desigualdades de gênero. Na medida em que o sistema necessita de trabalho reprodutivo não remunerado para conter os custos com a manutenção da força de trabalho, o salário é tido como recurso para “extrair o trabalho de uma grande parte da população de trabalhadores que parece estar de fora da relação salarial” (FEDERICI, 2019, p. 26). Na nossa sociedade, especificamente, o objetivo consiste em garantir e exploração do trabalho feminino de reprodução e cuidado, mantendo as mulheres dependentes do salário masculino.

Essa exploração do trabalho não assalariado tem sido notavelmente eficaz no que se refere ao trabalho doméstico exercido pelas mulheres, principalmente pela sua naturalização enquanto um serviço pessoal externo ao capital. No entanto, o trabalho doméstico de reprodução e cuidado, tido como não produtivo, se configura como a base que sustenta as demais organizações de trabalho produtivo e assalariado.

Assim como o trabalho feminino de reprodução e cuidado é responsável pelo pleno desenvolvimento do capitalismo, também o crescimento e a manutenção das cidades brasileiras contam com os benefícios da divisão sexual do trabalho e com o trabalho não remunerado das mulheres.

Parece-nos fundamental apontar, ainda que de maneira introdutória, as especificidades da contribuição do trabalho não pago realizado pelas mulheres para o desenrolar da dinâmica urbana de espacialização do capital. Esforçamo-nos em destacar o trabalho não produtivo das mulheres (os trabalhos de reprodução e cuidados) efetuados no ambiente doméstico, ou no

espaço ampliado da família e da vizinhança, sublinhando as práticas e “estratégias” (individuais, familiares ou coletivas) elaboradas por elas para promover o funcionamento da vida urbana, a despeito das inúmeras precariedades que se somam nas periferias.

Frente aos problemas e desafios urbanos que emergem no cotidiano dos moradores das periferias, alternativas são buscadas, também, dentro do espaço doméstico. Não raro, essas pendências que se encaminham para o ambiente privado do lar são resolvidas pelas mulheres, pois são elas que estão em casa na maior parte do tempo. Na maioria das vezes, são elas que ficam vigilantes para manter as crianças longe da sujeira das ruas, do lixo acumulado, dos vazamentos de esgoto, de locais com proliferação de insetos e animais peçonhentos; são as mulheres que elaboram estratégias de limpeza para manter a residência limpa à despeito da terra das ruas não pavimentadas, que reparam nos horários de enchimento das caixas d’água e da coleta de lixo, ou seja, que atinam para todos os detalhes de funcionamento da casa e fazem malabarismos para promover a manutenção e qualidade dos cuidados. Ao depararmos com situações de extrema vulnerabilidade, é perceptível como tende a ficar também a cargo das mulheres a busca por auxílio assistencial em igrejas, pastorais, ONGs etc. Na maior parte das vezes são elas que se mobilizam para conseguir cestas básicas ou roupas, entre outros suprimentos básicos de sobrevivência.

Naturalmente, as configurações familiares e a dinâmica de relações que se estabelecem hoje conseguem ser menos opressivas para as mulheres do que as identificadas há 50 ou mesmo há 20 anos. As tarefas de reprodução e cuidado doméstico, hoje, já são mais compartilhadas, principalmente entre os cônjuges. No entanto, essa repartição das reponsabilidades de cuidado doméstico, ainda é, sem dúvida, insuficiente para promover maior autonomia de tempo entre as mulheres.

Aqui é preciso atentar para o vínculo estrutural entre gênero e classe. A sobrecarga do trabalho de cuidado entre as mulheres tem um efeito brutal em suas condições de vida e possibilidades de engajamento produtivo. Ao longo do trabalho de campo foram colhidos relatos de mulheres que suspenderam projetos profissionais, pediram demissão ou buscaram diferentes arranjos de organização do trabalho - não apenas o doméstico não pago, mas também do trabalho pago – buscando, por exemplo, repassar seu emprego formal para outro familiar, com o intuito de dedicar seu tempo integralmente a tarefas de cuidado.

Um caso significativo desses tipos de acordos (familiares ou não) que muitas vezes se estabelecem é relatado por Meire (55 anos), moradora do bairro São Dimas. Meire conta que, em determinado momento de sua vida, na medida em que seus familiares mais velhos foram

adoecendo, parou de trabalhar fora para se dedicar ao cuidado da casa e dos parentes enfermos. Primeiramente, cuidou da avó, depois de uma tia-avó e de um tio. Todavia, quando a mãe de Meire adoeceu, outro arranjo foi estabelecido: Meire assumiu o posto de trabalho da mãe, mas sem que se realizasse uma alteração formal.

A minha mãe também adoeceu, ela trabalhava no colégio, eu trabalhei um tempo lá no lugar dela, porque ela *tava* perto de aposentar e, se perdesse o serviço, ela não ia conseguir aposentar. Aí, as irmãs [freiras] *deixou* eu trabalhar no lugar dela; fiquei trabalhando um ano e meio assim (Entrevista, Meire, 2019).

A história contada por Meire é emblemática da fragilidade das condições de vida da população periférica. Com dificuldades para acessar os benefícios da seguridade social - seja por desconhecimento dos próprios direitos, ou pela ciência da morosidade e burocracia do sistema – a família acordou um trato ilegal com os empregadores para possibilitar uma aposentadoria para a mãe.

Hoje, é Meire quem tem dificuldades para obter o benefício da aposentaria. Mesmo tendo iniciado sua trajetória ocupacional aos 14 anos, como funcionária em uma das fábricas de tecido que avizinhavam o bairro, as inúmeras pausas feitas para se dedicar aos cuidados com a família acabaram por comprometer seu tempo de contribuição formal.

Eu devo ter uns 24 anos de INPS pago, mas tempo [de contribuição suficiente para aposentar] eu não tenho, por que eu parei [de pagar] pra ficar olhando os *doente* daqui de casa e não paguei meu INPS. Entendeu? Eu olhei minha vó, olhei a irmã da minha vó, depois veio o irmão da minha mãe. Mas eu fazia meus *biscate*, eu fazia sempre uns *servicinho* intercalado, assim, nunca fiquei em casa à toa não. Se eu tivesse pagado, eu já tinha aposentado (Entrevista, Meire, 2019).

É interessante notar como a própria Meire invisibiliza seu trabalho de cuidado. Ao ressaltar que nunca ficou “em casa à toa”, que mesmo responsável pelos familiares enfermos continuou buscando empregos periódicos e informais, nossa interlocutora reafirma a cultura de desvalorização do trabalho de cuidado.

Outra moradora do bairro São Dimas, D. Maria (66), conta que também iniciou sua vida ocupacional aos 14 anos como funcionária de uma fábrica de tecido. Diferentemente de Meire, D. Maria permaneceu trabalhando após o nascimento dos filhos. Com o marido doente crônico, ela foi a principal provedora da casa até os filhos crescerem e começarem a trabalhar. Hoje, aposentada, pediu demissão de seu cargo de ajudante de serviços gerais em um supermercado

para cuidar da neta de um ano. D. Maria diz que gostava muito do emprego no supermercado, mas que não tinha mais ninguém que pudesse cuidar da neta.

Durante a pesquisa de campo foram colhidos 15 depoimentos de mulheres entre 17 e 66 anos. Entre elas, apenas uma não era mãe. O intuito inicial dos questionamentos acerca do impacto da maternidade em suas trajetórias ocupacionais⁸³ era desvelar as dinâmicas de trabalho construídas e as estratégias elaboradas. Interessa-nos visualizar as linhas que se entrelaçam entre as histórias de vida das famílias e o processo de construção da periferia que habitam, a partir, também, dos relatos de percursos profissionais femininos, reconhecendo os obstáculos, rupturas, desvios e frustrações que os atravessaram.

Todas as mães, diferentemente dos pais, relataram dificuldades para conciliar maternidade e trabalho. Elas têm vivas na lembrança as estratégias e redes de ajuda articuladas, algumas recorreram a familiares (principalmente avós e tias) para compartilhar o cuidado com os filhos, outras dizem que pagavam a alguém pelo serviço, ou então contavam com a solidariedades de vizinhas. Mariana, 53 anos e moradora do bairro Cidade Nova, descreve sobre as dificuldades vivenciadas:

Ah, foi difícil, por isso que eu tenho só ela, porque é muito difícil você deixar criança pra trabalhar, é muito difícil. Até ela fazer um ano eu paguei uma moça pra olhar ela, depois que ela saiu das fraldas, aí eu levava ela pra casa da minha sogra, doida eu, porque se fosse hoje em dia eu não levaria. Porque minha sogra já tinha seis crianças lá que ficava por conta dela; criança, não, uns maiorzinho, uns menorzinhos, mas seis por conta dela e ainda chegou mais uma criança de um ano e pouquinho. Aí, os primos dela ajudava a olhar, mas é muito difícil (Entrevista, Mariana, 2019).

O relato de Mariana chama atenção pela percepção tardia dos riscos envolvidos na estratégia de cuidado encontrada. Hoje, ela percebe que, ao deixar a filha bebê aos cuidados da

⁸³ O propósito, ao buscar realizar entrevistas semiestruturadas familiares, consistia, naturalmente, em tentar captar um pouco da trajetória de vida de cada membro, suas percepções e desejos. Ao longo do trabalho de campo, fui percebendo que a abordagem dos temas relativos a questões do âmbito doméstico e aos desafios da maternidade me aproximava de minhas interlocutoras, possibilitando, também, maior identificação e confiança. A experiência de 12 anos de trabalho de campo com populações periféricas e movimentos sociais, somada à maturidade pessoal e científica conquistada no decorrer desse tempo, foram elementos impulsionadores de uma mudança na percepção do campo e das abordagens de pesquisa. Entre os movimentos populares, não raro, homens são colocados como líderes e ocupam posições de maior visibilidade. Na maioria das vezes, são eles que concedem as entrevistas, nos levam para conhecer o bairro, contam a história da localidade e narram os conflitos e lutas a partir de suas percepções. Nas histórias contadas e presenciadas, as mulheres estão, na maior parte das vezes, nas cozinhas fazendo a comida para os homens que trabalham nos mutirões, cuidando das crianças, vendendo rifas e trabalhando em festas religiosas, ou seja, exercendo funções primordiais, mas percebidas e tratadas como coadjuvantes. Na medida em que nos interessa debater acerca do papel ativo dos moradores na produção do espaço urbano, questionando a apatia a eles atribuída em muitas análises científicas, reconhecer a especificidade do gênero se torna imperativo, se buscamos imaginar alternativas de transformação das condições de espoliação urbana nas periferias.

sogra, que já tinha sob sua responsabilidade outras seis crianças, a filha, provavelmente, não recebia os cuidados necessários. Seguramente, pelo que se vê nas considerações feitas por Mariana, esse arranjo lhe pareceu, à época, razoável dentro das possibilidades então existentes.

Fernanda, 25 anos e moradora do bairro São Dimas, é mãe solo de um menino de três anos. Vivendo na casa de seus pais, ela conta com a ajuda da mãe para cuidar do filho enquanto trabalha fora de casa:

É complicado demais [trabalhar e ser mãe]! Ele largou o peito, porque eu voltei a trabalhar, ele com 4 meses, mas eu consegui segurar o peito até os seis meses. É difícil! Mas a gente tem que trabalhar! (...)

O quê que acontece? Eu tenho meu menino, trabalho e, querendo ou não, eu dependo da minha mãe, porque à tarde ele tá na escola, mas à noite eu trabalho, o pai dele trabalha, eu chego em casa dez horas, aí, até dez horas minha mãe cuida dele pra mim. De segunda e terça o pai dele fica com ele, de quarta pra frente é minha mãe que fica com ele pra mim (Entrevista, Fernanda, 2019).

As conversas com Fernanda e sua mãe, Luzia (55), trazem luz a questão da precariedade marcada pelo gênero que atravessa gerações. Se entre as classes populares com baixo grau de escolaridade é difícil conseguir um emprego estável e com garantia de direitos, para as mulheres mães que não podem contar com a ajuda de familiares ou amigos nas tarefas de cuidado fica muito difícil conseguir se desvincular das funções domésticas e dos trabalhos informais, intermitentes e mal remunerados.

Eu ainda trabalhava [depois do nascimento do primeiro filho], pegava umas faxinas. Eu só parei de trabalhar quando meu segundo menino nasceu, porque ele era cardíaco, tinha problema, então, e eu não consegui quem olhasse ele. Ele chorava muito e a gente nunca sabia por que ele chorava, ele não dormia, ele não tinha sono, então as pessoas tinham medo de ficar com ele, meus parentes tinham medo de olhar e dar alguma crise. Aí, eu fui obrigada a parar de trabalhar, aí não trabalhei mais não, porque ele só conseguiu fazer a cirurgia com seis anos. Aí, hoje eu vendo Avon e lingerie (Entrevista, Luzia, 2019).

Percebe-se, aqui, novamente a introjeção, por uma mulher, das categorias dominantes: Luzia diz que “trabalhava”, mas que “não trabalhou mais” desde o nascimento de seu segundo filho. O tempo dedicado ao cuidado do filho doente, do marido e da casa não é contabilizado como tempo de trabalho. Ao dizer que não trabalha mais, que “só” vende Avon e lingerie, Luzia reafirma a invisibilização do trabalho de reprodução e cuidado realizado pelas mulheres e minimiza sua contribuição na economia familiar. A informalização e precarização⁸⁴ do

⁸⁴ O que se denomina aqui como trabalho precário é um modo de atividade ocupacional que gera o que Standing (2013) denomina como “precariado”. Tendem a ingressar no precariado os grupos mais vulneráveis. Entre os que

trabalho entre as mulheres periféricas funciona como mais um mecanismo de subalternização da força de trabalho feminina.

Nas últimas duas décadas têm se observado mudanças substantivas no Brasil, em relação ao estatuto social das mulheres e sua inserção no mercado de trabalho. Com maior nível de escolaridade, aumento expressivo na participação da força de trabalho, queda das taxas de natalidade e ampliação da independência econômica, a força de trabalho feminina aparece, atualmente, composta na sua maioria por mães, de modo que a maternidade já não afasta as mulheres do trabalho formal como anteriormente. Elas permanecem atuantes na fase reprodutiva e somam 44% da população economicamente ativa (COSTA, 2014). Hoje, ter um trabalho assalariado, ou exercer uma função informal que gere renda, é uma necessidade social das mulheres, é o que garante autonomia frente a situações adversas e a manutenção de suas famílias. Entretanto, para além da exposição de dados sobre o aumento da participação feminina na força de trabalho, é preciso problematizar acerca das condições de vida e das relações de trabalho (remunerado e não remunerado) às quais essas mulheres estão submetidas.

Nesse sentido, entendemos que é o caso de se perguntar como as transformações historicamente vivenciadas no mundo do trabalho se concretizam no cotidiano das trabalhadoras urbanas periféricas, como se atualizam as já conhecidas divisões entre tempo de trabalho (remunerado) e tempo de não trabalho e quais as consequências da ausência ou precariedade das políticas de cuidado e de seguridade social.

Pesquisa realizada com mulheres inseridas no mercado de trabalho aponta que 71% das entrevistadas não contavam com a parceria de seus companheiros para afazeres domésticos (COSTA, 2014). Nota-se, desse modo, que as mulheres estão cada vez mais integradas ao mercado de trabalho, mas sem uma correspondente transformação na sua relação com o trabalho doméstico. Coexiste, portanto, uma situação de exigência de intensa performance profissional com uma também eficiente atuação no espaço privado, com poucas possibilidades de compartilhamento das tarefas domésticas e de cuidado intrafamiliar (ÁVILA e FERREIRA, 2014). Entre as mulheres que vivem nas periferias urbanas, o peso da soma dos trabalhos produtivos e não produtivos/reprodutivos tende a ser maior, pois a fragilidade econômica não permite o pagamento por “ajuda”, de modo que recai sobre elas todo o trabalho de cuidados domésticos com a casa, o

compõem esses grupos de vulnerabilidade, as mulheres apresentam o agravante de, em grande medida, terem suas trajetórias ocupacionais marcadas por interrupções e inflexões em razão da dificuldade em conciliar trabalho remunerado, maternidade e vida doméstica.

trabalho de cuidados com os filhos e, não raras vezes, o trabalho de cuidados com o marido, com os familiares enfermos ou idosos.

Daniela (39 anos), moradora do bairro São Dimas, é casada e mãe de dois filhos, uma adolescente de 17 anos e um menino de 9 anos. Em 2014, Daniela iniciou a graduação em jornalismo na UFSJ. Ela conta que vivenciou um período de muito cansaço e desafios com os cuidados com os filhos, dada a falta de disponibilidade de uma estrutura compartilhada de cuidados.

Nossa, foi difícil, porque meu menino, você sabe, né?, já é terrível de natureza e, quando eu comecei a estudar, piorou mais ainda a situação. Eu até tive que tirar algumas matérias minhas que era optativa pra *mim* chegar mais cedo, porque ele *tava* me dando muito trabalho na escola. Porque acontecia que eu saía às 7 horas da manhã e eu tenho o horário de almoço, aí eu via ele no horário de almoço e mandava ele para escola e depois eu chegava [em casa] mais ou menos 17h15min, nesse horário mais ou menos, é o horário que ele chega da escola, só que nesse horário eu tava fazendo comida, correndo e tudo... tomava banho e ia pra universidade. Aí, depois eu chegava às 23 horas, porque como eu ia de ônibus... Às vezes a aula acabava mais cedo, lá pras 21 horas, aí eu chegava um pouco mais cedo, mas a maioria dos dias era às 23 horas. Então, ele começou a me dar muito trabalho, era pra eu ter formado no finalzinho de 2017, mas por causa dessas coisas aí eu formei em 2018. (Entrevista, Daniela, 2019).

Daniela é agente comunitária de saúde, cumpre um regime de 40 horas semanais e é a principal responsável pelo cuidado com os filhos, pelas refeições da família e pela limpeza da casa. Não é difícil pensar em políticas públicas que poderiam diminuir a sobrecarga de trabalho de Daniela, como a oferta de creches e escolas de período integral, restaurantes populares, lavanderias comunitárias, diminuição da carga horária de trabalho para mães de filhos em idade escolar etc.

Pesquisadoras latino-americanas (BATTHYÁNY, *et al.*, 2014, BATTHYÁNY, 2015; BATTHYÁNY e GENTA, 2018) têm sugerido a inserção do cuidado enquanto um componente das políticas de bem-estar social, como estratégia para buscar a transformação de práticas de cuidado marcadamente opressivas para as mulheres, procurando a adoção ampliada de um modelo de corresponsabilidade e, também, visando à transformação de perspectivas, discursos e crenças sexistas que predominam em nossa sociedade.

Essa dinâmica de responsabilização e execução das tarefas de cuidado responde à nossa organização social do cuidado. O que observamos na nossa região da América Latina são regimes de cuidado majoritariamente familistas, ou seja, centrados no papel das famílias como preponderantes na provisão dos cuidados e, dentro das famílias, com foco nas mulheres como

cuidadoras principais. Batthyány (2015) sugere uma transformação desses regimes a partir de um modelo de “corresponsabilidade” (p. 44), a partir de um ponto de vista social e de gênero. Para a autora, se faz necessário encarar a problemática dos cuidados por meio de três aspectos: a desmercantilização, a desfamiliarização e a estatização.

O modelo neoliberal de acumulação capitalista, com suas práticas e discursos que promovem uma oposição consistente e permanente ao regime de bem-estar social, fomenta a lógica da imputação total às mulheres do cuidado com os sujeitos dependentes, sejam eles filhos, marido, idosos, enfermos ou incapacitados. O Estado, apesar de reconhecer a importância de sua participação no compartilhamento dos cuidados e na garantia dos direitos dos cidadãos dependentes e mais vulneráveis, mantém a precariedade e insuficiência de seus serviços e ações.

Ao somar o cuidado aos pilares clássicos do Estado de bem-estar social (saúde, seguridade social e educação), parte-se do entendimento do cuidado como um direito universal. A compreensão do cuidado por essa perspectiva é um marco na busca pela ampliação dos direitos e conduz à criação de um novo e ampliado conceito de cidadania. Certamente, a inserção do cuidado como um dos pilares do regime de bem-estar social funciona como um forte mecanismo de questionamento da divisão sexual do trabalho levada a cabo pelo capitalismo patriarcal. Na medida em que atenta para a necessidade de redistribuição das responsabilidades de cuidado, coloca para o debate público temas até então restritos ao universo do privado, trazendo as funções e papéis exercidos cotidianamente pelas mulheres para o plano da construção social, retirando-os do âmbito da natureza, de uma “vocação feminina” (BATTHYÁNY, *et al.*, 2014).

Como apontam Guimarães e Hirata (2020), a trajetória intelectual das agendas temáticas   indissociável das realidades a partir das quais agendas emergem. Desse modo, a relevância do tema dos cuidados na pauta de pesquisas em toda a América Latina e a urgência em buscar alternativas para a diminui o das opressões vivenciadas pelas mulheres parecem ser uma resposta inevitável   intensifica o da sobrecarga de trabalho entre as mulheres, propiciada pelo acúmulo crescente de atividades de trabalho pagas e não pagas.

A dedica o   análise dos aspectos do cotidiano de moradores e da dinâmica de sustenta o da vida nas periferias urbanas nos fez atentar para o papel das mulheres no processo de constru o e manuten o das cidades brasileiras. Tendo como pano de fundo um padrão de crescimento urbano que ocorre, principalmente, pela periferiza o, ou seja, pela autoexplora o do trabalho entre as classes populares e pela espolia o urbana das mesmas, o trabalho de

reprodução e cuidado empreendido pelas mulheres surge com um dos elementos de produção de riqueza coletiva e de garantia e manutenção da vida urbana.

Quando consideramos o processo de reprodução da vida conduzido pelas mulheres, por meio da atenção compartilhada para os quatro eixos que engloba, quais sejam, seus aspectos biológico, sexual, social e econômico (BATTHYÁNY, *et al.*, 2014), aparece perceptível a relevância desse processo para a sustentação da dinâmica capitalista de produção das cidades.

Na medida em que a divisão sexual do trabalho capitalista e patriarcal coloca sobre os ombros das mulheres a responsabilidade pela manutenção da vida doméstica (limpeza da casa, lavagem das roupas, preparo dos alimentos etc.) e pelo cuidado com os filhos, maridos, idosos e enfermos, o fracasso ou ausência dessas mulheres no cumprimento dessas tarefas pode significar a ruína de todo um modelo de acumulação.

Como informa Federici:

Porque logo que levantamos a cabeça das meias que costuramos e das refeições que cozinhamos e contemplamos a totalidade da nossa jornada de trabalho vemos que, embora isso não resulte em um salário para nós mesmas, produzimos o produto mais precioso que existe no mercado capitalista: a força de trabalho. (2019, p. 68)

Desse modo, fica a cargo das mulheres cuidar, educar e amparar as crianças, garantindo que seu desempenho esteja dentro do padrão esperado pelo capitalismo, ou seja, que cresçam e se transformem em mão de obra dócil e competente; ao “servir aos assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia” (FEDERICI, 2019, p. 68), o lar é tido como refúgio de afeto e segurança emocional, novamente assegurados pela dedicação feminina.

As reflexões que aqui trazemos acerca do modo como a vida urbana nas periferias se configura espoliativa, também com base nas determinações de gênero, buscando articular os fatores estruturantes da realidade brasileira e a produção de experiências familiares e individuais, certamente, são apenas incipientes. Na medida em que nos pautamos pelo reconhecimento do papel ativo dos moradores na produção do espaço urbano, questionando a inércia a eles atribuída em algumas análises científicas, destacar a especificidade do gênero e a relevância do trabalho improdutivo das mulheres, de reprodução e cuidado, na dinâmica de construção do espaço urbano se torna imperativo, se buscamos construir perspectivas frutíferas de análise e de transformação das condições de espoliação urbana nas periferias.

De um ponto de vista político, atestar que as desigualdades sociais que afetam a capacidade de que dispõem os grupos sociais de se apropriarem do espaço não se reduzem às disparidades econômicas e políticas, mas incluem, também, desigualdades de raça, gênero etc. é fundamental, não somente porque enseja a busca pela expansão e garantia de direitos, mas também porque permite a criação de um novo e ampliado conceito de cidadania.

Parece-nos, por fim, que a configuração das desigualdades socioeconômicas e a precariedade e vulnerabilidade da vida urbana nos países latino-americanos promovem uma organização social do cuidado singular e altamente espoliativa para as mulheres. Os significados que o trabalho de reprodução e cuidado adquirem no Brasil e, em geral, na América Latina, e a complexidade de relações que estabelecem e sustentam demandam a construção de pesquisas e análises científicas múltiplas e que possam embasar políticas públicas estratégicas e originais.

9. MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA: DINÂMICAS DE AUTOINTERESSE E AÇÃO COLETIVA

Entendemos, com base no que tem sido descrito e analisado até aqui, que a espoliação urbana corrente nas cidades brasileiras se reproduz a partir de duas frentes interligadas, quais sejam: a precarização do acesso à moradia e a negação do direito à cidade. Tal como aponta Kowarick (1979), a periferia como fórmula de reprodução nas cidades engendra formas espoliativas que se dão ao nível da própria condição urbana de existência a que é submetida a classe trabalhadora. Nesse sentido, a primeira frente que destacamos, a precarização do acesso à moradia, ocorre por uma combinação de fatores, tais como a institucionalização da baixa de salários (com a não inclusão dos custos com moradia nos salários), o afastamento da classe trabalhadora para as fronteiras urbanas e o sobretrabalho despendido na autoconstrução da casa e do território urbano, seus equipamentos e infraestruturas.

A segunda frente de operação da espoliação urbana, a negação do direito à cidade - aqui entendido como o direito à vida urbana com dignidade, ou seja, a plena apropriação de suas condições de existência por parte de todos os grupos e indivíduos que habitam as cidades (LEFEBVRE, 1968) -, se encontra diretamente relacionada à primeira, na medida em que a precarização do acesso à moradia envolve a privação de serviços, infraestruturas e equipamentos básicos de urbanidade. A escassez e a má qualidade dos serviços públicos de mobilidade urbana, saúde, educação e lazer, características da maioria das cidades brasileiras, são percebidas com maior grau de intensidade pelos moradores de periferias, principalmente as mais distantes dos centros urbanos.

Todavia, tal qual fez questão de destacar Kowarick (2000), a dinâmica da espoliação urbana envolve mais do que a “ausência e ou a precariedade de serviços de consumo coletivo que, junto com o acesso à terra, se mostram socialmente necessários à reprodução urbana dos trabalhadores” (p. 107). Esse processo ocorre conformando também as práticas elaboradas pelos sujeitos como resposta às precariedades. Desse modo, a espoliação urbana é compreendida enquanto produção histórica que, “ao se alimentar de um sentimento coletivo de exclusão, produz uma percepção de que algo - um bem material ou cultural - está faltando e é socialmente necessário” (p. 107). Nesse sentido, o processo espoliativo resultaria de uma somatória de extorsões e de uma percepção coletiva acerca da legitimidade das reivindicações, envolvendo, ainda, a noção de injustiça e a consequente institucionalização de novas normas jurídicas para a garantia de direitos.

Motivado, principalmente, por uma crítica ao determinismo estrutural que sugere uma relação direta entre as contradições urbanas e as transformações sociais, Kowarick enfatiza a relevância da produção de experiências na dinâmica de mobilização comunitária e da fluidez dos movimentos sociais. Busca destacar, assim, que as condições materiais objetivas não são suficientes para tomar para si o protagonismo da ação coletiva.

Em outros termos, em vez de atrelar a análise das condições urbanas de existência às vicissitudes da expansão capitalista e deduzir as lutas sociais da precariedade que as caracterizam, parece analiticamente mais promissor indagar o significado que essa materialidade tem para os múltiplos atores que se enfrentam na arena social. (KOWARICK, 2000, p. 106).

Compreende-se, portanto, que, para o autor, a percepção coletiva da exclusão e da legitimidade das demandas fecha o ciclo do processo de espoliação urbana nas periferias. Essa percepção coletiva, apesar de sublinhada pelo autor nos processos de mobilização coletiva e atuação de movimentos sociais, é também trabalhada em seus livros - a partir das etnografias que produz em cortiços, favelas, ocupações e loteamentos irregulares - pelo viés da vivência coletiva de processos cotidianos de espoliação e da elaboração de práticas individuais e familiares de sobrevivência que conformam um tipo de conhecimento comum disseminado através da observação e da troca informal (KOWARICK, 1979; 2000 e 2009). Detalhando as formas de sobrevivência dos moradores desses locais - apoiado em suas biografias, aspirações, opiniões, esperanças, visões de mundo, condições de trabalho e de moradia - constrói uma narrativa “que procurou guardar a riqueza de uma prática que advém da sabedoria daqueles que vivem no cotidiano situações altamente excludentes” (1979, p. 117).

Assim como buscamos construir e apresentar o argumento da experiência ativa dos moradores na produção de estratégias cotidianas de enfrentamento à espoliação urbana generalizada nas periferias com base nas narrativas compartilhadas por nossos interlocutores (moradores de loteamentos habitacionais irregulares), também Kowarick descreve um propósito semelhante em seu trabalho etnográfico.

É claro que a escolha e sequência das frases não são aleatórias ou descompromissadas. Ao contrário, a montagem da trama foi feita com a intencionalidade de mostrar, a partir da fala das pessoas, que *a significação de algumas biografias tem um sentido coletivo, decorrente da história recente que tem sido predatória para a maioria daqueles que levam adiante as engrenagens produtivas*. Numa conjuntura em que esta maioria não tem possibilidades de exprimir-se organizadamente, pode ser importante dar-lhes a palavra (1979, p. 117, grifos nossos).

9.1 AÇÃO COLETIVA: ENTRE ILEGALIDADES, “PARCERIAS” E SOBRETREBALHO

Como ressalta Telles (2010), a população periférica, habitante das fronteiras das cidades, transita entre o legal e o ilegal, o lícito e o ilícito. A autora destaca um aspecto importante de ser observado no que diz respeito às ilegalidades urbanas: ressalta que, para além do descompasso entre a chamada cidade legal e a cidade ilegal, é preciso atentar para as inúmeras mediações e conexões que envolvem a trama de ilegalismos que se entrelaçam nas práticas urbanas e relações sociais.

Para Telles, é a partir das cenas descritivas que podemos capturar o trajeto das práticas e suas mediações. São, ainda, os personagens das tramas urbanas que oferecem os fios a serem seguidos, pois a partir da linha traçada por esses personagens no desenrolar do cotidiano da vida urbana é possível apreender “as nervuras desse *socius*, sua pulsação, o traçado do mundo que vem se ordenando” (2010, p. 170).

Vistos pelo ângulo das práticas cotidianas, todos esses fios se misturam e se entrelaçam nos agenciamentos práticos para lidar com a vida, e com as urgências da vida. Num cenário de incertezas, quando não de aleatoriedade dos lances do destino, essas microcenas podem ser vistas como evidências de práticas e arranjos sociais que, nesse jogo de luz e sombra entre o lícito e o ilícito, são feitos e refeitos numa sempre reaberta negociação da vida e das formas de vida (TELLES, 2010, p. 168).

Resgatemos a história de Meire, 55 anos e moradora do bairro São Dimas, que apresenta uma trajetória ocupacional marcada por rupturas, devido ao trabalho de cuidado dispensado aos familiares idosos e enfermos. O caso anteriormente apresentado - de quando Meire assumiu o posto de emprego no lugar de sua mãe, mas sem realizar uma troca formal, visto que faltava pouco tempo para que a mãe se aposentasse - nos permite visualizar, exatamente, as práticas e arranjos experimentados nos momentos de urgência da vida.

Diante das incertezas e precariedades que circunscreviam sua realidade familiar, foram feitas escolhas que, a despeito das contingências, constrangiam os limites da legalidade. Certamente, o cálculo realizado por Meire, ao aceitar o arranjo de trabalho, envolvia interesses e necessidades de distintas escalas. Para além de uma resolução imediata, qual seja, aposentadoria adiantada da mãe e a garantia da manutenção da renda familiar, o acordo possibilitou a abertura de uma nova frente de ocupação para Meire, dessa vez remunerada, visto que Meire permaneceu no cargo mesmo após o período de substituição da mãe. Sem contar que, como tratamos anteriormente, construir e manter uma relação de confiança com os

empregadores consiste em uma estratégia individual e familiar dos moradores de periferias urbanas⁸⁵.

O suposto hiato existente entre o universo do legal e o do ilegal aparece aqui nebuloso, não se trata de um exemplar de família que atua diretamente no campo da criminalidade, do mesmo modo não podemos recorrer a uma visão romântica acerca das virtudes do mundo popular para descrevê-la. É exatamente nessa complexidade da vida social que buscamos substrato para refletir sobre o cotidiano da vida nas periferias urbanas.

De acordo com Telles (2010), é nesse espaço de imprecisão que as tramas da vida social vão sendo tecidas, é no “fio da navalha” (p. 170) que se pode apreender a pulsação do mundo urbano. Não se trata de um universo de relações e práticas que ocorrem nas margens, mas, o oposto disso, “é um mundo que não está fora, porém no centro mesmo da vida urbana, que vem sendo tecido em torno das dimensões estruturantes da vida social e que ganha forma nos acontecimentos prosaicos do dia a dia” (p. 170).

Existe, no bojo desse emaranhado de comportamentos e práticas, algo nomeado como “arte do contornamento”, que consiste justamente no saber transitar entre fronteiras sociais, manejar os códigos, jogar com as identidades e passar de um lado para o outro. Como poderá ser observado adiante, é um determinado “saber circulatório”, que permite aos sujeitos percorrer pelos diferentes espaços (familiares, de vizinhança, públicos, institucionais etc.) e dialogar com uma diversidade de agentes; um instrumento que, ao cabo, se “transforma em recurso para inventar possibilidades de vida e de formas de vida” (p. 170).

Parece importante informar, nesse ponto, que a amplitude dos ilegalismos que se entrelaçam nas práticas urbanas e relações sociais destacadas por Telles (2010) descortina uma variedade de mediações e ações, com graus distintos de criminalidade e de implicações pessoais. Assim, ao passo que Telles (2010) apresenta em seu livro personagens com histórias de ligação com tráfico de drogas e distribuição de mercadorias pirateadas, ou mesmo esquemas mais sofisticados envolvendo trabalhadores da segurança privada e assaltos organizados, os personagens dos quais nos aproximamos narram percursos que sugerem ilegalismos em rede que implicam menos risco. Trata-se, principalmente, de troca de favores (por vezes questionáveis) que compreende moradores e agentes públicos e privados, conformando uma gestão da vida privada pautada na urgência das necessidades e uma gestão do que é comum e

⁸⁵ Esse tipo de correspondência entre o mundo do trabalho e o espaço familiar é característica, também, das possibilidades encontradas na experiência urbana de uma cidade interiorana e de pequeno ou médio porte.

público a partir de práticas prosaicas e heterogêneas que configuram o Estado, suas ações e manifestações, nas periferias.

Para além do reconhecimento de práticas particulares e familiares imaginadas no “fio da navalha” e percorridas entre os limites do legal e do ilegal, a pesquisa de campo tornou possível identificar estratégias coletivas, ou de caráter comunitário, que também transitam por esse universo de fronteiras. Buscar, entretanto, forjar uma separação linear entre o público e privado nas relações e práticas que viemos estudando resulta numa tarefa de pouco sucesso. A partir da escala que nos propusemos observar, os interesses e ações se mesclam entre as esferas do familiar e coletivo, do público e privado, do que é do âmbito do doméstico e do que pertence à vizinhança, à rua e ao bairro. Em circunstâncias de pobreza e vulnerabilidade urbanas, regularmente, o pessoal torna-se público e político, de modo que estratégias inicialmente adotadas individual ou familiarmente podem, também, ser mobilizadas por interesses coletivos, assim como a justificativa do coletivo pode ser empregada na elaboração de estratégias familiares.

Realizamos entrevistas familiares com os moradores dos bairros estudados com o intuito de alcançar as estratégias individuais, familiares e coletivas desenvolvidas no processo de ocupação e transformação das periferias urbanas, e de tentar mensurar o sobretabalho empreendido na autoconstrução de infraestruturas e de elaboração de redes de interlocução e ajuda para “driblar” as precariedades que acompanham a espoliação urbana.

Entre os relatos escutados como resposta ao questionamento sobre o percurso de obtenção das infraestruturas básicas das localidades, nos chamou atenção a fala de Jorge (62 anos), um dos primeiros moradores do bairro Vila Brasil e fundador da Associação de Moradores e Amigos da Vila Brasil (AMAVIBRA). Jorge fala com desenvoltura sobre o que chama de “parcerias”.

A história do bairro Vila Brasil começa com a transformação de uma gleba rural em um loteamento clandestino. Apartado da área urbana do município, o local só começou a ser efetivamente ocupado e reivindicado enquanto um bairro urbano após a abertura de um outro loteamento irregular vizinho, o Novo Bonfim. Jorge conta que, a despeito do não cumprimento dos pré-requisitos de urbanização por parte do loteador, com a inauguração do Novo Bonfim e a chegada de novos moradores abriu-se uma frente de diálogo entre os moradores mais antigos do bairro Vila Brasil e o empreendedor do loteamento recém-aberto.

A gente tinha, assim: até aqui na frente era Vila Brasil, de lá seria o tal do Novo Bonfim, era tudo do Sr. Nonô, então ele loteou isso pra *tá* vendendo.

Mas, assim, ele alegava que tinha que vender [os lotes] barato *pro* pessoal comprar, porque se pusesse muito caro o pessoal não compraria, se ele pusesse muita infraestrutura *ia* ficar caro, não *ia* poder vender. Nessa teoria, ele fez uma parceria com a Associação [de moradores do bairro Vila Brasil] (Entrevista Jorge, 2019).

A “parceria” firmada entre esses agentes envolvia interesses distintos e estabelecia funções para cada um deles: ao empreendedor do loteamento Novo Bonfim, Sr. Nonô, cabia oferecer alguma reparação pela ilegalidade da ausência de equipamentos e serviços básicos de infraestrutura em seu empreendimento imobiliário. Somado a isso, ao buscar um diálogo e firmar “parcerias” com os moradores do loteamento vizinho - também carente de serviços e infraestruturas urbanas -, Sr. Nonô contava com o trabalho de mobilização comunitária e de reivindicação da Associação de Moradores do Bairro Vila Brasil para obter, junto ao poder público, melhorias urbanas para o território.

O interesse da Associação de Moradores do Bairro Vila Brasil, narrado por Jorge, estava em, enfim, estabelecer o abastecimento de água encanada no bairro, um problema que se arrastava há cerca de dez anos. O início da construção de casas no Vila Brasil data de meados da década de 1990, quando, sem redes de água e esgoto, os moradores recorriam às fossas sépticas instaladas no quintal de casa e buscavam água em outros bairros, na casa de parentes, ou nas redondezas com ajuda de carroças ou com “lata d’água na cabeça”, como eles mesmo dizem.

Aqui não tinha nada, não tinha calçamento, não tinha água, não tinha luz. A água era na mina, tem um ferro velho ali, a mina é no fundo ali daquele ferro velho, daquela *matinha*... Então, tudo da gente era feito lá, porque não tinha água aqui em cima. Lavava louça lá, lavava roupa, carregava água *pra* tomar banho, água tinha que esquentar na panela... Eu descia de manhã cedinho e ia enchendo o tambor. Aí, bem depois o Maurício [vizinho] comprou uma charrete, aí ele trazia água *pra* ele e de vez enquanto ele trazia pra mim um tambor de água (Entrevista, D. Fátima, 2019).

Jorge conta que já pro final dos anos 1990 conseguiram com a prefeitura a carroceria de um caminhão-pipa que foi posicionada em uma das ruas mais altas do bairro e que era periodicamente abastecida pelo Departamento Municipal de Água e Esgoto (DAMAE). Tal como ocorre de maneira recorrente nos bairros periféricos, também no Vila Brasil os próprios moradores usaram de recursos e trabalho próprios para construir a rede de encanamentos que ligava as casas ao depósito de água.

A água foi feita assim, conseguiu com o prefeito um caminhão-pipa, só a carroceria dele, eles colocaram lá em cima, umas duas ruas pra cima, e a gente

mesmo, com recurso nosso, nós pegamos um cano, nós corremos um cano das nossas *casa* até lá. Aí fez uma rede nossa mesmo, pra chegar. Aí, tinha um cara do DAMAE que abastecia, dava um tempo X ele vinha (Entrevista Jorge, 2019).

Quando temos a oportunidade de observar mais de perto a dinâmica de autoconstrução dos bairros periféricos, nos chama atenção a profusão de práticas e agenciamentos que transcorrem no limite da legalidade, ou que ao menos constroem a legislação urbanística vigente. Ao ser espoliada em suas condições de vida urbana, a parcela mais pobre da população recorre aos artifícios possíveis dentro da gama restrita de capitais (econômico, político e social) que acumula.

Um exemplo é o caso que nos narra Jorge. Apesar da instalação da carroceria do caminhão-pipa pela Prefeitura Municipal, o bairro continuava com problemas de abastecimento de água. Segundo nosso interlocutor, os funcionários do DAMAE “criavam caso” para fornecer a água, reclamavam que a forte inclinação do morro onde se localizava a carroceria do caminhão-pipa poderia estragar o caminhão da prefeitura. A saída encontrada pelos moradores foi organizar um pagamento informal extra aos funcionários, para garantir uma regularidade mínima de abastecimento de água.

E tinha mais dificuldade... Às vezes chovendo muito, o caminhão não subia lá e às vezes a prefeitura criava caso, [os funcionários diziam] que podia estragar o caminhão e tal. Aí, nós fizemos uma turminha nossa, aí a gente falava assim “o frango do Sr. Alfredo”, a gente juntava, dava um troquinho pra ele e pro Sandro comer um frango, então onde eles mesmo às vezes *forçava* um pouquinho mais o caminhão e tal... ao invés de vir uma vez [no mês], vinha duas vezes e a gente mantinha. Quando chovia muito, ele não conseguia pôr água, aí ficava sem água, às vezes de baixo de chuva (Entrevista Jorge, 2019).

A partir da “parceira” firmada entre os moradores do bairro Vila Brasil, a prefeitura municipal e o Sr. Nonô (dono do loteamento Novo Bonfim) foi possível, enfim, resolver o problema da falta de água encanada no bairro: Sr. Nonô comprou um lote e o doou à Associação de Moradores para que a prefeitura municipal pudesse construir um poço artesiano que abasteceria não apenas o Vila Brasil, mas também o seu loteamento, Novo Bonfim. Assim foi feito.

Na época, a gente conversou, é claro, com o pessoal do DAMAE, a Prefeitura, aquela conversa política toda. O Sr. Nonô de lá doou um lote de cá, que era *numa* parte mais alta. Ele comprou o lote e doou pra gente, pra colocar a água lá, em contrapartida eles *colocaria* água e [es]taria também ligando no loteamento dele. E nessa jogada ele ganhou luz lá dentro, ele ganhou a própria água, o calçamento, o asfalto depois... tudo nessa parceria. No final, ele até já

faleceu, ele conseguiu registrar, legalizar tudo e dar escritura *pra* todos. Adiantou mais do que pra gente, [por] que a maioria do nosso lado não tem escritura [do lote] (Entrevista Jorge, 2019).

No bairro São Dimas o abastecimento de água potável e encanada nas casas foi, também, uma das principais lutas dos moradores⁸⁶. Passando por várias etapas desde, inicialmente, a busca de água em uma nascente próxima, depois, a construção de um poço artesiano com a ajuda de um padre da paróquia local e, por fim, já com a Associação de Moradores do bairro consolidada, a perfuração de um outro poço artesiano (este maior e localizado no bairro Cidade Nova), resultante de um diálogo e cooperação entre os moradores e a então Fundação Universitária de São João del-Rei, hoje Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) (PEREIRA, 2015).

Com a construção desse novo poço artesiano solucionaram-se os problemas com o abastecimento de água no bairro. Devido aos custos com sua manutenção e a necessidade de gerência especializada, a Associação de Moradores do Bairro São Dimas repassou a administração do mesmo para o DAMAE. Percebe-se aqui que, a despeito da não participação do poder público local na resolução do problema, ficou a cargo do departamento municipal o manejo do recurso. A água desse poço artesiano passou a ser distribuída não apenas entre os moradores do bairro São Dimas, mas também direcionada para outros bairros próximos, inclusive o Cidade Nova (PEREIRA, 2015).

É exatamente esse tipo de partilha dos ganhos resultantes do trabalho de mobilização comunitária que entrou na “parceira”, descrita por Jorge. O combinado estabelecido entre a Associação de Moradores do Bairro Vila Brasil e o dono do loteamento Novo Bonfim, Sr. Nonô, era bem definido quanto às atribuições de cada parte, de modo que os moradores tinham, no momento, discernimento do modo como a gestão municipal tende a operar nas periferias urbanas e do potencial do trabalho coletivo de reivindicação.

Percebe-se, aqui, que o sobretabalho decorrente da espoliação urbana, responsável por amparar a construção das periferias urbanas e a reprodução de seus moradores é incorporado e capitalizado por diferentes agentes públicos e privados, como gestores municipais e empresários, que dele se utilizam como muleta para o desenvolvimento de seus projetos.

⁸⁶ Uma descrição e análise acerca do processo de mobilização dos moradores do bairro São Dimas e sua luta pela água pode ser encontrada na dissertação: PEREIRA, Vivian P. Conflitos urbanos e estratégias cotidianas de resistência: o processo de formação de um bairro periférico, 2015.

A corrida pela apropriação de uma parcela do espaço urbano, ainda que seja um pedaço da cidade distante, ilegal e precária, é nada menos do que um tipo de “viração”⁸⁷ daqueles “que fazem (e sempre fizeram) seus percursos não só no mercado informal, mas nessa espécie de contínua e sempre relançada improvisação dos arranjos da vida nos espaços da cidade” (TELLES, 2006, p. 339).

Nutridos por trajetórias que em algum momento se cruzam no limite das possibilidades, os bairros periféricos vão se formando numa malha intrincada de improvisações e irregularidades. Basta seguir as trilhas dos caminhos percorridos por nossos interlocutores e atentar às circunstâncias envolvidas em suas escolhas de vida para se dar conta de que clivagens interpretativas pouco dão conta dos emaranhados complexos que costuram a realidade urbana brasileira. (TELLES, 2006).

A “viração” e a “bricolagem urbanística”⁸⁸ (CORTADO, 2018) executada pelos personagens em que por ora esbarramos - ou seja, pelas famílias, grupos de vizinhos e associações de moradores que pudemos conhecer e acompanhar - ocorrem num universo de reconhecimento e defesa - por parte dos moradores - de suas possibilidades de existência. As práticas e estratégias que transcorrem no limiar entre o certo e o errado, o legal e o ilegal, são definidas no fio da navalha, ou seja, em contextos de precariedade que demandam criatividade e atrevimento.

Essa defesa da vida e das formas de vida se faz o tempo todo, a cada momento, nessa zona de indeterminação; esses personagens transitam o tempo todo em um mundo em que são pouco discerníveis as fronteiras do lícito e do ilícito, da norma e da exclusão, do direito e do arbítrio. Mas é isso propriamente que compõe a trama do mundo social (TELLES, 2006, p. 343).

A análise das práticas urbanas cotidianas, familiares e coletivas, por essa perspectiva teórica da “viração”, que conjuga elementos de autointeresse, sobretrabalho, improvisação e irregularidade, permite a apresentação de amostras de todo tipo.

A saga da luta de Maurício, morador do Vila Brasil, pela manutenção do traçado de sua rua, é indicativa dessa “viração” e da persistência necessária ao processo de autoconstrução das condições básicas de urbanidade na periferia. Ele narra que, quando iniciou a autoconstrução

⁸⁷ O termo “viração” é comumente empregado nas descrições e análises feitas pela sociologia do trabalho acerca das práticas envolvidas no mercado de trabalho informal e identificadas entre os moradores de periferias urbanas, principalmente (RIZEK, 2006).

⁸⁸ A bricolagem urbanística é definida como “a construção de infraestruturas pelo aproveitamento não-planejado das infraestruturas existentes ou pelo uso de materiais que não foram dispostos para esse fim” (CORTADO, 2018, p.277).

da casa, não existia rua, era apenas um “barranco”, um lote cercado em uma área rural. Assim, ele mesmo se encarregou de abrir e manter a trilha da rua, ainda que a vegetação e as chuvas insistissem em fechá-la. Conta ainda que, quando tomava conhecimento de que um trator patrôla estava executando serviços nas redondezas, “puxando cascalho em outros lotes”, negociava com o tratorista para que ele desse uma “passadinha” com a máquina em sua rua. De acordo com Maurício, foram anos nessa labuta, até que, enfim, após a entrega de um abaixo-assinado e de muita “confusão”, a prefeitura municipal promoveu a obra de abertura oficial das ruas do bairro. A pavimentação, no entanto, não foi realizada e é caso a ser discutido adiante.

Muitas vezes eu paguei *pra* abrir essa rua aqui, porque não abria toda, né? Porque era muito barranco alto, então pagava o cara [funcionário/tratorista] pra dar uma arrumadinha levezinha, pra ir chegando. Aí, fez uma rua que era a conta da máquina só, que era a conta de descer carro, mesmo assim não dava direito. Até o dia que resolveram na prefeitura... Também nós fizemos abaixo-assinado, um rolo danado que *nóis* arrumou lá. Aí, que eles [funcionários da prefeitura] *veio*, que abriu as *rua* e que encascalhou. Mas eu morei aqui muito tempo com rua que eu, é, paguei não, dava uma gorjeta pra pessoa, pedia, às vezes o cara passava, não aceitava nem a gorjeta também, mas também passava de qualquer jeito, só pra aliviar pra gente. Aí, já vinha a chuva também, já esburacava aquele meio ali, já ficava sem rua de novo, aí a gente tampava os *buraco* com enxada e tudo, pra gente ter acesso à rua (Entrevista, Maurício, 2019).

O manejo do esgoto domiciliar é outro exemplo da “viração” dos moradores. Nos bairros Vila Brasil e Cidade Nova, até há bem pouco tempo, o resíduo era capturado por fossas sépticas individuais, de modo que coube a cada casa/família providenciar a sua. O uso de fossas sépticas depende de um serviço regular do caminhão limpa-fossa, que é gerido, em São João del-Rei, também, pelo DAMAE, e a periodicidade e a eficácia dessa limpeza dependem de alguns fatores formais, tais como o encaminhamento de um ofício requerendo o serviço e a disponibilidade do caminhão e de funcionários.

No entanto, tal como ocorreu com o abastecimento de água no bairro Vila Brasil anteriormente relatado, a oferta eficaz desse serviço pode passar por práticas informais e irregulares, como a manutenção de uma relação mais estreita dos moradores com vereadores ou a disposição da vizinhança em contribuir com a “caixinha dos funcionários”. Assim me contou uma moradora do bairro Cidade Nova que havia há poucos dias “encrencado” com os funcionários do DAMAE que estavam passando pela sua rua com o caminhão limpa-fossa e não quiseram fazer a limpeza da fossa séptica de sua residência. De acordo com ela, no calor da discussão eles disseram que preferiam “lidar com o pessoal da Vila Brasil”, isso porque por lá os moradores costumam pagá-los por fora. Apesar de se tratar de um serviço público

essencial, a limpeza das fossas sépticas domésticas nos bairros periféricos do município está, não raro, vinculada a interesses privados de funcionários públicos e vereadores. Esses últimos, muitas vezes, fazem uso de sua influência para manter redes de amizades, favores e subordinação.

O tipo de relação que se estabelece entre os moradores de periferias urbanas e os atores oficiais da esfera pública, como funcionários da prefeitura e de órgãos públicos (gestores, chefes, secretários e encarregados) e representantes do poder municipal e de demais instituições (prefeito, vereadores, padres etc.) passa, muitas vezes, pela subserviência, pelo reconhecimento da autoridade, e, naturalmente, pelo autointeresse.

O modo como os interesses são encadeados e os acordos definidos não é, sem dúvidas, exclusividade do nosso estudo de caso. O “fazer política” no Brasil é marcado, entre outras características, pela ilegalidade, informalismo, autoritarismo, troca de favores, transgressão das normas e pela inabilidade dos gestores em agir com base nas leis e estatutos⁸⁹, estes mundialmente conhecidos por suas qualidades democráticas e participativas.

As demandas e conflitos que emergem nos bairros que aqui estudamos e as práticas e resoluções empreendidas são exemplos comumente encontrados nas periferias e já descritos por outros pesquisadores urbanos (CALDEIRA, 1984; KOWARICK, 1979 e 2009; TELLES, 2010). A questão da água e do esgoto nos parece emblemática. No ano de 2018 a prefeitura municipal de São João del-Rei iniciou uma obra significativa de despoluição do Córrego do Lenheiro – que atravessa a cidade no sentido sudoeste-nordeste - e implementação de sistema de tratamento de esgoto em toda a cidade⁹⁰.

Os quatro bairros aqui estudados foram, em alguma medida, contemplados. No bairro São Dimas foram trocadas manilhas e instalada rede de esgoto nas ruas do bairro que contavam com casas que ainda se utilizavam de fossas sépticas. Já no bairro Cidade Nova foi necessária a construção de toda a rede de esgoto, pois as residências faziam uso, em sua totalidade, de fossas sépticas.

⁸⁹ No Brasil, são marcos da legislação urbanística a homologação da Constituição Federal de 1989 e o Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257) de 2001. Esse último regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo as diretrizes gerais da política urbana.

⁹⁰ “A obra faz parte do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), do Governo Federal, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Regional, e prevê a construção de 48 mil metros de redes coletoras e interceptoras, sub-bacias e travessias sob a ferrovia que vai afetar quase todos os bairros da cidade” (<https://esgotamentosanitario.saojoaodelrei.mg.gov.br/noticia/20866>. Acesso em 20/08/2022).

Imagem 9 - Obra de esgotamento no bairro São Dimas – 15/10/2018



Fonte: <https://esgotamentosanitario.saojoaodelrei.mg.gov.br>. Acesso em julho de 2022.

Imagem 10 - Obra de esgotamento no bairro Cidade Nova – 29/10/2018



Fonte: <https://esgotamentosanitario.saojoaodelrei.mg.gov.br>. Acesso em julho de 2022.

No decorrer da pesquisa de campo, pudemos acompanhar parte da execução das obras e tomar conhecimento de transtornos causados à população, devido à falta de comunicação e prudência por parte da prefeitura municipal. No bairro São Dimas, as obras causaram o retorno de esgoto em algumas das casas mais baixas da localidade. Segundo relato dos moradores, a prefeitura não teve ciência do acontecido e coube aos próprios moradores providenciar toda a limpeza.

Para fazer as trocas das manilhas, foram abertas valas em praticamente todas as ruas dos São Dimas e Cidade Nova. Ambos os bairros ficaram por cerca de dois meses com as ruas abertas, sem remendos, e a pavimentação, que já era precária e esburacada, ficou ainda mais irregular após a obra.

Imagem 11 – Vista da rua 02 do bairro Cidade Nova após execução das obras de esgotamento no bairro (11/11/2019)



Fonte: arquivo pessoal (2019)

Apesar dos transtornos, para os moradores do bairro São Dimas a obra de esgotamento realizada cumpriu seu propósito. As casas que utilizavam fossas sépticas foram ligadas à rede de esgoto e foram trocadas as manilhas, que eram muito antigas e já não comportavam o volume atual de dejetos.

Já no bairro Cidade Nova foi construída uma rede de esgoto perpassando todo o bairro. No entanto, essa rede não foi conectada nem às casas, nem ao sistema municipal de coleta e tratamento de esgoto. De modo que, até onde tivemos conhecimento, as moradias continuavam utilizando suas fossas sépticas particulares. Quando voltamos ao bairro para concluir a pesquisa de campo, em setembro de 2021 (três anos após o início das obras), chegamos a escutar relatos de que alguns moradores estavam desativando suas fossas sépticas e ligando por conta própria seu esgoto doméstico à rede de esgoto recém-construída, a despeito de saberem que os dejetos não estariam sendo encaminhados para uma estação de tratamento, mas sim para uma caixa coletora pequena e sem vazão, que aparentemente não foi planejada para ser a destinação definitiva do esgoto.

Os bairros Vila Brasil e Novo Bonfim também foram beneficiados, toda a rede de esgoto foi construída e interligada às casas. Até então as residências utilizavam fossas sépticas. Foram construídas duas caixas coletoras, uma na entrada do Vila Brasil e outra na entrada do Novo Bonfim. No entanto, após a implementação dessa rede, os bairros passaram a ter que lidar com questões relacionadas ao manejo inadequado dos resíduos, como vazamentos de esgoto, mau cheiro e proliferação de animais peçonhentos, problemas até então inexistentes na localidade. Segundo os moradores, as caixas coletoras construídas são pequenas e demandam uma limpeza periódica que não é realizada, de modo que a caixa coletora da Vila Brasil fica vazando constantemente e a do Novo Bonfim emana um forte mau cheiro que afeta as residências próximas.

Imagem 12 –Vazamento de esgoto na entrada do bairro Vila Brasil (10/12/2020)

Fonte: arquivo pessoal (2020)

No Vila Brasil, além do vazamento de esgoto, as valas abertas para a inserção das manilhas permaneciam sem remendo. Um outro vazamento nas ruas do bairro chama atenção: trata-se de escoamento de água limpa que, de acordo com os moradores, é resultante do também inadequado manejo da caixa d'água do bairro, por parte do DAMAE. Ao que parece, os funcionários responsáveis não conseguem manobrar com destreza a bomba de água, o que faz com que a vazão seja muito forte. Os moradores relatam que, apesar da tristeza de ver o recurso que já foi tão escasso no bairro ser desperdiçado, já não ligam mais solicitando alguma providência, pois, quando reclamam, os funcionários do DAMAE fecham a bomba e o bairro fica sem água.

Imagem 13 - Valas sem remendos no bairro Vila Brasil (10/12/2020)



Fonte: arquivo pessoal (2020)

Imagem 14 – vazamento de água no bairro Vila Brasil (05/12/2019)



Fonte: arquivo pessoal (2019)

Chama atenção a frágil comunicação da gestão municipal com os moradores. Foi-nos informado que em nenhum momento os agentes da prefeitura entraram em contato com as

Associações de Moradores, ou com lideranças locais, para debater ou pelo menos apresentar o projeto de esgotamento para a cidade.

De acordo com o site oficial da prefeitura, as obras estão paralisadas desde dezembro de 2019 e os motivos não estão explicitados. Entre os moradores prevalece o desconhecimento acerca das razões para essa suspensão, apesar de algumas especulações apontarem que conclusão não pode ocorrer porque a verba destinada teria sido desviada. Uma fonte oficial informou, entretanto, que, em realidade, a prefeitura teve dificuldades em prestar contas para o Ministério do Desenvolvimento Regional (mantenedor da obra) e ficou sem recursos para cumprir o contrato firmado com a empresa que vinha desenvolvendo o projeto.

9.2 O ESTADO E A PERIFERIA URBANA

As experiências dos moradores das periferias urbanas com o Estado, ou melhor, com seus agentes de diferentes níveis e órgãos, expressam a amplitude da presença e funcionamento estatal nesses espaços. Como ressalta Motta (2017), emergem de maneira mais eficaz análises sociológicas que buscam problematizar as positivities da ação estatal, ou seja, compreender os modos como o Estado se faz presente nas periferias, as estratégias que os moradores e demais agentes elaboram nos esforços de diálogo, as relações que se constroem etc., ainda que as precariedades urbanas evidentes no terreno nos motivem a perceber o Estado como ausente ou falho.

Sem dúvida, a realidade urbana periférica evidencia a deficiência da garantia de direitos entre os habitantes pobres da cidade, expõe a falta de acesso a infraestruturas e serviços ou a serviços de qualidade, a subcidadania (Kowarick, 2000), enfim, escancara a injustiça social. No entanto, a despeito das incompletudes não é possível afirmar que o Estado é ausente no território.

Hoje, nas periferias, assim como nos demais espaços da cidade, o Estado se faz presente e penetrante no cotidiano da população, seja pela emissão de documentos pessoais dos indivíduos (identidade, CPF, carteira de motorista, título de eleitor etc.), seja pela oferta de serviços de saúde (postos de saúde ou estratégia de saúde da família), de assistência social (programas de transferência de renda como Bolsa Família, serviços de apoio à comunidade como Centros de Referência de Assistência social – CRAS e Centro de Referência

Especializado de Assistência Social – CREAS), de educação (escolas e creches), de segurança pública e patrimonial etc.

Os exemplos acima descritos - acerca de trajetórias e práticas experimentadas nos bairros que aqui estudamos - indicam, certamente, a presença e ação do Estado nas periferias. Ainda que fazendo uso de arranjos incomuns, informais e, por vezes, grotescos, a atuação de agentes do Estado e órgãos oficiais é concreta. As precariedades e negligências patentes dizem mais das escolhas de planejamento e exercício do poder público no território do que da ausência ou disfuncionalidade do mesmo.

A noção de um Estado ausente está alinhada a uma percepção que o compreende enquanto um bloco monolítico, uma entidade *a priori* que comporta em si uma essência própria. Essa é, inclusive, a imagem que o próprio Estado tende a passar de si mesmo, seus agentes o apresentam desse modo (MOTTA, 2017).

A ideia de que o Estado opera a partir de pressupostos pré-estabelecidos e que necessita se apresentar de maneira homogênea, sem conflitos ou interesses internos divergentes, é o que sustenta a sensação de Estado falho nas periferias. Isso porque o que comumente se observa no terreno são práticas estatais heterogêneas, desintegralizadas, por vezes informais ou ilegais, ou seja, uma atuação que diverge das imagens e narrativas dominantes construídas em torno do que se entende por Estado.

A observação e a descrição do desempenho estatal nas periferias, das condutas de seus agentes e das relações e redes que se constroem a partir de sua legitimidade e seu poder de ação, nos permitem identificar elementos que demonstram a diversidade do comportamento do Estado, que varia em resposta às diferentes escalas de poder e representação. As escolhas que envolvem seus modos de organizar o espaço, de vigiar, de tutelar, de violentar, de responsabilizar ou de potencializar a garantia de direitos para determinada parcela da população são, sem dúvidas, percebidas e experienciadas de modos diferentes nas periferias e nas porções da cidade que possuem maior acúmulo de capitais.

No entanto, a despeito do reconhecimento da heterogeneidade das práticas e da desconstrução da imagem do Estado enquanto uniformidade, parece relevante destacar a interligação entre os padrões e meios empregados nos diferentes níveis de ação. Das e Poole (2004) ressaltam a integração das práticas estatais identificadas nas “margens”⁹¹ com a

⁹¹ Das e Poole (2004) identificam como “margens” não apenas as áreas precarizadas das cidades, como periferias e favelas, mas também os espaços que se situam fora da fronteira que delimita o que é pertencente e o que não é.

totalidade das ações e manifestações do Estado. As autoras propõem uma reflexão acerca do Estado que considere suas manifestações, figurações e presenças concretas e locais. Seus esforços analíticos caminham para um distanciamento “de la consolidada imagen del estado como forma administrativa de organización política racionalizada que tiende a debilitarse o desarticularse a lo largo de sus márgenes territoriales y sociales” (p. 19).

Com a proposta de interpretar o Estado a partir de suas margens, as autoras oferecem uma perspectiva única para compreender o Estado, e não porque buscam jogar luz em práticas exóticas, nas disfunções ou exceções identificadas, mas porque sugerem que as margens são pressupostos necessários ao Estado, ou seja, que a heterogeneidade nos modos de o estado administrar a vida, incluídos aqui as práticas e processos recorrentes nas margens, são parte constitutiva da ordem estatal, buscando evidenciar “cómo las prácticas y políticas de vida en estas áreas moldean las prácticas políticas de regulación y disciplinamiento que constituyen aquello que llamamos ‘el estado’” ((DAS e POOLE, 2004, p.19).

Das e Poole (2004) apontam, ainda, que o estado está, permanentemente, sendo experimentado e desconstruído nas margens por conta da ilegibilidade de suas ações, documentos e discursos. A partir das descrições de experiências ocorridas nos bairros que são aqui objeto de estudo (e por nós apresentadas anteriormente), é possível identificar uma miríade de práticas e relações que transitam, por exemplo, nos limites entre o legal e o ilegal. Tal qual apontam as autoras, observa-se que as circunstâncias, latentes ou manifestas, existentes nas periferias pressionam o Estado a agir de modo não apenas a tornar acessíveis e realizáveis suas ações, como também a legitimar-se perante a população.

Nuestro énfasis radica en los modos por los cuales los límites conceptuales del estado son extendidos y rehechos para asegurar la supervivencia o buscar justicia en la vida diaria. Esto no significa que consideremos todos los tipos de márgenes, de alguna manera, homogéneos. (...) Por el contrario, tomamos el carácter indeterminado de los márgenes para quebrantar y abrir la solidez generalmente atribuida al estado (p. 35).

Um exemplo que elucidada a questão da legibilidade e legitimidade do Estado nas periferias pode ser encontrado na narrativa de moradores de bairros e loteamentos urbanos irregulares acerca dos diálogos e práticas que se estabelecem com os órgãos públicos em momentos de reivindicações ou de crises.

“Los márgenes no son simplemente espacios periféricos. Algunas veces, como en el caso de las fronteras de los estados de una nación, determinan qué queda dentro y qué queda fuera” (p. 34).

Daniela (39 anos), moradora do bairro São Dimas, vive o drama de ter sua casa ameaçada pelo desbarrancamento de uma voçoroca que circunda todo o bairro⁹². Ela conta que, após um período de fortes chuvas e da intensificação do trânsito de caminhões pesados em sua rua, por conta de uma obra de expansão no Campus Dom Bosco da UFSJ (vizinho ao bairro São Dimas), começaram a aparecer rachaduras nas casas da vizinhança, até que um dia, ao sair para trabalhar pela manhã, ela se deparou com um afundamento da rua, no lado oposto ao da sua residência, “a margem da rua havia sido tragada por uma voçoroca que ali existe. Entre a manhã e o meio-dia, o afundamento se aprofundou bastante e a rua apresentava trincas no sentido longitudinal, sinal claro de que se tratava de um caso de deslizamento de via” (PEREIRA, 2015, p. 49).

Imagem 15 – Afundamento da rua Afonso Santana em fevereiro de 2012



Fonte: arquivos do NINJA

Naturalmente, os moradores da rua usaram de diversas estratégias para buscar a atenção do poder público para a situação de risco que estavam vivenciando. Procuraram a Secretaria de Obras da Prefeitura, entraram em contato com a administração da UFSJ, com professores e grupos de pesquisa parceiros (entre eles o NINJA), fizeram denúncias e deram entrevistas para estações de rádios e redes de televisão locais.

⁹² Mais informações sobre o conflito ambiental que envolve o avanço de loteamentos irregulares para áreas rurais e de proteção ambiental e o desbarrancamento de voçorocas que circundam a microrregião Campo das Vertentes e ameaçam bairros como o São Dimas podem ser encontradas em: PEREIRA, Vivian P. Conflitos urbanos e estratégias cotidianas de resistência: o processo de formação de um bairro periférico.

Daniela narra que, no percurso de busca pela resolução do problema do desbarrancamento, os moradores estiveram em uma reunião com um representante da vigilância sanitária, na qual lhes foi informado que suas casas não poderiam ter sido construídas no local.

“Aí eu falei: ‘Pois bem, vocês falam isso agora que a casa já tá pronta? Que a gente paga o nosso IPTU em dia? Vocês deviam ter fiscalizado isso antes!’ (...) ‘Você acha que eu moro no morro à toa? Eu moro no morro porque foi o único lugar que me deu espaço de eu construir minha família!’”.

Iara, moradora do bairro Vila Brasil, no processo de reivindicação, junto à associação de moradores, por melhorias de infraestrutura, também foi interpelada por representantes do poder público sobre a escolha de seu local de moradia:

Aí, um dia que nós fomos na prefeitura, né? Teve uma reunião pra vir o asfalto, aí a arquiteta perguntou, falou assim ‘uai, por que que vocês foram comprar lote lá? Agora, a prefeitura não tem responsabilidade de colocar infraestrutura... Por que vocês não compraram onde tinha (infraestrutura)?’. Aí eu falei, ‘simplesmente porque ninguém tinha condições, porque se tivesse eu tenho certeza que lá seria o último lugar que as pessoas iam comprar. Quem que não quer morar num lugar que tem água, que tem asfalto, que tem condições? (...) Aí, ela falou assim: ‘vocês não paga imposto!’, eu já tinha levado o papel do imposto e falei ‘todo mundo que tá aqui paga imposto!’. Aí o Cidinho, [prefeito à época] falou assim: ‘Ah, eu não sabia...’. Aí eu falei assim, ‘engraçado, né? Vocês colocam água num lugar que vocês não sabiam [que existia], vocês bota luz num lugar que é irregular e, o mais engraçado, a gente paga imposto de um lugar que vocês não sabem [que existe]!’.

Percebe-se, a partir desses episódios, um certo descompasso entre os agentes da prefeitura e as negociações do poder público com os moradores. A casa de Daniela, especificamente, foi construída em um lote aforado pela própria prefeitura municipal. Ao ser informada de que a área em que vive é imprópria para edificação de moradias, 20 anos após o aforamento, fica fortalecida a sensação de negligência do Estado em relação aos moradores das periferias.

Já em relação ao caso de Iara, é notória a imperícia dos representantes do poder público acerca da história do bairro, que se coaduna com a maioria dos loteamentos periféricos da cidade. Tal qual descrevemos anteriormente, o bairro Vila Brasil é resultado de acordos e “parcerias” (para usar um termo nativo) entre agentes públicos e privados.

A despeito do desamparo e desconhecimento do Estado em relação à cidade, o que tem sido possível observar, a partir dos exemplos que viemos mostrando ao longo desse trabalho, é que a heterogeneidade das práticas e discursos do poder público nas periferias é parte constitutiva da ordem estatal; trata-se de um híbrido que se articula por interesses econômicos

e políticos bem definidos, que tem como propósito o aquecimento do mercado imobiliário local e a legitimação do Estado - dada a precariedade das políticas públicas de habitação são essas ações que garantem, em alguma medida, o acesso das classes populares à moradia urbana.

Para além de prestação de serviços, do desenvolvimento de obras públicas e de ações de controle e vigilância, o Estado se manifesta e é percebido nas periferias também por meio de seus agentes oficiais. Os diferentes tipos de funcionários do poder público atuam fortalecendo, legitimando ou tornando inteligíveis as ordens e diretrizes estatais ou, então, fiscalizando, vigiando e ordenando os espaços. Também suas atribuições são heterogêneas e construídas e reconstruídas no decurso do trabalho e das mudanças políticas e sociais.

Ao escolher referências como Das e Poole (2004) para interpretar o agir do Estado, buscamos sublinhar as diferentes possibilidades de relações e redes que podem ser formadas entre o Estado, seus agentes e os moradores das periferias. Para nós, é importante tornar tangíveis descrições e ensaios que privilegiem o caráter fluido e negociável das trocas que se estabelecem nas periferias urbanas, principalmente. Ressaltar a natureza dinâmica das relações parece fazer mais sentido do que direcionar o foco apenas para as deficiências e precariedades encontradas no terreno.

As autoras ressaltam, ainda, que “los márgenes no son inertes” (p. 34). Paradoxalmente, é nos espaços de exceção que a criatividade das margens se torna visível, onde formas alternativas de ação econômica e política são elaboradas (DAS e POOLE, 2004). O reconhecimento da presença ativa, econômica e política, dos atores nas margens não sugere, entretanto, que se trata de uma gama de ações e projetos desenvolvidos no âmbito do conforto, legalidade e segurança.

Sugerir que los márgenes son espacios de creatividad no es decir que las formas que adquieren la política y la economía en estos, las cuales generalmente son formadas por la necesidad de sobrevivir, no estén cargadas de terribles peligros (p. 34)

Tal como vimos apontando ao longo da tese, as periferias estão em constante movimento de transformação, vivenciam uma performance viva, protagonizada pelos moradores e que envolve criatividade, determinação, autoexploração, trabalho familiar, mobilização comunitária e trabalho coletivo.

Do mesmo modo, é relevante reiterar que o acesso às experiências aqui descritas e analisadas não nos permite idealizar quaisquer tipos de práticas ou atitudes, seja para justificar meritocraticamente as famílias ou conjuntos de moradores exitosos em suas empreitadas, seja para projetar as periferias como *locus* de ações e saberes de alguma maneira mais éticos, justos ou puros.

Assim,

no estamos diciendo aquí que las poblaciones de los márgenes son siempre exitosas en hacer al estado responsable de sus nociones de justicia o de bien común, y tampoco deseamos tener una visión romántica de la creatividad en los márgenes. (...) Por el contrario, la complejidad de las experiencias de vida conjuga nociones de justicia y ley con diferentes tipos de imaginarios disponibles en los sitios oficiales y representaciones de justicia y ley (DAS e POOLE, 2004, p. 37 e 38).

Diferente de Das e Poole (2004), cujo objetivo central consistiu em promover reflexões e análises acerca do agir do estado a partir das margens - entendendo que essas devem ser vistas como lugares nos quais o estado é continuamente formado e reformado nos refúgios da vida diária -, temos aqui como interesse primordial demonstrar como a periferia se constrói e como a política e as resistências se desenvolvem no cotidiano. Buscando desvelar, principalmente, o papel dos moradores como atores no processo de transformação do espaço, nos toca compreender quais são os agentes mais proeminentes e quais redes são articuladas nesse percurso.

Sem dúvidas, as relações que se estabelecem entre o Estado, seus agentes e os moradores das periferias urbanas são distintas das que se formam com os habitantes não periféricos das cidades. A particularidade e diversidade do exercício do Estado nas periferias, que envolvem manifestações que transitam nos limites do legal e do ilegal, do formal e do informal, do comum e do privado etc. exigem de seus moradores um trabalho de mobilização intenso e cotidiano. Como veremos a seguir, esse trabalho coletivo de organização e reivindicação comunitária ocorre por frentes variadas, demanda esforço, solidariedade e criatividade para a elaboração de redes que envolvem diferentes atores e escalas.

9.3 PERCURSOS DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO NAS PERIFERIAS

O universo das periferias das cidades é um conjunto multifacetado de atores e práticas. O campo da ação coletiva comporta uma gama variada de práticas que mobiliza agentes plurais e conforma diferentes redes e circuitos com implicações particulares nas dinâmicas locais.

E impossível dissociar o histórico de mobilização comunitária nas periferias urbanas do Brasil do processo de redemocratização do país, do papel articulador da parcela progressista da Igreja Católica na luta por direitos, da propagação das associações de moradores a partir da década de 1980 e da multiplicação de partidos políticos e seus agenciamentos locais. Com pautas marcadas pelo viés da justiça social, as lutas por acesso à moradia e condições básicas infraestrutura urbana destacavam a necessidade de integração das franjas urbanas distantes do centro com o restante da cidade.

Paralelamente à inserção institucional e fortalecimento dos movimentos sociais em tela, o projeto neoliberal de desmanche dos direitos e da cidadania dava cor às narrativas oficiais. A luta pelo reconhecimento da dimensão dos direitos constituiu, naquele momento, a base para a consolidação das noções de cidadania e democracia que ainda hoje nos norteiam.

Feltran (2005) aponta que, de um modo geral, a literatura sobre os movimentos sociais no Brasil destaca a década de 1980 e sugere três aspectos que indicam o caráter original das manifestações nesse período, quais sejam, “a politização das necessidades cotidianas, a característica urbana e popular e a importância que a dimensão comunitária teve em sua organização” (p. 40).

Sader (1988) analisa a efervescência dos movimentos sociais entre esses anos, tendo em conta a relevância política dos novos agenciamentos e suas implicações. O autor descreve a maneira como os movimentos sociais se constituíram, naquele momento, como novos personagens da cena pública, comportando-se como sujeitos políticos das transformações urbanas.

Tal como ocorreu na maior parte do país, a ação coletiva organizada na cidade de São João del-Rei se intensificou a partir do final da década de 1970, com forte influência da ala progressista da Igreja Católica, promovendo o surgimento de movimentos sociais, fazendo dos moradores das periferias atores políticos por meio, principalmente, da oficialização das associações de vizinhos e moradores.

Dentre os bairros que são aqui nosso objeto de estudo, o bairro São Dimas se apresenta como um caso emblemático da mobilização comunitária ocorrida nas periferias do município⁹³. Com histórico de ocupação que data do início da década de 1960, a localidade passou a vivenciar com mais intensidade a chegada de novos moradores a partir dos anos 1970. Entre os recém-chegados encontravam-se, principalmente, famílias de trabalhadores das fábricas de tecidos e institutos educacionais próximos. Buscar no morro um local de moradia coadunava com outras de suas estratégias de sobrevivência. Nessa etapa inicial de ocupação do bairro, que se estende até meados dos anos 1980, os moradores se organizaram, principalmente, por intermédio da Igreja Católica.

Até por volta do ano de 1974 os moradores não contavam com água encanada e recorriam a uma nascente situada na parte mais alta do bairro, onde hoje se localiza o bairro Cidade Nova, denominada “Chacrinha”. Segundo depoimento de um morador, “(...) a gente não tinha água, a gente tinha que buscar lá atrás, na Cidade Nova, num buraco que tem lá, que tem a nascente. Na prefeitura, ninguém atendia a gente, ninguém dava atenção à gente, ninguém fazia nada.” (Entrevista, José Guilherme, 2014 *apud* PEREIRA, 2015). A falta de água encanada, associada ao não reconhecimento do bairro pelo poder público, e a dificuldade que isso implicava, principalmente na vida das mulheres, muitas delas lavadeiras de roupa, fizeram com que a população do bairro buscasse alternativas (PEREIRA, 2015).

De acordo com Pereira (2015), nesse contexto desponta a primeira mobilização comunitária no bairro. Acompanhados e instruídos pelo padre Jacy Côgo, da paróquia São João Bosco, os moradores contrataram uma empresa para perfurar um poço artesiano e instalaram, por meio de mutirão, uma tubulação para a rede de água. De acordo com os moradores, o pagamento do serviço foi feito por meio do trabalho da comunidade, que montava “barraquinhas de comida” para arrecadar dinheiro, e mediante uma “mensalidade” que os moradores pagaram à empresa. De acordo com o entrevistado,

Aí, ele [Pe. Jacy Côgo] foi comigo, conversou com o engenheiro, o engenheiro veio e fez um poço artesiano pra gente aqui no bairro Dom Bosco, lá embaixo, que mandava água cá pra cima. Nós compramos e colocamos a tubulação, foi tudo a gente que colocou a tubulação da rua, aqui não tinha esgoto, não tinha nada, a gente é que fez, a comunidade, a verba da comunidade, todo mundo. (Entrevista, José Guilherme, 2014 *apud* PEREIRA, 2015).

⁹³ Uma descrição e análise do histórico da mobilização comunitária ocorrida no bairro São Dimas pode ser encontrada em: PEREIRA, Vivian P. Conflitos urbanos e estratégias cotidianas de resistência: o processo de formação de um bairro periférico, 2015 (dissertação de mestrado).

Já a década de 1980 é marcada por uma maior politização dos moradores e culmina na oficialização da Associação de Moradores do Bairro São Dimas, um movimento que é resultado da combinação de dois fatores: a atuação de padres progressista no local e a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em São João del-Rei. Segundo Pereira (2015), nesse momento, um outro padre da paróquia São João Bosco, conhecido como Lelet, passa a promover reuniões semanais entre os moradores com o intuito debater as dificuldades por eles vivenciadas no cotidiano do bairro. Esses encontros foram nomeados por alguns de nossos interlocutores como reuniões da “Associação de Base” e por outros como “Grupo de Amizade”. Também nesse mesmo período surgia o movimento que fundou, no bairro, o primeiro núcleo do Partido dos Trabalhadores na cidade.

O fortalecimento dos moradores enquanto atores políticos foi fundamental para o desenrolar da dinâmica de expansão do São Dimas e para a ampliação de infraestruturas urbanas no bairro. Com a regularização da Associação de Moradores em 1986, os moradores conseguiram, por exemplo, aprovar perante o governo estadual um projeto de mutirão autogerido para a construção de 28 casas populares. Esse projeto coletivo promoveu, ainda, a abertura da rua Afonso Santana, que veio, posteriormente, a se tornar uma das principais vias desta área da cidade, fazendo a interligação com o bairro Cidade Nova e com outros loteamentos que integram a expansão mais recente para a porção noroeste do município.

Ao longo das últimas décadas não foram poucas as conquistas da ação coletiva no local. De acordo com Pereira (2015), em 1996, sofrendo com a irregularidade do abastecimento de água, a Associação de Moradores, juntamente com a então Fundação Universitária de São João del-Rei, hoje Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), articulou o *Projeto Lava Pés*, que promoveu a perfuração de um novo e maior poço artesiano para abastecer a população do São Dimas. No ano de 2004, a Associação de Moradores do Bairro São Dimas, assessorada pelo NINJA (no âmbito do projeto de extensão *Cidadania e Justiça Ambiental*⁹⁴), deu início à luta pela contenção de uma voçoroca que ameaçava de desabamento quatro residências situadas na travessa Afonso Santana, localizada na divisa com o campus Dom Bosco da UFSJ. A partir de uma parceria que envolveu os moradores do bairro, a UFSJ e a Prefeitura Municipal foi implementado o *Projeto Maria de Barro*⁹⁵, controlado o desbarrancamento e solucionado o

⁹⁴ Esse projeto tornou-se em 2006 um Programa de extensão e esteve ativo até o ano de 2014. Atuando em diferentes bairros periféricos do município de São João del-Rei, tinha como atividade principal assessorar movimentos sociais populares, particularmente, Associação de Moradores.

⁹⁵ O Projeto Maria de Barro teve início no ano de 1999, na cidade de Nazareno-MG. Realiza, entre outras atividades (educação ambiental; capacitação de produtores e disponibilização de informações técnicas; ofertas de mudas e sementes nativas etc.), ações de contenção de encostas e processos erosivos de voçorocas, por intermédio do Centro

risco. Já em meados de 2009 deu-se início a uma série de negociações entre a Associação de Moradores do Bairro São Dimas, a UFSJ e um deputado federal para a construção de uma quadra poliesportiva e um salão comunitário em uma porção do campus Dom Bosco da UFSJ que faz divisa com o bairro, sonho antigo da Associação. Em 2011, a obra foi concluída e entregue aos moradores.

Há de se considerar, ainda, a realização de inúmeros ofícios e reuniões solicitando adequações na oferta de serviços e equipamentos urbanos básicos, como tapamento de buracos nas ruas, limpeza das vias e praças, regularização da coleta de lixo e do transporte público, realização de serviços de manutenção da iluminação pública etc. Essa necessidade cotidiana de reivindicação e de permanente organização popular para que uma mínima manutenção das infraestruturas urbanas seja realizada pelo poder público, sem dúvidas, recebe melhor encaminhamento na medida em que a população se apresenta formal e legalmente por meio de uma associação de moradores.

O histórico do desenvolvimento urbano do bairro São Dimas chama atenção pelo crescimento espontâneo e fortemente pautado pela ação popular. A potente e consistente mobilização comunitária que acompanha a trajetória de transformação da localidade, inicialmente caracterizada como franja urbana em uma periferia consolidada, é realmente digna de nota.

A influência da religiosidade e da Igreja Católica na vida da comunidade do São Dimas é notória. No decorrer das análises coletivas construídas no âmbito do NINJA, tanto para o desenrolar da presente tese, quanto para a elaboração de outras pesquisas ligadas ao Núcleo, percebeu-se a necessidade de dedicar mais atenção à compreensão da Igreja Católica como um ator relevante no processo de mobilização dos moradores do bairro São Dimas, tendo em conta, principalmente, o aspecto popular e a diversidade das práticas religiosas identificadas.

Uma das pesquisas de Iniciação Científica dedicou-se, então, a investigar a hipótese levantada acerca da relação entre o catolicismo popular⁹⁶ manifesto no bairro e a trajetória de mobilização comunitária dos moradores. Para Silva e Carneiro (2021), para além da presença ativa de padres no processo de construção do bairro e de politização dos moradores acerca de

Regional Integrado de Desenvolvimento Sustentável (CRIDES) e do projeto “Redes Voçorocas”. Para mais informações, ver <http://www.projetomariadebarro.org.br>.

⁹⁶ Entende-se por catolicismo popular as práticas religiosas vivenciadas no cotidiano da comunidade e que expressam o modo como os indivíduos percebem e interpretam a religiosidade. Trata-se de manifestações que, frequentemente, colocam os santos como elementos centrais e que extrapolam a Igreja católica enquanto instituição (TAVARES, 2013).

seu cotidiano de precariedade, outras manifestações religiosas serviram para fomentar a identidade reivindicativa dos habitantes e o sentimento de pertencimento ao bairro.

O catolicismo popular praticado no bairro São Dimas é, em grande medida, vinculado à cultura e identidade negra. A presença de grupos locais de Congado e a devoção da comunidade a Nossa Senhora do Rosário têm suas raízes no início do povoamento da região, remontando a meados do século XIX. Júnior (2019) informa que o primeiro grupo de congado do bairro, o *Catupé dos Santana*, foi fundado no início dos anos 1960 e, posteriormente, no final da década, por conta de uma dissidência interna, foi formado um segundo grupo, o *Catupé dos Camilo*.

Segundo Júnior (2019), a Festa do Rosário acontece no bairro São Dimas desde o início dos 1960, após as festas de Congadas que eram tradicionalmente realizadas na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, localizada no centro histórico de São João del-Rei, começarem a ser impedidas e impelidas a se deslocarem para as periferias da cidade pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.

Com esse afastamento imposto pela Irmandade, os congadeiros e devotos de Nossa Senhora do Rosário construíram, no início dos anos 1980, uma capela em honra à santa no bairro São Dimas (SANTOS e CARNEIRO, 2021). É razoável supor, aqui, que a mobilização para a construção dessa capela se soma às demais ações coletivas empreendidas pelos moradores do bairro nesse período, integrando um movimento mais amplo de disposição para a luta por direitos que entusiasmava os habitantes.

De fato, os atores locais envolvidos nas movimentações pela construção dessa capela se confundem, em sua maioria, com os moradores comprometidos com o processo de mobilização comunitária, com a oficialização da Associação de Moradores e, ainda, com os implicados na militância pela fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) na cidade.

Seguramente, a combinação de todos esses fatores de aliança e encontro colaborara para o fortalecimento da comunidade e para o êxito das conquistas coletivas alcançadas. Como o trabalho de pesquisa desenvolvido pelo NINJA-UFSJ esteve circunscrito dentro de uma proposta de Iniciação Científica⁹⁷, os resultados analíticos são preliminares. Na medida, também, em que os propósitos da pesquisa aqui desenvolvida já estavam bastante delimitados, essa não foi uma temática que escolhemos desenvolver. No entanto, a percepção introdutória desse aspecto cultural específico no histórico de mobilização comunitária no São Dimas

⁹⁷ A pesquisa de Iniciação Científica intitulada “Construção de periferias urbanas em São João del-Rei-MG: o caso dos bairros São Dimas e Cidade Nova” foi realizada no âmbito do NINJA, entre agosto de 2019 e março de 2021.

contribuiu para elaboração da reflexão acerca do cotidiano e da dinâmica de fortalecimento, refluxo e modificação das diferentes ações coletivas que temos podido acompanhar.

O bairro Vila Brasil também apresenta um histórico de ação coletiva articulado a partir de atividades promovidas pela Igreja Católica e pautado na consolidação da Associação de Moradores e Amigos da Vila Brasil (AMAVIBRA). A fundação da AMAVIBRA ocorreu no ano 2000, exatamente no período em que a ocupação do bairro passou a ser mais efetiva. Jorge, Maurício e Iara foram os moradores mais entusiasmados e dedicados ao trabalho de mobilização comunitária. Recém-chegados com suas famílias ao local, os três se organizaram durante anos para buscar melhorias urbanas e desenvolver diferentes atividades no bairro.

A gente conversava muito um com o outro, porque não tinha celular naquele tempo (risos), então conversava-se bastante. Aí a gente conversando, né, nesses três primeiros anos, aí o pessoal “Ah, a gente tem que fazer uma Associação, a gente tem que correr atrás, se ninguém correr atrás nós não vamos conseguir...” Aí nós montamos a associação. Eu nunca tinha mexido com Associação, nunca tinha mexido, eu cuidava só da minha vida e pronto. A associação no início ela brigou muito, na época que começou a gente conseguiu muitas coisas com a Associação, a gente viu que a gente poderia conseguir mais rapidamente as coisas, fazer parceria com vereador, com prefeito, ir pra rádio... Nós *tinha* um jornal informativo que eu rodava na comunidade, então a gente agitou (Entrevista, Jorge, 2019).

A partir do ano de 2006 o NINJA-UFSJ expandiu seu Programa de Extensão *Cidadania e Justiça Ambiental* para o bairro Vila Brasil. Nos anos que se seguiram, o Núcleo contribuiu com a AMAVIBRA assessorando e fortalecendo suas ações. Tal como relatado acima, a Associação, em parceria com o NINJA, promovia, entre outras atividades, a circulação de um jornal informativo do bairro, a *Folha Comunitária*⁹⁸.

A ligação dos moradores da Vila Brasil com a Igreja Católica é distinta da relação construída no bairro São Dimas. Não nos foi noticiada a atuação de padres progressistas na região, ou mesmo a existência de párocos amigos dos moradores. No entanto, a relação próxima dos moradores com o catolicismo pode ser percebida, por exemplo, no fato de a AMAVIBRA

⁹⁸ Nesse período Jorge tinha uma gráfica funcionando em sua casa, de modo que a operacionalização do projeto do jornal da AMAVIBRA se deu, também, por conta desse fator.

ter cedido metade de um terreno de posse da Associação (adquirido por conta do acordo feito com o loteador do loteamento vizinho, Novo Bonfim) para a construção da Igreja do bairro.

Outro elemento que indica a presença da moral católica nas perspectivas de mobilização comunitária no bairro é o histórico de articulação da Pastoral da Criança na comunidade. Maurício, que foi o principal responsável pela implementação da Pastoral, fala com orgulho sobre o trabalho realizado:

Nóis abriu a Pastoral da Criança aqui na Vila também, que pesava criança, acompanhava a criança... Nóis arrumava sempre um jeitinho de fazer um bolo, uma coisa, juntava as crianças, brincava na rua... Nóis sabia quantas pessoas tinha na comunidade, quantas crianças... Fui Papai-Noel... (Entrevista, 2019).

Iara relembra com carinho do tempo de maior convivência entre os vizinhos, do tempo de amizade e mobilização. Conta que, “antigamente”, em épocas de festividades (Natal, Dias das Crianças etc.), eles faziam festas para as crianças do bairro e que confraternizavam entre si:

A gente fazia pras crianças, mas falava “se você quiser ir, vai! Leva a vizinha...” Então, virava um festão. Você via a felicidade das pessoas que se contentava com tão pouco, aquilo pra gente era tão pouco, mas pra eles era uma festa!

(...) Aí, a gente fazia baile na casa do Jorge, dançava, era muito legal! (Entrevista, 2019).

Maurício relata, também, acerca das ações executadas pela Associação para levantar verbas e continuar com os trabalhos. Descreve o período em que fizeram um acordo com os proprietários de um imóvel no bairro, que estava há anos abandonado, para transformá-lo em sede da AMAVIBRA.

Fizemos muita festa pra pagar as contas da Associação, a gente pagava aluguel na Associação. Nóis chegou a fazer festa, tipo um bailezinho na casa do Jorge, pra gente pagar conta de luz, de água... A chácara ali [onde funcionava a sede da AMAVIBRA] tava depredada, porque foi abandonada, não tinha um vidro na casa, a porta tudo quebrada. Aí, a Associação propôs a eles [proprietários] arrumar e eles deixar a Associação ficar lá. Aí, nós arrecadou dinheiro com festa e tudo, pintou, pôs vidro... Tudo através da comunidade lutando e nóis ficou lá uns dois, três anos. Lá tinha aula de reforço, a gente ajudava as crianças a fazer tarefa (Entrevista, 2019).

Os bairros São Dimas e Vila Brasil comportam diferenças significativas em suas trajetórias de formação, tempo de ocupação e composição populacional. No entanto, apresentam características próximas no que diz respeito à mobilização comunitária. Com um histórico marcado pela amizade compartilhada entre os mais antigos moradores e pela adesão ao trabalho coletivo, ambos os bairros vivenciaram nos últimos dez anos um processo persistente desmobilização por parte dos moradores e estão com suas Associações de Moradores inativas.

Naturalmente, questões ligadas a mudanças socioculturais e à conjuntura política nacional, e mesmo internacional, são fatores relevantes que se somam no processo de desarticulação coletiva. Contudo, nos ateremos aqui às particularidades observadas em campo.

As observações de nossos interlocutores nos dois bairros acerca do desinteresse quase generalizado que predomina no terreno são complementares. Os moradores da Vila Brasil avaliam que a implementação no bairro de infraestruturas urbanas básicas, como água, esgoto, calçamento e transporte, foi o suficiente para acomodar a comunidade.

É que as pessoas acham que botou água e luz não precisa de mais nada, entendeu? Enquanto faltava água, não tinha luz, eles *procurava nós, fazia nós* correr atrás, eles *prensava nós*, vinha na reunião, tinha dia de não caber na garagem, na Associação [de Moradores] de [tanta] gente... Colocou o tubulão lá em cima, jogou água um mês na casa deles, acabou, não tinha mais ninguém, aliás, foi diminuindo, né? Aí, ficou *nós* lutando e sem força, né? E a Associação [de Moradores], pra *nós* manter ela, também tinha que ter a comunidade unida pra fazer evento, pra poder ter dinheiro em caixa pra manter as contas da Associação (Entrevista, Maurício, 2019).

Então, na hora que a gente consegue a água, a luz, o asfalto da ruas, até mesmo o esgoto agora mais recente, o pessoal foi esvaziando. Parece assim “qual o objetivo de *nós* reunir? Água, luz, saneamento básico... Tá beleza!”. Então, pra maioria das pessoas já atingiu esse objetivo: tem água praticamente 24h por dia, tem ônibus no bairro, não é 100%, mas tem que levar em consideração que a demanda ainda não é tão alta, então a maioria se acomodou (Entrevista, Jorge, 2019).

Daniela, moradora do bairro São Dimas, destaca dois aspectos elementares do cotidiano dos movimentos populares: o envelhecimento, adoecimento ou morte das lideranças; e a dificuldade de renovação e substituição dos quadros.

Agora [a Associação de Moradores] *tá* inativa faz tempo. O que aconteceu é que a quem *tava* na direção da Associação era o Nilson com o Moisés, o Moisés logo depois adoeceu e o Nilson mudou. Nós estamos querendo fazer, eu e o Antônio nós estávamos querendo fazer outra votação e fazer Associação de Bairro de novo, só que a gente precisava de reunião com quantidade maior de pessoas, de pessoas que querem participar da Associação. Porque, tipo assim, no meu caso eu trabalho, o Antônio também trabalha, a gente já mexe

com o negócio da festa do Rosário, já ajuda na festa do São Dimas. Então, tipo assim, para correr atrás das coisas referente ao bairro, tinha que ser uma pessoa que realmente tivesse mais tempo para isso, igual antes que era o Moisés, que ele era aposentado, a gente contribuía com algumas coisas, fazia officio essas coisas, mas quem buscava, ia em reunião essas coisas, era ele (Entrevista, Daniela, 2019).

Não é novidade a personificação entre os movimentos sociais populares. Evidentemente, a atribuição das responsabilidades sobre uma só figura não é desejável ou favorável. O fato é que a realidade desses coletivos é marcada pelo sobretrabalho de seus membros e pela dificuldade da maioria dos moradores em se apropriar das normas e legislações necessárias à função de representação, ou seja, pela inabilidade da população em ocupar espaços públicos de debate e deliberação. De modo, então, que, na ausência de uma liderança já experiente, esses movimentos demoram a conseguir formar uma nova leva de representantes.

Daniela aponta, ainda, um outro fator relevante: assim como ela própria se compromete em mais de uma frente de mobilização no bairro, atuando no trabalho político da Associação de Moradores e na organização de festividades religiosas, muitos entre os que se implicam em funções coletivas estão, também, na vanguarda de outras movimentações.

Esses pontos destacados são aspectos factuais do cotidiano de mobilização comunitária nos bairros empobrecidos das cidades. Como já apontado anteriormente, o ciclo da espoliação urbana se encerra na percepção coletiva da experiência de precariedade e injustiça. Seguramente, a apreensão da desigualdade se completa na organização e ação coletivas. Ação essa que também se configura como espoliativa, visto que a necessidade de despender trabalho para garantir infraestruturas urbanas básicas e sua manutenção é característica da parcela mais precarizada da população, qual seja, os moradores de periferias.

Para além do sobretrabalho que envolve a organização de eventos e reuniões, conversas com vizinhos, participação em espaços institucionais, aquisição de conhecimentos específicos e articulação de redes envolvendo diferentes atores, é necessário considerar também o desgaste proveniente das intensas e prolongadas relações de mediação.

Meire, moradora do São Dimas, sempre foi envolvida com os trabalhos de organização comunitária no bairro. Seus pais fazem parte dos primeiros grupos de moradores e muitos de seus vizinhos são seus familiares. Depois de anos implicada na realização da Festa do Rosário, Meire conta que se afastou da organização devido às muitas fofocas envolvendo seu nome:

Eu mexi muito com a festa do Rosário, agora eu não mexo mais, não... Eu mexo lá em São Geraldo [bairro]. Eu não gosto de mexer com essas festas

aqui mais, não. Eu trabalhava muito nessas *feira*. Festa do Rosário é uma festa que você pede [ajuda, patrocínio], não é uma festa que você tem dinheiro *pra* repassar pra paróquia. Aí, depois começou uma amolação... [Eu] trabalhava muito, aí eu comprava carro eles falavam que eu pegava dinheiro da festa, aquela amolação, aí sabe que que eu fiz? Eu larguei *pra* lá. Falei “não vou mexer com isso mais, não!”. Muita fofoca, muita falação. Aqui sempre teve, todo mundo que mexe na festa aqui dá essa amolação. É porque eu trabalhava muito *pra* ter a festa, *pra* ter as coisas e depois ainda ter essa falação (Entrevista, 2019).

Seguramente, brigas, desentendimentos e fofocas mal-intencionadas geram sentimento de frustração, tristeza e desgosto. O comprometimento com a comunidade e a dedicação ao trabalho coletivo são, na maioria das vezes, alimentados nos sujeitos pela fé no êxito, pela necessidade e pela solidariedade, mas não apenas; muitas vezes, o que mobiliza é sensação de realização de algo significativo para além do âmbito particular ou doméstico, a criação de um espaço de pertencimento, os vínculos de amizade que se estabelecem etc. A ruptura causada pelo desgaste das relações interpessoais constitui um fator motivador de mágoa e desencantamento.

Um outro motivo de desentendimentos no bairro São Dimas é a gestão do uso da quadra poliesportiva e do salão comunitário. Ainda que essa conquista tenha sido a realização de um sonho da Associação de Moradores, a administração e a manutenção do local, não raro, geram discordâncias e fofocas.

Aquela quadra também foi um grande benefício, mas agora também já tá ficando desleixada, já. Eu tive uma época que eu tomava conta de lá, aí quando eu tomava conta eu *deixava* eles [os moradores] *fazer* aniversário, tudo que tinha aqui eu deixava usar lá. Porque a quadra foi feita *pra* comunidade, então, se ela foi feita pra comunidade, é pro pessoal daqui usar. Então, assim, a gente sabe que as pessoas não *tinha* dinheiro *pra* pagar, aí, o que eu fazia, eu falava “olha, vocês querem fazer aniversário de criança lá? Pode fazer, mas precisa fazer uma doação, um balde, um puxador, um desinfetante, se quebrar um vidro tem que pagar o vidro”. Foi caminhando assim, mas depois eles *ficou* com muita implicância, aí eu fui ficando chateada e eu larguei. Aí, agora quem toma conta é o Antônio, aí o povo reclama, fala que ele não deixa eles usar lá, não sei porquê. Aí, agora eles quer fazer festa tem que alugar o salão lá pra baixo, salão é caro. O pessoal daqui é tudo gente humilde, né? Eu acho que se ela [quadra] tivesse em boas condições, não precisa assim de cobrar tarifa que paga lá embaixo, cobra uma porcentagem que as pessoa aguenta pagar e *deixa eles* fazer. Eu fiquei uns dois anos lá tomando conta, mas depois foi muita amolação, aí, larguei *pra* lá.

As dificuldades de gerenciamento do espaço, provavelmente, não foram calculadas antes de sua construção. A responsabilidade pela limpeza, manutenção e pela resolução de problemas causados por quaisquer outros inconvenientes causados pelos moradores constitui

um sobretrabalho com que muitos não estão dispostos a arcar⁹⁹. A falta de um acordo, de um grupo dedicado ao cuidado desse espaço e de normas de uso debatidas coletivamente acaba levando a uma gestão unilateral, de modo que a pessoa responsável, que fica com a chave do portão de acesso, acaba decidindo pelo que julga ser a maneira mais adequada de uso.

Esse salão comunitário nós só não *gosta* muito, todo mundo reclama... De primeira, a gente fazia assim uma festinha de criança, aí era assim, nós tudo combinava [os moradores], aí nós comprava um puxador, um saco, uma vassoura, detergente, desinfetante... naquela época cada um dava R\$50,00 ela [Meire] ia arrecadando, tinha balde, tinha pano, tinha tudo. Aí, depois, minha filha, acabou, eles não deixa fazer nada lá (Entrevista, Maria, 2019).

Não tem uma comissão de festa? Tinha que ter, né? Na minha época, na minha Associação [de moradores] tinha comissão. Tinha que ter uma comissão *pra* bater de frente, porque é só um partido. Mas, eles [responsáveis pelo espaço] não tá errado não, sabe por quê? Por causa de confusão. Eles têm medo, [pra fazer festa] tem que tirar uma licença na delegacia pra polícia cobrir. Não é brincadeira, não, eu não sou contra. Eu sou só a favor deles arrumar uma comissão de festa (Entrevista, Tadeu, 2019)

A questão envolvendo os usos da quadra e do salão comunitário é, sem dúvidas, complexa: os moradores apresentam muitas dificuldades em se organizar para manter o espaço em funcionamento; não se sabe, ao certo, a quem cabe a providenciar um auxílio para a manutenção de itens básicos, como lâmpadas, vidraças, pintura e demais reparos, se à UFSJ, à Prefeitura Municipal ou à Associação de Moradores do bairro; há diferentes intenções de uso do espaço e algumas demandas não estão sendo atendidas; os moradores de bairros vizinhos, inclusive do Cidade Nova, praticamente não conseguem ter acesso ao local, o que gera a impressão de benefício exclusivo para os moradores do bairro São Dimas.

O pessoal daqui, da Cidade Nova, quase não usa ela [a quadra], porque lá tem um problema, o pessoal que é da Associação [de Moradores do Bairro São Dimas] lá não deixa a gente fazer nada lá, é só eles que *pode* fazer. Aí, o pessoal daqui nem vai lá mais. Aquilo lá foi doado *pra* fazer uma festa de aniversário de criança, mas teve uma festa, que eles *autorizou* fazer lá e essa festa deu briga, deu confusão, o rapaz saiu quase morto, aí eles pararam de deixar fazer festa. Agora só faz assim, festa no Dia das Crianças, Natal... Festa particular faz mais, não. A parte lá de cima é meio difícil de mexer com eles, eles são meio complicado (Entrevista, Rose, 2019).

⁹⁹ As dificuldades com a gestão desse local se tornam ainda mais complexas devido aos acordos que se estabeleceram entre os moradores e a UFSJ, no momento da doação. Ainda que esse espaço comunitário esteja localizado dentro do *campus* Dom Bosco, a Universidade não se comprometeu com a manutenção e segurança do local. Essa constitui uma outra questão que envolve os moradores do bairro São Dimas e que de tempos em tempos assume novas particularidades. Para um relato acerca do momento inicial de aquisição da quadra e do salão comunitário, buscar PEREIRA, 2015.

No bairro Vila Brasil, também os atritos e fofocas envolvendo os moradores são fatores que dão o tom ao processo de desmobilização comunitária vivenciada no bairro nos últimos anos. Maurício que, há cerca de 20 anos se mudou para o bairro para autoconstruir sua moradia, sempre foi atuante na Associação de Moradores e na Pastoral da Criança. No entanto, por conta de brigas e desconfianças resolveu se afastar do movimento associativo e encerrar o trabalho com a Pastoral.

[O que levou à desarticulação da AMAVIBRA] foi a desistência de todo mundo, a gente ficar dando murro em ponta de faca. Tem mais de dois anos que tá parado [o movimento associativo], eu mesmo saí tem uns cinco, seis anos, depois que eu saí eles *continuou* ainda. A gota d'água foi o dia que asfaltou essa minha rua, asfaltou a da Associação [AMAVIBRA] e da Igreja. Na época o prefeito falou “vou asfaltar três rua”, ele veio cá e asfaltou as três ruas. Então, as pessoa de lá [Novo Bonfim] achou que porque *nóis morava* na rua que eles *asfaltou* e por eu participar da Igreja Católica e mexer com a Pastoral da Criança, que eu que quis que asfaltasse a rua da Igreja, entendeu? Aí cercou, né? O povo *cercou nós* três [membros da AMAVIBRA] ali, queria bater *ne nós*, deitando na frente da máquina, xingando a gente. Eu falei “Jorge, segunda-feira eu levo meu papel de demissão lá!”. Porque a gente *tá lutando* por eles... asfaltou as rua principal! Porque, o que que acontece, a [rua] deles era loteamento [Novo Bonfim] muito depois do nosso, *nóis tava* aqui com as ruas já *arrumada* pra receber o asfalto há mais anos, aí eles ia pegar e ia asfaltar o novo de lá e deixar aqui, *as pessoa ia* passar no barro pra chegar no asfalto? A pessoa não ia na reunião [da AMAVIBRA], não lutava junto com a gente, aí na hora que vem o bem quer que vai na porta dela primeiro, entendeu? Aí eu fui desanimando daqui e saí fora. Lutei muito junto com eles, era reunião, prefeitura, rádio..., mas, na hora que chegou o ponto que as pessoas *tava* querendo agredir a gente por coisas que a gente não tinha controle, aí fica difícil, né? (Entrevista, Maurício, 2019).

A dinâmica de ocupação e desenvolvimento da região, que envolve o empreendimento de dois loteamentos irregulares em momentos distintos (Vila Brasil e Novo Bonfim), mas que vivenciaram seu crescimento populacional em um mesmo período temporal, criou uma situação na qual habitantes mais antigos do local, que já tinham estabelecido uma rede de amizade e articulação coletiva, passaram não apenas a conviver com um forte aumento de famílias recém chegadas, mas a serem chamados a se responsabilizarem pelo provimento de infraestruturas urbanas também na porção mais recentemente ocupada, que compreende, principalmente, o Novo Bonfim. Naturalmente essa situação fez surgir conflitos, de modo que os moradores do Vila Brasil permaneceram tentando trabalhar pela AMAVIBRA, enquanto os moradores do Novo Bonfim não sentiam efetividade nas atitudes e resoluções da Associação.

Conheci muito todos [os membros], mas sempre foi muito falha [de atuação da AMAVIBRA]. No meu ponto de vista, nunca tentou puxar mesmo *pro* bairro, não, mais é pro lado de si próprio, beneficiar a si próprio.

[Como?] Ah, é o jeito, né? [Se] beneficiar através de emprego, na Prefeitura, no Estado, interesse próprio que fala, né?

Eu acho, assim, que [a AMAVIBRA] não se empenhava pra melhorar nada, não, isso do meu ponto de vista. Eles me *convidava pra* mexer, eu não me interessava, justamente, por causa disso. Eu ia [nas reuniões]! [Agora não estão ocorrendo mais] Justamente... Pelos interesses *próprio* não precisa mais, né? (Entrevista, José, 2019).

Outro ponto sensível na mobilização comunitária da Vila Brasil é o dissenso entre os moradores católicos e os evangélicos. Apesar de os dois bairros coadunados, Vila Brasil e Novo Bonfim, somarem cerca de 235 moradias e um número total de moradores inferior a um mil, no momento da pesquisa de campo existiam na localidade três igrejas evangélicas e uma católica.

Nossos interlocutores relatam que o desacordo entre os distintos grupos de fiéis causa transtornos e dificulta a realização de atividades coletivas.

As últimas reuniões teve que fazer aqui em casa, porque é neutro. Porque, se fizer na Igreja Católica tem as imagens de santo, [então] os evangélicos não vão, se fizer lá no outro [na Igreja Evangélica], como os evangélicos não *vai* na católica, os católicos também não *vai* no de lá... fica um *renha-renha*. A igreja A dos evangélicos não vai na B [também evangélica], a B não vai na C... Fica um trem assim, cada um dando tiro *pra* qualquer lado (Jorge, entrevista, 2019).

Os moradores católicos se recordam do tempo de atuação mais forte da Igreja Católica no bairro como um período de maior envolvimento popular:

Do tempo da igreja católica, que tinha o catecismo e tinha professor, tinha um movimento melhor, a gente entrosava muito mais (Jorge, entrevista, 2019).

Já os moradores evangélicos defendem um movimento associativo imparcial, sem envolvimento da Igreja Católica (exatamente porque as igrejas evangélicas não têm como propósito fortalecer movimentos comunitários independentes). Iara, que é evangélica e atuante na AMAVIBRA, ressalta o descontentamento com o fato de a Associação ter cedido metade de seu terreno para a construção da Igreja católica.

Porque tem um lote da Associação [AMAVIBRA], aí dividiram com a Igreja Católica, a Igreja já tava querendo pegar o lote [todo] da Associação pra ela. Aí eu falei, “Jorge, a gente vai ter que ver isso, porque senão daqui a pouco a gente vai acabar perdendo o [restante do] lote”. Porque tem que ter o lugar da Associação, *pra* gente ter um lugar pra fazer reunião, *pras* pessoas, a gente tem sonhos...

Tanto é que existe a Igreja ali, mas eles não deixa a gente fazer reunião lá, teve uma vez que morreu um moço aqui e não pode ser velado porque o padre

tava viajando, tiveram que velar o moço na Igreja Evangélica. Porque, a Igreja Católica fica lá, mas não é da comunidade, é do padre... e pra construir foi a comunidade, né? O pessoal... porque, eu sou evangélica... Porque, ali, só abre pra ter missa, não abre pra reunião, se for pra fazer festa pras crianças também tem que ir lá pedir [para] o padre, pra ver se o padre libera, então não tem como fazer nada. Aí se faz alguma coisa na Igreja Evangélica fica “ah, é crente, eu não vou”, aí fica aquele negócio “é católico, não pode misturar” (Entrevista, Iara, 2019).

As dificuldades, desilusões e desistências que marcam a experiência associativa mais recente dos bairros São Dimas e Vila Brasil são um retrato ao mesmo tempo circunscrito e geral. As descrições aqui feitas apontam para as particularidades de uma circunstância específica, para a realidade comunitária de bairros periféricos de uma cidade de médio porte do interior de Minas Gerais. Contudo, as condições materiais nas quais os moradores desses bairros estão inseridos, envolvem um quadro de precariedade e sobretrabalho que é generalizado entre as periferias urbanas do país.

Feltran (2005) sustenta que a literatura específica dos movimentos sociais, por muito tempo, elaborou discursos gerais e homogêneos acerca dos atores sociais. Buscando a construção de estudos a partir de modelos sociológicos específicos e, muitas vezes, focado em polaridades, tais iniciativas acabaram produzindo análises generalizantes e pautadas na quebra de linearidade dos movimentos sociais.

A escolha em apresentar, também, os aspectos residuais do movimento associativo e as perspectivas e histórias individuais de seus membros se insere em um propósito de pesquisa que não se pretende totalizante, mas que busca na descoberta das ações e práticas cotidianas elementos que contribuam para uma interpretação alternativa dos caminhos e descaminhos de parte dos movimentos urbanos.

O bairro Cidade Nova, apesar de contar com uma Associação de Moradores, não ostenta histórico de forte mobilização comunitária como os bairros São Dimas e Vila Brasil. Em realidade, assim como a expansão urbana da qual faz parte é, em grande medida, resultado do desenvolvimento urbano do São Dimas, também suas conquistas e ações coletivas são compartilhadas com a movimentação popular proveniente do bairro vizinho.

Rose e Gilson vêm compartilhando a responsabilidade sobre a Associação de Moradores desde a sua fundação, há cerca de 10 anos. Rose conta que está na presidência há três anos, que existe uma diretoria que foi eleita, mas que não há participação, e que, na prática, é ela quem busca sozinha por apoio e melhorias para o bairro, a partir de demandas levadas pelos moradores.

Eu sempre fui envolvida com política, sempre gostei de mexer com as coisas, porque eu gosto de mexer com criança. Que eu *tô* presidente daqui já tem três anos. Esse ano que vem já acaba a gestão, mas pelo jeito eu vou continuar, porque ninguém quer pegar isso aqui. Se você chama uma pessoa *pra* uma reunião, não vem... Antes eu fazia reunião dia de semana, aí todo mundo tinha que ver novela, não podia vir, passei pro sábado, todo mundo trabalha, passei pro domingo, todo mundo vai na missa. Aí agora eu já não marco mais reunião, quando eu tenho que sair *pra* resolver as coisas eu vou e resolvo sozinha, a hora que chega aqui eu falo que eu resolvi, porque sempre tem alguma pessoa ocupada (Entrevista, Rose, 2019).

Mas, é que também o povo é muito sossegado, se você marca uma reunião da Associação de Bairro, eles não aprecem. A Rose [presidente da associação] é uma lutadora (Entrevista, Gilson, 2019).

A percepção de Rose acerca das atribuições e potenciais do movimento comunitário é bastante autorreferenciada, muito provavelmente por conta de sua experiência solitária e quase que marginal na política urbana. Filiada ao PT, conta que já saiu candidata à vereadora por duas vezes, mas que não contou com apoio da comunidade “eles preferem dar o voto *pra* outros vereador de outros *bairro* do que daqui [do bairro], não sei por quê. Não sei se eles têm medo de você ganhar e você sair do bairro, você não ajudar...”.

Pra me pedir as coisas, pra encher o meu saco, procura. Tudo que acontece no bairro eles vêm atrás de mim, como se eu pudesse resolver tudo sozinha. É reclamação das coisas, reclama de bagunça de moto, porque tem uns rapazinhos doidão aí que anda de moto *pra* lá e *pra* cá correndo, agora já pedi dois *quebra-mola* pra rua Um, *tô* brigando pra pôr os *quebra-mola* (Entrevista, Rose, 2019).

Em seus relatos, ela destaca a realização de ações pontuais e cotidianas necessárias para a manutenção das infraestruturas do bairro e para a segurança dos moradores. A partir de seu trabalho miúdo, constante e autointeressado, Rose circula pelos diferentes espaços institucionais, pleiteia junto a funcionários públicos e demais representantes do poder público e, ainda que de maneira muito residual, se coloca como agente mobilizadora no espaço.

Eu vou, eu participo das reunião, eu vou atrás de vereador, eu converso, eu procuro saber das coisas, vou na secretaria de saúde, educação, tudo. Tudo eu corro atrás. Eu converso com todos eles [vereadores]. Aqui a gente precisa de caminhão limpa fossa, quando a gente precisa eu corro atrás. A luz, quando

tem luz queimada, eu ligo *pra* prefeitura, ligo pra vereador, eles *dá* um jeito pra mim. Inclusive esse poste da frente da minha casa, ele *tava* quebrando, *tava* todo torto, aí eu fiquei em cima do vereador, aí veio e trocou o poste. Eu corro atrás de tudo que posso correr. Porque se eu pedir só na Cemig eles demora, eles enrola... (Entrevista, Rose, 2019).

Ainda que as possibilidades de mobilização comunitária e de ação reivindicatória coletiva sejam restritas, tendo em vista o tipo de gestão adotado para a representação da Associação de Moradores do bairro, a atuação praticamente individual de Rose é o que coloca o Cidade Nova nos espaços públicos de debate e deliberação. De acordo com o *survey* realizado no bairro, em 2019, 44% dos moradores disseram procurar Rose quando precisam resolver algum problema relativo ao bairro, o que indica realmente que iniciativas de reivindicação no bairro Cidade Nova ocorrem, principalmente, por conta da atuação da presidente (SILVA e CARNEIRO, 2021).

Inclusive, lá na prefeitura meu nome, eu sou uma pessoa chata, sou enjoada, porque eu corro atrás mesmo! É difícil, porque se você não ficar em cima você não consegue nada, não. Eles [pessoal do bairro] *falou* assim que eu ando atrás de muito vereador, que eu não escolho um só. Eu vou atrás de todo mundo, o que me atende primeiro é que eu vou (Entrevista, Rose, 2019).

Esse breve descrição acerca da mobilização comunitária nos bairros não nos permite, aqui, tecer análises com a profundidade que a temática exige. No entanto, alguns comentários singulares parecem apropriados.

A observação atenta dos movimentos, em específico os associativos, explicita o volume de sobretrabalho, de trabalho não pago e sem valor reconhecido necessário para o seu funcionamento. Em se tratando de atores urbanos situados na periferia, esse dispêndio de energia e trabalho se soma aos demais artifícios da espoliação urbana.

No cotidiano do trabalho reivindicativo e de mobilização, agentes variados são acionados e redes de articulação são criadas, sejam elas de solidariedade, ajuda ou interesse. Assim como percebido entre as estratégias familiares, também nas operacionalizadas pelas Associações de Moradores os limites entre a legalidade e a ilegalidade são fluidos. Por exemplo, as três Associações de que nos aproximamos estavam com a documentação irregular. De fato, manter uma associação ativa e regularizada gera custos financeiros de que as populações periféricas não dispõem. Do mesmo modo, a experiência e o contato com outros movimentos

sociais e representantes do poder público fortalecem, entre os membros, a percepção sobre a pouca necessidade do enquadramento legal como caminho primordial.

De fato, os bairros periféricos aqui abordados vivenciam, há alguns anos, sentimentos bastante generalizados entre os moradores de desinteresse e desilusão. A dificuldade em manter a mobilização comunitária fica evidente, entre outros aspectos, pela inatividade das três Associações de Moradores aqui destacadas.

A hipótese, levantada pelos moradores, de que o alcance das condições básicas de infraestrutura funciona como um fator desmobilizador é, certamente, considerável. A busca por acesso a opções de cultura e lazer, apesar de manifesta tanto nas falas dos líderes comunitários, quanto nas conversas com os moradores dos bairros, não possui o mesmo poder de mobilização.

A gente tá tentando [retomar as atividades da AMAVIBRA], tem uma sementinha que ainda ficou. Porque a gente ainda tem o lote, um terreno que é da Associação. E é por isso, assim, que eu não larguei 100% isso [a diretoria], eu preciso de ter um destino *pra* esse lote, mas um destino que a comunidade possa *tá* aproveitando (Entrevista, Jorge, 2019).

Representantes dos movimentos associativos dos três bairros destacaram a importância da existência de espaços comuns de lazer e a necessidade de manter um local para a realização de atividades das Associações. Os moradores dos bairros Vila Brasil e Cidade Nova planejam a construção de uma sede para as suas respectivas associações de bairro, um espaço para festas e a construção de uma praça.

Já os moradores do bairro São Dimas, os únicos que até o momento alcançaram o sonho da construção de uma quadra e um salão comunitário, também vivenciam os dramas advindos, principalmente, da negligência por parte do poder público quando o tema é o acesso à cultura e lazer nas periferias. Além da falta de apoio no gerenciamento do espaço comunitário, a ausência de uma política de cultura comprometida com a preservação das tradições populares e com o desenvolvimento das potencialidades culturais emergentes nas periferias urbanas coloca sob risco práticas como as desenvolvidas pelos grupos de Congado, ainda existentes no bairro.

Os temas que mobilizam os cidadãos para a para a luta coletiva, para a explicitação aberta do conflito, são, necessariamente, questões que envolvem os interesses de uma coletividade, a discussão pública e, por vezes, a adequação de normas legislativas.

De acordo com Rancière (2014), os governantes na democracia contemporânea têm como tarefa fundamental “gerir os efeitos locais da necessidade mundial sobre a população” (p.99). Isso significa que a população a que diz respeito essa gestão é compreendida enquanto uma totalidade una e objetivável, ao contrário das heterogeneidades, divisões e transformações constituintes da nossa sociedade. Esse descompasso se reafirma, também, no que toca à representação; isso porque trata-se de uma forma oligárquica, de uma representação das minorias que têm aval para assumir os negócios comuns. “Na história da representação, são sempre os estados, as ordens e as possessões que são representados em primeiro lugar” (RANCIÈRE, 2014, p.69).

Percebe-se que, ao passo em que, no capitalismo, os órgãos oficiais carregam como um de seus objetivos tornar o crescimento da riqueza, ao máximo possível, ilimitado, as tensões provenientes do desequilíbrio entre as precariedades que consternam a população pobre e as práticas limitadas do Estado inevitavelmente tornam-se manifestas.

Entre nós, a produção capitalista da cidade e a gestão regressiva do urbano repõem, de modo sistêmico e necessário, a “reprodução ampliada” das desigualdades territoriais. Esse processo e sua percepção, isto é, a própria espoliação urbana, são inseparáveis da tensão produzida pela incompletude relacional que caracteriza as periferias e que atravessa e anima as diversas estratégias e práticas (individuais, familiares ou coletivas) empreendidas pelos moradores.

A percepção da subcidadania entre os moradores das periferias e a emergência de tensões e conflitos com outros agentes, públicos ou privados, envolvidos no processo de produção e reconstrução do espaço encerra o ciclo da espoliação urbana. A demanda pelo reconhecimento da precariedade da vida privada também como uma experiência resultante de questões diretamente relacionadas à esfera pública é o que Rancière (2014) define como democracia.

Para o autor, a esfera pública é a esfera do encontro e do conflito e a prática espontânea dos atores dominantes que atuam na esfera pública ocorre no sentido de estreitá-la. Desse modo, a democracia consistiria no processo de luta contra a privatização da esfera pública, pela ampliação dessa esfera, principalmente quando a manutenção e alargamento da esfera do privado contribuem para a existência de sistemas desiguais (RANCIÈRE, 2014).

A ação dos movimentos sociais ocorre, justamente, pela insustentabilidade da pretensão das classes dominantes de manter, de forma rígida e a-histórica, as fronteiras vigentes entre a

esfera pública e a esfera privada. Atua enquanto prática que busca romper com esquemas de opressão a partir da transposição de assuntos tidos como da ordem do privado, de responsabilidade individual ou familiar, para a esfera pública.

Para Rancière:

É isso que implica o processo democrático: a ação de sujeitos que, trabalhando no intervalo das identidades, reconfiguram as distribuições do privado e do público, do universal e do particular. A democracia não pode jamais se identificar com a simples dominação do universal sobre o particular. Pois, segundo a lógica da polícia, o universal é continuamente privatizado, continuamente reduzido a uma divisão de poder entre nascimento, riqueza e “competência” que atua tanto no Estado quanto na sociedade. Essa privatização se efetua comumente em nome da pureza da vida pública, que é oposta às particularidades da vida privada ou do mundo social (2014, p. 80).

A lógica da democracia moderna consiste em fortalecer a cultura do consenso e o repúdio ao conflito. O Estado de direito oligárquico em que vivemos se baseia em regras de representatividade que, em última instância, têm como objetivo repassar a função de governar para especialistas que se ocupam de manejar as urgências. “Mas esse sistema é ele próprio um compromisso instável, uma resultante de forças contrárias” (RANCIÈRE, 2014, p. 92).

A demanda pela construção de uma cidade menos espoliativa e desigual nos parece um exercício pleno da democracia, de pressão pelo alargamento da esfera pública por meio da inserção de temas até então situados no âmbito do privado. A política enquanto prática de exposição das tensões latentes alimenta o processo democrático, fazendo emergir o universal em forma de polêmica, resgatando o conflito, inventando formas de subjetivação que contrariam o perpétuo estreitamento e privatização da esfera pública.

A democracia significa, nesse sentido, a impureza da política, a rejeição da pretensão dos governos de encarnar um princípio uno da vida pública e, com isso, circunscrever a compreensão e a extensão dessa vida pública. Se existe uma ilimitação própria à democracia, é nisso que ela reside: não na multiplicação exponencial das necessidades e dos desejos que emanam dos indivíduos, mas no movimento que desloca continuamente os limites do público e do privado, do político e do social (RANCIÈRE, 2014, p 81).

Compreende-se, pois, que “os ‘direitos do homem e do cidadão’ são os direitos daqueles que os tornam reais” (RANCIÈRE, 2014, p 95).

10. CONCLUSÃO

Iniciamos essa pesquisa com a proposta de estudar os processos que se somam na formação de periferias urbanas para além das metrópoles. Tendo como referência estudos clássicos da sociologia urbana no Brasil, buscávamos empreender uma análise pautada em uma pesquisa empírica bem fundamentada, que possibilitasse dialogar com teorias e experimentações construídas para diferentes tempos e espaços urbanos. Assim, visando empreender uma investigação que permitisse, a partir de estudos de caso, construir interpretações não apenas focalizadas no cenário local, mas que fossem, também, comparativas e abrangentes acerca da realidade urbana brasileira, adotou-se uma perspectiva teórica comprometida com a análise dos aspectos estruturais e históricos da formação urbana nacional.

Ao longo do percurso de pesquisa, para além da busca pela elaboração de uma análise comparativa acerca do objeto de estudo, também o processo de escolha e execução da metodologia de pesquisa tornou-se uma frente de reflexão. Certamente, o contexto institucional, minha trajetória enquanto pesquisadora e a inserção em um núcleo de pesquisa foram significativos no desenrolar deste trabalho.

Ao apresentar as características mais gerais de processos que lançam raízes aos meados do século passado, pudemos situar o município de São João del-Rei na trajetória econômica que veio atravessando o Brasil e o estado de Minas Gerais, o que nos pareceu essencial para possibilitar ao leitor a visualização do cenário político e econômico local e, desse modo, a melhor compreensão das análises dos casos empíricos apresentados.

Do mesmo modo, a definição de São João del-Rei como uma cidade média e os apontamentos acerca da dinâmica em que se insere, indicando-a como uma cidade regional de uma mesorregião economicamente deprimida, pareceram essenciais para investigar os ritmos de formação das periferias em estudo, assim como as definições e mudanças de funções que esses bairros apresentam ao longo do tempo.

A proposta de utilização das categorias de *periferia consolidada* e *fronteira urbana*, apresentadas por Torres (2004) como referência e contraponto para os bairros estudados, pode, em alguma medida, provocar certo desconforto no interlocutor, na medida em que pareceria um esforço de classificação forçada. Essa sensação de incômodo não deixa, entretanto, de ser intencional. Ao buscar interpretar periferias urbanas que são, notadamente, muito distintas das de referência do estudo de Torres (no caso, periferias da metrópole de São Paulo), tivemos em

conta a necessidade de atenção cuidadosa para não reproduzir análises pouco ajustadas à realidade local, assim como para identificar as possibilidades de administração de categorizações externas. No entanto, a apresentação detalhada dos dados, assim como o esforço de evidenciação dos caminhos percorridos no processo de elaboração da análise demonstram o zelo com a autenticidade do trabalho e a expressão da urgência de pesquisas sociológicas, empíricas e multireferenciadas, pautadas em realidades periféricas urbanas para além das metrópoles.

Na medida em que as cidades médias são parte significativa do contexto urbano brasileiro e apresentam dinâmicas sociais e econômicas específicas e, muitas vezes, distintas das observadas nas metrópoles e grandes cidades, acredita-se que a pesquisa urbana nessa categoria demanda metodologias de pesquisa ajustadas para o seu contexto e reflexões elaboradas a partir de outros parâmetros que não os postos para as grandes cidades. Bonduki (PODCAST Urbanidades, 2021) pondera sobre a predominância de estudos urbanos relativos a metrópoles e grandes cidades, com a conseqüente exportação de teorias e métodos para situações urbanas não equiparáveis e os desajustes produzidos. O autor atenta, ainda, para a importância de estudos focalizados e bem estruturados a partir de suas realidades empíricas para a elaboração de políticas públicas eficientes.

Tendo em conta o contexto atual de maior democratização no acesso às tecnologias de informação e a recente capilarização do ensino superior no Brasil - por meio, principalmente, do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) – parece razoável considerar que vivemos um momento oportuno para o desafio que aqui propomos, qual seja, o desenvolvimento de debates sobre as cidades brasileiras que atendam às diferentes realidades de urbano que experienciamos, a construção de pesquisas dialógicas e de redes de pesquisadores que contemplem estudos urbanos regionais e metropolitanos.

O exercício de intensa inserção na conjuntura específica de cada localidade - por meio do tratamento e análise dos dados obtidos pelo *survey* e do trabalho de campo envolvendo a aproximação com os moradores, o conhecimento das trajetórias de vida e das estratégias cotidianas, familiares e coletivas, de resistência urbana - permitiu a construção de um quadro bastante rico acerca da dinâmica urbana de construção e transformação dos bairros em questão e do complexo percurso pelo qual caminham as famílias em busca de sua reprodução nas periferias.

Entre os resultados obtidos a partir dessas entradas, destacamos a percepção do ritmo mais lento de formação e transformação das periferias urbanas de cidades de médio porte, se comparadas às grandes cidades e metrópoles. Parece relevante apontar, ainda, a rara transferência de capitais (simbólico, econômico ou cultural) de espaços situados ao entorno das periferias e valorizados pela especulação imobiliária para os territórios das periferias em si.

A identificação de práticas de resistência empreendidas pelos moradores dos bairros estudados (no decorrer da busca por melhorias na qualidade de vida urbana) nos permitiu perceber as nuances que compõem esse diagrama, tais como os diferentes tipos de “parcerias” firmadas entre os moradores e demais agentes da cidade; os cálculos que envolvem as ilegalidades observadas; e as variadas estratégias cotidianas - que se mesclam entre individuais/familiares e coletivas - de autoconstrução de moradias e manutenção de infraestruturas.

Certamente, a constatação do persistente sobretabalho e da cotidiana autoexploração entre os moradores no processo de construção das periferias das cidades e, conseqüentemente, na dinâmica de reestruturação urbana, reafirma nossa perspectiva analítica, segundo o qual o que singulariza a periferia, em relação às demais porções do espaço urbano, é a tensão resultante da incompletude do padrão de urbanização no território e inerentemente vinculada à espoliação urbana.

Ao trazer a noção de espoliação urbana como um dos eixos centrais de proposta analítica, buscamos, para além de refletir acerca da atualidade dessa modalidade de exploração descrita e conceituada por Kowarick no final dos anos 1970, apresentar o legado do autor como convite ao compromisso com a pesquisa urbana.

Kowarick se destaca não apenas por sua produção científica, que praticamente atravessa a construção da “cidade enquanto questão” no Brasil, mas também por sua constância em apontar que o alinhamento com a realidade brasileira, com a conjuntura política, social e econômica, não pode deixar de compor a imaginação sociológica.

A leitura das obras de Kowarick nos permite acessar a ética de compromisso do autor com o modo e as condições de vida dos grupos da nossa sociedade cujo cotidiano é marcado pela vulnerabilidade em diferentes níveis. O autor faz indicações declaradas de que suas escolhas analíticas são também políticas e marcadas por princípios sólidos.

Esse desembaraço em marcar posição a respeito de um compromisso ético que precede o trabalho científico se realiza em combinação com sua desenvoltura em revisitar as próprias

construções analíticas, apontando inconsistências e reconhecendo, sem qualquer presunção, que suas contribuições são um processo “em movimento” (2020, p. 573). A exposição desse trabalho de revisão do pesquisador, tanto em relação aos construtos teóricos quanto no que tange à sua trajetória de trabalho e de vida, permite nos aproximarmos de seu processo de pensamento, sua metodologia e percursos de pesquisa.

A todo momento, Kowarick nos convida a empreender com ele a busca por uma construção analítica do urbano atenta aos processos econômicos e estruturantes e pautada na produção de experiências e suas mediações. Ressalta que a percepção das necessidades varia no tempo e no espaço e que, a despeito da institucionalização das legitimidades, “igualmente importante é a lenta, oscilante e contraditória dinâmica de desnaturalização do escanteamento presente no cotidiano de nossas metrópoles” (2020, p. 575).

Compreender que as necessidades e desejos que habitam o imaginário urbano não são estáticos, nem pré-determinados por algum tipo de normativismo urbano, figura como o primeiro passo necessário a ser dado pelo pesquisador. Convém, ainda, reconhecer o tempo e o espaço como agentes de práticas, visto que as estruturas espaciais - tais como infraestruturas e equipamentos urbanos, vias de acesso, empreendimentos imobiliários e comerciais etc. - se modificam temporalmente, insuflando e remodelando os conflitos que se materializam no terreno. É preciso, ainda, perseguir os caminhos e razões que levam as reivindicações a assumirem legitimidade, ou seja, compreender os processos de transformação das negações em injustiças.

Ainda que a obra de Kowarick assuma uma posição privilegiada na composição dessa pesquisa, não ousamos dizer que se trata de um trabalho em homenagem ao autor. Seguramente, essa pretensão demandaria um esforço de outra categoria. Aqui, nos compete apenas ressaltar sua inquestionável relevância no campo científico, seu entusiasmo e seu compromisso com a construção coletiva de uma “questão urbana” genuinamente brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIRRE, R., BATTHYÁNY, K., GENTA, N. e PERROTTA, V. Los cuidados en la agenda de investigación y en las políticas públicas en Uruguay. **Revista Iconos**. Núm. 50, pp. 43-60. Quito: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales-Sede Académica de Ecuador. 2014.

ALMEIDA, TOYOSHIMA e TEIXEIRA. Indústria e complexidade econômica: uma análise das mesorregiões brasileiras. **Anais do 18º Seminário de Diamantina**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar. 2019.

AMORIM FILHO, O. B.; RIGOTTI, J. I. R. Os Limiares Demográficos na Caracterização das Cidades Médias. **Anais do 13º Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, Ouro Preto, 2002.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Origens, evolução e perspectivas dos estudos sobre cidades médias. *In*: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, p. 69-87, 2007.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; RIGOTTI, José Irineu Rangel; CAMPOS, Jarvis. Os níveis hierárquicos das cidades médias de Minas Gerais. **Revista RA'E GA**, UFPR, Curitiba, n. 13, p. 7-18, 2007.

ANDRADE, T.A.; SERRA, R.V. **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori, Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. *In*: ARANTES, Otília et al., **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**, Petrópolis: Vozes, pp. 11-74. 2000.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA E DAS OLIMPÍADAS. **Dossiê Megaeventos e violações dos direitos humanos no Brasil**. Rio de Janeiro: ANCOP, 142p. 2014.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9 ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

ÁVILA, Maria Betânia e FERREIRA, Verônica. Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. *In*: **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. ÁVILA, Maria Betânia e FERREIRA, Verônica (Orgs). SOS Corpo Instituto feminista para a democracia; Instituto Patrícia Galvão; Recife: SOS Corpo. 2014. 105p.

BARROS, Matheus A.; CARNEIRO, Eder J. **De lava-pés a São Dimas**: uma história conflituosa de apropriação das condições naturais. Relatório do Projeto de Extensão “Cidadania e justiça ambiental”. Universidade Federal de São João del-Rei, 2004.

BATTHYÁNY, Karina. **Las políticas y el cuidado en América Latina: Una mirada a las experiencias regionales**. Serie Asuntos de Género Nro. 124. CEPAL. Santiago. 2015.

BATTHYÁNY, Karina e GENTA, Natalia (2018) Sociología de género y cuidados en Uruguay: el camino recorrido. *In* Cantero, Garrido, Martínez, Salinas, Pizarro y Muñoz-Saavedra (orgs).

Políticas públicas para la equidad social. Editora: Colección políticas públicas, Universidad de Santiago de Chile. 2018.

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base.** Coleção Primeiros Passos. Editora Brasiliense: São Paulo, 1981.

BONDUKI, Nabil e ROLNIK, Raquel. “Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente da reprodução da força de trabalho”. In: MARICATO, Ermínia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** São Paulo, Alfa-Omega. p. 117-54. 1979.

CALDEIRA, T. **A política dos outros.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: Editora 34. 2003.

CAMARGO, Camila Moreno de. Novas formas associativas na produção recente de moradia social no Brasil. **R. B. ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS** V.15, N.2, Nov. 2013.

CANDIDO, Luiz F. M.; CARNEIRO, Eder J. Notas sobre uma experiência de extensão universitária: justiça ambiental e a comunidade do bairro São Dimas (São João del-Rei-MG). in: **Anais do III Congresso Brasileiro de Extensão Universitária,** Florianópolis, 2006.

CARNEIRO, Eder Jurandir; BARROS, Matheus Alves de. Conflitos ambientais e construção de um território urbano: o caso do bairro São Dimas (São João del-Rei-MG). **Anais do III Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS).** v. 23, 2006.

CARNEIRO, Eder J., BARROS, Matheus A. **Conflitos e processos de apropriação das condições naturais:** (in)justiça ambiental e a comunidade do bairro São Dimas (São João del-Rei – MG). Relatório de Iniciação Científica, PIBIC-FAPEMIG. Universidade Federal de São João del-Rei, 2006-b.

CARNEIRO, Eder J., BARROS, Matheus A. **Urbanização e conflito ambiental:** o caso dos bairros Vila Brasil e Novo Bonfim. Relatório de Iniciação Científica, PIBIC-FAPEMIG. Universidade Federal de São João del-Rei, 2007.

CARNEIRO, Eder; RIBEIRO, Isaac. **Conflitos ambientais e processos de construção de territórios urbanos:** o caso do bairro Senhor dos Montes (São João del-Rei – MG). Relatório de Pesquisa. Programa Institucional de Iniciação da Universidade Federal de São João del-Rei (PIIC-UFSJ). São João del-Rei, 2008.

CARNEIRO, Eder J., LEITE, Dayse S. e TAVARES, Denis, P. Conflitos ambientais, construção de territórios urbanos e estratégias de empresariamento urbano da Capital Brasileira da Cultura. In: ZHOURI, Andréa e LASCHEFSKI, Klemens (Org). **Desenvolvimento e Conflitos ambientais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

CARNEIRO, Eder J. “Atividades minerárias e conflitos ambientais e territoriais em Minas Gerais, Brasil: trajetória histórica”, in: ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna (org.), **Mineração na América do Sul:** neoxtratativismo e lutas territoriais. São Paulo: Annablume, pp. 255-278. 2016.

CARLOS, Ana Fani, VOLOCHKO, Danilo e ALVARES, Isabel (Orgs). **A cidade como negócio**. São Paulo: Editora contexto, 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, p. 23-34, 2007.

CORTADO, Thomas J. **À beira da cidade: política e poética da urbanização no Jardim Maravilha, “loteamento proletário” da Zona Oeste carioca**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

COSTA, Albertina de O. Rotinas de Mulher. In: **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. ÁVILA, Maria Betânia e FERREIRA, Verônica (Orgs). SOS Corpo Instituto feminista para a democracia; Instituto Patrícia Galvão; Recife: SOS Corpo. 2014. 105p.

COTA, Daniela Abritta e DIÓRIO, Ana Carolina Dias. Crescimento urbano na “pequena-média” São João Del Rei, MG: notas preliminares de uma pesquisa. **Anais do XII Seminário Internacional RedIberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio (RII)**. Belo Horizonte/MG, 2012.

COTA, Daniela Abritta e DIÓRIO, Ana Carolina Dias. Cidade intermediária e rede urbana: o caso de São João del-Rei (MG). **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v.21, n.28, 1º sem. p. 66-85, 2014.

COTA, Daniela A. e SILVA Ana L. A. Programa “Minha casa, Minha vida” (faixa 1) em São João del-Rei, MG: uma análise crítica. Geoiingá: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**. Maringá, v. 8, n. 2, p. 140-162, 2016.

CUNHA, Neiva Vieira da; FELTRAN, Gabriel de Santis. (org.). **Sobre periferias: novos conflitos no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina & FAPERJ, 2013.

DAS, Veena; POOLE, Deborah (org.). **Anthropology in the Margins of the State New Dehli**: Oxford University Press. 2004.

DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1981.

DULCI, O. S. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

DURAO, Susana. VIEIRA DA CUNHA, Neiva & FELTRAN, Gabriel de Santis. 2013. Resenha do livro “Sobre periferias: novos conflitos no Brasil Contemporâneo”. **Mana**. Rio de Janeiro: Lamparina. 2014, vol.20, n.2 pp.422- 424.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, R. (Org.). **A aventura antropológica: Teoria e pesquisa**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 17-38, 2004.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução do Coletivo Sycorax. São Paulo. Ed. Elefante, 2019. 388p.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo**. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2005.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. Cidade: imagem e imaginário. In: **Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano**. Orgs. SOUZA, Célia F. e PESAVENTO, Sandra J., 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

FERREIRA, Patrícia P. e CARNEIRO, Eder J., **Construção de territórios urbanos de classes populares: a expansão de bairros periféricos na zona noroeste de São João del-Rei- MG**. Anais do XII Congresso de Produção Científica e Acadêmica. Universidade Federal de São João del-Rei, 2014.

FERREIRA Jaine C., CRUZ Aline C. e Daniela A. R. TORRES. Atuação do Programa Minha Casa Minha Vida em São João Del Rei, Minas Gerais. In: XVII Seminário sobre a economia mineira [recurso eletrônico]: anais. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2016.

FERREIRA, Caroline A. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) nas narrativas orais e memórias de mulheres na Diocese da Campanha, sul de Minas Gerais, entre os anos de 1980 e 2000. **Revista Angelus Novus**. ano XII, n. 17, 2021.

FERRO, Sérgio. Nota sobre “O vício da virtude”. **Novos Estudos**, CEBRAP, n. 76, p. 229-234, nov. 2006.

FILHO, Cândido M. C. **Reinvente seu bairro: caminhos para você participar do planejamento da sua cidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.

FIX, Mariana. **Parceiros da exclusão: duas histórias da construção de uma “nova cidade” em São Paulo**: Faria Lima e Água Espreada. Boitempo: São Paulo, 2001.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Circuito do Ouro – Campo das Vertentes: diretrizes para o desenvolvimento da estrutura urbana e preservação do centro histórico de São João del-Rei (Vol. 1)**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais, 1982.

GAIO SOBRINHO, Antônio. **História do comércio em São João del-Rei**, São João del-Rei: ed. Indep, 1997.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831-1888)**, São Paulo: Annablume. 2002.

GINZBURG, Natalia. **As pequenas virtudes**. São Paulo: Companhia das Letras. 2020.

GUIMARÃES, Nadya Araujo e HIRATA, Helena Sukimo. **O Gênero do Cuidado: Desigualdades, Significações e Identidades**. Cotia, São Paulo: Ateliê editorial 2020.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes – Selo Martins, 2014.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, nº132. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, set./dez. 2007, pp.595-609.

IBGE. **Anuário estatístico do Brasil 1950**. Rio de Janeiro: 1951.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades: 2007/IBGE**, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 201p., 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto interno bruto dos municípios: ano de referência 2010/IBGE**, Coordenação de Contas Nacionais. – 3. ed. - Rio de Janeiro: IBGE, 58p, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades: 2018/IBGE**, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 192 p., 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades 2018: Nota metodológica**. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 55 p., 2020b.

INSTITUTO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO DO BRASIL (IRIB). **Enfiteuse – Aforamento ou Emprazamento**. 2a edição. 48 p. São Paulo: IRIB, 2014.

JÚNIOR, Samuel P. A. “**Beira mar ô, a Congada é coisa de Preto Velho**” - **Memória e consciência histórica: a Festa do Rosário na comunidade São Dimas (São João del-Rei- MG)**”. *Dissertação de mestrado*, Programa de pós-Graduação em História – UFSJ. São João del-Rei, 272f., 2019.

KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1975.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. (Coleção Estudos Brasileiros, 44.) 1979.

KOWARICK, L. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

KOWARICK, L. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: Editora 34, 2009.

KOWARICK, Lúcio. Sobre a construção de um instrumento de análise: A espoliação urbana. **Novos Estudos**. CEBRAP. São Paulo. V. 39, nº 03, 567-576, set.– dez. 2020.

LAGO, Luciana Corrêa do. O que há de novo na clássica núcleo-periferia: a metrópole do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org.). **O futuro das metrópoles: Desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: Editora Revan, p.207-228, 2000.

LAGO, Luciana Corrêa. A “periferia” metropolitana como lugar do trabalho: da cidade-dormitório à cidade plena. **Cadernos IPPUR**, n. 2, Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, pp. 9-28.

LAGO, L. C. Trabalho e Moradia na Periferia: para Uma Política Urbana Economicamente Orientada. **Revista Em Pauta**, Vol. 6, Número 24, dez. 2009.

LOPES, João Marcos; RIZEK, Cibele. O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica. In **Procedimentos de gestão habitacional para população de baixa renda**. Coletânea Habitare, v. 5. Edt. CARDOSO, A. L. e ABIKO, A. K. Porto Alegre: ANTAC, 2006

LOPES, João Marcos. O anão caolho. **Novos Estudos**, CEBRAP, n. 76, p. 219-227, nov. 2006.

LEEDS, Anthony and LEEDS, Elizabeth (org.). **A sociologia do Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.

LEITE, Dayse S., CARNEIRO, Eder J. **O barroco nas asas da modernidade - competição interlocal e articulação de elites na cidade mineira de São João del-Rei: aeroporto, *shopping center* e “revitalização” do centro histórico**. Relatório Final de Pesquisa. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/Cnpq), Universidade Federal de São João del-Rei. 2008.

LEITE, Márcia Pereira. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas públicas de segurança pública no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 6, n. 2, pp. 374-388, 2012.

LIBBY, D. C. **Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX**, São Paulo: Brasiliense. 1988.

MACHADO DA SILVA, Luís A. A política na favela. **Cadernos Brasileiros**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, mai./jun. p. 35-47. 1967.

MACHADO DA SILVA, Luís A. **Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade**. Dissertação de mestrado em antropologia social. Rio de Janeiro, UFRJ, MN. 1971.

MACHADO DA SILVA, Luís A. **Fazendo a cidade: trabalho, moradia e vida local entra as camadas urbanas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

MACHADO DA SILVA, Luís A. **O mundo popular: trabalho e condições de vida**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

MAGNANI, José G. C. No meio da trama: A antropologia urbana e os desafios da cidade contemporânea. **Sociologia, problemas e práticas**, n.º 60, 2009, pp. 69-80.

MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 166 p. (Coleção Urbanismo). 1982.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias, in: ARANTES, Otilia et al., **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**, Petrópolis: Vozes, pp. 121-188, 2000.

MARTINS, José de Souza. **Uma sociologia da vida cotidiana: ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e de Henri Lefebvre**. São Paulo: Contexto. 2014.

MARQUES, Eduardo C.; BICHIR, Renata M. Investimentos públicos, infraestrutura urbana e produção da periferia em São Paulo. **Revista Espaço & Debates**, São Paulo, n. 42, 2001.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATUSHIMA, Marcos Kazuo e GOMES Maria Terezinha Serafim. A dinâmica da produção do espaço urbano em cidades médias: um estudo a partir da atuação do setor varejista em Uberaba-MG. **Anais XIX Encontro Nacional de Geógrafos**. João Pessoa, 2018.

MAUTNER, Yvonne. A periferia como fronteira da expansão do capital. In Deak, Csaba & Shiffer, Sueli (Org.) **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Fupam EDUSP, 1999.

MILLS, Wright C. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar. 2009.

MIRANDA NETO, JOSE Q. DE. **Os nexos de re-estruturação da cidade e da rede urbana: o papel de Belo Monte nas transformações espaciais de Altamira e em sua região de influência**. Tese (Doutorado). PPGG/UNESP-Presidente Prudente, 2016.

MONSMA, Karl. **James C. Scott e a resistência cotidiana: uma avaliação crítica**. In: XIII Encontro Anual da ANPOCS-Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, 1999, Caxambu, MG. XIII Encontro Anual da ANPOCS. São Paulo: ANPOCS, 1999.

MOREIRA, Rita de C. S. e CARNEIRO, Eder J. **Construção de territórios urbanos de classes populares e expansão de bairros periféricos em São João del-Rei – MG: o caso da Vila Nossa Senhora de Fátima**. Relatório de Iniciação Científica, PIBIC-FAPEMIG. Universidade Federal de São João del-Rei, 2016.

MURAKAMI, Haruki. *Ouçã a canção do vento; Pimball*, 1973. Rio de Janeiro: Alfaguara. 2016.

NETO, J. C. de Mello. O meu último encontro com o poeta João Cabral de Melo Neto. In: CAMAROTTI, Gerson. Blog do Camarotti. Rio de Janeiro, 24, nov. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/blog-do-camarotti/post/o-meu-ultimo-encontro-com-o-poeta-joao-cabral-de-melo-neto.html>. Acesso em: 02, nov. 2011.

NEVES, Rodrigo. **História e turismo: a “mercadorização” do “patrimônio histórico” e a elitização da área central de Tiradentes, Minas Gerais (1980-2012)**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de São João del-Rei. São João del-Rei, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão dualista - O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. O vício da virtude. Autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. **Novos estudos**, CEBRAP, n. 74, p. 67-85, mar. 2006.

OLIVEIRA JUNIOR, Gilberto. A cidade média enquanto escala de análise dos conteúdos da urbanização contemporânea. In: **Anais 12º EGAL - Montevideo – Uruguai**. 2009.

PARANHOS et.al. (2013). Corra que o survey vem aí. Noções básicas para cientistas sociais. **Revista 5432x de Metodología de la Investigación Social - ReLMIS**. Nº 6. Año 3. Oct. 2013 - Marzo 2014. Argentina. Estudios Sociológicos Editora. p. 07 - 24. 2013. Disponible en: <http://www.relmis.com.ar/ojs/index.php/relmis/article/view/74>

PELEGRINI, Djalma Ferreira et al. **Diagnóstico rural da microrregião de São João del-Rei, MG**. Belo Horizonte: EPAMIG, 48p. 2010.

PEREIRA, Vivian P. **Conflitos urbanos e estratégias cotidianas de resistência**: o processo de formação de um bairro periférico. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

PEREIRA, Vivian P. O legado de Kowarick: convite ao compromisso com a pesquisa urbana. **Revista Cadernos CERU**, Série 2, Vol. 32, n. 1, jun. 2021.

PERLMAN, Janice E. **O mito da marginalidade**: favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.

PODCAST Urbanidades: Balanço da pesquisa urbana no Brasil: percursos e novos horizontes. Entrevistados: Brodwyn Fisher, Eduardo Marques, Nabil Bonduki e Neiva Vieira. Mediação de Bianca Freire-Medeiros. Centro de Estudos da Metrópole. 27 julho. 2021. Podcast. Disponível em <https://open.spotify.com/episode/1RJzopG0grFsXjcukQOjkh>. Acesso em: 02/11/2021.

RANCIÈRE, Jaques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo. 2014.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org.). **O futuro das metrópoles**: Desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro: Revan, p.63-98, 2000.

RIZEK, Cibele Saliba. Viração e trabalho: algumas reflexões sobre dados de pesquisa. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.11, n. 21, p. 49-58, 2006.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares**: A colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANDIM, Larissa C. **Dinâmica territorial da produção imobiliária em São João del-Rei/MG entre os anos 2009-2017**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de São João del-Rei. São João del-Rei. 124 p., 2019.

SANTOS, Bruno H. dos. **A formação socioespacial de São João del-Rei/MG e o processo de regionalização do Campo das Vertentes**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de São João del-Rei. São João del-Rei. 167 p. 2017.

SANTOS JÚNIOR, Orlando A., GAFFNEY, Christopher e RIBEIRO, Luiz C.Q. (Orgs). **Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas**. - 1. ed. - Rio de Janeiro: E-papers, 542 p. 2016.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Trad. Mirna T. R. Viana. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

SANTOS, Thiago. S.; PEREIRA, Raquel S. Governança do Turismo no Campo das Vertentes (MG): garantia de desenvolvimento regional? **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, 12(2), pp. 83-111, maio/ago. 2018.

SILVA, Carlos Eduardo M., “Lugar-habita e lugar-mercadoria: territorialidades em tensão no domínio dos cerrados”, in: ZHOURI et al. (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SILVA, Luiz R. T., CARNEIRO, Eder J. **A construção social de territórios urbanos de classes populares**: o caso da Vila Nossa Senhora de Fátima (São João del-Rei – MG). Relatório de Iniciação Científica, PIBIC-FAPEMIG. Universidade Federal de São João del-Rei, 2006.

SILVA, Luiz R. T., CARNEIRO, Eder J. **A construção de territórios urbanos de populações de baixa renda em São João del-Rei - MG**: conjuntos habitacionais do IAPI e seus entornos. Relatório de Iniciação Científica, PIBIC-FAPEMIG. Universidade Federal de São João del-Rei, 2007.

SILVA, Ana L. A. **Minha casa ... e a vida?**: impactos socioespaciais a partir da análise de um empreendimento do programa Minha Casa, Minha Vida em São João del-Rei, MG. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei. 188 p. 2018.

SILVA, Álvaro P. e CARNEIRO, Eder J. **Construção de periferias urbanas em São João del-Rei-MG**: o caso dos bairros São Dimas e Cidade Nova. Relatório de pesquisa, UFSJ, São João del-Rei, 2021.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 10-31, jan./jun. 2002.

SCOTT, James C. Exploração normal: resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº. 5, Brasília jan./jul. 2011.

STANDING, Guy. **O precariado, a nova classe perigosa**. São Paulo: Autêntica. 2013.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar. 1993.

TAVARES, Denis, P., CARNEIRO, Eder J. **Notas sobre uma experiência de extensão nos bairros Vila Brasil e Novo Bonfim – São João del-Rei/MG**. Relatório Final de Extensão. Universidade Federal de São João del-Rei. 2006.

TAVARES, Denis, P., CARNEIRO, Eder J. **O plano diretor e a Capital Brasileira da Cultura 2007**: estratégias de consenso e empreendedorismo urbano em São João Del-Rei/MG. Relatório Final de Pesquisa. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/Cnpq), Universidade Federal de São João del-Rei. 2008.

TAVARES, Thiago Rodrigues. A religião vivida: expressões populares de religiosidade. Juiz de Fora: **Sacrilegens**. v. 10, n. 2, 2013.

TELLES, Vera da Silva. A cidade nas fronteiras do legal e ilegal. Belo Horizonte: Fino Traço, 2010. TORRES, Haroldo da Gama e BICHIR, Renata Mirandola, et al. Uma pobreza diferente? Mudanças no padrão de consumo da população de baixa renda. **Novos Estudos**, n.74, p.17-22. 2006.

TELLES, Vera da Silva e CABANES, Robert (orgs.). **Nas tramas da cidade**. Trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas/IRD, 2006.

TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2010.

TÉSSIA, Jadna e LOBO, Carlos. Dinâmica migratória na região de influência de São João Del-Rei: os fluxos e a organização do espaço regional. **VII Encontro Nacional Sobre Migrações de Tema Central: Migrações, Políticas Públicas e Desigualdades Regionais**, Curitiba, outubro de 2011.

THOMPSON, E. P. La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿lucha de clases sin clases?, In: **Tradición, revuelta y conciencia de clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial**. Barcelona: Crítica, 1979, pp. 13-61. Artigo originalmente publicado em *Social History*, 3 (2), 1978.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade** (vol. I). 2. ed. Trad. Denise Bottmann. São Paulo, Paz e Terra. 1987, pp. 9-14.

TORRES, Haroldo da Gama e MARQUES, Eduardo Cesar. Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno municipal. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n.4, p.49-70. 2001.

TORRES, Haroldo da Gama e MARQUES, Eduardo, et al. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. **Estudos Avançados**, v.17, n.47, p.97-128. 2003.

TORRES, Haroldo. A fronteira urbana. **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais ABEP**, Caxambu, 2004. Disponível em: <http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/view/1362/1326>

TORRES, Haroldo da Gama e BICHIR, Renata Mirandola, et al. Uma pobreza diferente? Mudanças no padrão de consumo da população de baixa renda. **Novos Estudos**, n.74, p.17-22. 2006.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, Otilia et al., **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**, Petrópolis: Vozes, pp. 75-103. 2000.

VALLADARES, Lícia do Prado e FREIRE-MEDEIROS, Bianca. Olhares sociológicos sobre o Brasil urbano: uma visão a partir do UrbanData-Brasil. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). **Cidade: História e desafios**. Rio de Janeiro: FGV, p.60-83, 2002.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

APÊNDICE A - Questionário utilizado na pesquisa de *survey* (2019-2020)

QUESTIONÁRIO Nº:

APLICADOR:

ENDEREÇO:

1- Revestimento externo predominante:
tijolos à vista () 2) reboco () 3) pintura () 4) azulejos () 5) em construção ()

II- MOBILIDADE ESPACIAL

2) Há quantos anos mora no bairro?

3) Há quantos anos mora no atual domicílio?

4) É o primeiro morador do domicílio? 1- SIM () 2- NÃO ()

5) Há quanto tempo existe o atual domicílio?

6) Bairros nos quais a família morou antes de vir morar no bairro (ordem cronológica):

7) Local de nascimento (se outra cidade, especificar se área rural ou urbana; se de SJDR/urbano, especificar bairro; se SJDR/RURAL, especificar distrito):

7.1) do pai:

7.2) da mãe:

8) Por que veio morar no bairro (e não em outro)?

9) Gosta de morar no bairro? 1- SIM () 2) NÃO () Por que?

10) Deseja mudar-se do bairro? 1- SIM () 2- NÃO () Por que?

11) Considera o bairro violento? SIM () NÃO () Por que?

12) Tem parentes no bairro: 1- SIM () 2- NÃO ()

13) Tinha parentes no bairro quando para lá se mudou? 1- SIM () 2- NÃO ()

14) Tem outros parentes na região: 1- SIM () 2-NÃO () – Quais bairros?

15) Número do cômodos: ()

16) Número de moradores: () Sexo e idade de cada um:

17) Número de famílias na casa ou no lote:

18) Número de casas no lote:

19) Número de cômodos por morador: () PREENCHER APÓS APLICAÇÃO

20) Propriedade do imóvel: 1) próprio quitado () 2) próprio ainda não quitado () 3- alugado () 3.1) Valor: 4- doação/herança () 5- emprestado ()

21) Valor do imóvel, hoje:

22) Forma de acesso à terra: 1) compra () 1.1) valor: 1.2) ano:

2) doação/herança() 3) ocupação() 4) aforamento() 5) empréstimo() 6) NSA()

23) Construção do imóvel (se próprio):

1) Autoconstrução (familiares, amigos etc.) () 2) Pagou para construir ()

3) Autoconstrução e pagou para construir () 4) comprou pronto () 5) NSA ()

III- OCUPAÇÃO E RENDA DOS MEMBROS EM IDADE PRODUTIVA (DONAS DE CASA E DESEMPREGADOS)

21) Membros da família que trabalham	1	2	3
22) SEXO			
23) IDADE			
24) ESCOLARIDADE			
25) OCUPAÇÕES (descrever): 1- empregado 2- aposentado 3- desempregado 4- desalentado 5- bicos 6- autônomo			
26) VÍNCULO EMPREGAT. 1- autônomo formalizado 2-autônomo informal, 3- carteira assinada, 4- contrato, 5- trabalhador informal			
27) JORNADA SEMANAL			
28) TEMPO ATUAL OCUP./DESEMPREGO			
29) PROFISSÃO (caso desempregado ou exercendo outra atividade)			
30) RENDA MENSAL			
31) RENDA FAMILIAR (EM S. M.)			
32) RENDA FAMILIAR <i>PER CAPITA</i> (EM S.M.)			

V- MOBILIDADE

33) Meios de transporte utilizados (para escola, trabalho, lazer, compras etc.):

1- automóvel () 2- bicicleta () 3- motocicleta () 4- ônibus () 5- mototáxi ()
6- táxi/Uber ()

34) Utiliza o transporte público? () SIM () NÃO

Avaliação 1- bom () 2- regular () 3- ruim ()

VI- POLÍTICA E MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA

35) Quando os moradores do bairro precisam resolver um problema do bairro, normalmente, quem procuram?

36) Conhece alguém que organiza no bairro atividades comunitárias (festas religiosas, reivindicações de melhorias para o bairro etc.

SIM () Quem? 2- NÃO ()

37) Quais os principais movimentos, associações de moradores igrejas, programas públicos, atividades comunitárias da região

38) Você, ou alguém da sua família, participa ou já participou de algum desses? Quais? Como (organizando ou só frequentando)?

39) Você ou alguém da sua família, participa de outros movimentos, sindicatos, associações, partidos, conselhos, grupos etc.?

SIM () Quais?

NÃO ()

40) Quais são as principais demandas do bairro para a prefeitura?

41) Como avalia as ações/projetos da prefeitura no bairro - de saúde, infraestrutura etc.?

1- péssimo () 2- ruim () 3- regular () 4- bom () 5- ótimo ()